

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

*Elaine Regina Aguiar Amorim*

**Neoliberalismo e Reconfiguração das Lutas Sociais:  
a emergência dos movimentos de desempregados na Argentina**

**Campinas  
Dezembro de 2010**

*Elaine Regina Aguiar Amorim*

**Neoliberalismo e Reconfiguração das Lutas Sociais:  
a emergência dos movimentos de desempregados na Argentina**

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada  
ao Departamento de Sociologia do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas.

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro  
Antunes.

**Co-Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréia Galvão.

**Campinas, dezembro de 2010**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

**Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

**Amorim, Elaine Regina Aguiar**

**Am68n            Neoliberalismo e reconfiguração das lutas sociais: a  
emergência dos movimentos de desempregados na Argentina /  
Elaine Regina Aguiar Amorim. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.**

**Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.  
Co-orientador: Andréia Galvão.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Movimentos sociais - Argentina. 2. Neoliberalismo.  
3. Desemprego. I. Antunes, Ricardo, 1953- II. Galvão, Andréia.  
III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. IV. Título.**

**Título em inglês: Neoliberalism and reconfiguration of social struggles: the  
emergence of movements of the unemployed in Argentina**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :            Social movements - Argentina  
Neoliberalism  
Unemployment – Argentina**

**Área de Concentração: Trabalho, Cultura e Ambiente**

**Titulação: Doutor em Sociologia**

**Banca examinadora:            Ricardo Luiz Coltro Antunes, Eliel Machado, Gonzalo  
Adrián Rojas, Fernando Antonio Lourenço, Plínio Soares  
Arruda Sampaio Júnior**

**Data da defesa: 15-12-2010  
Programa de Pós-Graduação: Sociologia**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

*Elaine Regina Aguiar Amorim*

**Neoliberalismo e Reconfiguração das Lutas Sociais:  
a emergência dos movimentos de desempregados na Argentina**

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes e Co-orientação da Profª Drª Andréia Galvão.

Este exemplar corresponde à versão final da tese, defendida e aprovada pela Banca Examinadora em: 15/12/2010.

**Banca Examinadora:**

**Titulares:**

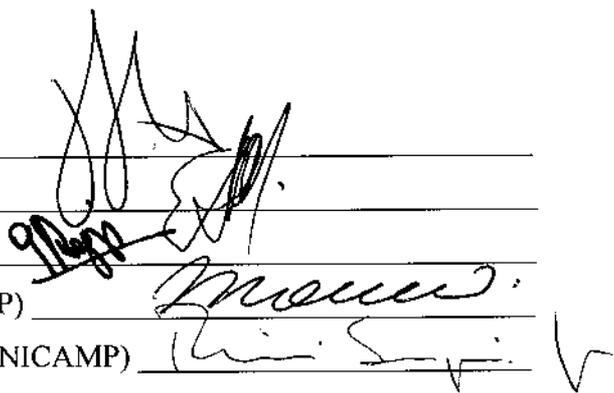
Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (Orientador)

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado (UEL)

Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas (UFCG)

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (IFCH/UNICAMP)

Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior (IE/UNICAMP)



**Suplentes**

Prof. Dr. Henrique José Domiciano Amorim (UNIFESP)

Prof. Dr. Jesus Ranieri (IFCH/UNICAMP)

Profª Drª Angela Maria Carneiro Araújo (IFCH/UNICAMP)

**Campinas, dezembro de 2010**



## Agradecimentos

Hoy estoy aqui,  
mañana me voy...  
¿Pasado mañana, dónde estaré?  
(Grupo musical *Contraviento*,  
Frente Popular Darío Santillán)

Agradeço ao apoio institucional da CAPES, sem o qual este estudo não poderia ter sido desenvolvido com as mesmas condições. Além desse apoio, estendo o meu agradecimento às pessoas que contribuíram com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Ao meu orientador, Ricardo Antunes, pelo seu incentivo e por ter me proporcionado a liberdade necessária para o desenvolvimento da pesquisa, como também pelo seu apoio tão fundamental nos momentos finais da escrita da tese.

A minha co-orientadora, Andréia Galvão, por todos os comentários e sugestões feitas durante a realização desse trabalho, pelo incentivo à realização do estágio na França e por ter me integrado ao grupo de pesquisa Neoliberalismo e Classes Sociais.

Ao professor Michel Vakaloulis, pela sua recepção tão calorosa na Universidade Paris-VIII, que me deu a segurança indispensável para realizar a minha pesquisa na França. Agradeço também por ter se colocado sempre à disposição para debater e auxiliar no andamento do meu trabalho.

Ao professores Eliel Machado, Gonzalo Rojas, Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Fernando Lourenço, agradeço por aceitarem participar da banca de avaliação desse trabalho.

Aos membros de todos os movimentos pesquisados, por aceitarem relatar suas experiências e participar de algum modo dessa pesquisa.

Ao Marco Fernandes, por ter me colocado em contato com os membros da FPDS, na ocasião da minha pesquisa de campo.

Aos pesquisadores com os quais estabeleci contato durante a minha permanência na Argentina e na França: Emilio Taddei, José Seoane, Virginia Manzano, Maxime Quijoux, Jean Faniel e Paul Bouffartigue, ao qual agradeço especialmente pelo convite para participar do Seminário Internacional sobre Sindicalismo e Movimentos Sociais, organizado pelo *Groupe LEST*. A René Mouriaux, Michel Husson e Thomas Coutrot, por terem me recebido e compartilhado suas reflexões sobre as mobilizações sociais na França.

Ao grupo de orientação, coordenado por Ricardo Antunes, cujas discussões foram importantes para a minha pesquisa, por me permitir tomar contato com um amplo leque de estudos críticos no campo da Sociologia do Trabalho. À Andréia Galvão e ao Armando Boito, coordenadores do grupo “Neoliberalismo e Classes Sociais”, pelos debates que contribuíram com o meu estudo e me colocaram frente a novas questões para pesquisas futuras.

À Christina, secretária da Pós-Graduação em Sociologia, por ser uma profissional extremamente competente e pelo seu importante apoio na resolução das questões burocráticas.

Mas ao longo desses quatro anos algumas pessoas contribuíram direta e indiretamente com o desenvolvimento da minha pesquisa ou acompanharam cada fase, cada mudança e cada descoberta que se refletem, de algum modo, neste trabalho. A essas pessoas, antes de agradecê-las, expresso aqui o meu carinho por cada uma:

Aos amigos do saudoso grupo de estudos sobre classes sociais: Andriei Gutierrez, Adriano Nascimento, Carolina Alves, Danilo Martuscelli, Francine Hirata, Henrique Amorim, Jair Batista, Leandro Galastri, Paula Marcelino e Santiane Arias. Ao longo dos nossos anos de convívio, de reflexão crítica, de discussões sempre abertas a desconstruir o conhecimento e a gerar dúvidas, se solidificou em mim a certeza da importância do trabalho e do aprendizado construídos coletivamente. Um agradecimento especial ao Henrique, por todos os comentários e sugestões feitas durante o Exame de Qualificação e pela sua leitura criteriosa de partes desse trabalho final. Ao Leandro pela tradução do resumo e ao Andriei por ter me acolhido em *Aix-en-Provence* e me apresentado aos integrantes do *Groupe LEST*.

As minhas amigas Simone Aranha, Ana Paula de Oliveira e Rosângela Machado, por quem tenho um enorme carinho e a grande vontade de estarmos mais próximas.

Ao Vi, pelo carinho, apoio e respeito que sempre demonstrou por mim, pela minha trajetória e pelos meus sonhos.

Aos amigos da UEM, que acompanharam os momentos prévios a minha entrada no doutorado e foram grandes companheiros nos dois anos em que morei em Maringá: Antonio Ozaí, Eide Abreu, Meire Mathias.

A minha querida amiga Santi, por tudo o que temos vivido ao longo desses anos de amizade, e especialmente pela cumplicidade, pelo companheirismo e por cada emoção compartilhada ao longo do doutorado, que representou um momento muito especial para nós. Expresso aqui o meu carinho e o quanto a sua amizade é importante para mim.

Ao Rodrigo, por ser uma pessoa tão alto astral e pela sua ajuda valiosa nos momentos finais da escrita.

Aos colegas com os quais convivi durante a minha permanência na *Maison du Brésil* e, em especial, a toda equipe que organizou os eventos “*L’Outre Mer – Chez Nous: France Antarctique*”; à Carla, pela sua ajuda inestimável durante a minha mudança e ao Antônio, por ter me possibilitado acesso aos livros disponíveis somente na *Science Po*.

À Fran e Clara, duas amigas que a pesquisa na Argentina me presenteou... *las quiero mucho!!*

À Sole, Julio, Matias, Augustina, Sérgio e Mati, pelos momentos tão descontraídos passados juntos. Estar com vocês sempre será diversão na certa.

Aos meus pais, Ana e Conrado, por terem acompanhado e me apoiado em cada momento do doutorado, demonstrando de diversas formas o respeito e o amor que têm por mim. Expresso aqui o quanto amo vocês! Ao meu irmão Marcos, a minha cunhada Cris e ao meu sobrinho Léo, pelo carinho, pelo companheirismo constante e pela compreensão dos momentos em que não pude estar presente em suas vidas como tanto gostaria. A minha querida avó, sempre tão cuidadosa e amável comigo, e aos meus padrinhos pelo grande carinho.

Ao Maxi, pelo nosso feliz encontro há três anos, no momento em que desenvolvia a minha pesquisa de campo na Argentina. É difícil expressar em palavras o que isso significou. Se conhecê-lo foi uma das minhas maiores alegrias, tê-lo em minha vida e poder sermos cúmplices dos caminhos que desejamos percorrer, é a razão da minha profunda felicidade. E é por isso que lhe dedico este trabalho.

“Há quem leve a vida inteira a ler sem nunca ter  
conseguido ir mais além da leitura, ficam pegados à página,  
não percebem que as palavras são apenas pedras postas a atravessar  
a corrente de um rio, se estão ali é para que possamos chegar à outra margem,  
a outra margem é que importa (...),  
A não ser que esses tais rios não tenham duas margens,  
mas muitas, que cada pessoa que lê seja ela, a sua própria margem,  
e que seja sua, a margem que terá de chegar”  
(José Saramago, *A Caverna*)

## RESUMO

Esta tese de doutorado discute a emergência dos movimentos de desempregados na Argentina e sua relação com a consolidação do neoliberalismo no país. O objetivo da pesquisa é entender como estes movimentos se constituíram e se desenvolveram diante dos impactos produzidos pelas políticas neoliberais sobre a classe trabalhadora, como também frente à aplicação de políticas sociais destinadas aos desempregados. Para isso, analisamos duas experiências de mobilização – particularmente o *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR) e a *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat* (FTV) – a partir das quais discutimos as especificidades de cada uma dessas organizações quanto às bandeiras de luta, à relação com o governo e às políticas sociais no período de 1996 a 2007. Fundamentamos nossa análise na leitura da bibliografia especializada, na consulta de documentos e nas entrevistas baseadas em roteiros semi-estruturados realizadas com os principais dirigentes nacionais e quadros intermediários desses movimentos.

**Palavras-chave:** movimentos de desempregados; neoliberalismo; lutas sociais; desemprego; Argentina.

## ABSTRACT

This doctoral thesis discusses the emergence of movements of unemployed in Argentina and its relationship with the consolidation of neoliberalism in the country. The objective of the research consisted in understanding how these movements are formed and developed before the impact of the neoliberal policies on the working class, as well as before the application of social policies intended for the unemployed. In order to do this, we analyzed two experiences of mobilization - particularly the *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR) and the *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat* (FTV) - from which we discussed the specificities of each of these organizations regarding banners of their struggle, the relationship with the government and to social policies in the period 1996 to 2007. We based our analysis on specialized bibliography, in the documents and interviews based on semi-structured scripts carried out with the main national leaders and intermediaries ones of these movements.

**Key-words:** unemployed movement; neoliberalism; social struggles; unemployment; Argentina.

## LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1: ASSALARIADOS DE EMPRESAS DO SETOR FORMAL ISENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS PARA A SEGURIDADE SOCIAL (%).GRANDE BUENOS AIRES (1990 – 2003).....	96
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO ANUAL DOS "CORTES DE RUTAS" E VIAS PÚBLICAS NA ARGENTINA ( 1997 - 2008) .....	187
QUADRO 1: NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE EMPREGO .....	219
QUADRO 2: REGIMES DE INDENIZAÇÕES DESTINADOS AOS DESEMPREGADOS A PARTIR DE 1984295	
QUADRO 3: AS MODALIDADES DO SEGURO-DESEMPREGO .....	298

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

<b>AC!</b>	Agir Juntos Contra o Desemprego!
<b>AI</b>	Prestação de Inserção
<b>ANPE</b>	Agência Nacional Para o Emprego
<b>APEIS</b>	Associação Pelo Emprego, a Informação e a Solidariedade dos Desempregados e Trabalhadores Precários
<b>ARE</b>	Ajuda de Retorno ao Emprego
<b>ASS</b>	Prestação de Solidariedade Específica
<b>ASSEDIC</b>	Associação Para o Emprego na Indústria e no Comércio
<b>ATE</b>	Associação de Trabalhadores do Estado
<b>ATTAC</b>	Associação pela Tributação das Transações Financeiras para a Ajuda dos Cidadãos
<b>AUD</b>	Prestação Única Regressiva
<b>BIT</b>	Centro Internacional do Trabalho
<b>BPN</b>	Bloco Piquetero Nacional
<b>CAIF</b>	Conselho de Associações de Imigrantes na França
<b>CARGO</b>	Coletivo de Agitação Pela Renda Excelente Garantida
<b>CCC</b>	Corrente Classista e Combativa
<b>CCSC</b>	Comitê Cristão de Solidariedade aos Desempregados
<b>CDD</b>	Contrato com Duração Determinada
<b>CDI</b>	Contrato com Duração Indeterminada
<b>CET</b>	Centro de Estudos dos Trabalhadores
<b>CFDT</b>	Confederação Francesa Democrática do Trabalho
<b>CFTC</b>	Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos
<b>CGT</b>	Confederação Geral do Trabalho (Argentina)
<b>CGT</b>	Confederação Geral do Trabalho (França)
<b>CSF</b>	Confederação Sindical das Famílias
<b>CTA</b>	Central de Trabalhadores da Argentina

<b>CTD</b>	Coordenadora de Trabalhadores Desocupados
<b>CTD-AV</b>	Coordenadora de Trabalhadores Desocupados Aníbal Verón
<b>CTERA</b>	Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina
<b>CUBa</b>	Coordenadora Unidade de Bairro
<b>DAL</b>	Direito à Moradia
<b>ENTEL:</b>	Empresa Argentina de Telecomunicações
<b>FAECyS</b>	Federação Argentina de Empregados do Comércio e Serviços
<b>FASTI</b>	Federação de Associações de Solidariedade aos Trabalhadores Imigrantes
<b>FATLyF</b>	Federação Argentina de Trabalhadores de Luz e Força
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FO</b>	Força Operária
<b>FPDS</b>	Frente Popular Darío Santillán
<b>FRENAPO</b>	Frente Nacional contra a Pobreza
<b>FREPASO</b>	Frente para um País Solidário
<b>FSU</b>	Federação Sindical Unitária
<b>FTV</b>	Federação de Terra, Moradia e Habitat
<b>IAPI</b>	Instituto Argentino de Promoção do Intercâmbio
<b>INDEC:</b>	Instituto Nacional de Estatísticas e Censos
<b>INSEE</b>	Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos
<b>LCR</b>	Liga Comunista Revolucionária
<b>LDH</b>	Liga dos Direitos do Homem
<b>MEDEF</b>	Movimento das Empresas da França
<b>MNCP</b>	Movimento Nacional de Desempregados e Precários
<b>MRAP</b>	Movimento Contra o Racismo e Pela Amizade Entre os Pobres
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (Brasil)
<b>MST</b>	Movimento Socialista dos Trabalhadores (Argentina)
<b>MTA</b>	Movimento de Trabalhadores Argentinos
<b>MTD</b>	Movimento de Trabalhadores Desocupados
<b>MTL</b>	Movimento Territorial de Liberação

<b>MTR</b>	Movimento Teresa Rodríguez
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>OPEP</b>	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
<b>PAP</b>	Projeto de Ação Personalizada
<b>PAN</b>	Plano Alimentício Nacional
<b>PARE</b>	Plano de Ajuda de Retorno ao Emprego
<b>PC</b>	Partido Comunista
<b>PCR</b>	Partido Comunista Revolucionário
<b>PEL</b>	Programa Emergencial de Trabalho
<b>PJ</b>	Partido Justicialista
<b>PJJHD</b>	Plano Chefes e “Chefas” do Lar Desocupados
<b>PO</b>	Partido Operário
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PTA</b>	Partido dos Trabalhadores Argentinos
<b>PTS</b>	Partido dos Trabalhadores Socialistas
<b>REAS</b>	Rede por uma Economia Alternativa e Solidária
<b>RMI</b>	Renda Mínima de Inserção
<b>RSA</b>	Renda de Solidariedade Ativa
<b>SMATA</b>	Sindicato de Mecânicos e Afins do Transporte Automotor
<b>SMIC</b>	Salário Mínimo Interprofissional de Crescimento
<b>SOMISA</b>	Sociedade Mista Siderúrgica Argentina
<b>SUD</b>	Solidários, Unitários, Democráticos
<b>SUPE</b>	Sindicato Unidos Petroleiros do Estado
<b>SURL</b>	Sistema Único de Registro Trabalhista
<b>UBA</b>	Universidade de Buenos Aires
<b>UCD</b>	União de Centro Democrático

<b>UCR</b>	União Cívica Radical
<b>UNEDIC</b>	União Nacional Para o Emprego na Indústria e no Comércio
<b>UOM</b>	União Operária Metalúrgica
<b>USO</b>	União, Solidariedade e Organização
<b>YPF</b>	Reservatórios Petrolíferos Fiscais

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 DESEMPREGO E MOVIMENTOS SOCIAIS .....</b>	<b>13</b>
1.1 – Desemprego e crise do capital.....	14
1.2 – Movimentos sociais, movimento operário e “conflitos”: campos de batalhas teóricas e políticas.....	24
1.3 – Os movimentos de desempregados e a reorganização da classe trabalhadora.....	36
<b>CAPÍTULO 2 DA CONFORMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO ÀS PARTICULARIDADES DA SUA IMPLANTAÇÃO NA ARGENTINA... 49</b>	<b>49</b>
2.1 – Neoliberalismo: a ofensiva das classes dominantes .....	50
2.2 – Os precedentes históricos da implantação do neoliberalismo na Argentina .....	66
2.3 – Da consolidação das reformas neoliberais à explosão do desemprego .....	75
2.3.1 – <i>O processo de privatização</i> .....	80
2.3.2 – <i>A flexibilização trabalhista</i> .....	87
<b>CAPÍTULO 3 A RECONFIGURAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS.....</b>	<b>101</b>
3.1 – (Des)mobilização, fragmentação e reorganização do movimento sindical.....	102
3.2– A recomposição das formas de resistência .....	118
3.3 - A emergência dos movimentos de desempregados na Grande Buenos Aires .....	129
<b>CAPÍTULO 4 MTR E FTV: DAS PRIMEIRAS LUTAS ÀS CONTRADIÇÕES DOS PROGRAMAS SOCIAIS.....</b>	<b>141</b>
4.1 - Trabalho, dignidade e mudança social: o movimento MTR.....	142
4.2 – A organização Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV).....	156
4.3 – A mobilização dos desempregados e sua relação com os distintos governos (1996 – 2007).....	165
4.4 – Os limites e contradições das políticas sociais para a mobilização dos desempregados .....	209

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>241</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>253</b>
• Artigos, livros, dissertações e teses.....	253
• Documentos, informativos e outros materiais consultados .....	273
<b>I - ENTREVISTAS CITADAS NO TEXTO.....</b>	<b>273</b>
<b>II - SITES .....</b>	<b>274</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>277</b>
<b>APÊNDICE A: A FORMAÇÃO DA AC! E A FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS DESEMPREGADOS NA FRANÇA: UMA BREVE ANÁLISE .....</b>	<b>279</b>
A.1 – A formação da AC! (Agir juntos contra o desemprego).....	281
A.2 – O sistema de proteção social dos desempregados .....	293
<b>ANEXOS.....</b>	<b>309</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>311</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>315</b>
<b>ANEXO III .....</b>	<b>319</b>

## Introdução

A introdução das políticas neoliberais nos países capitalistas centrais e periféricos atingiu, ainda que de formas e intensidades diferenciadas, a capacidade organizativa e de resistência dos movimentos sociais e sindicais, numa clara tentativa de dispersar os confrontos e estabelecer uma nova correlação de forças. O movimento operário se viu diante de uma ofensiva política que desestruturou conquistas históricas da classe trabalhadora e deparou-se, em meio aos seus limites para formular uma contra-ofensiva de grande envergadura, com o descrédito presente em parte das interpretações elaboradas no campo das ciências humanas, a respeito do seu papel político. Para estas análises as mudanças em curso no capitalismo e a sua inevitabilidade indicavam o anacronismo de lutas políticas pautadas em uma perspectiva de classe e da existência de uma contradição estrutural como articuladora dos enfrentamentos sociais.

No entanto, apesar do enfraquecimento das lutas sociais principalmente no plano sindical, novas formas de organização surgiram em reação ao neoliberalismo, conformando novos espaços de luta e de embate político, como é o caso dos movimentos de desempregados. Estes correspondem a um dos exemplos de mobilização que se configurou na conjuntura atual, tendo como base social trabalhadores provenientes de diferentes ramos de atividades atingidos pelo desemprego ou com uma trajetória profissional caracterizada pela permanência em subempregos, como até mesmo pela ausência de qualquer experiência prévia no mercado de trabalho formal.

Várias medidas introduzidas ao longo dos últimos trinta anos contribuíram com o aumento do desemprego: inovações gerenciais e tecnológicas, externalização da produção, subcontratação, flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas, privatização de empresas e

serviços públicos, redução dos investimentos nas áreas sociais, entre outras. Em seu conjunto tais medidas repercutiram de modo negativo sobre o conjunto dos trabalhadores, seja por ter intensificado as formas de exploração, inclusive pela precarização das condições e relações de trabalho, como por ter impedido a própria reprodução de uma parcela significativa da população economicamente ativa.

Nesse cenário, desenvolveram-se em alguns países, como é o caso da Argentina, movimentos sociais em defesa dos desempregados, cujos protestos têm se direcionado especialmente para o Estado. O advento desses movimentos ocorreu em uma conjuntura marcada por altos índices de desemprego que destoavam dos registros anteriores verificados ao longo da história desse país; índices que tomados isoladamente são insuficientes para compreender a emergência ou não de organizações voltadas especificamente para as demandas dos trabalhadores sem emprego. Pois embora o aumento do desemprego seja um elemento fundamental, ele não pode ser tomado como o único fator explicativo do surgimento desses movimentos sociais. Afinal, em determinados países caracterizados por altas porcentagens de desocupação movimentos desse tipo não surgiram ou quando se constituíram não conseguiram acumular forças e obter uma capacidade organizativa, como exemplificam os casos do Brasil (AMORIM, 2010a) e da Espanha (BÉROUD, 2007).

Tendo isto em vista, esta tese de doutorado discute a emergência dos movimentos de desempregados na Argentina e sua relação com o neoliberalismo no país. O *objetivo geral* desse trabalho consistiu em compreender como estes movimentos se constituíram e se desenvolveram diante dos impactos produzidos pelas políticas neoliberais sobre a classe trabalhadora. Isto é, procuramos entender o que possibilitou o advento de organizações de desempregados em uma conjuntura considerada desfavorável para as lutas sociais e caracterizada pelas tentativas de disciplinarização do movimento operário, bem como pelo ataque aos direitos trabalhistas.

Com base nesse objetivo geral e após o desenvolvimento preliminar desse estudo traçamos como *hipótese* a seguinte formulação: os movimentos de desempregados expressariam *formas de reorganização* ou *recomposição* das lutas da classe trabalhadora, que se inserem em um movimento mais amplo de reconfiguração das lutas sociais, que envolveu, por exemplo, fragmentações e reorganizações no interior do movimento sindical argentino. Embora as organizações de desempregados apresentem formas de luta e reivindicações que se diferem, inclusive por conta das particularidades da sua base social, das formuladas pelo proletariado inserido nas relações sociais de produção, as concebemos como expressão da recomposição das formas de resistência.

Neste caso, não consideramos os movimentos de desempregados como novas modalidades de mobilização orientadas para questões pós-materialistas ou de ordem cultural, mas tampouco como expressões de uma “nova classe operária” (ZIBECHI, 2003). Estes movimentos protestam contra mudanças de base material que atingiram a estrutura social do país e explicitam por meio das suas lutas como o neoliberalismo revigorou o caráter antagonico da reprodução do capital e, por conseguinte, das relações de exploração e dominação que são intrínsecas a esse processo de ampliação. Em outras palavras, essas lutas expressam a impossibilidade de garantir a reprodução social frente às transformações provocadas na base material. Disso resulta a agressividade política do principal instrumento de luta utilizado pelos desempregados mobilizados: os piquetes realizados nas principais rodovias do país demonstraram que, uma vez impedidos de paralisar o processo produtivo, estes trabalhadores utilizavam o próprio corpo como principal arma de enfrentamento social, em busca de condições mínimas de sobrevivência.

Ao longo dos anos de 1970 teve início na Argentina uma ofensiva capitalista que implicou no que Eduardo Basualdo (2006) denominou como “reestruturação regressiva de longo prazo” por ter desencadeado um processo de desindustrialização e desestruturação do

mercado de trabalho. A consolidação dessa ofensiva começou a manifestar-se com o significativo número de mortos e desaparecidos políticos provocado pela ditadura militar (1976-1983) e, posteriormente, durante a década de 1990, com a radicalidade da implantação das políticas neoliberais, envolvendo um amplo e profundo processo de privatização e uma flexibilização da legislação trabalhista que, entre outras medidas, facilitou as demissões. A explosão do desemprego correspondeu a uma das principais conseqüências da privatização, da desindustrialização, da reforma trabalhista e da reestruturação produtiva levada a cabo pelas grandes empresas.

O desemprego atingiu recordes históricos para um país que se caracterizou durante algumas décadas pela extensão do emprego, pela consolidação de direitos e proteção social aos trabalhadores, bem como pela ampliação da classe média (SVAMPA; PEREYRA, 2003). Para se ter uma noção das discrepâncias produzidas na sociedade argentina, até 1986 as taxas mais altas de desemprego nunca haviam passado dos 6%, em contraposição, a mais baixa durante a década de 1990 foi de 12,4% em 1998 (IÑIGO CARRERA, 2001). A título de comparação, em 1980 essa mesma taxa correspondia a 2,5%, tendo alcançado 18% em 1995 e 21% em 2002 (IÑIGO CARRERA; COTARELO, 2003; MACHADO, 2004).

Essas mudanças foram acompanhadas pela configuração de uma nova correlação de forças que contribuiu com a (des)mobilização da classe trabalhadora e com a implantação do modelo neoliberal. A complexidade desse processo evidenciou-se nas relações estabelecidas entre o governo e o movimento sindical, no posicionamento político expresso pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) no início da década de 1990, mas também na conformação de formas de resistência no interior e à margem dos sindicatos, que se intensificaram paulatinamente, eclodindo em 1996 nos confrontos que seriam o germe dos movimentos de desempregados.

Nesse sentido, a pesquisa demonstrou que fatores relacionados às tradições de luta, ao caráter radical do processo de implantação e consolidação do neoliberalismo no país e à referência da extensão do trabalho assalariado e dos direitos a ele vinculados contribuíram com o aparecimento dos movimentos de desempregados.

Partindo dessa caracterização geral, desenvolvemos na Argentina uma pesquisa de campo entre julho e setembro de 2007, com a finalidade de conhecer experiências de mobilização e entrevistar as principais lideranças ou quadros intermediários das organizações de desempregados. A dificuldade que encontramos inicialmente para estabelecer contato com os principais movimentos e o tempo despendido na busca por contatos nos impediu de contemplar nas entrevistas a base social das organizações entrevistadas (exceto para o caso da *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat* – FTV). Embora na ocasião da nossa chegada no país não tivéssemos o contato de nenhum movimento e os conhecêssemos somente pela literatura, ao final de dois meses e meio tínhamos conhecido e entrevistado os porta-vozes ou referentes de quatro movimentos dentre aqueles considerados os mais expressivos: a *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat* (FTV), o *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR), a *Frente Popular Darío Santillán* (FPDS) e o *Movimiento Territorial de Liberación* (MTL).

Constatamos durante a pesquisa de campo a significativa diversidade dos movimentos de desempregados no país, como exemplifica o *Movimiento Territorial de Liberación* (MTL) e a *Frente Popular Darío Santillán* (FPDS). O primeiro direcionou as suas ações especialmente para a luta da moradia, antes que somente à questão do desemprego; em contrapartida, a FPDS formada principalmente pela iniciativa de organizações de desempregados, agregou diversas agrupações constituídas por estudantes secundaristas, universitários e trabalhadores ocupados, conformando-se como uma frente multisetorial com uma significativa heterogeneidade interna.

Frente às especificidades de cada uma dessas organizações e à amplitude da pesquisa, decidimos contemplar em nossa análise somente duas delas com posicionamentos político-ideológicos distintos, já que o nosso *objetivo secundário* consistia em compreender os impactos políticos produzidos por esses movimentos pautando-nos na análise da relação estabelecida pelos mesmos com os diferentes governos e com as políticas sociais. Com este recorte buscamos demonstrar a heterogeneidade e, em certos aspectos, a contraposição existentes entre as organizações selecionadas no que diz respeito às práticas políticas, à concepção da luta, aos objetivos almejados e ao desenvolvimento de empreendimentos produtivos baseados no trabalho cooperativista.

A seleção do *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR) e da *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat* (FTV) decorreu, então, dos seguintes motivos: 1º) formaram-se juntamente com as primeiras organizações de desempregados, na segunda metade da década de 1990 (ao contrário do MTL e da FPDS formados, respectivamente, em 2001 e 2004); 2º) foram influenciados por trabalhos de base e de militância realizados por alguns dos seus membros antes de se constituírem; 3º) especialmente os núcleos do MTR e da FTV pesquisados implantaram cooperativas nos marcos dos programas sociais aplicados pelo governo de Néstor Kirchner (2003-2007).

Contudo, não realizamos um estudo de caso de cada uma das organizações mencionadas, justamente porque uma pesquisa desse tipo demandaria também um acompanhamento das atividades e da trajetória de cada uma delas. Esses procedimentos tornaram-se inviáveis frente ao nosso objetivo de conhecer diferentes experiências de mobilização durante o trabalho de campo e à impossibilidade de retornar ao país para realizarmos novas entrevistas e acompanharmos as ações dos movimentos selecionados.

De todo modo, ao longo do desenvolvimento da pesquisa empírica, procuramos entrevistar dois dirigentes de cada movimento. Entrevistamos, então, duas lideranças que

integram a Mesa Executiva Nacional do MTR e, no caso da FTV, o Secretário Nacional de Formação e Capacitação da organização (também Deputado Estadual) e o dirigente do núcleo de *Florencio Varela*, membro da *Mesa Provincial de Buenos Aires*. Além disso, realizamos uma entrevista conjunta com dois membros da base, integrantes da cooperativa organizada pela FTV.

Além das entrevistas qualitativas (baseadas em roteiros semi-estruturados), esse estudo contou com a coleta de documentos, jornais e levantamento da bibliografia especializada. Os núcleos dos dois movimentos pesquisados estão localizados no município de *Florencio Varela*, a 24 km da Capital Federal (região sul da Grande Buenos Aires). Enquanto nessa cidade se encontra o principal núcleo de atuação do MTR, no caso da FTV a sua principal referência nacional é o distrito de *La Matanza*, por isso advertimos o leitor que pesquisamos um dos quatro núcleos da FTV existentes, em 2007, em *Florencio Varela*; além disso, como não conseguimos entrevistar o seu principal dirigente nacional, Luis D'Elía, recorreremos às pesquisas e entrevistas feitas por outros autores, como também à imprensa escrita, devido à importância dessa liderança na trajetória do movimento.

O período contemplado na análise da emergência e do desenvolvimento das organizações estudadas corresponde à década de 1990, quando foram aplicadas várias reformas estruturais, e se estende até 2007, ano em que se encerrou o mandato presidencial de Néstor Kirchner.

Para expor esta discussão estruturamos o texto em quatro capítulos e um apêndice. No primeiro capítulo, partimos de uma abordagem sobre o aumento do desemprego na conjuntura atual e a sua relação com a crise estrutural da década de 1970 e com a ofensiva colocada em prática a partir desse período; a qual não só buscou retomar os patamares anteriores de acumulação, mas também reduzir o poder de confrontação adquirido pelo movimento operário. Este, conforme procuramos mostrar, teve o seu papel político contestado à medida

que certas interpretações sobre as transformações em curso no capitalismo reduziram ou neutralizaram a vigência da centralidade da oposição capital-trabalho.

Em contraposição a essas interpretações, retomamos a conceitualização de “movimento social” apresentada por Sophie Bérout, René Mouriaux e Michel Vakaloulis (1998) e a referência feita por esses autores à importância das relações antagônicas de classe para a compreensão e análise dos movimentos sociais nas sociedades contemporâneas. Com isso, pretendemos situar qual é o nosso ponto de partida no estudo dos movimentos de desempregados e como os concebemos enquanto *formas de reorganização das lutas da classe trabalhadora*.

A emergência das organizações de desempregados na Argentina e a presença, na origem destas, das referências das tradições de luta desse país são consideradas por nós como a expressão do vínculo entre as novas formas de confrontação social (protagonizadas por trabalhadores que já não estabelecem relações diretas com os meios de produção) com as lutas classistas desencadeadas pelos trabalhadores ocupados. Admitir a existência desse vínculo originalmente, não significa, todavia, que os movimentos de desempregados tenham conseguido ou buscado ao longo da sua trajetória construir juntamente com o movimento operário uma unidade política, sendo que o inverso vale para este.

No segundo capítulo discutimos especificamente a conformação do neoliberalismo como um movimento intelectual, um modelo econômico-político e uma ideologia. Constituindo-se como a expressão da ofensiva das classes dominantes colocada em prática a partir dos anos de 1970, o neoliberalismo apresentou especificidades no modo pelo qual foi implantado de acordo com a posição dos países no quadro de forças imperialistas; por isso, retomamos alguns antecedentes históricos à sua introdução na Argentina, para discutirmos em seguida como foi implementado e consolidado ao longo da década de 1990.

Com o objetivo de compreender os impactos das políticas neoliberais sobre a classe trabalhadora focamos nossa análise naquelas medidas que repercutiram de modo mais direto sobre os níveis de desemprego e os desempregados, neste caso, as privatizações e a flexibilização trabalhista<sup>1</sup>. Como tentaremos mostrar, o processo de privatização tem uma importância para o nosso estudo devido a sua amplitude, mas também porque foram os ex-funcionários públicos que realizaram os primeiros confrontos e bloqueios de estrada que conformariam, posteriormente, a organização e mobilização do conjunto dos desempregados. Em relação à reforma trabalhista, circunscrevemos nossa análise sobre a flexibilização das relações de trabalho, com a finalidade de discutir as medidas que incidiram sobre a entrada e saída dos trabalhadores no mercado de trabalho.

A introdução das políticas neoliberais exigiu, em contrapartida, estabelecer uma nova correlação de forças desfavorável para as organizações representativas da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, obter o consentimento de parte destas às principais reformas propostas pelo governo no início dos anos de 1990. Discutimos no terceiro capítulo a forma pela qual se processou essa inflexão nas relações de força, especialmente no sentido de neutralizar a oposição do movimento sindical e obter o seu apoio às políticas adotadas; mas analisamos também os desdobramentos desse processo no interior do movimento sindical, procurando sinalizar a reorganização pela qual este passou e a reconfiguração das lutas sociais com a eclosão de formas de resistência levadas a cabo de modo independente das cúpulas sindicais tradicionais.

---

<sup>1</sup> Os termos “desregulamentação” e “flexibilização” são utilizados para indicar as alterações realizadas nos direitos trabalhistas. Consideramos “desregulamentação” uma designação inadequada pelo fato de não expressar a regulamentação de novos direitos que acompanhou as reformas trabalhistas. Por isso, embora o termo “flexibilização” possa não indicar com exatidão a precarização das condições de trabalho e emprego que acompanhou tais reformas, é nesse sentido que o utilizamos neste trabalho. Para uma análise crítica sobre os significados teóricos e/ou políticos dos termos “desregulamentação”, “flexibilização”, “trabalho atípico” e “precarização”, consultar o estudo de Paula Marcelino (2008), no qual a autora pontua as ambiguidades dessas noções e considera como mais apropriado o termo “precarização”.

Não fez parte dos nossos objetivos pesquisar de modo aprofundado o movimento sindical argentino, contudo procuramos examinar algumas especificidades das lutas sindicais, principalmente no início dos anos de 1990, para compreendermos como se deu a emergência de um movimento social voltado para a representação e mobilização dos desempregados. Ao mesmo tempo em que houve um recuo político-ideológico por parte da CGT (Confederação Geral do Trabalho), ocorreu o surgimento de lutas à margem das decisões dos sindicatos, bem como de novas organizações propondo reformulações nas práticas sindicais. A emergência das mobilizações dos desempregados se deu nesse contexto de fragmentação e reorganização do sindicalismo e alcançou uma consolidação ao se expandirem do interior do país para a Grande Buenos Aires.

O capítulo quatro discute especificamente os dois movimentos pesquisados por nós: o MTR e a FTV. O objetivo é apresentar uma caracterização geral de cada um deles, explicitando as particularidades presentes na sua origem, os principais alinhamentos político-ideológicos, para em seguida discutirmos, ainda que de um modo mais abrangente e não restrito às duas organizações, a relação dos movimentos de desempregados com os diversos governos, durante os anos de 1996 a 2007. Buscamos analisar as práticas e posicionamentos políticos do MTR e da FTV em momentos políticos considerados significativos e como se explicitaram na capacidade de mobilização, nas visões sobre os governos e nos objetivos propostos.

No último item discutimos especialmente as políticas sociais implementadas com a finalidade de conter os efeitos do desemprego e as mobilizações dos desempregados; referimos-nos aos diversos programas sociais que consistiram na concessão de um subsídio – “plano social” –, no valor, inicialmente, de \$200,00 pesos mensais (em torno de R\$120,00 ou US\$70,00 dólares conforme a cotação desta moeda no Brasil), sob a condição de uma contraprestação de serviços pelos beneficiários durante o período de recebimento (6 meses).

Procuramos apresentar o tratamento dado por cada governo à implementação desses planos de acordo com uma orientação focalizada das políticas sociais e, por último, discutimos especialmente os programas sociais elaborados na gestão de Néstor Kirchner com a finalidade de incentivar a formação de cooperativas e o desenvolvimento de micro-empresendimentos produtivos pelos próprios movimentos de desempregados.

As experiências dos núcleos do MTR e da FTV durante a implantação e o funcionamento das cooperativas nos mostraram os impasses com os quais os movimentos defrontaram-se e o potencial desmobilizador desses programas. Se, por um lado, o acesso aos recursos financeiros disponibilizados pelo governo proporcionou aos movimentos a obtenção de meios de produção que lhes permitiriam a elaboração de outros projetos produtivos de modo independente dos programas sociais governamentais, por outro, as exigências destes programas levaram as organizações de desempregados a se deterem na resolução de problemas imediatos relacionados ao funcionamento das cooperativas, ao pagamento dos membros e ao cumprimento do acordado durante o recebimento de determinado projeto a ser desenvolvido para o Estado. Ao analisarmos as experiências do MTR e da FTV observamos como tais problemas tendem a afastá-los da mobilização e de lutas voltadas para objetivos políticos mais amplos.

Finalmente, introduzimos ao final desse texto um apêndice, no qual analisamos a formação na França da AC! [*Agir ensemble contre le chômage!* (Agir juntos contra o desemprego!)] e o processo de flexibilização dos mecanismos de proteção social destinados aos desempregados nesse país. Esta análise fundamenta-se na pesquisa de campo realizada em Paris (por meio da bolsa de estudos do Programa de Desenvolvimento de Estágio no Exterior – PDEE – concedida pela CAPES entre agosto de 2008 a julho de 2009), durante a qual fizemos um levantamento da bibliografia especializada, coletamos documentos e participamos

das atividades dos movimentos de desempregados da região parisiense (assembléias, reuniões, manifestações e visitas aos comitês locais) e entrevistamos duas lideranças da AC!.

Formada a partir da iniciativa de militantes sindicais e constituindo-se inicialmente como uma rede federativa que buscava reunir sindicatos, movimentos sociais e associações de desempregados na luta contra o desemprego e pela redução da jornada de trabalho, a AC! passou por mudanças importantes ao longo da sua trajetória. É possível dizer que a AC! tornou-se pouco a pouco um movimento de desempregados, ao incorporá-los cada vez mais na sua base social. Com a maior participação desses membros vieram à tona impasses e discussões internas no que diz respeito às demandas emergenciais e às lutas direcionadas para objetivos mais amplos. Nesse sentido, procuramos mostrar o redirecionamento das reivindicações da associação para a preservação do regime do seguro-desemprego, afetado pelas reformas neoliberais, e para a garantia de uma renda mínima aos trabalhadores sem direito às indenizações garantidas pelo sistema de proteção social.

A importância da análise do surgimento da AC! na França e do processo de flexibilização dos direitos assegurados aos desempregados é justamente mostrar como a posição diferenciada dos países no centro e na periferia do capitalismo influenciou na forma pela qual as políticas neoliberais foram implantadas em cada um deles e como repercutiram sobre a classe trabalhadora e as formas de resistência.

## Capítulo 1

### Desemprego e Movimentos Sociais

Há quase vinte cinco anos uma nova modalidade de resistência e luta popular passou a ocupar o cenário político: referimo-nos à emergência dos movimentos de desempregados na França, em 1986, e na Argentina em 1996. Apesar dos registros de mobilização dessa parcela dos trabalhadores nesses países em outros contextos históricos, uma das particularidades das principais experiências desenvolvidas em ambos é o fato de perdurarem até hoje e seu importante papel desempenhado no campo das lutas sociais.

Embora o foco da nossa análise seja o caso argentino, o surgimento e a permanência de organizações destinadas a mobilizar os desempregados em duas formações sociais com posições distintas no sistema capitalista, nos remetem a algumas indagações gerais: quais são as especificidades da conjuntura política atual que proporcionaram aos trabalhadores, que não estabelecem mais relações diretas com os meios de produção, entrar na cena social e, em alguns momentos políticos, assumir o protagonismo das lutas sociais? Estes movimentos seriam expressões dos “novos movimentos sociais” ou confirmariam a centralidade das relações sociais antagônicas de classe como eixo articulador das suas ações? Qual relação pode ser estabelecida entre esses movimentos e as tradições de luta classista? Por fim, como poderíamos compreender os movimentos de desempregados à luz da teoria marxista?

Neste capítulo procuramos esboçar algumas respostas para tais questões baseando-nos na literatura francesa e latino-americana dedicada à análise dos movimentos sociais e das organizações de desempregados.

## 1.1 – Desemprego e crise do capital

Na história das sociedades capitalistas provavelmente são raros os períodos em que o pleno-emprego tenha predominado em todos os setores de atividade. Tal pressuposto se estende até mesmo para os decênios denominados como “Trinta Anos Gloriosos” (1949-1974), caracterizados, entre outros aspectos, por taxas de desemprego extremamente baixas. Isto se deve ao fato do desemprego ser um elemento estrutural do funcionamento do modo de produção capitalista que, mesmo oscilando em determinadas conjunturas, nunca é eliminado; na verdade, ele desempenha um papel funcional para o capital, que o utiliza como instrumento de pressão contra os trabalhadores com o objetivo de intensificar a exploração que exerce sobre estes e enfraquecer o poder de negociação e mobilização do movimento sindical.

Com a diminuição da oferta de emprego a relação de dependência dos trabalhadores em relação ao capital aumenta ainda mais, pois, se por um lado, a reprodução dos assalariados depende de que estes transformem sua força de trabalho em meio de valorização do capital (ao criarem produtos com uma parcela de valor que não lhes é pago), por outro, este mesmo processo de valorização produz indispensavelmente uma população trabalhadora excedente, em outras palavras, um exército industrial de reserva cuja existência garante à produção capitalista uma “liberdade de ação” (MARX, 1988, p. 193) e um impulso à sua acumulação.

Como afirma Marx:

(...) se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa” (MARX, 1988, p. 191).

Por isso, em conjunturas caracterizadas pela redução contínua dos empregos, os trabalhadores tendem a aceitar com mais facilidade a redução dos seus ganhos ou a imposição

de condições precárias de trabalho, como a extensão da jornada (MENELEU NETO, 1998), já que a venda da sua força de trabalho é sua única garantia de sobrevivência. Por consequência: “(...) *O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital*” (MARX, 1988, p. 194).

Nos momentos de crise econômica o desemprego desempenha, então, um papel fundamental no processo de recomposição do capital. As demissões nestas circunstâncias resultam do próprio colapso do sistema como acabam se constituindo em uma ofensiva com duplo objetivo: de um lado, diminuir a produção e a formação de estoques sem possibilidades de rápido escoamento, de outro, dispersar e debilitar a capacidade de resistência do movimento operário e o poder de pressão das greves – seu principal instrumento de luta – assim como de outros métodos praticados no espaço produtivo.

Uma das particularidades da fase atual do capitalismo é a generalização do desemprego em escala mundial. Segundo dados de 1999 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de um total de três bilhões de pessoas economicamente ativas, um bilhão estava desempregada ou trabalhando em condições de subemprego (POCHMANN, 2001); passados dez anos os registros são ainda mais alarmantes: 212 milhões de desempregados e cerca de 1,5 bilhão de trabalhadores em empregos vulneráveis, o que equivale a mais da metade da força de trabalho global (OIT, 2010). Por isso, István Mészáros considera que “*atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante*” (MÉSZÁROS, 2006, p. 31).

Os índices registrados na última década dão continuidade a uma tendência ascendente que, apesar de algumas oscilações, iniciou-se para a maior parte dos países em meados dos anos de 1970 e manifestou-se de formas diferenciadas. Nos países capitalistas centrais, caracterizados por políticas de pleno emprego e de proteção social adotadas especialmente

após a Segunda Guerra Mundial, houve um aumento do desemprego aberto<sup>2</sup>, que entre 1950 e 1970 esteve abaixo dos 3% (POCHMANN, 1999); porcentagem que se distanciou cada vez mais das registradas nas décadas seguintes. Considerando os sete principais países capitalistas que formavam o G-7 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Japão, Inglaterra e Itália), entre 1970 e 1975 o número de desempregados aumentou de 7,2 milhões para 13,3 milhões, atingindo 20 milhões em 1985 (POCHMANN, 1999). Se considerarmos os dados mais recentes para toda a Europa, EUA e Japão, em 1993 foram notificados mais de 30 milhões de desempregados, valor que oscilou ao longo da década, registrando em 2004 em torno de 27 milhões (HUSSON, 2008). Percebe-se, então, como a década de 1970 representou o marco de uma radical mudança na evolução do desemprego nesses países.

Em contrapartida, nos países periféricos nos quais tradicionalmente predominou o subemprego e o desemprego por desalento, observou-se um crescimento do desemprego aberto, sinalizando, conseqüentemente, o aumento da disputa pelos empregos precários, uma vez que a disponibilidade de um número maior de pessoas ativamente à procura de emprego implica na possibilidade destas virem a disputar também os trabalhos sob condições precárias. O desemprego aberto subiu 200% no período de 1975 a 1999 e o desemprego total passou de 22,3 milhões, em 1975, para 109,5 milhões em 1999, o que correspondeu a um crescimento de 4,9 vezes (POCHMANN, 2001).

É provável que esses registros não tenham paralelo na história. Cabe, então, compreendermos os processos históricos e políticos que provocaram esta mudança e os seus

---

<sup>2</sup> Existem três diferenciações importantes que mostram as formas pelas quais o desemprego pode se manifestar. Uma delas é o *desemprego aberto* que se refere aos indivíduos que estão ativamente à procura de um emprego e não desenvolvem nenhum tipo de trabalho. A segunda, denominada *desemprego oculto ou subemprego*, denomina a condição das pessoas que mesmo desempregadas exercem trabalhos precários (informais, bicos, autônomo não remunerado ou sub-remunerado). O *desemprego oculto por desalento* corresponde à terceira forma e se refere à situação dos trabalhadores que desistiram de procurar emprego por desânimo (POCHMANN, 2001). Além dessas diferenças é importante ressaltar que a medição da taxa de desemprego se distingue de acordo com a metodologia utilizada pelos institutos de pesquisa, inclusive, em alguns casos, pode não revelar os índices reais ou até subestimá-los. Tentativas de padronização metodológica e conceitual das pesquisas de desemprego e emprego têm sido desenvolvidas por alguns institutos, como a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) (POCHMANN, 2001), com o objetivo de estabelecer comparações internacionais.

impactos para a classe trabalhadora. Afinal, se a existência de uma população excedente sempre se constituiu como um elemento fundamental para a acumulação de capital, o que singulariza a sua amplitude na conjuntura atual?

A resposta para esta questão está relacionada com a crise dos anos de 1970 e com a ofensiva do capital colocada em prática com o objetivo de retomar a acumulação e estabelecer uma nova configuração das relações de classe.

As décadas que antecederam essa crise caracterizaram-se nos países capitalistas centrais pela expansão de um novo padrão de acumulação, por um desenvolvimento acompanhado por taxas de crescimento relativamente altas e pela implantação de um Estado de bem-estar social (HARVEY, 2008). Essas características resultaram do conjunto de arranjos políticos, econômicos e institucionais colocados em prática a partir da depressão de 1929 no sentido de regulamentar as condições necessárias para a reprodução estável do capital. Mas foi sobretudo no pós-guerra que tais arranjos se concretizaram com a difusão do fordismo na Europa e com o reposicionamento do Estado, que consistiu na incorporação de novos papéis de inspiração keynesiana.

Em momentos de crise a redefinição da organização do trabalho sempre foi estratégica para o capital, que almeja por meio dela recompor o seu movimento dinâmico de valorização e acumulação, inaugurando novas formas de exploração da força de trabalho e novas racionalidades técnicas<sup>3</sup>. O sistema produtivo fordista desenvolvido no início do século passado nos EUA e disseminado somente a partir de 1945 na Europa desempenhou justamente esse papel de redefinição do processo de produção e das relações de trabalho. Ele se tornou um dos principais fundamentos do processo de acumulação capitalista e da expansão econômica dos anos que se seguiram até princípios da década de 1970.

---

<sup>3</sup> Como afirma (DIAS, 1999, p. 83; grifos do autor): “A história do capitalismo é a história da “reestruturação produtiva”. O capitalismo desde o início teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e a identidade (...)”.

Com o fordismo houve uma redefinição das relações de exploração da força de trabalho com a introdução de novos métodos de gestão e com a sua combinação com práticas tayloristas, que reduziram o “tempo morto” e intensificaram o trabalho repetitivo<sup>4</sup>.

Mas a consolidação do fordismo como padrão de acumulação hegemônico exigiu a conformação de um acordo de classe<sup>5</sup> entre burguesia e proletariado, com o objetivo de garantir um “equilíbrio” entre os interesses das classes sociais que fosse capaz de assegurar as novas exigências do capital no espaço produtivo e nas outras esferas sociais – fundamentais para a reprodução da força de trabalho. Além de uma disciplinarização do trabalho era necessário exercer um “controle ideológico” que extrapolasse o ambiente fabril e conformasse um novo perfil de trabalhador, com hábitos e costumes coerentes e integrados à nova ordem do capital (DIAS, 1999). Ademais, era necessário também conter a ameaça da alternativa comunista, a qual “(...) *foi decisiva neste desvio do poder em direção ao compromisso histórico capital/trabalho que caracteriza [caracterizou] este momento excepcional da história*” (AMIN, 2008, p. 8).

De certo modo, o poder dos principais países capitalistas centrais e o seu domínio sobre os demais possibilitou que concessões fossem feitas por parte do capital ao trabalho com a finalidade de promover a sua acumulação em novos termos. Por isso, como afirmou Alain Bihr (2007, p. 8) o compromisso estabelecido correspondeu a uma “*configuração*

---

<sup>4</sup> O fordismo pautava-se em uma produção em série e em grande escala (controlada pelo cronômetro taylorista), no trabalho parcelar e fragmentado, nas unidades de produção verticalizadas e concentradas, como também na separação entre elaboração e execução das atividades produtivas. Para uma maior compreensão desse sistema produtivo, consultar Gounet (1999), Harvey (1994), Bihr (1998). Sobre o taylorismo ver especialmente Braverman (1977).

<sup>5</sup> Esse acordo de classe é tratado por alguns autores como um “compromisso”, expressão que se refere à configuração das relações de poder estabelecidas entre as classes dominantes e as classes dominadas e que envolveu arranjos políticos e ideológicos, assim como alianças de caráter econômico (DUMÉNIL; LÉVY, 2006). O uso desse termo é especificado por alguns autores como sendo um “compromisso fordista” (BIHR, 1998) ou um “compromisso keynesiano” (DUMÉNIL; LÉVY, 2006). Em “A Condição Pós-Moderna” (1994), Harvey refere-se a um “equilíbrio de poder” e em sua obra mais recente “Neoliberalismo: história e implicações” (2008) a um “acordo de classe”, termo que consideramos mais apropriado por não transmitir uma falsa idéia da existência de uma harmonia entre as classes.

*singular das relações de classe*” que criou as condições para um modelo de desenvolvimento do capitalismo.

Neste caso, o Estado desempenhou um papel fundamental ao assumir um caráter intervencionista, atuando diretamente na política industrial (estabelecendo padrões para o salário) e na criação de políticas de emprego e de serviços de bem-estar (saúde, previdência, habitação, educação e outros), como também intervindo no mercado e no controle dos desequilíbrios econômicos que colocavam em risco a estabilidade econômica e política.

Em referência à estabilidade econômica, às altas taxas de crescimento, à melhoria no padrão de vida e à ampliação dos serviços e políticas de proteção social alcançadas nos países capitalistas centrais entre 1949 e 1974, este período passou a ser designado como “trinta anos gloriosos”, o que tampouco significa que nestes anos tenham sido eliminadas as desigualdades sociais ou mesmo conflitos internos e externos<sup>6</sup>. Apesar das conquistas obtidas pela classe trabalhadora e da influência alcançada pelos sindicatos e partidos de esquerda no aparato do Estado, a configuração do acordo de classe resultou de longos embates, foi marcada por muitas tensões e as conquistas não se estenderam integralmente ao conjunto dos trabalhadores (HARVEY, 1994; 2008).

As mobilizações sociais que ganharam força no final da década de 1960 expressaram, de um lado, o descontentamento de amplos setores sociais frente à restrição dos benefícios do fordismo (como salários melhores e emprego mais estável) a grupos específicos de certos setores da economia e, de outro, a recusa aos métodos de gestão taylorista-fordista por parte dos operários submetidos às condições de trabalho impostas por este padrão produtivo.

O clima de inquietude presente no final da década de 1960 se fortaleceu com as mobilizações originadas fora do espaço fabril, com o surgimento de movimentos a favor dos

---

<sup>6</sup> Os confrontos na Coreia, no Vietnã, nos países árabes, a guerra “supostamente” fria (DUMÉNIL; LÉVY, 2005), assim como o apoio aos golpes de Estado nos países da periferia e o “colonialismo sem colônias” (HARVEY, 2008) praticado pelos EUA são suficientes para demonstrar como a expansão do capitalismo no pós-guerra – e o domínio estadunidense – não ocorreram sem o uso da violência e do aparato militar ao longo desse período.

direitos civis, das causas feministas, bem como de natureza “anticapitalista”. O ano de 1968 foi o marco de grandes manifestações de contestação social, como bem ilustram o *Maião Francês* e a *Primavera de Praga* que repercutiram em outros países<sup>7</sup>, enquanto na América Latina a esperança no socialismo, instigada inclusive pela vitória da revolução cubana, mobilizava alguns grupos organizados contra os regimes opressivos e o imperialismo.

Este cenário tenso agravou-se ainda mais com a onda inflacionária e com a desvalorização do dólar como moeda de troca internacional, provocada pela intensificação da competição internacional. A saturação do mercado interno da Europa Ocidental e do Japão conduziu esses países a buscar novos mercados onde pudessem escoar seus produtos excedentes, o que desestabilizou o acordo de Bretton Woods<sup>8</sup> e atingiu diretamente o poder de regulamentação financeira controlado pelos EUA desde 1944.

Se os sinais de uma grave crise já se anunciavam no final dos anos de 1960 (HARVEY, 2008; BIHR, 2007), ela se evidenciou na década seguinte com a crise do petróleo (1973) e com a queda significativa da taxa de lucro e dos índices de crescimento da produção. O drástico aumento de preços pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) possibilitou não só a transferência de recursos financeiros dos países importadores de petróleo para os exportadores, como foi uma das causas do aumento da liquidez e da liberalização da movimentação financeira internacional. Tendo “aceito” reciclar seus *petrodólares* por meio dos bancos de investimento de Nova York, os países membros da OPEP proporcionaram, para estes bancos, fundos excedentes que seriam investidos no que na ocasião era considerado o investimento mais seguro: o empréstimo aos governos estrangeiros (HARVEY, 2008). Para

---

<sup>7</sup> Para alguns autores (COGGIOLA; BILSKY, 1999) esta influência manifestou-se nas revoltas populares e operárias realizadas na província de Córdoba (Argentina), conhecidas como *Cordobazo*. Em contrapartida, Fausto e Devoto (2004, p. 441) salientam que: “*O maio parisiense de 1968 pode ser uma referência para todo o mundo; mas o maio de 1969, momento do Cordobazo, tem uma dimensão bem mais profunda na história da Argentina contemporânea*”.

<sup>8</sup> O acordo de Bretton Woods (1944) tornou o dólar moeda de reserva mundial e favoreceu a hegemonia econômica e financeira dos EUA ao submeter as demais economias à política fiscal e monetária deste país (HARVEY, 1994).

que essa nova oportunidade de investimento se concretizasse foi fundamental a liberalização do crédito e do mercado financeiro internacional, por meio da qual o governo norte-americano passou a incentivar os países a contrair empréstimos em dólares com taxas de juros favoráveis aos bancos de Nova York (FERRER, 2010).

A grande questão da década de 1970, frente ao desemprego em expansão e às altas taxas de inflação, era saber como reverter a crise que havia reduzido drasticamente a rentabilidade do capital e a distribuição dos rendimentos, ou seja, como restaurar as condições necessárias para retomar a acumulação capitalista (HARVEY, 2008). Todavia, tratava-se de restabelecer não apenas as condições econômicas, mas também políticas. Isto significava minar as possibilidades da emergência de uma alternativa socialista e o avanço dos partidos de esquerda defensores de reformas e intervenções estatais. As classes dirigentes, segundo a formulação de Harvey (2008), viram-se, então, contrapostas a duas ameaças – uma política e outra econômica – e foram contra elas que agiram com todo vigor.

O neoliberalismo correspondeu à ofensiva colocada em prática pelas classes dominantes com o objetivo de reestruturar as relações sociais capitalistas. Ainda que ele tenha se difundido de modo desigual e em graus diferentes entre os países, a sua proliferação abrangente por todo o mundo evidencia o papel que desempenhou na conformação de uma nova ordem social. A profundidade e o alcance da reestruturação capitalista colocada em marcha atingiram o modelo de desenvolvimento construído nas economias centrais e periféricas (o Estado de bem-estar social e o Estado desenvolvimentista no caso da América Latina) e provocaram o crescimento da desigualdade social por meio da flexibilização de direitos sociais e trabalhistas, da precarização do trabalho, da redução salarial e da aplicação de medidas criadoras de desemprego. No seu conjunto tais medidas tinham, ao mesmo tempo,

um claro objetivo político: desarticular a força política e a capacidade de resistência do movimento sindical e operário<sup>9</sup>.

Com isso, as últimas três décadas do final do século XX foram palco de inúmeras mudanças. De um lado, inovações tecnológicas e novas formas de gestão desenvolveram-se cada vez mais, difundindo trabalhos informacionais e intensificando processos de deslocalização e terceirização da produção que, muitas vezes, combinaram-se com modalidades antigas de subcontratação da força de trabalho. Por outro, o aumento significativo do desemprego e a diminuição dos postos de trabalho industriais, em contraposição ao crescimento do setor de serviços e de novas formas de contratação não mais baseadas no contrato indeterminado, provocaram alterações na relação salarial e no acesso ao emprego. Contudo, essas mudanças não resultaram dos avanços tecnocientíficos, como enfatizaram leituras influenciadas por um certo determinismo tecnológico, mas sim de medidas com forte caráter político.

Tratou-se de uma ofensiva de grande envergadura das classes dominantes sobre as classes dominadas. Se para Cruz (2007), o sucesso do neoliberalismo não teria sido plausível na ausência dessa crise, para Bihl (2007) a incapacidade do movimento operário elaborar uma contra-ofensiva teve um papel importante no êxito da implantação das políticas neoliberais que colocaram em causa as conquistas operárias obtidas durante o “compromisso” estabelecido no pós-guerra. Segundo a análise desse autor:

A ruptura deste compromisso, como o relativo sucesso dessas políticas [neoliberais] não poderiam produzir-se, entretanto, sem esta condição suplementar que foi a profunda crise na qual entrou simultaneamente o movimento operário no seio dos Estados centrais, incapaz de conceber e de aplicar estratégias e táticas, formas de mobilização, de organização e de luta que fossem adaptadas às novas características

---

<sup>9</sup> É ilustrativo o depoimento de Alan Budd, ex-assessor de Margaret Thatcher, a respeito da decisão de aumentar o desemprego como uma forma de reduzir a força da classe operária: “*Aumentar o desemprego foi uma maneira muito conveniente de reduzir a força da classe operária (...) o que se procurou forjar – para falar numa linguagem marxista – foi uma crise no capitalismo, que repôs o exército industrial de reserva e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante*”. Depoimento citado por Beynon (1995, p. 12).

da situação e, mais amplamente, à altura das questões desta nova fase da luta de classes (BIHR, 2007, p. 8-9).

A extensão dessa análise para o caso latino-americano é válida se considerar que, assim como o processo de implantação do neoliberalismo não se deu de modo uniforme e linear devido às especificidades do desenvolvimento capitalista e à posição ocupada por cada formação social no quadro de forças imperialistas (AMORIM; ARIAS, 2009), as resistências tiveram do mesmo modo temporalidades e conformações específicas decorrentes da configuração das relações de classe e da correlação de forças no interior de cada país. A ressalva vale igualmente para a Argentina, pois se nela o trabalho assalariado, bem como a proteção social e os direitos a ele vinculados tenderam a se estender para a maioria da população durante a fase desenvolvimentista, a partir dos anos de 1970 as medidas econômicas e políticas adotadas produziram mudanças estruturais e atingiram o movimento operário e as formas de luta, conforme analisaremos no decorrer desse trabalho.

Outra advertência deve ainda ser feita: se o movimento operário encontrou dificuldades para elaborar uma contra-ofensiva, deparou-se também (e em alguns casos foi influenciado) com o ceticismo de certas análises a respeito do seu papel no campo das lutas sociais. Isto significa que as mudanças verificadas sobretudo a partir da década de 1970 não atingiram somente as relações e condições de trabalho ou os movimentos sociais, mas envolveram de modo dinâmico as interpretações produzidas no âmbito das ciências sociais.

Parte das análises interpretou as mudanças operadas no interior do capitalismo como irreversíveis e responsáveis pela modificação da natureza das lutas e da própria configuração da sociedade. A redução do proletariado industrial nos países capitalistas centrais, o desemprego em massa, a expansão do setor de serviços foram considerados por diversos autores como o anúncio do “fim do trabalho” e do “declínio do movimento operário”. Ao mesmo tempo, categorias como “classe social”, “luta de classes”, “revolução” passaram a ser

contestadas ou rejeitadas por uma nova narrativa construída pelo pensamento pós-moderno (EAGLETON, 2005), bem como por estudiosos que passaram a questionar o fundamento material das lutas sociais e o papel do proletariado na condução das mesmas.

Para os propósitos desse capítulo discutiremos brevemente a compreensão de algumas dessas análises sobre o papel do movimento operário e o advento de movimentos sociais, que expressam novas formas de mobilização e enfrentamento social. Em seguida, analisaremos o tratamento dado pela bibliografia especializada à luta dos desempregados.

## **1.2 – Movimentos sociais, movimento operário e “conflitos”: campos de batalhas teóricas e políticas**

Conceitos como “movimento social” expressam um “campo de batalha” – semântico e político –, no qual se confrontam diferentes interpretações (VAKALOULIS, 2003), por isso explicitamos de saída como o compreendemos.

Retomamos aqui o conceito de “movimento social” elaborado por Sophie Béroud, René Mouriaux e Michel Vakaloulis (1998), cujos estudos procuram compreendê-lo em sua forma contemporânea, considerando a emergência nas últimas décadas de novas formas de organização e confrontação social. De acordo com a definição desses autores o “movimento social” é a “(...) *dinâmica própria de um grupo social portador de reivindicações importantes, duráveis e conflitivas*” (BÉROUD, MOURIAUX, VAKALOULIS, 1998, p. 57).

Cada uma dessas características pretende estabelecer uma distinção em relação aos movimentos de opinião ou protestos de natureza política ou reativa que, embora possam exercer efeitos políticos imediatos e não desprezíveis, tampouco apresentam uma durabilidade e se consolidem em um movimento social. Por “dinâmica própria de um grupo social” os autores entendem a tendência à autonomia da luta de um grupo social caracterizado pela sua oposição estrutural de classes; aspectos que diferenciam o movimento social da aparição

pontual ou temporária, bem como da ausência de referenciais classistas. A existência de “reivindicações importantes e duráveis” refere-se, assim, a demandas estruturais que não sejam efêmeras (típica dos movimentos de opinião) ou conjunturais (como nos protestos reativos). Porém o caráter durável pretende evidenciar a necessidade da construção de uma solidariedade entre os envolvidos e, nesse sentido, as reivindicações têm o papel de contribuir com a conformação dessa solidariedade no interior do grupo social. Isto significa que as ações desencadeadas pelo movimento social implicam na existência de uma “causa” que “*se desenvolveria em uma lógica durável de reivindicações*”, conforme observam Vakaloulis, Jean-Marie Vincent e Pierre Zarka (2003, p. 103), que retomam esse conceito.

Na análise dos movimentos sociais cada uma dessas características nem sempre se encontra cristalizada ou em forma “pura”. Compreendemos, então, que por vezes, a autonomia pode se enfraquecer ou desaparecer frente às práticas de cooptação, aos vínculos políticos estabelecidos, quando a participação em espaços institucionais coloca em risco a capacidade de confrontação dos movimentos ou interfere no conteúdo das reivindicações. Mas isto não quer dizer que a autonomia não possa ser recuperada ao longo do processo das lutas. O argumento pode ser estendido às reivindicações, considerando que em um primeiro momento demandas surgidas em decorrência de uma dada conjuntura, podem dar lugar a reivindicações e a objetivos políticos que contestem a contradição estrutural.

Embora nessa definição de “movimento social” os autores (BÉROUD; MOURIAUX; VAKALOULIS, 1998) estejam tomando como referência o surgimento a partir de meados de 1980 de várias lutas sociais na Europa e, sobretudo, na França, a conceitualização proposta parte de uma idéia fundamental: “*o movimento social não pode ser compreendido em sua especificidade sem que seja considerada a centralidade da oposição capital trabalho no seio das sociedades capitalistas contemporâneas*” (BÉROUD; MOURIAUX; VAKALOULIS, 1998, p. 58).

As categorias de análise construídas no âmbito do marxismo são fundamentais para a compreensão dos movimentos<sup>10</sup> e dos processos sociais e políticos nos quais estão inseridos. Neste caso, a referência à oposição capital x trabalho, tal como argumentam os autores, nos remete às relações de exploração e de dominação que provém da contradição central das relações sociais de produção capitalista e, portanto, das relações antagônicas de classe. A contradição expressa pelas distintas posições de classe ocupadas pelas classes sociais na estrutura produtiva revela a dominação política e a exploração econômica presentes nas relações sociais de produção, nas quais uma classe arroga para si o direito de expropriar o produto do trabalho exercido pela outra. Nesse caso, por ocuparem posições antagônicas na estrutura produtiva, proprietários dos meios de produção e não proprietários têm e defendem interesses irreconciliáveis, que os levam a entrar em confronto<sup>11</sup> (GALVÃO, 2003).

O caráter antagônico e contraditório da reprodução do capital e das relações sociais que ele engendra torna central o confronto de classe em relação às outras formas de enfrentamento social. Neste caso, as lutas sociais cujas demandas não estão diretamente vinculadas às contradições de classe são de algum modo afetadas por esse antagonismo estrutural.

É certo que determinados movimentos sociais não se reivindicam classistas e suas demandas podem não apresentar uma ligação direta com a contradição de classes. Estes, como alerta Jair Pinheiro (citando como exemplo os movimentos que lutam pelo direito à livre orientação sexual), articulam-se, mesmo assim, “(...) às lutas de classes pela via político-ideológica, que se desdobra em comportamento eleitoral e/ou base de sustentação partidária e parlamentar, na medida em que fazem opções políticas no contexto em que atuam (...)” (PINHEIRO, 2007, p. 131). Articulação que se estende igualmente às escolhas ou

---

<sup>10</sup> Ao contrário do uso no singular do conceito “movimento social” feito por Bérout, Mouriaux e Vakaloulis (1998), o utilizaremos no plural.

<sup>11</sup> A despeito da posição ocupada na estrutura produtiva ter aqui uma importância, ela não deve ser tomada como o critério exclusivo de definição das classes sociais, já que esta inclui também elementos políticos e ideológicos.

posicionamentos políticos feitos sobre determinados temas (como o das cotas para mulheres e negros), que podem interferir em formas de dominação e na estrutura de classes.

Consideramos, então, as relações antagônicas de classe engendradas pelo modo de produção capitalista como um ponto de partida fundamental para o estudo dos movimentos sociais, porque isto nos contrapõe às teses que contestaram a validade da luta de classes e dissociaram esses movimentos dos processos de dominação e exploração capitalistas, vinculando-os a dimensões da vida social exclusivamente culturais.

Essas teses pautaram-se em um entendimento específico das mudanças operadas no capitalismo nas últimas décadas e do caráter das lutas sociais na chamada “sociedade pós-industrial”. Para alguns autores, como Alberto Melucci (1989) e Alain Touraine (1989), teria ocorrido uma mudança na própria essência da sociedade, pois estaríamos diante de uma “sociedade pós-industrial” fundada sobre a informação e não mais em uma “sociedade industrial” baseada no trabalho fabril. Essa transformação seria acompanhada por outras modificações: os confrontos estruturais dariam lugar para novas formas de “conflitos” qualificados como difusos e orientados para as áreas culturais. Conforme a afirmação de Melucci (1989, p. 58, grifos do autor):

as sociedades complexas não têm mais uma base “econômica”, elas produzem por uma integração crescente das estruturas econômicas, políticas e culturais. (...) Os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais (...). Os conflitos revelam uma mudança maior na estrutura dos sistemas complexos e novas contradições aparecem, afetando sua lógica fundamental. Por um lado, sistemas altamente diferenciados produzem cada vez mais e distribuem recursos pela individualização, pela auto-realização, por uma construção autônoma das identidades pessoais e coletivas.

Nessa “sociedade pós-industrial” fundada sobre a informação não haveria mais um “conflito central”, direcionado para uma “ordem meta-social” (TOURAINÉ, 1989), mas sim lutas que se orientariam para a transformação dos modelos culturais dominantes. Por isso “os

*conflitos de classe não representam[riam] mais os instrumentos de mudanças históricas*” (TOURAINÉ, 1989, p. 15) e entraria em “declínio” o papel dos partidos políticos como intermediários dos movimentos e das reivindicações sociais.

Enquanto no livro “A Sociedade Pós-Industrial” Touraine (1970) argumenta que houve uma transformação na própria natureza das lutas sociais que passaram a centrar-se entre detentores e não detentores de informação, em “O Retorno do Ator” (1984) o autor propõe que na “sociedade industrial” o “conflito” não colocava em oposição capitalistas e proletários, mas industriais e trabalhadores que compartilhavam as mesmas orientações culturais (como a crença no progresso); porém, lutavam um contra o outro *“pelo controle social desta cultura industrial”*, ou seja, *“para dar formas sociais diferentes às mesmas orientações culturais”* (TOURAINÉ, 1984, p. 100). De acordo com essa abordagem, os movimentos sociais não são apreendidos como manifestações das contradições objetivas e sim como “condutas conflitivas” (BÉROUD, MOURIAUX, VAKALOULIS, 1998):

O movimento social é a ação, ao mesmo tempo culturalmente orientada e socialmente conflitiva, de uma classe social definida por sua posição de dominação ou de dependência no modo de apropriação da historicidade<sup>12</sup>, dos modelos culturais de investimento, de conhecimento e de moralidade, na direção dos quais ele mesmo está orientado (TOURAINÉ, 1984, p.152).

O que se percebe nessas análises é uma substituição das dimensões sociais e econômicas pela cultural, um tratamento indiferenciado das condições dos “atores” envolvidos nas lutas e a ocultação da propriedade privada dos meios de produção como elemento fundamental da reprodução do capital devido ao papel de destaque dado à

---

<sup>12</sup> Historicidade, conforme é conceituado em O Retorno do Ator (1984), *“(…) não é um conjunto de valores solidamente estabelecidos no centro da sociedade; ela representa um conjunto de instrumentos, de orientações culturais, através dos quais as práticas sociais são constituídas – portanto, poder-se-ia dizer, um conjunto de investimentos”* (TOURAINÉ, 1984, p. 99).

informação<sup>13</sup>. Para Touraine, segundo a crítica de Jean Lojkine, a “(...) a luta anticapitalista perderia sua importância, já que a propriedade dos meios de produção não seria mais o centro da produção da sociedade pós-industrial (...)” (LOJKINE, 2007, p. 22).

A interpretação do esgotamento da luta de classes e da constituição de um novo tipo de sociedade articula-se a uma visão sobre o papel do movimento operário e da classe operária. Esta deixaria de se constituir como um “*privilegiado ator histórico*” das lutas sociais (TOURAINÉ, 1970, p. 21), porque “(...) o conflito não está [estaria] mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infra-estrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está [estaria] em toda parte” (TOURAINÉ, 1989, p. 13).

Dois aspectos com implicações teóricas e políticas estão subjacentes nessas análises, sendo um desdobramento do outro: o primeiro diz respeito a uma compreensão restrita da classe trabalhadora como sinônimo da classe operária, definida com base na posição ocupada no processo produtivo industrial e no trabalho manual<sup>14</sup>; o segundo está relacionado à vinculação dessa classe e do movimento operário com um “conflito” que teria sua validade em uma “sociedade industrial” e não mais em uma sociedade de novo tipo. A defesa de uma “sociedade pós-industrial”, tal como é feita pelo autor, como se esta significasse uma mudança na natureza do capitalismo pode ter algumas implicações políticas que se referem tanto ao descrédito às lutas por uma transformação social, como à associação dessa sociedade como “menos capitalista” (VAKALOULIS, 2003) ou mais humanizada, se considerarmos inclusive a apologia à autonomia, à polivalência e à criatividade que acompanhou a implantação das novas formas de gestão.

---

<sup>13</sup> Em “A sociedade pós-industrial”, Touraine argumenta que se o critério de pertencimento à classe dominante era a propriedade, o “nível de educação” torna-se o primeiro elemento que define os membros desta classe (TOURAINÉ, 1970, p. 60).

<sup>14</sup> Definimos classe trabalhadora com base nos critérios de assalariamento (incluindo neste caso não apenas os empregados manuais diretos), não posse dos meios de produção e dependência da venda da força de trabalho para sobreviver.

Para Touraine, com a passagem para uma “sociedade pós-industrial”, caracterizada pela difusão da informação, do setor de serviços e pela diversificação das ocupações, as lutas sociais se difundiriam por toda parte e deixariam de ser conduzidas por um único “ator”, já que estaríamos diante de uma “dominação global”, contra a qual, “*a resistência não pode ser limitada a um papel social; ela só adquire importância quando mobiliza o conjunto da coletividade*” (TOURAINÉ, 1989, p. 10). O que está presente nessa interpretação é a diluição da referência de classes na formação de uma identidade em uma sociedade que daria cada vez mais espaço para as “coletividades”, cujas ações propriamente políticas se direcionariam contra as “superestruturas” e a favor de identidades plurais. Por isso, análises como a de Touraine destacariam o surgimento dos movimentos organizados fora da esfera do trabalho e dedicados às causas feministas, juvenis, raciais, etc..

De fato, ao longo das últimas décadas surgiram diversos movimentos sociais com características diferentes daquelas presentes no movimento operário, que se constituiu como o “modelo” (VAKALOULIS, 2003) ou o próprio movimento social por excelência durante o século XX. Em grande parte desse período a imagem do movimento operário esteve associada às suas lutas em torno de um projeto histórico de emancipação social e de um projeto sindical. Embora tal associação possa ter variado de país para país devido às características específicas do processo de industrialização em cada região, ao papel desempenhado pelo Estado, e ao histórico de lutas, o movimento operário configurou-se praticamente como o principal representante dos interesses do proletariado.

A partir das décadas de 1970 e, especialmente, 1980, ao mesmo tempo em que houve uma diminuição das greves e um refluxo político-ideológico do sindicalismo na Europa, ocorreu um aumento e uma diversificação do desemprego (passando de uma situação transitória de privação do emprego para uma situação de longa duração), a redução do

operariado industrial, e o aparecimento de contratos e formas de trabalho consideradas “atípicas” ou “precárias” (MARUANI, 2003; VAKALOULIS, 2003; SOMMIER, 2003).

Se, por um lado, esse cenário parecia confirmar os anúncios sobre o “declínio” do movimento operário, por outro, reforçou as interpretações sobre a emergência de novas formas de contestação social que apresentariam aspirações culturais ou “pós-materialistas<sup>15</sup>” como substitutas desse movimento. Daí o destaque dado aos “novos movimentos sociais”, que se referiam aos grupos mobilizados “fora da esfera do trabalho” (como os ecologistas, feministas, homossexuais, etc.) compostos principalmente por membros originários da classe média, entre os quais jovens e mulheres (SOMMIER, 2003). Como destacam alguns autores (PFEFFERKORN, 2007; BÉROUD, MOURIAUX, VAKALOULIS, 1998) à medida que a referência ao movimento operário passou a ser cada vez menos utilizado nessa conjuntura, o próprio conceito de movimento social tendeu a ocupar cada vez mais o vocabulário acadêmico.

Apesar dessa caracterização geral pautar-se na realidade europeia, a partir das duas últimas décadas os países da América Latina presenciaram também a formação de diversos movimentos sociais com algumas particularidades que os diferenciaram do movimento operário: não se confrontam diretamente com o capital (exceto quando se articulam com os trabalhadores ocupados), reivindicam sobretudo do Estado o atendimento de suas reivindicações e sua base social integra desempregados, subempregados, empregados da cidade e do campo, como também camponeses indígenas (MACHADO, 2006; 2009). Estes movimentos, conforme argumenta Eliel Machado (2006, p. 12), “(...) *teimam em fazer luta de classes em outros moldes, diferentes dos do proletariado mais tradicional*”.

---

<sup>15</sup> Expressão do sociólogo Ronald Inglehart, citada por Isabelle Sommier (1977 apud SOMMIER, 2003, p. 23), para se referir a demandas de ordem qualitativa (como a valorização da identidade, maior participação política, etc.) que emergem após a satisfação de necessidades elementares e de bens materiais.

Mas, ao contrário dos “novos movimentos sociais”, as lutas latino-americanas se constituíram como importantes formas de resistência ao neoliberalismo, quando não foram produto direto dos impactos provocados pelas políticas neoliberais; suas reivindicações abarcam, por um lado, a garantia de serviços básicos expostos à privatização, meios de produção sob o controle dos trabalhadores, o acesso a uma renda diante do desemprego e da impossibilidade de garantir a própria subsistência e, por outro, questões relacionadas à etnia, ao meio ambiente, às relações de gênero (MACHADO, 2006).

Poderíamos listar desde os *zapatistas* no México, os movimentos bolivianos (onde se tornaram referências as lutas denominadas como Guerra da Água e a Guerra do Gás), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil, os movimentos indígenas no Equador, os movimentos de desempregados na Argentina, entre outros (GALVÃO, 2008; MACHADO, 2006; ZIBECHI, 2005; SANJINÉS, 2004; DÁVALOS, 2004; COLETTI, 2002).

Na França surgiram já em meados dos anos de 1980 os denominados movimentos dos “*sans*” (sem teto, sem-documento, sem emprego) considerados até então como “improváveis” pelas características da sua base social, composta por desempregados, trabalhadores imigrantes em situação irregular no país (os “*sans papiers*”), trabalhadores precarizados e sem moradia<sup>16</sup> (SOMMIER, 2003; VILLIERS, 1999).

A diversidade que caracteriza esse conjunto de movimentos latino-americanos e franceses nos impede de tratá-los de modo uniforme, mas de antemão não concebemos que suas lutas se situem ao exterior da oposição capital x trabalho: o fato deles não estarem organizados nos lugares de trabalho estrito senso, de reivindicarem questões que não se restringem à relação direta capital-trabalho, de apresentarem diferenças em relação às formas

---

<sup>16</sup> É importante destacar também a formação da ATTAC (Associação pela Tributação das Transações Financeiras para a Ajuda dos Cidadãos), em 1998, cuja composição social é bastante distinta dos movimentos dos “sem”, ainda que alguns destes a integrem, como representa uma das principais expressões do movimento altermundialista. Ver: Amorim e Arias (2009).

de luta desencadeadas pelos trabalhadores assalariados, não os tornam representantes de um “pós-movimento operário” (VAKALOULIS, 2003) e nem significa o desaparecimento do movimento operário. Conforme afirma Vakaloulis (2005, p. 134-135, grifos do autor):

Apesar da crise que atravessa há duas décadas, o movimento operário não é uma força histórica em extinção. Sem dúvida perdeu a centralidade sociológica e simbólica característica da época fordista. Seu “brilho” ligado ao imaginário heróico do proletariado industrial, desapareceu. Não é nem o único ator do conflito social nem a vanguarda da luta pela auto-emancipação dos dominados. De qualquer forma, a questão da “hegemonia operária” não mais se apresenta nesses termos. Esse ator mantém não apenas uma capacidade de perturbação anticapitalista, mas também a capacidade de reivindicação e de concretização de seus próprios objetivos.

O próprio teor das reivindicações dos movimentos aqui mencionados contesta o fim da luta contra o antagonismo estrutural inerente à reprodução do capital, pois mesmo que nem todos se identifiquem como anticapitalistas ou apresentem um projeto político, protestam principalmente contra mudanças de base material. É ilustrativa, nesse sentido, a definição “movimentos de urgência” dada por Mouriaux (2002) ao conjunto de movimentos constituídos em torno de causas emergenciais, indispensáveis para a sobrevivência das pessoas engajadas. Se esta definição explicita o principal objetivo dessas lutas, tampouco significa, a nosso ver, que estas não *possam* ultrapassar ou articular demandas mais imediatas com outras de caráter mais geral, apesar dos limites com os quais se deparam.

Nesse sentido, é interessante observar que nas análises produzidas por Touraine (1999) sobre os movimentos dos “sem”, o autor os considera representativos das lutas em defesa dos “direitos culturais” e como sendo os que mais tocaram a opinião pública, ao contrário dos movimentos “opostos à lógica liberal” (no caso as lutas sindicais); por isso merecerem o nome de “movimento social”. O que é justamente importante apontar aqui é a ocultação do fundamento material dessas lutas. Neste caso, se as reivindicações dos “sem-documentos” (considerados um dos movimentos com maior importância pelo autor) visam o direito à

cidadania e confrontem valores culturais, elas são construídas, especialmente, com base na condição desses trabalhadores como “assalariados” e não só na sua condição de imigrantes<sup>17</sup>. Para grande parte destes trabalhadores, originários de países africanos, a própria imigração representa a busca por um trabalho e a fuga da extrema pobreza à qual estavam submetidos, ainda que os postos de trabalho que venham a ocupar não lhes ofereçam boas condições<sup>18</sup>.

O mesmo vale aos movimentos de desempregados. O autor associa o apoio popular à AC! (*Agir ensemble contre le chômage!* – Agir juntos contra o desemprego!) à incorporação das reivindicações dos “excluídos” e à visibilização da noção de direitos adotadas pelo movimento nas suas ações reivindicativas. Mas a AC!, como no caso dos “sem-documentos”, além de reivindicar o direito a um emprego, direcionou suas lutas contra a redução de direitos trabalhistas que interferem nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores (desempregados ou não) e por mudanças que incidem diretamente no processo de acumulação do capital, como exemplificam a regulamentação da redução da jornada de trabalho, aprovada após os conflitos dos desempregados no inverno de 1997 e 1998. Lutas que confirmam a oposição destes movimentos à “lógica liberal” e à consolidação da precarização e da flexibilização como padrão de trabalho assalariado.

Compreendemos que a unidade desses movimentos aqui tratados encontra-se na sua contraposição às políticas neoliberais, como também parecem ter se constituído como produto da “fragmentação social”, a qual, segundo Claudia Korol (2007, p. 231), tem na sua “(...) *base material a desarticulação das classes e grupos organizados de acordo com interesses comuns coletivos (...)*”. Esta desarticulação resultou do processo de reorganização do capital,

---

<sup>17</sup> O estudo de Nizzoli (2010) sobre as recentes greves realizadas pelos “*sans papiers*”, mostra justamente como o reconhecimento e o sucesso dessas lutas ocorreram a partir de uma estratégia argumentativa que se pautou na referência à exploração desses trabalhadores privados dos seus direitos fundamentais.

<sup>18</sup> Como atesta a greve realizada entre março de 2002 e fevereiro de 2003 por trabalhadores subcontratados pelo grupo Arcade, prestador de serviços para redes de hotéis franceses. Grande parte das pessoas subcontratadas por essa empresa era composta por mulheres africanas e não alfabetizadas, responsáveis pela limpeza diária de 30 quartos em 17 minutos, recebendo por cada \$1,93 euros. O direito ao contrato por tempo indeterminado e a diminuição do ritmo de trabalho corresponderam às principais reivindicações conquistadas após quase um ano de greve (PERRIN, 2004).

a partir das últimas décadas do século XX, que radicalizou a exploração e a dominação exercidas pelo modo de produção capitalista, inclusive ao procurar minar a unidade e força política do movimento operário e sindical.

Uma série de medidas fez parte dessa reorganização: introdução de novas formas de gestão e disciplinarização da força de trabalho; privatização de empresas e serviços públicos; terceirização da produção; desindustrialização de algumas economias; flexibilização dos direitos trabalhistas, crescimento da informalidade, em meio a outras. Dentre as conseqüências constatadas encontram-se a precarização das condições de trabalho, os altos índices de desemprego, a redução dos direitos sociais e trabalhistas, a queda da qualidade e o difícil acesso aos serviços básicos, assim como a extensão em vários países da lógica privatista para áreas ainda preservadas, como a saúde, a educação e a cultura.

Os impactos dessas medidas atingiram vários setores sociais, bem como a organização política da classe trabalhadora. A dificuldade do movimento operário e sindical elaborar respostas e uma contra-ofensiva aos processos econômicos e políticos desencadeados, contribuiu com o enfraquecimento das suas lutas e com o seu refluxo político-ideológico observados em determinados períodos destas últimas quatro décadas, mas contribuiu também com a emergência de alguns movimentos sociais que, a nosso ver, expressam tentativas de *reorganização da classe trabalhadora*, ou seja, formas de recomposição da organização e das lutas desta classe. Isto não quer dizer que as organizações tradicionais de luta dos trabalhadores perderam o seu papel político e tampouco significa que esta *reorganização* não é isenta de limites e desafios; sejam limites decorrentes da preponderância de uma prática política voltada para objetivos imediatos, sejam desafios colocados pelas possibilidades concretas de organização da base social que compõe tais movimentos. Dentre estes, destacamos os movimentos de desempregados que discutiremos a seguir.

### 1.3 – Os movimentos de desempregados e a reorganização da classe trabalhadora

“Não classe”, “irrepresentáveis”, “nova classe operária”, “novos sujeitos coletivos” foram algumas das designações formuladas ao longo das últimas décadas sobre os desempregados e que vieram acompanhadas por compreensões específicas sobre a formação de movimentos destinados a organizar esses trabalhadores, isto é, como uma “impossibilidade sociológica” ou como um “milagre social”. Interpretações que oscilaram entre um forte pessimismo a um grande deslumbramento.

Nesse sentido, estudos sociológicos e políticos, especialmente franceses, procuraram explicar a ausência de lutas sociais protagonizadas por desempregados ou mesmo a impossibilidade da existência de um movimento social de massa composto por estes trabalhadores. Após a significativa diminuição do emprego na França, a primeira análise (GALLAND; LOUIS, 1981) publicada sobre o tema no início dos anos de 1980 indicava alguns elementos explicativos para a ausência de uma mobilização dessa natureza, que seriam retomados ou reelaborados por estudos posteriores (MORA, 1987; FILLIEULE, 1993; DEMAZIÈRE, 1996; PIERRU, 2008).

Segundo Oliver Galland e Marie-Victoire Louis (1981) a heterogeneidade dos trabalhadores em situação de desemprego e a recusa da identidade “desempregado” dificultariam a formação de uma “ação coletiva *organizada e durável*” (GALLAND; LOUIS, 1981, p. 191, grifo dos autores). A falta de uma homogeneidade se expressaria nas diversas situações, reações, comportamentos e na auto-imagem de cada desempregado frente a sua situação; enquanto a própria identificação como desempregado se constituiria em si mesma um problema, seja por poder significar a aceitação da situação de desemprego, seja porque o objetivo almejado seria escapar daquilo com o qual se identifica, seja por ser a “face invertida” da “identidade de trabalhador”. O estatuto negativo do desempregado impediria, então, a constituição de uma identidade coletiva, considerada um dos suportes de uma ação

reivindicativa, já que tal identificação implicaria em reivindicar um estatuto social desvalorizado e estigmatizado.

À heterogeneidade e à ausência de uma identidade comum, outros autores acrescentaram como fatores que interferem na mobilização o isolamento, a vulnerabilidade social e psicológica dos desempregados (MORA, 1987; DEMAZIÈRE, 1996), o peso das estruturas de oportunidades políticas (FILLIEULE, 1993) e a despolitização do desemprego (DEMAZIÈRE, 1996).

De fato, os desempregados não são um grupo homogêneo se considerarmos suas diferentes trajetórias ocupacionais, níveis de escolaridade, formação profissional, experiências de trabalho, permanência na situação de desemprego, além de outras características geracionais, étnicas, de gênero e de classe que os diferenciam e interferem no acesso a um emprego. Mas a homogeneidade tampouco é um atributo dos trabalhadores ocupados e um aspecto suficiente para promover a mobilização, mas sim um fator favorável conforme ressaltam Didier Demazière e Marie-Teresa Pignoni (1998).

A ênfase dada à “heterogeneidade” como fator de desmobilização por parte das análises citadas acima, parece transferir para a análise sobre o potencial político dos desempregados uma leitura, predominante até a década de 1970, que vinculava uma certa homogeneidade da classe trabalhadora, durante a vigência do modelo fordista, com a sua identidade e unidade políticas (AMORIM, 2006). A existência de um padrão nas normas de emprego (expressa por exemplo nos contratos de duração indeterminada e em tempo integral), como também nos processos de produção e trabalho industriais foi interpretada como uma característica comum, que se estendia a todos os trabalhadores e era acompanhada pelo movimento operário (PAGÈS, 2006).

Certamente ao longo das últimas décadas as situações de trabalho se complexificaram e se diversificaram com a reestruturação produtiva e a introdução de políticas específicas que

promoveram uma flexibilização da organização do trabalho (introduzindo trabalho em equipe, círculos de controle de qualidade, desverticalização dos níveis hierárquicos), dos salários (individualizando-os ou associando-os aos níveis de produtividade), dos tipos de contratos e tempo de trabalho (contratos por tempo determinado, temporário, subcontratado, em tempo parcial) e do sistema de proteção social. Mas, conforme argumenta Ricardo Antunes, é preciso não desconsiderar que:

Durante a vigência do taylorismo/fordismo, no século XX, os trabalhadores por certo não eram homogêneos; sempre houve homens trabalhadores, mulheres trabalhadoras, jovens trabalhadores, qualificados e não qualificados, nacionais e imigrantes, etc., isto é, as múltiplas clivagens que marcam a classe trabalhadora. É evidente também que, no passado também já havia terceirização (em geral, os restaurantes eram terceirizados, a limpeza era terceirizada, o transporte coletivo, etc.). Deu-se entretanto uma enorme intensificação desse processo que alterou sua qualidade, fazendo aumentar e intensificar em muito as clivagens anteriores (ANTUNES, 1999a, p. 122).

Neste caso, quando o desempregado é visto como o inverso da identidade de trabalhador trata-se de uma visão que não concebe o desempregado como parte da classe trabalhadora e o desemprego uma possibilidade do trabalho assalariado. De acordo com Valérie Cohen (2003, p. 15 - 16):

Esta produção científica contribuiu em parte para reforçar uma visão relativamente clássica do desempregado e do desemprego, herdeira dos primeiros trabalhos sobre o tema onde a queda do status, a humilhação, a vergonha engendradas pela perda do emprego pareciam pouco compatíveis com a revolta coletiva.

A produção desses estudos iniciais teve como “pano de fundo” as discussões sobre a “crise da sociedade do trabalho”<sup>19</sup>, e a “exclusão social”. A elaboração e difusão deste conceito ocorreram frente às mudanças nas situações de trabalho e de desemprego que vimos

---

<sup>19</sup> A inconsistência teórica das teses sobre o fim da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea é discutida por Ricardo Antunes em vários trabalhos (1995, 1999, 2005). Ver também os estudos de Henrique Amorim (2006; 2009).

retratando até aqui, mas também diante do empobrecimento de setores da população antes estáveis (a chamada “nova pobreza”) e da reformulação do sistema de proteção social mantido pelo Estado (LEAL, 2008). Objeto de diferentes acepções, a definição mais comumente empregada de “exclusão social” a considera como “(...) *o enfraquecimento ou a ruptura dos laços sociais que ligam o indivíduo à sociedade e/ou a condição que ele chega após tal ruptura*” (LEAL, 2008, p. 1 – 2), sendo o trabalho assalariado considerado o principal “laço” e fator de integração social. Nessa perspectiva, a integração é pensada com base na solidariedade, excluindo a idéia de contradição, exploração e luta de classes.

Para alguns autores (PFEFFERKORN, 2007; VAKALOULIS, 1999) o termo “exclusão social” cumpriu uma função ideológica, qual seja: deslegitimar e ocultar toda referência às categorias de análise marxistas. De acordo com Roland Pfefferkorn (2007) o uso do conceito tornou indecifráveis os fenômenos ditos de “exclusão”, impedindo a compreensão da renovação das formas de exploração e dominação ao dissociá-los da sua causa fundamental, isto é, a expropriação sobre a qual repousa a relação salarial.

Enquanto Vakaloulis (1999) observa ainda que o “paradigma da exclusão social” substituiu a análise em termos de trabalho assalariado por uma nova abordagem em termos de estatuto de emprego. Isto implicou uma mudança nas formulações das questões e na forma de compreender os processos sociais em curso, pois a ênfase na temática do emprego tende a opor um indivíduo que detém um emprego e outro desprovido (VAKALOULIS, 1999), ao contrário da oposição entre os possuidores dos meios de produção e os simples proprietários da sua força de trabalho.

Assim, sob a perspectiva da “exclusão social<sup>20</sup>”, Pierre Rosanvallon (1998) caracterizou os desempregados como “irrepresentáveis”, uma “não classe”, “um grupo

---

<sup>20</sup> Pierre Rosanvallon considera como “exclusão social” um modo particular de definir os fenômenos e problemas sociais, sendo que estes não se enquadram mais nas “*antigas categorias da exploração*”. “*Nesse sentido, a exclusão não é um novo problema social, mas uma outra maneira de descrever as dificuldades na*

puramente virtual”, além de lhes atribuir a responsabilidade pela sua condição de excluídos, já que esta quase sempre resultaria de um “processo particular”, de “crises ocorridas na sua vida”, cuja compreensão exigiria a análise das trajetórias individuais, isto é, da “*história dos indivíduos*” (ROSANVALLON, 1998, p. 154). Conforme a explicação desse autor:

A dificuldade de mobilizar e de representar os excluídos se explica pelo fato de que eles se definem pelas crises ocorridas na sua vida, ou seja, por uma negatividade. Por isso, não constituem uma força social que se possa mobilizar. Não são os novos proletários da sociedade de desemprego. Não têm propriamente um interesse comum. Não formam uma classe objetiva, no sentido que a tradição marxista atribui a esse termo (uma posição no processo produtivo). Os excluídos formam, quase essencialmente, uma “não-classe”: são a sombra das disfunções da sociedade, resultam de um trabalho de decomposição, de dessocialização, no sentido forte do termo (ROSANVALLON, 1998, p. 154, grifos do autor).

O trecho citado explicita algumas idéias comuns ao conceito de “exclusão social” apontadas antes. A situação de exclusão não é vinculada às causas estruturais, porque o “excluído” corresponde a algo ocasional no funcionamento da sociedade, ou seja, a uma “disfunção”, por isso ele ser definido também por uma “negatividade” relacionada à privação de um emprego, de uma renda, de uma moradia, mas não pelas relações sociais antagônicas que atingem de modo diferenciado as classes sociais.

Como para Rosanvallon os “excluídos” não têm interesses comuns, tampouco podem ser definidos em termos de classe ou mesmo representados. Argumento que leva o autor a formular a seguinte afirmação: “(...) *Os excluídos são de certa forma “irrepresentáveis”: não formam uma classe que possa ter seus delegados ou porta-vozes. Por isso, não existem sindicatos de desempregados, e sempre fracassaram as tentativas de transformar os milhões de desempregados em uma força coletiva organizada*” (ROSANVALLON, 1998, p. 155).

---

*criação de solidariedades dentro do conjunto social, seja dos indivíduos entre si, seja dos grupos*” (ROSANVALLON, 1998, p. 23; 155).

Somente a partir das lutas do inverno de 1997-1998 desencadeadas pelos principais movimentos de desempregados franceses o questionamento clássico sobre a ausência, a fragilidade e as possibilidades de existência destes movimentos se inverteria, passando a destacar e a refletir sobre a emergência e as características das mobilizações protagonizadas pelos desempregados no país (COHEN, 2003). A visibilização dos protestos dos desempregados na cena pública e mediática produziu, em contraposição ao tom presente em alguns estudos anteriores, um grande entusiasmo. Na ocasião da ocupação pelos desempregados da Escola Normal Superior de Paris, Pierre Bourdieu anunciaria no seu discurso, não só o caráter extraordinário do movimento como o qualificaria como um “*milagre social*” (BOURDIEU, 1999, p. 129), pelo fato da sua existência já representar uma conquista.

Na Argentina, as questões colocadas pelos estudos sobre os movimentos de desempregados diferenciaram-se, de um modo geral, das análises francesas mencionadas por nós. O desenvolvimento das organizações de desempregados parece ter colocado outras questões que propriamente indagações sobre a possibilidade de lutas sociais protagonizadas por estes trabalhadores. Se realmente as ciências sociais neste país demoraram para se despertar para as transformações econômicas e políticas que alteraram a estrutura social como afirma Denis Merklen (2005) ou mesmo para as mobilizações desencadeadas por desempregados no decorrer da década de 1990, como indica Eduardo Rinesi (2010), o fato é que os cientistas sociais viram-se diante de *vários* movimentos sociais de desempregados constituídos, frente aos quais a pergunta – por que os desempregados não se mobilizam? – não cabia; movimentos que aguçavam a “*imaginação sociológica*” e inúmeras interrogações que estas experiências de luta e seus protagonistas colocavam<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Desse modo, ao longo desses anos as problemáticas dos estudos desenvolvidos também variaram ao se dedicarem à análise dos movimentos de desempregados em relação a temáticas específicas: políticas sociais; “*identidade piquetera*”; experiência dos membros no interior das organizações; características dos protestos; surgimento e consolidação das organizações; movimentos e ação sindical; clientelismo, transformações do

O advento desses movimentos ocorreu em uma conjuntura marcada por altos índices de desemprego que destoavam dos registros anteriores verificados ao longo da história do país; índices que tomados isoladamente são insuficientes para compreender a emergência ou não de organizações voltadas especificamente para as demandas dos trabalhadores sem emprego. Sustentamos que, no caso argentino, outros elementos contribuíram com a eclosão dos primeiros confrontos e com a organização dos desempregados: as tradições de luta; a referência presente entre os trabalhadores da extensão do trabalho assalariado e dos direitos a ele vinculados para uma parcela significativa da população; e a radicalidade do processo de implantação do neoliberalismo no país<sup>22</sup>.

A combinação desses fatores com a magnitude alcançada pelo desemprego possibilitou a organização das primeiras lutas nas regiões petrolíferas localizadas no interior do país e a visibilização do perfil e da quantidade de desempregados. O desemprego havia se generalizado e se tornado uma situação comum vivenciada por inúmeros trabalhadores. Tratava-se especialmente de ex-funcionários públicos qualificados e com uma longa trajetória profissional em uma mesma empresa (a YPF – *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*), embora dentre estes se encontrassem trabalhadores de outros ramos de atividade que haviam sido demitidos devido aos impactos provocados na economia local pelo processo de privatização.

Além dos fatores mencionados, acreditamos que outro elemento contribuiu com a conformação de uma unidade política e com a gênese dos primeiros movimentos: os desempregados que protagonizaram essas lutas se identificaram como trabalhadores, em referência ao seu próprio histórico de trabalho, antes que pela sua nova situação; a perda do emprego não havia alterado para esses desempregados a dependência da venda da sua força

---

peronismo e cooptação; mobilização social e regime político. Temáticas que se entrecruzam, ainda que as orientações teórico-metodológicas se diferenciem.

<sup>22</sup> Posteriormente, como discutiremos nos próximos capítulos, a conquista dos planos sociais (benefício concedido com base em programas sociais que exigiam uma contraprestação em trabalho) e a possibilidade dos movimentos administrá-los favoreceu a expansão dos mesmos.

de trabalho para sobreviver e a sua identificação como parte da classe trabalhadora. Daí a idéia “trabalho para todos” e a criação de postos de trabalho ter sido uma das principais reivindicações apresentadas nas regiões petroleiras. O argumento de Maria Orlanda Pinassi (2009) nos ajuda a compreender a condição desses trabalhadores que já não estavam mais inseridos nos processos de produção.

(...) a sombria perspectiva imediata de jamais voltarem a ser readmitidos de forma regulamentada pelo capital, não suprime dos trabalhadores o *ser* da classe à qual permanecem pertencendo. Isso quer dizer que foi a sua forma de existir, melhor, a sua *existência* que mudou, o que necessariamente se reflete na sua consciência de classe e nas suas novas formas de organização, mais adequadas tanto à imediatidade da vida quanto ao enfrentamento mais ofensivo da luta de classes (PINASSI, 2009, p. 60, grifos da autora).

Ao contrário da alusão exclusiva à identificação “desempregado”, à qual estudos e militantes franceses se referem ainda hoje como uma das razões que dificultam a mobilização dos desempregados por ter um significado pejorativo, na Argentina os movimentos buscaram politizar a situação de desemprego e construir uma unidade política com base na recuperação da identidade dos seus membros como trabalhadores, que trouxe embutida as marcas e as referências de lutas classistas realizadas pelo movimento operário e sindical<sup>23</sup>.

Tais referências estiveram presentes também na formação das organizações na Grande Buenos Aires. Nesta, militantes originários de organizações de bairro ou vinculados às Comunidades Eclesiais de Base participaram da constituição desses movimentos e, ao contrário das regiões petroleiras, o perfil dos trabalhadores engajados foi muito mais heterogêneo, por conta de um processo de desindustrialização de longo prazo que repercutiu no parque industrial dessa região e que se acentuou na década de 1990. Por isso, na

---

<sup>23</sup> Com base no seu estudo realizado com vários movimentos de desempregados Davisson de Souza (2009) argumenta que, na origem destes, apesar da ausência da participação direta dos sindicatos (especialmente os grandes sindicatos ligados à CGT), isto não significou a ausência de participação total do sindicalismo. Ao contrário, pois segundo o autor, “(...) os vínculos entre a emergência dos protestos de desempregados e a tradição do movimento operário e sindical argentino” (SOUZA, 2009, p. 50) foram um dos aspectos mais destacáveis nos depoimentos coletados ao longo de sua pesquisa.

composição social das organizações dessa região encontram-se trabalhadores de diferentes ramos de atividade, mas também donas-de-casa e jovens sem nenhuma experiência de trabalho formal e de militância.

Conforme o depoimento de uma das principais lideranças do *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR), entre as condições que permitiram o surgimento dos movimentos de desempregados no país encontra-se “*o legado de organização e a experiência histórica da classe trabalhadora argentina*” (Sarmiento, 56 anos, Membro da Mesa Executiva Nacional do MTR, 19/09/2007)<sup>24</sup>.

Por isso o termo “*piquetero*”, em referência ao principal instrumento de luta utilizado originalmente e retomado dos protestos operários, passou a ser utilizado pelos movimentos com o objetivo de construir uma identidade coletiva e politizada do desempregado mobilizado, numa tentativa de se contrapor aos estereótipos aos quais estes eram (e ainda são) associados. Conforme ressalta Machado (2004, p. 198, grifos do autor): “*os piqueteiros tiveram (e têm) de construir na luta política, através das reivindicações mais imediatas, uma identidade coletiva. Ser piqueteiro não era o mesmo que ser desempregado*”. O que não quer dizer que esta identificação tenha permanecido ileso de estigmas negativos atribuídos pelo governo e meios de comunicação de acordo com uma estratégia de desqualificação dos movimentos ou que tenha sido incorporada por todos os militantes<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Para preservar o anonimato dos entrevistados todos os nomes são fictícios, exceto no caso dos dois membros do movimento francês AC!, que será tratado no Apêndice.

<sup>25</sup> Dois estudos etnográficos (QUIRÓS, 2006; CURTO, 2007) colocaram em questão a idéia de uma “identidade social” ao observarem como alguns membros dos movimentos pesquisados referiam-se às organizações e à sua participação nos protestos. As falas “*estar com os piqueteros*” e “*quando vamos de piqueteros*” observadas, respectivamente, por Julieta Quirós (2006) e Maria Curto (2007) vão de encontro à idéia da incorporação de uma identidade por parte de alguns membros; mas, se “*o rótulo piqueteros pode ser uma classificação que essencializa algo que o próprio sujeito vive de modo relacional e contextual (...)*,” como ressalta Quirós, é necessário considerarmos também o impacto sobre os participantes das desqualificações produzidas pelos meios de comunicação e pelo próprio governo a respeito dos movimentos. A luta ideológica corresponde a uma das formas de deslegitimar e enfraquecer as mobilizações, ao colocar a população contra as organizações e ao interferir na postura política e no engajamento de alguns integrantes. Aproveitamos para esclarecer que neste trabalho, como o leitor poderá perceber, não utilizamos o termo *piquetero* porque percebemos algumas mudanças no interior dos movimentos de desempregados durante os últimos anos que nos impedem de defini-los como tal, como por exemplo, a incorporação de trabalhadores assalariados ocupados na sua base social. Além

Embora a constituição dos movimentos e a própria dimensão adquirida pelo desemprego na Argentina pudessem colocar em questão uma análise dos desempregados como “atomizados”, sem “interesses comuns” ou como “excluídos”, o conceito de “exclusão social” não foi descartado, como se observa no estudo de Cecília Samanes (2007). Para essa autora os trabalhadores ocupados “(...) *cumprir uma função social bem específica: produzir socialmente mercadorias necessárias para o benefício geral*” (2007, p. 259). Nesse sentido, os desempregados não cumpririam uma função social definida e teriam como característica comum a condição de “excluídos”. Uma vez convertidos em desocupados, os trabalhadores perderiam o acesso a bens e serviços, o seu pertencimento de classe e se transformariam em uma imensa “massa”, compartilhando com outros indivíduos a condição objetiva de não possuírem trabalho.

Partindo de uma visão funcionalista que naturaliza a produção de mercadorias e a função social cumprida pela força de trabalho, mas também que define a condição de classe pela posição ocupada exclusivamente na estrutura produtiva, os desempregados não se encaixariam para a autora na estrutura social e necessitariam ser “incluídos”. A implicação prática de concepções como essa se encontra nos programas sociais assistencialistas que retomam justamente a dualidade “exclusão/inclusão social”.

Mas em outro extremo encontramos discussões completamente distintas, como é o caso da análise de Raúl Zibechi (2003), que concebe o “movimento *piquetero*” como parte de um processo social de formação de uma nova classe operária cujas principais características seriam: mais heterogênea (com um maior protagonismo de jovens e mulheres e maior diversidade cultural e social), menos hierárquica e mais autônoma em relação ao sistema

---

disso, houve na Argentina uma generalização desse termo, ao ser utilizado para identificar manifestantes de mobilizações não vinculadas com as demandas dos desempregados e nem mesmo com as suas organizações (como ocorreu no início de 2010 quando a mídia identificou os manifestantes de movimentos ambientalistas, entre outros, que paralisaram por várias semanas a rodovia que dá acesso ao Uruguai devido à atuação da empresa de papel instalada na fronteira entre esses dois países. Aqui o uso do termo não é incorreto se o método de luta for tomado como referência para os movimentos envolvidos, mas ele tende a confundir a população).

político e ao Estado. A “organização territorial complexa” seria o eixo desta “terceira classe operária”, em oposição à primeira e à segunda, articuladas, respectivamente, em torno do sindicato de ofícios e do sindicato de massas. Cabe ressaltar ainda que um dos aspectos importantes na concepção do autor é o maior nível de autonomia alcançado por essa “nova classe” por meio da sua própria produção material:

Com efeito, a classe operária do período desenvolvimentista estava centrada nas fábricas e dependia do emprego assalariado que lhe ofereciam os patrões. Agora tende a criar suas próprias fontes de renda, de forma muito diversificada (desde fábricas recuperadas dos patrões até a recuperação e auto-produção), mas localizada em espaços sob seu controle (ZIBECHI, 2003, p. 171).

Se, por um lado, é necessário reconhecer as experiências colocadas em prática pelos movimentos de desempregados no sentido de desenvolver projetos produtivos baseados na autogestão e em princípios que procuram construir novas relações de trabalho, é importante reconhecer igualmente qual é concretamente a dimensão da “autonomia” apontada pelo autor, como também os riscos implícitos na defesa de uma nova “classe operária” para a construção de uma unidade política entre as organizações tradicionais de representação do proletariado e movimentos sociais como os de desempregados.

As duas abordagens acima apresentam problemas: uma torna praticamente impensável a constituição de um movimento social de desempregados, neutraliza as relações antagônicas de classe pela retórica da “inclusão” e minimiza (para não dizer elimina) a capacidade de reação e resistência dos trabalhadores desempregados; a outra supervaloriza a existência e as práticas dos “movimentos *piqueteros*”, correndo o risco de não perceber os limites e os impasses nas ações e lutas colocadas em prática pelos mesmos.

Partimos de outra perspectiva de análise: concebemos os movimentos de desempregados como *formas de reorganização ou recomposição* das lutas da classe trabalhadora que emergem em reação à ofensiva das classes dominantes expressa pela

redefinição das formas de exploração e dominação postas em prática nas últimas décadas do século XX. Apesar das diferenças apresentadas por esses movimentos em relação às organizações tradicionais de luta do proletariado, não os desvinculamos de um movimento mais geral e histórico de confrontação às relações antagônicas de classe. Estas, uma vez que se tornaram ainda mais acirradas com a ampliação dos mecanismos de exploração da força de trabalho, atingiram o movimento operário e sindical ao mesmo tempo em que contribuíram com as condições que levariam à gestação dos movimentos de desempregados.

Nessa pesquisa não tivemos como objetivo analisar a condição de classe dos desempregados, mas ao contrário das concepções que os desvinculam de qualquer pertencimento de classe, consideramos aqueles mobilizados pelos movimentos de desempregados como parte da classe trabalhadora. A base social desses movimentos, conforme alguns estudos demonstram (BOTTARO, 2003; MACEIRA; SPALTENBERG, 2001; SVAMPA; PEREIRA, 2003) é composta por trabalhadores com trajetórias ocupacionais prévias na indústria (têxtil, alimentícia, metalúrgica, etc.), na construção civil, no setor de comércio, no setor informal (como empregadas domésticas, vendedores ambulantes, pedreiros...), além de jovens sem nenhuma experiência de trabalho. Trata-se de trajetórias precedentes caracterizadas para uma parcela desses desempregados por períodos de estabilidade no emprego e, para outra, pela inserção instável no mercado de trabalho e pela ameaça recorrente do desemprego (como é o caso dos originários do setor informal).

O fato dos movimentos apresentarem esta composição social não significa dizer que todos assumam um caráter de classe ou que as práticas políticas daqueles que o admitem expressem de fato esse caráter ou um posicionamento anticapitalista.

A emergência destas formas de organização expressa, então, *tentativas* de contraposição à desorganização e desmobilização dos trabalhadores. Enfatizamos nesta reflexão as palavras *formas* e *tentativas* porque se trata de um processo histórico ainda em

curso. Mas para compreendermos esse campo em aberto é necessário tratarmos precisamente como se dá a emergência da luta dos desempregados. Para tanto, discutiremos no próximo capítulo a constituição do neoliberalismo e as suas principais características, bem como a sua implantação e consolidação na Argentina.

## Capítulo 2

### **Da conformação do neoliberalismo às particularidades da sua implantação na Argentina**

O processo de reorganização do capital posto em prática a partir dos anos de 1970 envolveu desde reestruturações no âmbito produtivo ao redefinir as formas de exploração da força de trabalho pela incorporação de inovações tecnológicas e gerenciais, como a aplicação do neoliberalismo, um novo modelo político-econômico que acentuou a desigualdade social, reduziu direitos trabalhistas e restaurou o poder e a renda das classes dominantes. O crescimento do desemprego ao longo das últimas três décadas resultou não apenas das transformações tecnológicas e organizacionais, mas também da ofensiva do capital à correlação de forças configurada no pós-guerra.

Por isso, discutiremos neste capítulo, a conformação desta ofensiva expressa na configuração do neoliberalismo e, em um segundo momento, a implantação deste modelo na Argentina, destacando em nossa análise as políticas que contribuíram com a acentuada redução do emprego no país e com a deterioração das condições de vida e trabalho do conjunto dos trabalhadores. Com essa discussão pretendemos explicitar as transformações estruturais pelas quais a sociedade argentina passou ao longo das últimas décadas e que nos ajudam a compreender a emergência dos movimentos de desempregados, cuja trajetória ao longo desses quase quinze anos chama a atenção não apenas para as suas particularidades enquanto movimento social originado em uma conjuntura específica, mas também para o seu papel frente à reconfiguração das relações de dominação e exploração.

## 2.1 – Neoliberalismo: a ofensiva das classes dominantes

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento (HARVEY, 2008, p. 15).

Os fundadores do neoliberalismo demonstraram ter clareza da importância de um aparato conceitual como instrumento necessário para a conformação de novas práticas sociais e para o estabelecimento de uma nova ordem social, ainda que a aplicação prática do arcabouço teórico neoliberal tenha sido contraditória. Rejeitando os rumos tomados pelo capitalismo desde a crise de 1929 e o caráter “coletivista” (CRUZ, 2007) das políticas implementadas durante o pós-guerra, os formuladores do neoliberalismo mobilizaram os ideais políticos de liberdade e dignidade individual, que consideravam ameaçados, entre outros fatores, pelo comunismo e pela descrença na propriedade privada e no mercado competitivo (HARVEY, 2008). O neoliberalismo representou então a contraposição a tais ameaças e configurou-se como um movimento intelectual, um modelo econômico-político e uma ideologia.

Como movimento intelectual, o grupo reunido na Sociedade de *Mont Pelérin* criou vários mecanismos de propagação das suas mensagens para o seu público alvo e para o cidadão comum, assim como se manteve sempre vinculado aos representantes das altas finanças (como banqueiros, financistas, executivos de grandes corporações e etc.) até vir a informar os documentos e diretrizes dos governos (CRUZ, 2007). Se durante décadas as idéias neoliberais permaneceram ocultas, elas alcançaram visibilidade e respeitabilidade quando Hayek, em 1974, e Friedman, em 1976, ganharam o prêmio Nobel; justamente quando a crise se expandia e tornava-se cada vez mais emergencial solucioná-la.

O principal alvo de ataque dos formuladores do neoliberalismo era a intervenção estatal na economia, considerada um entrave para a liberdade individual dos cidadãos e para a competição criadora (MORAES, 2001). Por isso, em sua formulação teórica o neoliberalismo recusou a intervenção do Estado em defesa do mercado como única instituição capaz de garantir o bem-estar geral da sociedade e reiterou os princípios do liberalismo econômico ao defender a liberdade econômica, a concorrência e a soberania do consumidor (BOITO, 1999; CRUZ, 2007). A liberdade individual referia-se à ausência de qualquer impeditivo às iniciativas e tomadas de decisão dos agentes na esfera do mercado, pois sem nenhum tipo de entrave, a concorrência entre eles seria estimulada, levando-os a oferecer melhores produtos; inevitavelmente o fracasso de cada indivíduo decorreria das suas tomadas de decisões já que se encontravam em condições de igualdade no mercado. Em contrapartida, os consumidores teriam a sua liberdade de escolha garantida e uma variedade maior de produtos a sua disposição. O que estava pressuposto nesta visão era a falsa idéia de igualdade de condições e de acesso às informações por parte desses agentes e do caráter não interventor do Estado como facilitador das políticas favoráveis à reprodução do capital.

Por isso, a rejeição neoliberal às intervenções estatais não se estendeu às funções cumpridas pelo Estado em relação à preservação dos interesses das classes dominantes e ao funcionamento do mercado, como por exemplo, a proteção dos direitos de propriedade (TEIXEIRA, 1998). Afinal, transformações de ordem econômica e política não ocorrem desarticuladas do regime de direito, sobretudo se estão voltadas para a configuração de uma nova ordem social.

Neste caso, as intervenções do Estado na reformulação das legislações foram imprescindíveis para a consolidação do neoliberalismo. A redução (ou mesmo extinção) de direitos sociais e trabalhistas, a criação de novas formas de contrato de trabalho, o repasse da gestão de empresas e serviços públicos para a iniciativa privada por meio da privatização

pautaram-se em decisões acordadas no campo legislativo e sem nenhuma neutralidade. O mesmo pode ser dito em relação à importância dada à esfera jurídica e militar na repressão e criminalização dos movimentos sociais.

Os exemplos citados acima mostram que não se tratou, como é propagado pelo discurso neoliberal, do fim da intervenção estatal, mas sim da sua reformulação (BOITO, 1999). Apesar da apologia ao livre mercado e a um “Estado Mínimo”, na prática este se efetivou nas funções relacionadas à proteção social, à política industrial, às políticas de emprego, entre outras; por outro lado, é por meio do Estado que as classes dominantes exercem o seu poder, nesse sentido, ele não só continuou cumprindo esse papel, como foi interpelado a intervir ativamente quando os interesses destas classes estavam em risco. Ao contrário do que se poderia pensar, então, com o neoliberalismo o poder do Estado não se enfraqueceu, mas sim foi reforçado globalmente (DUMÉNIL; LÉVY, 2006).

Tais exemplos evidenciam também o caráter ideológico do neoliberalismo, que merecem uma análise mais detida. Para tratarmos do neoliberalismo como ideologia retomamos aqui os estudos de Bihr (2007) e Harvey (2008). Estes autores mostraram a importância da elaboração de um discurso como parte das políticas e da ideologia neoliberal (Bihr, 2007), bem como a necessidade da construção de um consentimento que permitisse a difusão do neoliberalismo (Harvey, 2008).

Em seu estudo “*La Novlangue Néolibérale*” (2007) Bihr analisou precisamente o discurso neoliberal, o qual, segundo o autor, teria sido elaborado com a finalidade de justificar as políticas neoliberais, ao dissimular o conteúdo de classe das mesmas, como também de reforçá-las ao difundir uma linguagem comum. A função ideológica desse discurso apareceria no seu conteúdo (pressupostos, problemática, conceitos-chave, proposições doutrinárias) e se efetivaria por meio de procedimentos retóricos, como é o caso da “inversão de sentido” e da “obliteração de sentido”.

Enquanto a inversão de sentido refere-se à substituição (ou transformação) de um determinado sentido pelo seu contrário, a obliteração refere-se ao obscurecimento e ao impedimento do uso de certas palavras/idéias subversivas/críticas por meio da introdução de um novo vocabulário que as tornam pouco a pouco inutilizáveis e incompreensíveis, a ponto de desaparecerem do uso cotidiano. Ambos, inversão e obliteração, complementam-se como procedimentos retóricos e correspondem a modos operatórios do estabelecimento de uma “*novlangue*”, isto é, de uma nova língua tal como foi tratada por George Orwell (1903-1950)<sup>26</sup> e que Bihr retoma para caracterizar o discurso neoliberal.

Embora possa ser questionável a idéia do estabelecimento de uma *novlangue* pelo neoliberalismo, aqui retomamos do autor a sua desconstrução do discurso neoliberal ao se centrar sobre a dupla capacidade que este tem de extinguir ou reverter pouco a pouco o sentido de palavras, idéias e pensamentos, difundindo-se e se tornando preponderante na esfera política, midiática, acadêmica e no senso comum. Assim, liberdade, igualdade, reforma, entre outros termos que são expressões de pensamentos e visões de mundo tiveram seu sentido invertido, enquanto outros, como força de trabalho, investimento social, exploração foram obscurecidos por capital humano, despesa social e exclusão social.

Para exemplificar, a expressão força de trabalho ganhou uma nova roupagem com a sua designação pelo termo capital humano, utilizado com o objetivo de convencer os trabalhadores de que possuem de fato um capital que é a sua própria força de trabalho e, por isso, devem comportar-se como empreendedores, gerenciando as suas qualidades ou propriedades valorizadas pelo mercado. Com este procedimento se mascara a condição de mercadoria da força de trabalho e tenta fazer de cada trabalhador um capitalista como outro qualquer; não há então divisões e diferenças entre capitalistas e trabalhadores, pois cada

---

<sup>26</sup>No romance *1984* a “*novlangue*” corresponde a uma nova língua destinada a tornar impossível toda dúvida, toda reflexão crítica e toda contestação ao ser imposta sobre o plano lingüístico, psicológico e intelectual dos indivíduos. Para Bihr, dois dos principais princípios presentes no modo operatório da *novlangue orwelliana* - a inversão de sentido e a obliteração de sentido – encontram-se no interior do discurso neoliberal e são apropriadas para caracterizá-lo.

indivíduo deve se considerar como “(...) *um centro potencial autônomo de acumulação de riqueza monetária, como a empresa capitalista*” (BIHR, 2007, p. 26).

Nessa linha de raciocínio, se o trabalhador encontra-se em subempregos ou desempregado, isto se deve a sua incapacidade de valorizar devidamente o seu “capital humano”, por exemplo, investindo na sua qualificação, na sua experiência profissional e em todas as outras dimensões da sua existência que sejam valorizadas pelo mercado (conhecimento cultural, carreira, relações pessoais). Em outras palavras, a situação de desemprego seria culpa do próprio desempregado que não tornou atrativa sua força de trabalho de acordo com os interesses do mercado. O argumento estende-se para os trabalhadores em empregos estáveis, pois a situação destes se deve aos empreendimentos contínuos que realizam dentro e fora do trabalho para valorizar e acumular o seu “capital”.

Os efeitos ideológicos do “capital humano” são muitos: culpabilização do indivíduo pela sua situação de trabalho; intensificação da concorrência entre os trabalhadores estáveis, que vêm na busca da qualificação contínua o caminho para sua ascensão; enfraquecimento da solidariedade de classe e dissimulação das relações de classe. Sob o termo “capital humano” é ocultada então a distribuição e apropriação desigual dos recursos (materiais, sociais, culturais, simbólicos) que permitem a valorização do capital – a exploração da força de trabalho – e a natureza desta exploração – a expropriação de sobretrabalho sob a forma de mais-valia –, como se todos fossem empreendedores de si mesmos, isto é, capitalistas. Como analisa Bihl (2007, p. 28): “*Falar de “capital” a propósito disto [a força de trabalho] que é o contrário mesmo do capital e, ao mesmo tempo, seu princípio gerador, é inverter todas as relações de produção capitalistas tornando-as incompreensíveis*”.

O neoliberalismo soube também mobilizar a seu favor percepções e insatisfações presentes na vida cotidiana e no senso comum a respeito da burocracia estatal, da utilização dos recursos públicos, da restrição de determinados direitos a alguns setores sociais com a

finalidade de obter a adesão popular para as suas propostas. Conforme a análise de Harvey (2008) nos indica, para que o neoliberalismo alcançasse legitimidade era fundamental a obtenção do apoio de setores que seriam provavelmente contrários aos seus objetivos, ou seja, era necessária a construção de um consentimento político. Daí a importância da difusão de um discurso neoliberal e de outros “mecanismos ideológicos e culturais” que fossem capazes de construir esse consentimento político em amplos segmentos da população. Segundo o argumento desse autor:

(...) foi hegemônico o recurso a tradições e valores culturais. O projeto declarado de restauração do poder econômico a uma pequena elite provavelmente não teria muito apoio popular. Mas um esforço programático de defesa da causa das liberdades individuais poderia constituir um apelo a uma base popular, disfarçando assim o trabalho de restauração do poder de classe. Além disso, uma vez que fez a virada neoliberal, o aparato do Estado pôde usar seus poderes de persuasão, cooptação, chantagem e ameaça para manter o clima de consentimento necessário à perpetuação de seu poder (HARVEY, 2008, p. 50).

Todavia, a forma pela qual esse consentimento foi forjado, variou de lugar para lugar, envolvendo diferentes mecanismos ideológicos e culturais: desde o apelo a tradições religiosas, nacionalistas, como o cultivo de valores individualistas, familiares e consumistas. A importância de determinadas tradições políticas e culturais presentes no senso comum diferenciaram não somente a construção desse consentimento, como o grau de aceitação política dos ideais neoliberais e as formas de resistências que emergiram contra estes. De todo modo, o neoliberalismo conseguiu por meio desse consentimento romper com as políticas de bem-estar social e de caráter keynesiano, que tinham como um dos seus objetivos o pleno emprego.

O ano de 1979 pode ser considerado como uma data emblemática para o desenvolvimento do neoliberalismo como novo modelo-econômico (DUMÉNIL; LÉVY, 2006; 2004; HARVEY, 2008), pois mesmo que políticas neoliberais tenham sido implantadas

a partir de 1973 no Chile, somente a partir do final dos anos de 1970 elas começariam a ser introduzidas por Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

Com o objetivo de reverter a crise estes governos adotaram uma política monetária destinada a reduzir a inflação pelo aumento da taxa de juro e aplicaram um conjunto de medidas destinadas a reduzir gastos sociais e orçamentários, como também romper com o compromisso político vigente até então com os trabalhadores, por meio da flexibilização dos seus direitos trabalhistas e do ataque ao movimento sindical. Nesses dois países os governos procuraram minar o poder das organizações sindicais mais combativas, incentivando a desindustrialização das regiões industriais com um sindicalismo forte (como ocorreu nos EUA), ou enfrentando diretamente as mobilizações e as longas ações grevistas, como a dos controladores de vôo estadunidenses e a dos mineiros ingleses, que se tornaram simbólicas do tratamento que passaria a ser destinado às lutas sindicais (HARVEY, 2008). De acordo com Chesnais (1996, p. 34, grifos do autor):

Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir *tão depressa e tão radicalmente* os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for [fosse] conveniente.

Como dito anteriormente as classes dominantes agiram contra uma ameaça política e econômica. Um exame minucioso e crítico do significado desta reação encontra-se nos estudos de Harvey (2008) e nos trabalhos conjuntos de Duménil e Lévy (2004, 2005, 2006). Estes autores defendem a tese de que o neoliberalismo<sup>27</sup> corresponde a uma nova ordem

---

<sup>27</sup> Harvey (2008, p. 27) utiliza em alguns momentos o conceito “neoliberalismo” referindo-se ao caráter mais teórico e ideológico das práticas político-econômicas neoliberais e, em outros, “neoliberalização”, que corresponderia ao projeto utópico de reorganização do capitalismo internacional e ao projeto político de “(...) restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas”. Contudo, esta diferenciação entre os dois termos muitas vezes não fica evidente no seu trabalho. Embora a

social colocada em prática com o objetivo de restaurar o poder das frações dominantes e envolveu uma reconfiguração das relações de classe. Enquanto durou o acordo do pós-guerra, a redução do poder econômico dessas classes não lhes parecia tão significativa, uma vez que os níveis de crescimento continuavam altos; contudo, quando estes se retraíram com a crise dos anos de 1970, causando uma queda acentuada no valor dos ativos (ações, imóveis, poupanças), essas classes reagiram em busca da restauração do seu poder econômico e político (HARVEY, 2008; DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

Baseando-se em dados estatísticos esses autores (especialmente Duménil e Lévy) comprovam como a renda e a riqueza das famílias mais ricas dos EUA aumentaram significativamente no período neoliberal, em contraste com a queda acentuada que haviam sofrido durante os anos de 1970. O 1% da população com a renda mais alta do país recebia 16% do total da renda dos EUA antes da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial; porcentagem que caiu para 8% depois deste confronto e assim permaneceu até o início dos anos de 1980, quando se recuperou atingindo níveis mais altos que os obtidos antes da crise de 1970 (DUMÉNIL; LÉVY, 2004; HARVEY, 2008). Esmiuçando ainda mais esses dados, 0,1% dos mais ricos tiveram um aumento na sua parcela da renda nacional que passou de 2% em 1978 para 6% por volta de 1999 (HARVEY, 2008). Entre as condições que proporcionaram a elevação da renda dessa camada mais rica da população destacam-se: correção das taxas de juros pela inflação; aumento das cotações da bolsa também corrigidas pela inflação; melhoria da rentabilidade das empresas, distribuição de uma parte dos lucros sob a forma de dividendos e diminuição brutal dos impostos corporativos como nunca se viu na história (DUMÉNIL; LÉVY, 2004; HARVEY, 2008). Para se ter uma idéia, nos EUA a

---

denominação mais comum seja “neoliberalismo”, há quem empregue somente o termo “liberalismo” (MOURIAUX, 2002) e, em alguns casos, quem utilize dois termos (neo)liberalismo/neo-liberalismo e neoliberalismo (BIHR, 2007; HUSSON, 1996; 2008). Em Bihl (2007) essa diferenciação indica, respectivamente, uma continuidade entre o liberalismo clássico e a sua extensão contemporânea (daí o uso de “neo-liberalismo”) e o que é específico do neoliberalismo e oposto ao liberalismo clássico.

faixa mais alta dos impostos corporativos diminuíram de 70% para 28% (HARVEY, 2008, p. 35).

Uma das particularidades desse processo de restauração foi o crescimento da renda financeira (juros e dividendos) apropriada: entre 1952 e 1979 ela correspondia a 10% da renda total dessas famílias, enquanto entre 1980 e 2003 atingiu 17% (DUMÉNIL; LÉVY, 2004). Para se ter uma idéia: “(...) em 2000, a renda financeira que os EUA retiraram de suas relações com o resto do mundo foi superior ao conjunto dos lucros de suas próprias sociedades em território americano. Um imperialismo musculoso, então, e crucial para a remuneração do capital nesse país” (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 24). O que demonstra a importância da abertura internacional da economia e do aumento da taxa de juros na reestruturação do capital e no restabelecimento da renda e riqueza das classes dominantes.

Por um lado, esta abertura eliminou barreiras regulatórias que restringiam a atividade financeira e proporcionou a difusão dos serviços e mercados financeiros<sup>28</sup>. Mesmo dedicando-se à produção, grandes corporações assumiram cada vez mais uma orientação financeira, obtendo ganhos provenientes de operações de crédito, especulações em moedas voláteis e seguro, entre outras operações. Mas a projeção do capital financeiro tampouco se realizou sem a liberalização das barreiras que incidiam sobre o capital produtivo. Além da necessidade de instituições destinadas a regular o funcionamento da economia mundial (como FMI, OMC e Banco Mundial) a “interpenetração” entre capital produtivo e financeiro exigiu cada vez mais uma liberdade de movimentação para áreas de produção e de comercialização, bem como uma liberdade na regulação dos serviços públicos e do mercado de trabalho (CHESNAIS, 2003; ARCEO, 2005).

---

<sup>28</sup> *Financialization* (Financeirização) é o termo comumente usado para designar a livre circulação de capitais decorrente do processo de liberalização dos mercados nacional e financeiro, mas a sua tradução para o português aparece no livro de Harvey (2008) como “financialização” com o objetivo de reforçar a idéia de subordinação da economia como um todo ao capital financeiro para fins especulativos de acumulação do capital. Outros autores, como Chesnais (1996, 2003) utilizam o conceito “mundialização do capital” que corresponde a uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, resultante da liberalização financeira, da privatização e da abertura dos mercados nacionais.

Disso resulta a importância que tecnologias de informação e novas formas de gestão da produção obtiveram nesse contexto ao se articularem com a liberalização e a flexibilização do mercado de trabalho. A eficácia das decisões políticas e econômicas favoráveis à movimentação internacional do capital contou também com a eficiência das tecnologias de informação para as atividades especulativas e para o estabelecimento de contratos a curto prazo. Tornaram-se cada vez mais necessárias inovações gerenciais e tecnológicas que permitissem acompanhar a mobilidade e a expansão no mercado mundial do capital produtivo e reduzir os custos envolvidos na produção (CHESNAIS, 1996). Daí a difusão da “teleinformática” e do sistema produtivo toyotista, que expandiram as práticas de subcontratação da força de trabalho e a terceirização das atividades produtivas, introduzindo novas formas de exploração da força de trabalho.

Com isso, intensificou-se a internacionalização dos processos produtivos por parte das grandes empresas, cujas atividades intensivas em trabalho já haviam sido transferidas para as economias periféricas durante a crise de 1970 em busca de redução de custos. As empresas “transnacionais”, como denomina Enrique Arceo (2005, 2006), ganharam uma maior mobilidade e capacidade de transmitir às filiais informações precisas sobre especificidades do processo produtivo, do produto ou até mesmo de tarefas diárias por meio de programas computadorizados que permitem acompanhar em tempo real o andamento da produção onde quer que ela esteja sendo realizada. Desse modo, as empresas transnacionais desenvolveram distintas fases de um processo produtivo fragmentado (ARCEO, 2005; 2006).

Por outro lado, teve um papel importante nesse processo de reestruturação capitalista a elevação da taxa de juros, que durante a década de 1970 esteve frequentemente negativa e em 1981 aproximou-se dos 20%, provocando conseqüentemente o aumento do desemprego e endividando inúmeros países devedores, que haviam sido estimulados pela liberalização do crédito e do mercado financeiro internacionais a contrair empréstimos em dólares americanos.

Em troca da ajuda do FMI e do reescalonamento da dívida estes países foram obrigados a realizar ajustes estruturais, muitos deles já implementados pelos EUA e pela Grã-Bretanha, como os cortes nos gastos sociais, abertura comercial e financeira, privatização e flexibilização do mercado de trabalho (HARVEY, 2008). Isto evidencia que: *“a restauração do poder a uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente na mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural”* (HARVEY, 2008, p. 38).

Mas a semelhança apontada na análise de Harvey, Duménil e Lévy não se estende para a forma como compreendem a classe favorecida pelo neoliberalismo.

Para Duménil e Lévy (2004, 2006a) o neoliberalismo correspondeu à ofensiva das frações superiores das classes capitalistas e suas instituições financeiras, denominadas por eles como “finança”. Utilizada freqüentemente para designar as instituições financeiras, a finança denominaria também para esses autores o grupo social cuja propriedade dos meios de produção está materializada sob a forma de ações, isto é, títulos, que lhe garantem a obtenção de uma parcela do lucro das empresas e a sua atuação como credores. Esse grupo dependeria, então, da mediação das instituições financeiras no controle dos seus títulos. De acordo com a explicação de Duménil e Lévy (2005, p. 10):

Num tipo de capitalismo onde propriedade e gestão estão separadas, a propriedade dos meios de produção por esses grupos sociais se exprime através da detenção de ações, isto é, de títulos: eles são, de igual modo, os credores, pois possuem os títulos de crédito que lhes dão direito sobre uma parte dos lucros das empresas. Esta propriedade tem, portanto, um caráter financeiro. (...) O fato da gestão das empresas passar às mãos de assalariados poderia ter significado uma perda de poder dos proprietários “financeiros”, contudo o poder deste proprietário se concentrou, desde o início, nas poderosas instituições financeiras, como os bancos, os holdings financeiros e fundos diversos (de pensão, para o financiamento de aposentadorias, ou de outra natureza). Chamamos finança estas frações superiores das classes capitalistas e suas instituições financeiras.

Assim, comporiam as finanças os gestores<sup>29</sup> vinculados à alta gerência, aos conselhos administrativos, que passaram a ter um poder cada vez maior com a obtenção de ações das empresas gerenciadas e, especificamente, com o aumento do seu controle sobre o aparato produtivo e sobre a alocação do capital. Um dos aspectos da reconfiguração das relações de classe no neoliberalismo estaria relacionado, para esses autores, à ampliação do poder dessa categoria de profissionais. A restauração da renda e do poder corresponderia, então, a um projeto que envolveria financistas e gestores.

Mesmo concordando que esses grupos sejam um dos núcleos que obteve uma ascensão do seu poder de classe, Harvey argumenta que seria incorreto atribuir a noção de “classe alta” apenas às “finanças”. Novidades em termos de oportunidades de empreendimento, de relações de mercado e de estruturas nas relações comerciais teriam proporcionado o surgimento de “processos de formação de classe substancialmente novos” (HARVEY, 2008, p. 42) envolvendo indivíduos que emergem nessa conjuntura com grandes fortunas pessoais e com um grande poder de influência sobre decisões políticas e assuntos globais. Com isso, o neoliberalismo teria envolvido também uma reconfiguração do que constitui uma “classe alta”.

Paralelamente, o processo de reestruturação capitalista implicou uma elevação do grau de exploração da força de trabalho e da desigualdade social no interior dos países e entre eles. Esta, como tão bem destaca Harvey, pode ter sido sempre a *raison d'être* do projeto neoliberal, afinal: “efeitos redistributivos<sup>30</sup> e uma desigualdade crescente têm sido de fato uma característica tão persistente do neoliberalismo que podem ser considerados estruturais em relação ao projeto como um todo” (HARVEY, 2008, p. 26). Antes que um modelo de

---

<sup>29</sup> Os autores utilizam em francês o termo “*cadre*” para se referir à categoria dos gestores/administradores com curso universitário (ou sem curso superior para o caso dos *cadres* médios) e que desempenham importantes funções de comando e direção na estrutura hierárquica das empresas. Ver: Duménil e Lévy (2003, p. 17).

<sup>30</sup> Redistribuição, vale frisar, favorável às altas esferas capitalistas, cuja renda e patrimônio alcançaram uma concentração que não se via desde as primeiras décadas do século XX, inclusive obtida, em certa medida, pela administração das recorrentes crises financeiras das últimas três décadas que se tornou uma “(...) *sofisticada arte de redistribuição de riqueza de países pobres para países ricos*” (HARVEY, 2008, p. 175).

desenvolvimento social, o neoliberalismo aproximou-se muito mais a um “*modelo de não-desenvolvimento*” (ARCEO; BASUALDO, 2006, p. 24) como pode ser observado em várias partes do mundo pelos impactos que produziu nos indicadores de bem-estar social e na elevação dos índices relativos ao desemprego, à concentração de renda, à economia informal.

A concordância da existência de certo nível de desigualdade social como um caráter estrutural ou um objetivo do neoliberalismo (ANDERSON, 1995) não deve, contudo, nos levar a generalizar e a uniformizar as suas conseqüências, como se não mais existissem diferenças entre as economias centrais e periféricas.

Ainda que os impactos mencionados acima tenham sido verificados em todo o mundo, a sua intensidade não foi a mesma nas regiões periféricas (ARCEO, 2006; ARCEO; BASUALDO, 2006; AMORIM; ARIAS, 2009). Se não faz parte dos objetivos do neoliberalismo o desenvolvimento dos países centrais ou periféricos como defendem Duménil e Lévy (2005), isto tampouco significa que a implantação das políticas neoliberais e as suas conseqüências foram semelhantes entre eles. Aqui é exemplar o caso da América Latina considerada no final do século XX a região mais endividada e vulnerável dentre as economias periféricas, como também a mais desigual do mundo<sup>31</sup> (FERRER, 2010).

A data emblemática das transformações operadas na América Latina foi o ano de 1982, quando o Banco Central dos EUA, o *Federal Reserve* (FED) estabeleceu o aumento da taxa de juros como medida obrigatória para o controle inflacionário. A imposição deste aumento provocou conseqüentemente a elevação da dívida externa dos países da região a valores impagáveis (DUMÉNIL, 2005), cuja negociação obteve-se junto às instituições financeiras mediante à aceitação da aplicação do programa de ajustes estruturais, pretensamente apresentado como a solução para a estabilidade monetária e o desenvolvimento

---

<sup>31</sup> Dentre as economias periféricas nossa análise restringe-se à América Latina devido a sua importância para a compreensão da Argentina, ademais, a abordagem das especificidades de outras regiões fugiria de nossa discussão mais central. Um exame mais detido sobre estas outras economias pode ser encontrado em Cruz (2007), Arceo (2005; 2006), Harvey (2008).

da região. A partir dessa década as transformações ocorridas na América Latina se diferenciariam dos rumos tomados até então, dificultando ainda mais a superação de problemas históricos de alguns países, como a concentração da renda e da riqueza, a questão agrária, o analfabetismo, entre outros.

Especialmente entre 1950 e 1970 os países latino-americanos haviam desenvolvido um modelo de industrialização baseado na substituição de importações e na produção voltada para o mercado interno com base na articulação de três setores: i) no setor industrial controlado pelo capital estrangeiro e direcionado para a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.); ii) no setor industrial secundário controlado pela burguesia local e produtora de insumos; iii) no setor público voltado para o investimento em infra-estrutura física (energia, estradas, comunicações) e para a articulação entre a expansão da capacidade produtiva e do consumo interno (SAES, 2007).

A partir da década de 1980 esse modelo pautado na participação do capital estrangeiro tornou-se cada vez mais inviável, provocando o seu esgotamento e uma reorientação da produção para as exportações. Entre as causas desse esgotamento destacamos duas: primeiro, a possibilidade obtida pelo capital estrangeiro de transferir para esses países somente as etapas produtivas intensivas em mão-de-obra (inclusive integrando-se às redes de terceirização ou pela subcontratação de força de trabalho), em contraposição à concentração dos investimentos em tecnologia de ponta nas unidades produtivas instaladas nos seus países sede; segundo, o direcionamento dos investimentos para o mercado financeiro, já que: “(...) *investimentos industriais em setores de ponta têm prazos de maturação que giram em torno de pelo menos 15 anos e, portanto, não podem propiciar ganhos reais e imediatos aos acionistas das empresas (...)*” (SAES, 2007, p. 159).

O rompimento com o modelo de substituição de importações seguido da aplicação da abertura comercial e da privatização provocou nos países que haviam seguido uma

industrialização substitutiva uma estagnação das atividades industriais, baixas taxas de crescimento econômico, em alguns casos uma desindustrialização ou substituição de parte da indústria nacional (QUIJANO, 2004; DUMÉNIL, 2005; ARCEO; BASUALDO, 2006; SAES, 2007) e uma “extrangeirização dos serviços” (ARCEO, 2006). A privatização de setores estratégicos da economia possibilitou que empresas transnacionais detivessem a propriedade de serviços de primeira necessidade e de setores estratégicos da economia (como energia, gás, telefonia).

Ao mesmo tempo, a desindustrialização verificada na região com o crescimento do setor de serviços de baixo conteúdo tecnológico e com a diminuição do peso da participação da indústria manufatureira foi acompanhada por um processo de reprimarização da economia decorrente da expansão do setor primário, inclusive proporcionada pelos incentivos estatais às exportações agrícolas controladas pelo *agrobusiness* (SAES, 2007).

Para se ter uma noção das transformações decorrentes do processo de desindustrialização, retomamos alguns dados significativos apresentados por Arceo (2006): 47,3%, isto é, quase 50% das exportações realizadas pela América Latina em 2003 concentravam-se em produtos primários, em manufaturas básicas de recursos agropecuários e florestais e, por último, em manufaturas de outras fontes primárias. Se for desconsiderada a participação do México, essa porcentagem correspondia a 67,3% do total das exportações. Esses dados chamam a atenção quando se sabe que, no início dos anos de 1970, Brasil, Argentina e México haviam desenvolvido uma estrutura industrial relativamente complexa e com um nível de produtividade, não muito distante dos países europeus. A produção industrial que estava concentrada nesses três países sofreu uma redução inicial no começo da década de 1980 devido ao desempenho da indústria argentina e diminuiu ainda mais nos anos seguintes, provocando a desindustrialização e a reprimarização desses países, com exceção apenas do Brasil (QUIJANO, 2004).

Com base nesses dados podemos contestar a idéia de que estaríamos frente ao desaparecimento da diferenciação entre centro e periferia devido ao surgimento de uma burguesia transnacional<sup>32</sup>. Não podemos nos esquecer do papel que cumpre as regiões periféricas na transferência de valor aos países centrais por meio dos baixos salários pagos aos trabalhadores pelas empresas transnacionais (ARCEO, 2005), nem mesmo do favorecimento obtido pelo capital estrangeiro com a imposição dos ajustes estruturais e das altas taxas de juros dos serviços da dívida externa.

Por outro lado, é importante sinalizar que o restabelecimento do poder e da renda das classes capitalistas dos países centrais contou também, conforme ressalta Duménil (2005), com o apoio das classes dominantes da periferia. Estas não só aplicaram seu capital nos países centrais provocando a chamada “fuga de capitais”, como intervieram ativamente na ruptura com o modelo de industrialização substitutiva antes mesmo da consolidação do neoliberalismo no centro do capitalismo (ARCEO; BASULADO, 2006). Tal intervenção se explicitou sobretudo na Argentina e no Chile e teve como objetivo reconfigurar a estrutura econômica e social, como também eliminar as pretensões políticas do operariado em obter o controle do Estado.

De acordo com a explicação de Duménil:

As classes dominantes dessa região do mundo aspiravam a se inserir na nova configuração do imperialismo em condições relativamente vantajosas, mas a abertura neoliberal e o rumo das reformas que ela ocasionou produziram estragos. Um caso emblemático foi o da Argentina nos anos de 1990, onde as classes

---

<sup>32</sup> É importante destacar que as transformações provocadas nas últimas décadas na América Latina fortaleceram a situação de subordinação e dependência desta região em relação às economias centrais. Para Décio Saes (2007), enquanto a dominação imperialista exercida em outros períodos proporcionou, de certo modo, uma expansão econômica nos países latino-americanos, na atual conjuntura teria se configurado uma “novíssima dependência”: “*No novo quadro histórico, as potências imperialistas querem apenas se apoderar do que já existe, das fontes de matéria-prima e de energia às empresas de serviços operacionalmente bem-sucedidas, sem nada agregar de novo às economias periféricas. A novíssima dependência representa, portanto, o empobrecimento e a pilhagem das economias periféricas, variando apenas de uma para outra a intensidade do empobrecimento e da pilhagem em função do grau de resistência local* (SAES, 2007, p. 161).

dirigentes venderam massivamente suas empresas e exportaram seus capitais aos Estados Unidos. (...) (MARCELINO; AMORIM, 2007, p. 190-191).

Mas, como ocorreu esse processo, isto é, como se deu a implantação do neoliberalismo na Argentina? Discutiremos essa questão no próximo item, dando destaque à introdução das políticas de privatização e flexibilização dos direitos trabalhistas, devido aos seus impactos sobre o emprego.

## **2.2 – Os precedentes históricos da implantação do neoliberalismo na Argentina**

A Argentina é um dos países da América Latina cuja história recente apresenta vários aspectos importantes para a análise da reestruturação do capital: o primeiro deles está relacionado com o caráter não linear da implantação do neoliberalismo no país (SVAMPA, 2005), pois embora a consolidação de um conjunto de políticas neoliberais tenha ocorrido durante a década de 1990, algumas delas começaram a ser adotadas nos anos 1970 durante o regime militar; o segundo aspecto diz respeito à participação ativa dos setores dominantes internos no rompimento do modelo desenvolvimentista e na criação de condições favoráveis para a efetivação futura das políticas neoliberais; por último, a deterioração dos indicadores sociais e a crescente concentração de renda desencadeada nas últimas três décadas são exemplares da desigualdade social senão como *raison d'être* do projeto neoliberal, ao menos como um dos seus elementos fundamentais.

Mas antes de tratarmos especificamente das transformações estruturais produzidas com a introdução das políticas neoliberais na Argentina, cabe traçarmos brevemente uma caracterização geral da sociedade argentina a partir de meados do século XX.

Especificamente com o início do mandato presidencial de Juan Domingo Perón em 1946 teve início uma nova fase na economia política do país. Dando continuidade ao modelo de desenvolvimento baseado na industrialização via substituição de importações e voltado

para o crescimento interno, o governo introduziu uma série de medidas com os seguintes objetivos: proteger da concorrência externa setores industriais recentemente implantados; incentivar o consumo interno; e possibilitar uma independência econômica frente ao capital estrangeiro (CRUZ, 2007). Em sua análise sobre o período Aldo Ferrer (2010) argumenta que o Estado pautava suas ações em uma concepção específica do capitalismo, qual seja: uma vez liberado a sua própria sorte, o capitalismo geraria uma distribuição injusta entre trabalhadores e capitalistas, provocando divergências de interesses e confrontos de grande impacto para toda a sociedade. Por isso, a importância dada às intervenções estatais e à aplicação de uma política econômica cuja finalidade consistisse: a) em promover as condições para o desenvolvimento da indústria nacional e da infra-estrutura física do país, “(...) *levando às últimas conseqüências o processo de substituição de importações em curso*” (CRUZ, 2007, p. 292); b) em assegurar o apoio dos trabalhadores por meio de uma política fortemente distributiva e de um vínculo orgânico com as organizações sindicais.

A distribuição da renda de modo favorável aos setores populares concretizou-se com os aumentos salariais, com o controle dos aluguéis e dos preços de artigos de consumo popular (por exemplo, o congelamento do preço dos alimentos), como também com a melhoria das prestações do sistema de seguridade social. Medidas que objetivavam controlar os fatores que intervêm no custo de vida e garantir o consumo necessário para a expansão do modelo de industrialização. Além disso, o controle das tarifas dos serviços públicos e a política salarial adotada produziram melhorias significativas nas condições de vida dos setores populares (FERRER, 2010; BUSSOLA, 2008). Entre 1945 e 1948 os salários aumentaram mais de 50%, sendo que a participação dos trabalhadores assalariados na renda nacional aumentou de 39%, em 1946, para 46%, em 1950 e 56,9% em 1952 (FERRER, 2010; CRUZ, 2007; FAUSTO; DEVOTO, 2004).

Outro aspecto importante refere-se à expansão estatal para diferentes setores e serviços públicos, realizada a partir de diferentes iniciativas: estatização, conformação de economias mistas, criação de novas empresas e desapropriação de empresas alemãs após a declaração de guerra à Alemanha. Foi durante esse período que o governo nacionalizou o Banco Central assumindo o controle dos recursos financeiros do país (CRUZ, 2007; GIRÓN, 2009), estatizou serviços públicos com importância estratégica para a atividade econômica, por exemplo, gás, telefonia, estradas de ferro (adquiridas em troca da dívida que a Inglaterra tinha com o país) ou criou alguns serviços, como no caso da implantação das companhias *Agua y Energía e Aerolíneas Argentinas* (FERRER, 2010; BUSSOLA, 2008; FAUSTO; DEVOTO, 2004).

Esta expansão estatal estendeu-se para além dos setores tradicionalmente considerados pelo Estado e articulou-se com a criação de diversos formatos legais e estatutários. Até 1976 o Estado possuía ações que variavam entre menos de 1% a quase 40% do capital total de um amplo leque de empresas e somente no setor industrial detinha o controle de cerca de 150 empresas (FERRER, 2010).

Ainda que a nacionalização de setores básicos da economia não tenha resultado de posições ideológicas “estatistas”, conforme argumentam alguns autores (FAUSTO; DEVOTO, 2004; FERRER, 2010), mas sim produto de condições econômicas favoráveis (como o aumento dos preços internacionais dos produtos argentinos) e da predisposição do Estado em assumir investimentos arriscados (que envolviam grandes montantes ou baixa rentabilidade que o capital privado não se dispunha a assumir), o fato é que a expansão das empresas e serviços sob o controle do Estado permitiu uma importante ampliação do serviço público e do emprego público.

O conjunto das medidas implementadas repercutiu no aumento do emprego industrial e dos serviços, na transformação da estrutura produtiva, na urbanização e no estabelecimento

de uma maior equidade na distribuição da renda (FERRER, 2010). Mudanças que, articuladas a políticas sociais e ao reconhecimento de direitos sociais, contribuíram com a incorporação de uma parte da classe trabalhadora e com a expansão da classe média (SVAMPA, 2005). Essas transformações marcaram o governo de Perón (1946–1955) e tiveram um forte significado econômico e político em toda sociedade e para a constituição do peronismo.

De fato, com o golpe militar de 1955 o novo governo (contando com o apoio da Igreja Católica e da burguesia agroexportadora) buscou introduzir medidas liberais, reformular a distribuição da renda a favor dos setores oligárquicos – cujos ganhos haviam diminuído com a política redistributiva implantada anteriormente –, eliminar o peronismo da vida política pela extinção do Partido Justicialista e pela exclusão dos seus dirigentes eleitos, como também reprimir a resistência peronista e enfraquecer o poder sindical, fortalecido nos últimos dez anos (CRUZ, 2007; COGGIOLA; BILSKY, 1999; FERRER, 2010). Apesar da aplicação destas medidas, preservou-se o sistema de controle de preços e o subsídio aos bens de consumo, contrariando os interesses dos setores que desejavam alterações mais profundas na relação do Estado com a economia (CRUZ, 2007). Tais mudanças viriam a se concretizar em 1976, depois de uma seqüência de governos militares e civis, caracterizados pela descontinuidade das políticas implementadas e por uma instabilidade expressa no número de mandatos presidenciais inconclusos. O comentário abaixo de Sebastião Velasco e Cruz chama a atenção justamente para esse caráter instável:

No intervalo de pouco mais de vinte anos que medeiam a deposição de Perón, ocorrida em setembro de 1955, e a instalação da Junta militar encabeçada pelo general Vidella, em março de 1976, a Argentina conheceu nada menos que doze presidentes, dos quais apenas quatro chegaram a esse cargo por meio de eleições livres, e nenhum deles concluiu seu mandato. Durante quase a metade desse período, o país foi governado por militares – o que nunca foi garantia de estabilidade política, como a rápida passagem de generais pela presidência (Lonardi (agosto-dezembro de 1955); Aramburu (1956-8); Onganía (1966-70); Levingston (1970-1); Lanusse (1971-73)) sugere. (...) No tocante à economia, o balanço não é menos impressionante. Nesse meio tempo, o comando da política econômica

passou pelas mãos de trinta ministros (o que nos deixa com a média de oito meses e alguns dias para cada), e com a dança dos ministros variou também a partitura executada (2007, p. 286).

Podemos considerar o golpe de Estado de 1976, após o breve retorno de Perón em 1973, como o início da adoção de políticas neoliberais na Argentina, quando os liberais à frente do governo encontravam-se em plena sintonia com o “espírito do tempo” manifesto na crescente influência do pensamento neoliberal, a qual, porém, ainda não havia se concretizado por meio de políticas específicas nos Estados Unidos e nem na Inglaterra (CRUZ, 2007).

Além da política repressora instalada com o objetivo de aniquilar o movimento operário (ALMEYRA, 2005; COGGIOLA; BILSKY, 1999) e conter as mobilizações sociais, o regime militar buscou configurar um novo padrão de acumulação e romper definitivamente com o modelo de industrialização substitutiva introduzido na década de 1930 (FERRER, 2010). Enquanto os anos entre 1963 e 1974 caracterizaram-se por um crescimento econômico e industrial considerado o mais acentuado e ininterrupto da história do país, a partir da ditadura ocorreu o que Eduardo Basualdo (2006) denominou como uma “interrupção forçada” do modelo de substituição de importações, a qual interrompeu a expansão econômica verificada naqueles anos, levando o país a registrar uma das piores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto da América Latina – perdendo somente para o Haiti e a Nicarágua (BASUALDO, 2006). Mas quais foram as motivações desta interrupção?

Basualdo (2006) destaca o papel fundamental de certas frações do capital interno na restauração da acumulação sob novas bases e na conformação de um novo quadro de relações de forças que rompesse com os marcos institucionais que haviam sido favoráveis aos setores populares. Segundo esse autor, as transformações produzidas a partir de 1976 na Argentina não podem ser vistas somente como resultado dos efeitos da crise econômica mundial e das pressões do sistema financeiro internacional, mas sim como decorrentes também de

estratégias e disputas políticas dos grupos econômicos locais, compostos por uma oligarquia diversificada.

Mas antes uma breve retrospectiva cabe ser feita aqui. Como argumentamos anteriormente o avanço do modelo de substituição de importações levado a cabo por uma política pautada na intervenção estatal na economia e na ampliação de serviços e direitos sociais, possibilitou uma redução da concentração da renda e uma posição mais favorável à classe trabalhadora no jogo político. Em contrapartida, a oligarquia latifundiária, que havia formado o projeto agroexportador na primeira metade do século XX, perdeu ao longo do desenvolvimento desse modelo a sua influência política com a crescente consolidação da industrialização e com a expansão das exportações de produtos industriais, pois mesmo estando inserida na produção industrial, não tinha uma participação significativa nas exportações. Essa perda estava em curso desde o primeiro governo peronista (1945-1955), no qual foi decisivo o papel estatal na redistribuição da renda agropecuária (até então apropriada pelos latifundiários e pelo capital estrangeiro), para os trabalhadores, empresários nacionais cuja produção estava direcionada para o abastecimento do mercado interno e para o próprio Estado<sup>33</sup>.

Além desses fatores, a oligarquia não se via representada nos projetos políticos em voga, que privilegiavam os interesses de outros grupos empresariais; daí a sua reação frente não só à deterioração do seu poder político e econômico, mas também ao poder obtido pelas organizações sindicais pelo reconhecimento institucional por parte do Estado. Esta reação consistiu, então, na reconfiguração da composição social da oligarquia latifundiária, ao

---

<sup>33</sup> Entre as medidas implementadas pelo Estado com o objetivo de impedir o aumento do custo de vida e distribuir a renda destaca-se a criação do Instituto Argentino de Promoção do Intercâmbio (IAPI), em 1946, com o qual se instituiu o monopólio estatal do comércio exterior (CRUZ, 2007). Com a função de regular as exportações, este instituto trocava divisas por produtos primários dos exportadores e os vendiam aos países compradores com preços maiores. O valor a mais obtido na venda pelo IAPI era empregado de diferentes maneiras no mercado interno, por exemplo, na compra de empresas de serviços públicos. Ademais, a intermediação do IAPI possibilitava que os preços dos alimentos vendidos no mercado interno fossem menores que os internacionais (BUSSOLA, 2008).

integrar parte dos membros de outras frações do capital, como o capital financeiro internacional, conformando, segundo Basualdo (2006), um novo “bloco social dominante”.

Desse modo, a interrupção forçada originou uma nova fase de acumulação baseada na valorização financeira e contou com dois elementos decisivos: a dívida externa do setor privado e a apropriação do excedente de valor possibilitado pela queda brutal da renda dos trabalhadores.

A abertura da economia e a aplicação de uma reforma favorável ao setor financeiro baseada na liberalização das taxas de juros a valores superiores ao custo do endividamento externo, possibilitou que a dívida externa (sobretudo a do setor privado que havia buscado no endividamento uma forma de financiamento de sua expansão industrial), se tornasse um instrumento de obtenção de renda financeira (BASUALDO, 2006). Por outro lado, a redução dos salários possibilitou uma redistribuição da renda e o excedente necessário a ser pago para os credores externos ou transferido para o exterior. Ao contrário da tendência ascendente do salário real como uma condição necessária da expansão do consumo interno e, por conseguinte, da expansão econômica durante a fase de industrialização substitutiva, durante o regime militar os salários seriam reduzidos significativamente; em um ano apenas (1975-1976) a redução salarial atingiu 33,5% (GIOSA ZUAZÚA, 2005)<sup>34</sup>. Ademais, várias medidas implementadas pelos militares contribuiriam com o aumento da concentração de renda: congelamento dos salários, eliminação do controle de preços, aumento das tarifas dos serviços públicos e impostos, eliminação das negociações coletivas (GIRÓN, 2009; GIOSA ZUAZÚA, 2005; SVAMPA, 2005); medidas que nas décadas seguintes se somariam ao crescimento do desemprego e do subemprego.

Durante a ditadura militar desencadeou-se, então, um processo de reestruturação capitalista que se intensificou sobretudo a partir do final da década de 1980, pois mesmo que

---

<sup>34</sup> Entre 1969 e 1974 o salário dos trabalhadores da indústria havia aumentado em 22% (GIOSA ZUAZÚA, 2005).

transformações de grande envergadura relacionadas à industrialização, à concentração da renda, à configuração das classes sociais tenham se iniciado com o golpe militar, elas obtiveram posteriormente uma maior profundidade, levando ao colapso do sistema e a uma crise social, econômica e política sem precedentes.

Essa reestruturação desencadeou já no seu início um processo de desindustrialização e de desestruturação do mercado de trabalho (GIOSA ZUAZÚA, 2005; BASUALDO, 2006) que significou, segundo Basualdo, uma “reestruturação regressiva de longo prazo”. Considerando que a desindustrialização está relacionada com a perda relativa do peso da produção industrial no conjunto da produção do país e com a diminuição relativa da participação da indústria manufatureira, este comportamento iniciou-se com a abertura do mercado nacional argentino no decorrer dos anos de 1970, ou seja, há praticamente três décadas.

Embora para alguns autores (CAVALLERI; DONAIRE; ROSATI, 2005) a continuidade da tendência crescente da produtividade do conjunto da indústria manufatureira nos impediria de falar em desindustrialização ou em uma “industrialização regressiva” da economia argentina<sup>35</sup>, parece-nos correto o argumento contrário, pois ao longo desses quase 30 anos o número de estabelecimentos industriais diminuiu em 15%. Tomando como referência o Censo Industrial realizado em 1993, Basualdo (2006) argumenta que a quantidade de estabelecimentos existentes neste ano e a ocupação industrial eram mais ou menos similares ao que existia há 50 anos antes. É certo que não podemos tomar somente a diminuição do emprego industrial como expressão da desindustrialização (CAVALLERI;

---

<sup>35</sup> De acordo com o argumento dos autores as mudanças produzidas na divisão social do trabalho entre 1960 e 2001 mostram que “(...) o alto desenvolvimento das forças produtivas aparece confirmado pelo processo de redução do peso da população industrial e comercial, e pelo aumento, em contrapartida, da população não produtiva. Dado o crescimento da produção, ambos movimentos da população não parecem dar conta de um processo de “des-industrialização”, “involução industrial”, ou “industrialização regressiva” da economia argentina, senão do desenvolvimento em profundidade do capitalismo na Argentina, isto é, de um processo de crescimento da agricultura e da indústria capitalistas em um território social dado, onde as relações capitalistas já eram dominantes, o que determina um movimento de repulsão da população da atividade produtiva” (CAVALLERI; DONAIRE; ROSATI, 2005, p. 30, grifos dos autores).

DONAIRE; ROSATI, 2005), inclusive porque etapas do processo produtivo industrial passaram a ser cada vez mais externalizadas para empresas terceirizadas consideradas como prestadoras de serviços, ao mesmo tempo em que se transferiu para o setor terciário uma parte do valor agregado e do emprego industrial (GIOSA ZUAZÚA, 2005). Nesse sentido, não deixam de ser extremamente significativos os dados apresentados por Cavalleri, Donaire e Rosati (2005) sobre a população ocupada nas indústrias manufatureiras que em 1960 correspondia a 54,5% e passou para 45,7% em 1980, 42% em 1991 e 29,2% em 2001 como exemplo de um fenômeno que transcende, na nossa visão, a repulsão da população das atividades produtivas devido à profundidade do desenvolvimento capitalista no país tal como argumentam os autores.

O aumento da produtividade parece insuficiente como argumento explicativo da inexistência de um processo de desindustrialização quando se considera a aplicação de determinados mecanismos favoráveis à intensificação da produção em detrimento da geração de emprego industrial, como é o caso das alterações na regulamentação da jornada de trabalho. Para exemplificar, os limites impostos à duração das horas extras puderam ser derrogados por negociação coletiva com a reforma trabalhista de 1991, contribuindo com o aumento dos assalariados que trabalhavam acima de 30 e 45 horas semanais e com a intensificação da produção em detrimento da contratação de empregados (GONZÁLEZ, 2003; GALVÃO; ZARPELON, 2006).

Com base no que foi discutido até aqui, é possível perceber algumas particularidades do caso argentino no que diz respeito à condução das políticas neoliberais, introduzidas antes mesmo da incorporação e difusão do neoliberalismo nos países centrais e de acordo com a decisão dos setores dominantes em reconfigurar a estrutura econômica e social do país. Contudo, tal reconfiguração veio a se consolidar quando a Argentina já havia transitado para

um regime democrático e era governado por Carlos Menem. No próximo item discutiremos, então, as especificidades do processo de consolidação do modelo neoliberal.

### **2.3 – Da consolidação das reformas neoliberais à explosão do desemprego**

A eleição do candidato da União Cívica Radical (UCR) em dezembro de 1983 marcou o fim da ditadura militar e trouxe também expectativas de renovação política e econômica. Com a vitória do radicalista Raúl Alfonsín com 51,7% dos votos, era a primeira vez na história do país que os radicais derrotavam os peronistas (abrigados sob a sigla do Partido Justicialista) em eleições livres, alterando a “lei de ferro” da política argentina, segundo a qual, o peronismo era imbatível neste tipo de eleição (TORRE, 2004; FAUSTO; DEVOTO, 2005). Apesar dessas expectativas, a crise econômica que perdurou durante o governo radicalista resultou no retorno do Partido Justicialista com a vitória de Carlos Menem nas eleições de maio de 1989 (SVAMPA, 2005).

O antecedente mais imediato à aplicação das políticas neoliberais foi a hiperinflação de 1989, ápice da crise econômica e política do governo Alfonsín, quando pela primeira vez na história do país a inflação alcançou um índice extremo de 3.079% (FAUSTO; DEVOTO, 2004). Eleito em maio de 1989, Menem assumiu a Presidência dois meses depois, devido à saída antecipada de seu antecessor, que havia decretado estado de sítio por 30 dias em todo o país em represália à revolta popular expressa nos saques a supermercados e comércios contra a política econômica e a alta dos preços. Estes aumentaram em um curto período de modo alarmante: entre agosto de 1988 e final de julho de 1989 houve um aumento dos produtos vendidos no varejo de 3.610% e no atacado de 5.061% (DINIZ, 2006, p. 164). Os saques evidenciaram a impossibilidade de uma parcela da população conseguir os meios de subsistência dentro dos marcos da legalidade do sistema e contribuíram com o abandono do

governo radical, cuja saída explicitou a crise instalada no país<sup>36</sup> (IÑIGO CARRERA; COTARELO, 2001).

Ao assumir a Presidência da República, em julho de 1989, Carlos Menem colocou em prática um programa político cujas propostas se afastavam não apenas do que se esperava de um governo peronista como também das defesas feitas a favor dos assalariados durante a campanha presidencial, a ponto do candidato radical Eduardo Angeloz (UCR), que havia disputado as eleições com um programa abertamente liberal, argumentar que o presidente eleito havia lhe roubado a “cartilha” (GRASSI, 2003a; SVAMPA, 2005). Durante a sua campanha Menem colocou-se frente aos setores populares como o candidato da oposição ao retomar a herança histórica do peronismo e aos setores dominantes como o representante político que aplicaria o programa econômico reivindicado por eles (GRASSI, 2003). Curiosamente seria pelas mãos do peronismo, que havia desenvolvido durante os anos de 1940 um Estado desenvolvimentista, que se difundiria e se consolidaria o neoliberalismo no país.

Uma vez eleito, Menem negociou uma “trégua social” entre empresários e sindicalistas pouco antes de sua posse, exigindo a estabilização dos preços por parte dos primeiros e uma moderação nas reivindicações por aumento salarial por parte do movimento sindical. No início do mandato presidencial se evidenciaram as orientações do programa de governo no sentido de dar continuidade à aplicação do modelo neoliberal, o qual, embora divulgado neste momento como a via de acesso para o crescimento econômico, o fim das altas

---

<sup>36</sup> Iñigo Carrera e Cotarelo denominam os saques de 1989 como “revoltas” devido à tendência destes se dispersarem e por não se dirigirem contra as instituições do governo. O momento de maior intensidade e tensão destes saques pode ser compreendido a partir da descrição desses autores: “No dia 29 [de maio] são saqueados mais de 100 supermercados e comércios; e a ação policial deixa como resultado dois mortos, mais de 40 feridos e uns 600 detidos. No dia 30, apesar de reger o estado de emergência e o estado de sítio, tem 171 ataques comprovados a locais comerciais, entre eles 15 supermercados que são saqueados, sem contar os registrados em outras localidades próximas ou que não são denunciados formalmente. Nesse dia os saques se produzem com maior intensidade na zona sul da periferia e como uma grande quantidade de supermercados já foram saqueados, grupos de pessoas atacam frigoríficos e também pequenos comércios como armazéns e padarias. Ao final do dia contam-se 9 mortos, mais de 100 feridos e pelo menos 1.000 detidos” (IÑIGO CARRERA; COTARELO, 2001, p. 100 – 101).

taxas de inflação e para a melhoria das condições de vida, provocou uma mudança estrutural na sociedade argentina, revertendo completamente os traços que a diferenciavam de algum modo dos outros países latino-americanos.

As teses favoráveis à aplicação do neoliberalismo encontraram na Argentina um terreno fértil para serem implantadas como também um presidente disposto a fazer as alianças necessárias com os grupos econômicos dominantes<sup>37</sup> (SVAMPA, 2005; GRASSI, 2003). Com Menem, o peronismo deixaria de se apoiar massivamente nas classes populares que tradicionalmente o haviam apoiado, ao se vincular estreitamente com as classes identificadas com o liberalismo.

A implantação das políticas neoliberais se efetivou já nos primeiros meses do mandato presidencial, com a rápida aprovação de duas leis de amplo alcance: a Lei de Reforma do Estado (Lei n. 23.696), de 17 de agosto de 1989 e a Lei de Emergência Econômica (Lei n. 23.697) de 1º de setembro de 1989. A primeira declarou a necessidade de privatizar inúmeras empresas públicas e delegou plenos poderes ao Executivo para atuar sobre a forma das privatizações e para adotar medidas cabíveis ao Legislativo, o que evidencia não só a rapidez que se procurava dar ao processo de privatização, mas a necessidade de impedir o debate sobre tais medidas. A segunda suspendeu todo tipo de subsídios e incentivos destinados às empresas estatais e autorizou a demissão dos servidores públicos (GRASSI, 2003; FAUSTO; DEVOTO, 2004).

A reforma do Estado, seguindo os princípios de redução das funções estatais e do gasto público, aprovou um amplo leque de medidas: a descentralização administrativa, a transferência para províncias e municípios de responsabilidades no âmbito da educação

---

<sup>37</sup> Um dos primeiros indícios das alianças realizadas com os setores dominantes e motivo de surpresa para a própria base de apoio do governo ocorreu com a indicação para Ministro da Economia de Néstor Rapanelli, representante do grupo Bunge & Born (multinacional produtora de grãos), opositor do peronismo e da esquerda em geral, já que durante os anos de 1970 simbolizou para os grupos de esquerda a encarnação da exploração capitalista. Nestes anos os Montoneros, agrupação armada peronista, seqüestraram Jorge Born, liberando-o após o pagamento de uma importante quantia em dinheiro (GRASSI, 2004; DINIZ, 2006)

(exceto o ensino superior), segurança e saúde; a privatização de uma lista extensa de empresas estatais; e a reforma do mercado de trabalho e do sistema previdenciário (SVAMPA, 2005; FAUSTO; DEVOTO, 2004; CERRUTTI; GRIMSON, 2004; GRASSI, 2003).

Juntamente com a reforma do Estado o governo introduziu o chamado Plano de Conversibilidade como parte das políticas de ajuste e de estabilização econômica indicadas aos países que haviam passado por crises agudas e prolongadas. A exigência destas políticas por órgãos internacionais, como o FMI, era justificada como sendo a solução para a redução dos altos índices inflacionários e para a recuperação da credibilidade do mercado interno dos países periféricos frente aos credores e investidores externos.

Basicamente a conversibilidade consistiu na paridade da moeda nacional ao dólar, ou seja, um regime de câmbio controlado, pelo qual a moeda nacional fica subordinada (ancorada) a outra de credibilidade internacional, no caso, o dólar. Entre os países que a introduziu, a Argentina foi considerada por vários autores um “caso paradigmático” ou um “contramodelo” (CERRUTTI; GRIMSON, 2004; BATISTA JR., 2002) por tê-la implantado de forma radical<sup>38</sup>, por meio do *currency board* (conselho da moeda), “(...) *uma variante rígida da ancoragem cambial*” (BATISTA JR., 2002, p. 83), que não foi abandonada nem mesmo quando outros países o fizeram a partir da moratória russa em 1998 ou quando as evidências da vulnerabilidade da economia argentina às crises internacionais eram nítidas (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

O Plano de Conversibilidade implantado pelo ministro da economia Domingo Cavallo em 1991 consistiu nas seguintes medidas: paridade entre peso e dólar, restrição à emissão monetária, redução das barreiras aduaneiras, liberalização do comércio exterior e concessão de respaldo jurídico aos contratos denominados em moeda estrangeira, possibilitando que os

---

<sup>38</sup> Segundo Batista Jr. (2002, p. 83): “*Poucas nações, mesmo na América Latina, foram tão longe em matéria de liberalização, integração internacional e cessão unilateral de aspectos essenciais da autonomia da política econômica nacional*”.

empréstimos e depósitos poderiam ser legalmente expressos em dólares, assim como as tarifas de serviços públicos e contratos de aluguéis (BATISTA JR., 2002; SVAMPA, 2005). Isto significa que a conversibilidade criou um sistema bimonetário, no qual o peso circulava juntamente com o dólar, e uma dependência monetária com conseqüências econômicas dramáticas, porque além do país não mais deter plena autonomia para definir a sua política monetária e cambial, passou a estar sujeito às prioridades do país emissor da moeda âncora (BATISTA JR., 2002). De acordo com a explicação de Batista Jr. (2002, p. 85-86):

O problema central da dependência monetária reside nas freqüentes discrepâncias entre as prioridades e necessidades do país emissor da moeda âncora e as do país emissor da moeda ancorada (...). As situações macroeconômicas nacionais e, portanto, as políticas requeridas em cada momento costumam divergir consideravelmente. (...) Considere-se, por exemplo, uma situação em que a economia do país emissor da moeda âncora esteja superaquecida e a economia monetariamente dependente, em recessão. (...) Estando superaquecida, a economia central precisa, em princípio, de taxas de juro mais altas e de contenção da oferta de crédito. Já a economia dependente, em recessão, requer o contrário: juros mais baixos e ampliação do crédito. No entanto, como quem comanda é o banco central emissor da moeda âncora, os juros sobem e o crédito se retrai nos dois países. Isso pode resolver os problemas da economia central, mas agrava os da economia dependente, provocando contração adicional da demanda de consumo e de investimento e deprimindo ainda mais os níveis de produção e de emprego.

Partindo dessa caracterização geral cabe examinarmos com mais detalhes a privatização e a reforma trabalhista devido aos seus impactos sobre o nível de emprego e para o conjunto dos trabalhadores. Como veremos no próximo capítulo, enquanto o desemprego provocado pela privatização contribuiu com o surgimento de inúmeros enfrentamentos sociais nas províncias do interior do país, nas quais as empresas estatais tinham uma importância estratégica para a economia regional, a deterioração das condições e relações de trabalho decorrentes das reformas no mercado de trabalho, somadas ao desemprego massivo, possibilitaram a emergência das mobilizações de desempregados em Buenos Aires, principal pólo industrial do país.

### 2.3.1 – O processo de privatização

A privatização merece uma análise mais detida por conta da radicalidade que marcou a sua implementação, especialmente, sua amplitude e rapidez. Se não bastassem esses fatores o processo de privatização desencadeado no país chama a atenção por ter rompido com uma das fortes características da política peronista, qual seja: a defesa das empresas estatais. A recusa peronista à venda de empresas estatais manifesta durante o governo de Alfonsín e o discurso dúbio<sup>39</sup> sobre este tema durante a campanha política foram substituídos pelo novo presidente por operações de grande simbolismo, justamente pelo fato das primeiras empresas privatizadas – a *ENTEL* (telefônica) e a *Aerolíneas Argentinas* (transporte aéreo) – terem sido objeto de debate entre os candidatos à Presidência e defendidas como empresas públicas pelo Partido Justicialista quando este era oposição (CRUZ, 2007; FERRER, 2010)<sup>40</sup>.

A privatização parece ter sido, todavia, um dos mecanismos centrais que possibilitou não apenas a consolidação do neoliberalismo no país, mas assegurou a conformação de uma aliança entre grupos econômicos nacionais e estrangeiros a favor do governo Menem, bem como a alteração da imagem à qual o peronismo esteve tradicionalmente vinculado. Em outras palavras: “(...) *o que as privatizações possibilitaram foi um “giro copernicano” na concepção da “comunidade de negócios”, nacional e internacional, a respeito do governo justicialista que assumira em plena crise hiperinflacionária (1989)*” (AZPIAZU; BASUALDO, 2004, p. 4, grifos dos autores).

---

<sup>39</sup> Enquanto o candidato da UCD (União de Centro Democrático) defendia claramente a venda das empresas estatais, Menem não explicitava o que viria a realizar durante o seu governo, como exemplifica um dos seus depoimentos durante a campanha política: “*Veja, nós não falamos de demissões massivas nem muito menos. Falamos de uma racionalização e de uma distribuição de empregos. Porque existem setores com empregados a mais, porém tem setores com empregados a menos. O que ocorre com a educação, a saúde, as forças de segurança...*” (Depoimento publicado em *Clarín*, 19/03/89, [1989 apud GRASSI, 2003a]).

<sup>40</sup> O processo de privatização levado a cabo a partir de 1989 teve como antecedente a venda de empresas públicas durante o regime militar e mesmo durante o mandato de Alfonsín. A ação dos governos militares tornou-se conhecida como “privatização periférica” por não ter incluído a venda de empresas estratégicas, embora englobasse uma lista de 30 empresas públicas e a venda de ações (variando entre 1 a 40%) que o Estado detinha de 400 empresas privadas. No governo de Alfonsín deu-se continuidade às privatizações planejadas durante a ditadura, mas não realizadas (FERRER, 2010).

A venda das 236 empresas estatais ocorreu em duas etapas (CRUZ, 2007): a primeira estendeu-se até 1991, quando se privatizou duas das mais importantes empresas públicas já mencionadas (a *ENTEL* e *Aerolíneas Argentinas*); a segunda fase foi mais intensa e envolveu um número maior de empresas, sobretudo do setor de infra-estrutura e serviços públicos, por exemplo: empresas do ramo de energia, gás, água, correios, empresas petroleiras e siderúrgicas, a rede de metrô da cidade de Buenos Aires, hotéis, fábricas militares, vias rodoviárias, transporte marítimo e ferroviário, portos, além da venda de aproximadamente 500 edifícios públicos (SVAMPA, 2005). Não surpreende diante da amplitude do número de empresas postas à venda, que a privatização aplicada na Argentina tenha sido apresentada pelo Banco Mundial e outras instituições financeiras como um modelo a imitar (BUSSOLA, 2008).

Pode-se afirmar que as empresas com maior importância estratégica (como as do setor energético) por definir a competitividade de várias atividades econômicas, a estrutura de preços e a rentabilidade relativa da economia nacional, passaram a estar sob o controle de um pequeno grupo de grandes conglomerados empresariais, que já eram importantes usuários industriais dos principais insumos energéticos (petróleo, gás natural, energia elétrica). A venda das empresas para grupos econômicos específicos, alguns dos quais favorecidos com a política de promoção industrial durante o regime militar, potencializou o seu poder de mercado sobre o conjunto do setor energético, como demonstrou a decisão política implícita no processo de privatização de favorecer determinados interesses econômicos (SCHORR, 2002)<sup>41</sup>.

Para obter a adesão das cúpulas sindicais o Estado prometeu a participação dos sindicatos no processo de venda das estatais e o acesso dos trabalhadores às ações destas

---

<sup>41</sup> Favorecimento que contesta a neutralidade do Estado e a ausência de intervenção no mercado. Para exemplificar, algumas das empresas que obtiveram um aumento do seu poder de mercado e do controle de áreas estratégicas foram: *Techint* na atividade petroleira, gasífera, elétrica, telefonia e siderurgia; *Pérez Companc* em todo o mercado energético e no de telefonia; *Astra* e *Soldati* no setor energético (SCHORR, 2002).

empresas. Mais que uma promessa, o governo possibilitou uma participação de 10% aos trabalhadores com o Programa de Propriedade Participativa, aprovado com a Lei de Reforma do Estado. O objetivo estratégico desse programa consistiu em neutralizar a resistência sindical e obter o apoio contínuo ao programa de privatizações (AZPIAZU; BASUALDO, 2004). Segundo Svampa e Pereyra (2003, p. 26): “(...) até meados dos anos 90 a privatização de todas as empresas do Estado já havia sido concluída e, com menor ou maior resistência, os sindicatos vinculados a elas já haviam abandonado as reivindicações respectivas”.

Ao mesmo tempo o discurso de enxugamento das funções e dos gastos do Estado obteve apoio popular, particularmente depois dos resultados imediatos do Plano de Conversibilidade que, uma vez adotado, desabou as altas taxas de inflação de 133,0% em 1991 para 11,9% em 1992 e -1,5% em 1993 (FAUSTO; DEVOTO, 2004). Com isso, uma parcela da população que havia interiorizado uma rejeição ao Estado durante a crise de 1989, tornou-se ainda mais favorável à implantação das reformas neoliberais, considerando-as como a solução para os problemas econômicos do país.

Contudo, à medida que as reformas atingiram negativamente amplos setores da sociedade, a oposição não tardou a surgir. O aumento do desemprego, dos empregos precários, da pobreza, dos custos dos serviços básicos pagos à empresas privadas, tornou-se cada vez mais motivo de descontentamento social. Para exemplificar, as tarifas dos serviços públicos aumentaram significativamente após privatizados. Tomando como base 100 o valor das tarifas no ano de 1991, Schorr (2002) descreve a variação das mesmas até o ano de 1998: telefonia 141,5%; gás natural para residências 211,8% e pedágios 169,3%. Estes aumentos ocorreram neste período justamente porque os preços foram fixados em dólar, variando, conseqüentemente, conforme a inflação norteamericana.

(...) Ter suas tarifas fixadas em dólares permite às empresas em primeiro lugar violar a lei de conversibilidade. O que quer dizer violar a lei de conversibilidade? A

lei de conversibilidade proíbe taxativamente que os preços, e os salários – é claro – se indexem. O que se fez na Argentina com a maioria dos serviços públicos privatizados foi fixar as tarifas em dólares. Então o que as empresas privatizadas fazem é ir incrementando constantemente suas tarifas em função da inflação estadunidense, o que é absolutamente irracional a partir de qualquer ponto de vista, salvo, (...) para garantir às empresas a possibilidade de apropriar-se de lucros extraordinários (SCHORR, 2002, p. 18-19).

Tomando como referência um intervalo maior é possível observar a variação das tarifas de acordo com os diferentes tipos de usuários e com a nova estrutura tarifária dos serviços básicos implementada pelo governo pouco antes da assinatura dos contratos de concessão. Entre 1991 e 2001 o acréscimo dos preços do gás e da energia elétrica foi muito maior para o consumidor residencial. O aumento tarifário do gás para as residências (127%) foi dez vezes maior em comparação ao direcionado para as grandes empresas (11,3%). Em relação à energia elétrica o aumento ocorreu somente para as residências de baixo consumo (1,2%) em contraposição à diminuição tarifária que recaiu sobre as residências com alto consumo e sobre as indústrias com baixo e alto consumo (AZPIAZU; BASUALDO, 2004, p. 14). A alteração e o reordenamento dos preços nos dois tipos de serviços mostraram-se desfavoráveis para os grupos com menor renda, que provavelmente são os que consomem menos energia.

É importante destacar também a variação no preço do serviço básico telefônico ao longo do ano de 1991. Tomando como referência os meses de janeiro e novembro (quando é assinado o contrato de transferência da ENTEL), o valor do pulso telefônico (medido em dólares estadunidenses) aumentou 711%, ou seja, passou de US\$ 0,47 centavos para US\$ 3,81 dólares. Variação que superou o aumento no mesmo período da cotação do dólar, que havia sido de 235% (AZPIAZU; BASUALDO, 2004).

(...) O nível tarifário com o qual se iniciou a gestão privada da ex-ENTEL redundou em níveis tarifários e margens de rentabilidade significativamente superiores aos registrados internacionalmente. De todas as maneiras, cabe ressaltar que apesar do

pulso telefônico ser a variável sobre a qual se concentrou a regulação tarifária durante os anos noventa, foram registrados aumentos substantivos no custo do serviço sem modificação alguma no valor do mesmo (eliminação dos chamados pulsos livres, modificação do ritmo de taxação das ligações, etc.). Nesse aspecto, quando se compara o custo do serviço telefônico para os usuários residenciais argentinos, com o mesmo custo – em função do salário médio industrial – na Espanha, Estados Unidos, França e Grã Bretanha, se observa como na Argentina esse custo representou, durante a década passada [1990], mais que o dobro que no resto dos países individualmente considerados, e mais do triplo se considerar sua média” (AZPIAZU; BASUALDO, 2004, p. 15-16).

Isto significa que as empresas não eram afetadas pela dinâmica da economia interna, principalmente se consideramos que durante 1993 e 1999 os seus rendimentos aumentaram em torno de 60%. Outro exemplo que confirma o argumento acima é a comparação da taxa de rentabilidade média das principais empresas oligopólicas existentes no país com a obtida pelas privatizadas; enquanto as empresas não vinculadas com as privatizações tiveram uma rentabilidade de 1% as privatizadas alcançaram quase 11% (10,8%) (SCHORR, 2002).

O processo de privatização contribuiu também com a consolidação da valorização financeira, pois grupos econômicos que desde a década de 1970 começaram a transferir parte do excedente gerado no país para o exterior obtiveram uma valorização dos seus ganhos ainda maior. De acordo com o estudo de Schorr (2002), é possível observar dois movimentos contrários relacionados às privatizações e à saída de capitais ao exterior entre 1991 e 1997. No período de maior venda das empresas estatais (1991-1992) os grupos financeiros trouxeram os ganhos transferidos para o exterior, com a finalidade de participar da compra das empresas públicas privatizadas. Em 1993, quando a maioria das empresas do país já havia sido vendida, o capital invertido por estes grupos valorizou-se rapidamente e, novamente, foram destinados para o exterior, mas desta vez, após a venda das empresas adquiridas durante o processo de privatização.

Este segundo movimento consistiu segundo a análise de Basualdo (2006) em uma transferência da propriedade de uma quantidade significativa de grandes empresas

oligopólicas por parte dos grupos econômicos dominantes (oligarquia local) para o capital estrangeiro (comprador). O caráter inédito em termos históricos desse processo está relacionado com o fato de que foram privatizadas as empresas estatais que apresentavam uma das maiores rentabilidades. Isto quer dizer que não se tratou apenas da transferência de capital por parte dos setores dominantes locais (no papel de vendedores) para o capital externo (comprador), mas também da venda de empresas líderes em suas respectivas atividades. Como consequência o que se viu na segunda metade dos anos de 1990 foi uma estrangeirização (Giosa ZUAZÚA, 2005), cuja amplitude diferenciou novamente a Argentina em relação aos países latino-americanos que passaram por processo semelhante.

Nesse sentido, uma das conclusões de Schorr (2002) e Basualdo (2006) sobre o encaminhamento dado às privatizações condiz com a idéia apontada anteriormente em relação à restauração do poder dos grupos dominantes e à reconfiguração das relações de classe no marco do neoliberalismo. Conforme o argumento de Schorr:

Teve [no país] uma forte concentração econômica e as privatizações contribuíram para que os grupos econômicos líderes que hegemonizam o processo econômico na Argentina não investessem a enorme quantidade de dinheiro que tinham no exterior em inversões produtivas que geram emprego, valor agregado, etc., senão que o investisse no âmbito privilegiado das privatizações continuando com a lógica da valorização financeira (SCHORR, 2002, p. 33).

A privatização realizada sob a justificativa de diminuir as funções do Estado, de reequilibrar as finanças públicas, de gerar empregos, de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos e reduzir os seus custos, na verdade elevou as tarifas dos serviços e reduziu o emprego público.

O número de empregados das sete empresas públicas mais importantes que foram privatizadas diminuiu drasticamente. Dos 243.354 mil funcionários públicos existentes em 1985, restaram apenas 75.770, em 1998, o que equivale a uma redução de quase 70% da força

de trabalho (SVAMPA, 2005). Juntamente com a privatização ocorreu um processo de reestruturação que consistiu na adoção de planos de demissão voluntária ou em demissões em massa. É ilustrativo o caso da empresa petroleira *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF). Em 1991 a YPF empregava 51.000 mil pessoas, ao ser reestruturada este número caiu para 5.600, ou seja, praticamente 90% dos funcionários (45.400) perderam seus postos de trabalho (SVAMPA, 2005).

A YPF apresentava os salários mais altos do setor estatal e era composta por trabalhadores com uma forte experiência sindical (ALMEYRA, 2005), características que nos dão pistas para entender quão avassaladora foi a sua privatização e a dimensão política do desemprego. Processo semelhante ocorreu com a venda da siderúrgica *Somisa* (*Sociedad Mixta Siderurgia Argentina*). Do total de 12 mil empregados, 50% ficaram desempregados entre 1991-1992 (SVAMPA, 2005).

O desemprego causado pela privatização e, em especial nas regiões petroleiras, provocou a eclosão de revoltas populares e protestos caracterizados pela presença de diversos setores sociais. A intensidade dos confrontos observados nas províncias do interior do país teve uma importância particular para a formação dos movimentos de desempregados argentinos, justamente porque foram os funcionários públicos demitidos que realizaram os primeiros bloqueios de estrada, conformando posteriormente a organização e mobilização do conjunto dos desempregados. Ao longo desse processo os trabalhadores estiveram expostos não apenas à diminuição do emprego público, mas também à redução dos seus direitos trabalhistas e à flexibilização da demissão, um dos itens da reforma trabalhista, aprovado pelo governo a favor dos empregadores.

Passaremos a discutir no próximo item essa reforma. Devido a sua amplitude, não examinaremos as alterações que impactaram diretamente o nível salarial e alguns aspectos da seguridade social (aposentadoria, Obras Sociais, acidentes de trabalho, etc.), mas sim as

modificações que repercutiram de modo mais direto sobre o emprego e os desempregados. Com o interesse de analisar como se alteraram os direitos trabalhistas que incidem sobre a entrada e saída dos trabalhadores no mercado de trabalho, nossa discussão centrou-se na flexibilização das relações de trabalho e não na flexibilização e reestruturação do processo de trabalho.

### **2.3.2 - A flexibilização trabalhista<sup>42</sup>**

As mudanças na legislação trabalhista argentina corresponderam a uma significativa transformação no âmbito legal da regulamentação do trabalho assalariado e da organização sindical à medida que flexibilizou o mercado de trabalho e introduziu alterações no marco institucional protecionista que havia sido conquistado pelos trabalhadores e vigorado durante décadas.

A implantação das reformas trabalhistas não se deu de modo linear e tampouco com a mesma rapidez observada no processo de privatização. A maior dificuldade encontrada na rápida aprovação dessa reforma decorreu segundo alguns autores (TORRE, 1999; DINIZ, 2006) da relutância dos próprios partidários de Menem presentes no Congresso. Se a princípio Menem esperava encontrar na sua base governista o apoio necessário para a deliberação das proposições encaminhadas, logo fez uso dos decretos e dos acordos como instrumentos para contornar esta oposição também manifesta pelos representantes sindicais. Embora esta resistência não tenha se concretizado em um projeto antagônico ao que estava sendo proposto,

---

<sup>42</sup> Priorizamos nessa discussão a flexibilização realizada pelo intermédio da lei, por exemplo, a criação de contratos atípicos que têm como consequência a precarização do mercado de trabalho. Além dessa forma, a flexibilização pode ocorrer pelo não cumprimento da legislação trabalhista pelo empregador (nos casos em que este não garante os direitos assegurados em lei aos trabalhadores ou quando não efetua o registro em carteira de trabalho) ou via negociação coletiva. Conforme explica Andréia Galvão (2008a, p. 209) a flexibilização realizada nesta última forma e pela intervenção da lei fundamenta-se em uma idéia comum, qual seja: “(...) *que haja menos regras legais e mais regras negociadas, pois a negociação possibilita adequar as regras às condições locais/setoriais, bem como permite mudá-las mais agilmente, de acordo com a situação de mercado. Não se trata, portanto, de ausência de regras mas, antes, de passar da regulamentação pelo Estado à regulação pelo mercado, na perspectiva de reduzir o escopo e o alcance dos direitos*”.

é importante perceber a sua existência para compreendermos como se conformaram as alianças políticas e os enfrentamentos entre interesses opostos.

O encaminhamento dado às reformas caracterizou-se por avanços e recuos, na medida em que o governo ora utilizou-se da autoridade presidencial para impor decretos frente à resistência sindical ou à demora da deliberação dos projetos de lei, ora recorreu a acordos e alianças políticas com o objetivo de obter o apoio sindical e implantar as medidas almejadas (DINIZ, 2006). Duas ocasiões ilustram este movimento aparentemente antagônico por parte do governo no encaminhamento da reforma trabalhista: quando no início da gestão presidencial impôs decretos destinados a atacar a organização sindical, a negociação coletiva e o direito de greve, diante do retardo do Senado na deliberação das proposições apresentadas; e quando estabeleceu um plano de pagamento especial para as dívidas sindicais na ocasião em que estava em pauta a reeleição presidencial.

Dito isso, vale lembrar que as reformas propostas condiziam com os interesses dos principais grupos econômicos do país. Estes, reunidos em outubro de 1989 no *Colóquio de Las Leñas* (no qual compareceram o Presidente e o Ministro do Trabalho), elaboraram um conjunto de “recomendações” ao governo referentes à reforma do Estado, ao mercado de trabalho e à legislação trabalhista, propondo: a venda das empresas públicas a valores inferiores aos indicados pelos livros contábeis; o financiamento da compra das mesmas pela utilização de mecanismos de capitalização da dívida externa; redução pela metade dos encargos sociais que recaíam sobre as empresas; substituição da aposentadoria estatal por um sistema privado; criação de contratos temporários; limitação da indenização por demissão a três salários, entre outras propostas (GRASSI, 2003). A análise do processo de privatização e de flexibilização trabalhista levado a cabo na Argentina nos anos de 1990 revela como o governo buscou viabilizar tais “recomendações”.

Nesse sentido, a reforma seguiu duas orientações principais: uma voltada para a flexibilização do mercado de trabalho com o objetivo de reduzir custos trabalhistas e estabelecer novas formas de contrato, procurando conformar uma política de emprego; e outra destinada a regulamentar sob novas bases a ação sindical (como o direito de greve e a negociação coletiva) (DINIZ, 2006; GALVÃO; ZARPELON, 2006). Nesta segunda orientação é interessante observar o ataque à organização sindical e à negociação coletiva por meio de decretos e pela flexibilização de normas que regulamentavam a atividade sindical. Entre os primeiros decretos aprovados destacaram-se (DINIZ, 2006):

**Decreto 2.184** (outubro/1990): fixava procedimentos para gerenciar as lutas trabalhistas e retirava o direito de realizar greves nos serviços essenciais.

**Decreto 1.334** (agosto/1991): vinculava os aumentos salariais aos índices de produtividade. Com isso, os sindicatos não poderiam mais negociar reajustes salariais com base nos aumentos inflacionários, mas sim teriam que se pautar nos cálculos de produtividade.

**Decreto 2.284** (outubro/1991): permitia a fragmentação dos níveis de negociação coletiva, que passaram a ser realizadas por empresa e não mais por ramo de atividade.

Durante todo o seu mandato o governo Menem procurou também atacar um dos pilares de sustentação dos sindicatos, as Obras Sociais, que se referem ao sistema de prestação de serviços de saúde administrado pelos sindicatos e mantido pelas contribuições pagas pelos empregadores e trabalhadores. Cada organização sindical gerencia uma obra social e é responsável por prover a atenção médica e hospitalar dos trabalhadores inscritos na mesma, os quais não precisam necessariamente fazer parte da categoria representada pelo sindicato, mas sim estar inscritos no sistema de seguridade social (PERELMAN, 2006; GALVÃO; ZARPELON, 2006). A regulação desse sistema de seguro de saúde possibilitou aos sindicatos uma fonte de recursos que lhes permitiram desenvolver uma vasta rede de serviços sociais,

por isso, tornou-se também um dos alvos de ataque de Menem, que a utilizou como “moeda de troca” (DINIZ, 2006) durante a aprovação da reforma trabalhista, ao ameaçar constantemente alterar a legislação relacionada ao funcionamento das Obras Sociais diante da resistência sindical a medidas específicas da reforma.

No que diz respeito à flexibilização do mercado de trabalho três leis foram aprovadas:

1<sup>a</sup>) **Lei Nacional de Emprego n. 24.013** (1991);

2<sup>a</sup>) **Lei de Formação e Emprego n. 25.465** (1995)

3<sup>a</sup>) **Lei de Emprego n. 25.013** (1998).

Uma das alterações estabelecida com o objetivo de reduzir os encargos trabalhistas envolvidos nos contratos por tempo determinado consistiu na diminuição das indenizações por demissão e, em alguns casos, na eliminação deste ressarcimento (GIOZA ZUAZÚA, 2005). Esta modificação ocorreu em dois momentos diferentes: em 1991, com a aprovação da Lei Nacional de Emprego e, em 1998, quando se regulamentou a Lei de Emprego em um contexto de crescimento do desemprego. Enquanto a indenização mínima estipulada em 1991 correspondia a dois meses de salário base, em 1998 ela foi rebaixada para 1/6 partes do salário para cada mês trabalhado; mas neste ano a lei implementada trouxe também uma novidade ao permitir que os trabalhadores contratados a partir de 1998 recebessem uma exoneração ainda menor caso fossem demitidos por falta ou diminuição de trabalho e até mesmo por motivos de força maior não imputáveis ao empregador; em situações desse tipo o valor da indenização mínima seria de 1/18 da melhor remuneração mensal do último ano (NEFFA, 2005, p. 35). Medidas como essa facilitaram as demissões ao rebaixar ainda mais direitos que já haviam sido flexibilizados.

Por outro lado, a regulamentação de novos tipos de contrato por tempo determinado correspondeu igualmente a uma das formas de reduzir e se evitar os custos sociais envolvidos na contratação por tempo indeterminado, ao mesmo tempo em que proporcionou o

surgimento de empregos caracterizados pelo seu caráter precário já que não garantiam ao trabalhador os mesmos direitos presentes nos outros tipos de contrato. Dentre esses empregos destacam-se as principais modalidades de contratação promovidas pela Lei Nacional de Emprego de 1991, citadas abaixo (GALVÃO; ZARPELON, 2006; GONZÁLEZ, 2003; NEFFA, 2005):

- 1) De Fomento ao Emprego;**
- 2) De Lançamento de Nova Atividade;**
- 3) De Formação;**
- 4) De Práticas.**

A redução ou eliminação das contribuições patronais para a Seguridade Social correspondeu a uma das principais características dessas modalidades, especialmente das destinadas aos jovens com até 24 anos de idade em busca do primeiro emprego (“Formação” e “Prática para jovens”), pois estavam completamente isentas de contribuições patronais relativas à seguridade social e às indenizações pagas com o fim do contrato. Enquanto nas duas outras modalidades (“De Fomento ao Emprego” e “De Lançamento de Nova Atividade”) o empregador pagava 50% dessas contribuições e metade do salário mensal com o término do contrato; independente do tipo de contrato os trabalhadores tinham direito à cobertura de saúde (Obra Social) e à afiliação sindical. Com durações variáveis, o uso desses contratos era limitado de acordo com o número de funcionários das empresas: máximo de 3 para empresas com até 5 trabalhadores; 50% para empresas com 8 a 25 funcionários e 30% com mais de 25 trabalhadores (GALVÃO; ZARPELON, 2006; NEFFA, 2005).

No período de 1992 a 1995 os contratos baseados nas novas modalidades estavam distribuídos da seguinte forma: Fomento ao Emprego 34% (64.456), Nova Atividade 56% (106.859), Prática para jovens 5% (10.063), Formação 5% (9.453) (NEFFA, 2005, p. 22). Chama a atenção nesses dados o menor uso das modalidades destinadas aos jovens nas quais

a isenção integral das contribuições patronais poderia ser interpretada como um grande incentivo para a sua maior utilização. A explicação para o maior emprego das outras modalidades pode estar relacionada com a sua duração que poderia atingir até 24 meses, como também com a possibilidade de selecionar trabalhadores qualificados e com experiência profissional, sem ter que arcar com o tempo de adaptação e preparação das gerações mais jovens que nunca tinham trabalhado.

Posteriormente, com a Lei n. 25.465 de 1995, o governo ampliou esses contratos com a regulamentação do “contrato de aprendizagem” para jovens entre 14 e 25 anos e com a introdução de uma modalidade especial de “Fomento ao Emprego” destinada para um universo maior de trabalhadores (homens, mulheres, deficientes, ex-combatentes) com idade acima de 40 anos. No entanto, nesta nova modalidade os trabalhadores não tinham mais garantida a indenização pelo término do contrato. É importante destacar que no caso dos contratos por tempo indeterminado esta nova lei introduziu um período de experiência de três meses, com a possibilidade de ser estendido até 6 meses pelo convênio coletivo de trabalho, sendo que durante a sua vigência o empregador poderia demitir sem custos e estaria isento de pagar no primeiro mês as contribuições relacionadas à seguridade social. Ademais passava a não ser mais obrigatório o registro destes contratos no Sistema Único de Registro Trabalhista (SURL).

Segundo dados do último trimestre de 1995, entre os ramos de atividade que mais utilizavam esses novos contratos destacavam-se o setor de Comércio, Restaurante e Hotéis (40,1%) e a Indústria Manufatureira (30%), em contraposição aos setores de Transporte, Armazenagem e Comunicações (8,8%), Serviços Pessoais (8,1%) e Outros ramos (13%) (NEFFA, 2005, p. 22).

Todos os tipos de contrato instituídos em 1991 e em 1995 (exceto o de aprendizagem) foram derogados em 1998 com a Lei 25.013. Esta, como mencionado anteriormente, além de

ter reduzido as indenizações por demissão e facilitado o aumento de demissões sob a justificativa de falta de trabalho, eliminou o mês de aviso prévio e reduziu o período de experiência para os contratos com duração indeterminada de três meses para um mês, mas não retirou a possibilidade de extensão por 6 meses caso acordada em negociação coletiva. Em contrapartida, esta lei criou um mecanismo de proteção do trabalho terceirizado ao responsabilizar as empresas pelo controle do trabalho realizado nas subcontratadas (GONZÁLEZ, 2003) e estendeu aos contratos de aprendizagem o direito à cobertura de saúde e a obrigatoriedade das contribuições patronais relativas à seguridade social (GALVÃO; ZARPELON, 2006); medidas com caráter protetor que destoavam daquelas que haviam sido aplicadas sobretudo pelas duas leis anteriores.

Nesse sentido, as mudanças realizadas na legislação no ano de 1998 apontavam para dois sentidos: 1º) um recuo por parte do governo na continuidade da flexibilização dos contratos de trabalho por meio da implementação de novas modalidades contratuais; 2º) uma intensificação das reduções dos custos indenizatórios por motivo de demissão de modo favorável aos empregadores, provocando uma flexibilização da demissão (GALVÃO; ZARPELON, 2006).

Esse duplo movimento parece confirmar o caráter contraditório mencionado por alguns autores (NEFFA, 2005; DINIZ, 2006) como uma das características do processo de flexibilização trabalhista na Argentina. Contradição que parecia expressar os avanços e recuos tomados pelo governo com o objetivo de fazer frente, em determinados momentos, às relações de força em presença e, em outros, de obter o consenso. É possível que esta afirmação esteja correta se nos basearmos nas análises de Diniz (2006) que demonstra a mudança nas diretrizes do governo e nas relações estabelecidas com o movimento sindical quando um dos assuntos da agenda política eram as eleições presidenciais de 1995 e 1999. Daí a implementação do decreto 1.829 (abril/1994) que estabelecia um plano especial de

parcelamento das dívidas sindicais com as Obras Sociais em até 120 parcelas (o dobro do que havia sido permitido aos empregadores) e o estabelecimento de mecanismos que visavam assegurar o controle sindical sobre a negociação coletiva com o projeto que deu origem à Lei 25.013, em 1998.

No entanto, outros elementos nos parecem importantes para explicar esse duplo movimento do governo, que se expressou especialmente na derrogação das modalidades de contratação implementadas pelas leis de 1991 e 1995. Em primeiro lugar, se a isenção (parcial ou integral) das contribuições patronais à seguridade social correspondia a uma das vantagens das novas modalidades de contratação para os empregadores, ao mesmo tempo esta isenção se estendeu, ainda que de modo diferenciado, aos contratos por tempo indeterminado, como por exemplo, pela introdução do tempo de experiência, pela retirada da obrigatoriedade do aviso prévio e pela diminuição das indenizações por demissão a ser paga pelo patronato: com o decreto 372/95 as contribuições patronais à seguridade social (incluía aposentadoria, Fundo Nacional de Emprego, Salário Familiar, Obra Social) que correspondiam a 32% dos salários passaram para 23% (PERELMAN, 2006, p. 16). Isto significa que houve um abatimento significativo dos encargos sociais que repercutiu de modo negativo sobre o salário indireto da força de trabalho.

Em segundo lugar, é provável que as novas modalidades tenham perdido sua efetividade em um contexto de crise econômica e de crescimento contínuo do desemprego, no qual houve o fechamento e falência de inúmeras empresas. Neste caso, os incentivos governamentais para facilitar a contratação não deveriam ter sido muito atrativos considerando os riscos envolvidos no lançamento de uma nova atividade (como assim exigia uma das modalidades de contrato) em plena crise. O mesmo argumento pode ser estendido às exigências colocadas aos empregadores para utilizarem os novos contratos: exceto nos contratos promovidos e destinados aos jovens, era proibido demitir (Contrato Lançamento de

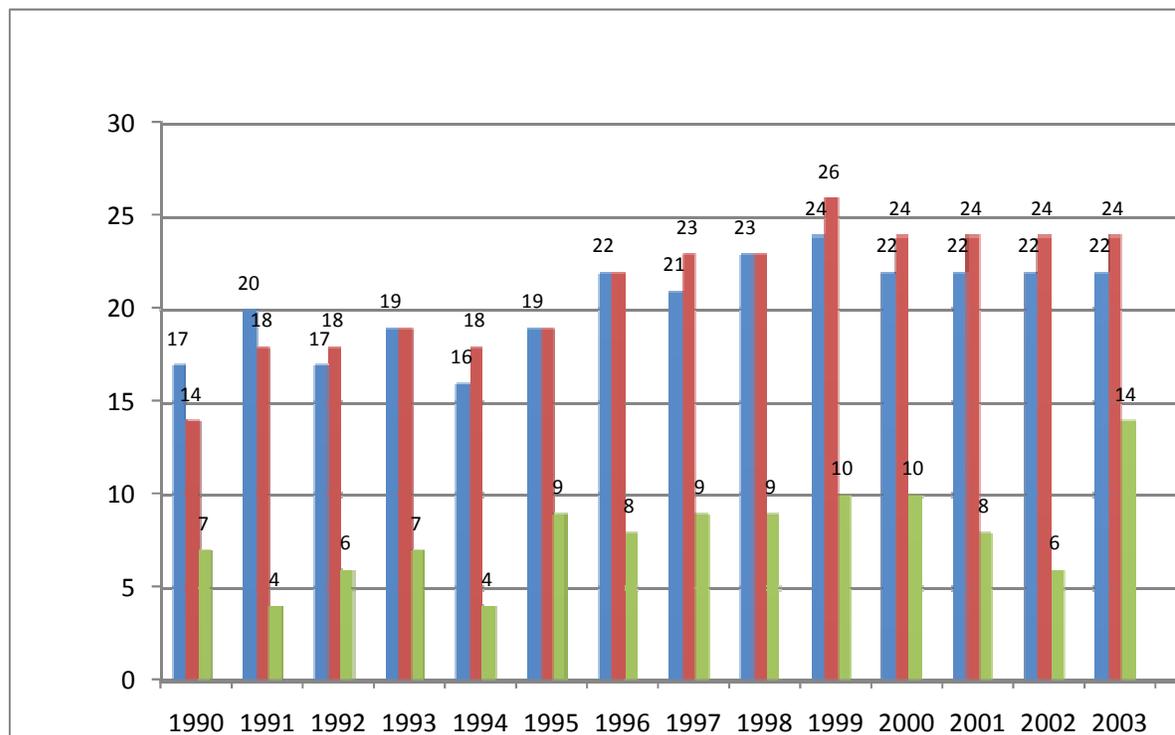
Atividade) ou substituir postos de trabalho vagos nos últimos 6 meses com os novos contratos (Contrato Fomento ao Emprego). Estas restrições procuravam, provavelmente, coibir a substituição de um tipo de contrato por outro (indeterminado por determinado) e as demissões, o que pode não ter despertado o interesse dos empregadores especialmente pela impossibilidade de demitir. O que se viu, então, com a Lei de Emprego de 1998, foi justamente uma orientação contrária, isto é, se flexibilizou a demissão.

Por último, o recuo do governo em relação à reforma trabalhista deve ter resultado especialmente da configuração de uma nova correlação de forças expressa na emergência de uma força política opositora, a FREPASO (Frente Para Um País Solidário), e na perda do apoio sindical. Constituída por um agrupamento de dissidentes peronistas a FREPASO passou a denunciar a corrupção presente nas diferentes instâncias de poder e conseguiu atrair a atenção da mídia, de setores da classe média e de políticos filiados a UCR, com os quais disputariam e ganhariam, em 1999, as eleições presidenciais. Mas a perda do apoio das direções sindicais parece ter sido o fator mais significativo nesse contexto político que levou o governo a mudar sua orientação em relação a sua agenda reformista.

Em 1997, a CGT (Confederação Geral do Trabalho) principal entidade sindical do país que havia apoiado o governo Menem, realizou três greves gerais e uma parte da sua direção mais combativa começou a sinalizar possíveis apoios aos grupos políticos não peronistas, o que destoava da sua tradição de lealdade histórica ao Partido Justicialista (GÓMEZ, 2009). Ademais, as lutas sociais haviam se intensificado desde 1996 com a emergência dos movimentos de desempregados e com a criação de duas novas organizações sindicais (a Central de Trabalhadores da Argentina – CTA – e a Corrente Classista e Combativa – CCC), que se opunham ao governo e à flexibilização do mercado de trabalho, bem como às cúpulas do sindicalismo tradicional representado pela ala conservadora da CGT.

Cabe lembrar que a reforma trabalhista, ao contrário dos argumentos que a defendiam, não diminuiu o desemprego, mas sim ampliou os contratos precários (GIOSA ZUAZÚA, 2005; GALVÃO, ZARPELON, 2006).

**GRÁFICO 1:**  
**Assalariados de empresas do setor formal isentos das contribuições patronais para a seguridade social (%). Grande Buenos Aires (1990 – 2003)**



- **Azul :** % Total Assalariados do Setor Formal
- **Vermelho:** % Total Assalariados de Empresas Pequenas e Médias (de 6 a 99 assalariados)
- **Verde :** % Total Assalariados de Grandes Empresas (com 100 ou mais assalariados)

Fonte: EPH. INDEC. apud GIOSA ZUAZÚA 2005, p. 18.

Os dados do gráfico acima relacionados aos assalariados contratados sem registro legal ou pelos contratos promovidos pelas leis aprovadas em 1991 e 1995, mostram a tendência de aumento do uso dessas formas de contratação nos distintos tamanhos de empresa, em especial a partir de 1995. Entre as empresas que mais recorrem a esses contratos destacam-se as pequenas e médias, contudo, chama a atenção a maior recorrência por parte

dos grandes estabelecimentos a partir de 2003, quando a porcentagem de assalariados contratados sem direito à seguridade social simplesmente duplicou. A explicação para esse salto pode estar relacionada à utilização dos contratos precários nos momentos em que são criados novos postos de trabalho. A difusão destas novas formas contratuais, segundo o argumento de Giosa Zuazúa (2005, p. 17): “(...)viabilizaram a “prática empresarial” de cobrir postos de trabalho necessários nos momentos de expansão do ciclo econômico com trabalhadores com um custo de trabalho não salarial reduzido legalmente, ou a um custo de trabalho salarial e não salarial reduzido via contratação ilegal”.

Em meio a um cenário no qual se tornavam visíveis os efeitos das políticas neoliberais, entre estes, o aumento contínuo do desemprego e a incapacidade de amplas parcelas da população garantir a sua própria reprodução, o governo recuou no que diz respeito à flexibilização trabalhista e frente à intensificação das lutas sociais desencadeadas inclusive pelos movimentos de desempregados. Deve ser destacado nessa discussão um aspecto significativo que contribui para a compreensão dos desdobramentos e reivindicações das lutas dos trabalhadores desempregados, que se refere à ausência de mecanismos de proteção social aos demitidos e, especialmente, de uma política de seguro-desemprego consolidada.

Se considerarmos que o processo de flexibilização da legislação trabalhista nos diferentes países implicou na perda de direitos (GALVÃO, 2007), o que teve lugar na Argentina não foge à regra pela tônica das novas normas instituídas; contudo, dentre as medidas legislativas aprovadas pela primeira lei sancionada em 1991, a regulamentação do sistema de seguro-desemprego correspondeu à única medida com caráter protetor. Somente com a Lei Nacional de Emprego, criou-se o Sistema Integral de Prestações por Desemprego<sup>43</sup>,

---

<sup>43</sup> Estavam excluídos do seguro os trabalhadores do setor agrícola, da construção civil, do serviço doméstico e do serviço público, que tivessem parado de prestar serviço por motivo de racionalização administrativa (NEFFA, 2005). A partir de 2001 e 2004 o direito ao seguro se estendeu, respectivamente, aos trabalhadores da construção civil e agrícola (VELÁSQUES, 2010). Vale lembrar que, em 1984, Raúl Alfonsín introduziu um seguro-desemprego que assegurou 70% do salário mínimo ou um apoio salarial no período de quatro meses para um

destinado a uma parcela dos trabalhadores demitidos sem justa causa, por diminuição de trabalho ou motivo de força maior, e desde que atendessem uma série de exigências, entre as quais:

- a) ter sido demitido antes de 26/12 de 1991;
- b) estar inscrito no Sistema Único de Registro Trabalhista (SURL) ou no Instituto Nacional de Previdência Social;
- c) ter cotizado ao Fundo Nacional de Emprego por um período de 12 meses durante os últimos 3 anos;
- d) ter cotizado, no caso de trabalhadores contratados por empresas de trabalho temporário, no mínimo 90 dias nos últimos 12 meses anteriores ao término do contrato;
- e) não estar recebendo, no momento da solicitação do seguro, nenhum tipo de benefício social.

As exigências parecem ter sido elaboradas para atender a um grupo reduzido de trabalhadores considerando que não só os trabalhadores mais desprotegidos teriam dificuldades para atendê-las, mas mesmo aqueles habilitados a ter acesso ao benefício estariam excluídos se tivessem sido demitidos depois da data estipulada. De acordo com Julio Neffa (2005, p. 109; grifos do autor):

(...) as restrições estabelecidas fizeram com que o número e a porcentagem de desempregados beneficiários fossem muito reduzidos (se situava entre 5% e 8% do total de desempregados conforme os anos), [e] agravado pelo fato de que somente poderiam se inscrever quem tenha sido registrado. Como se sabe uma porcentagem aproximadamente de 40% dos assalariados trabalhava “*en negro*” [informalmente] até o final da década passada.

---

número bastante reduzido de desempregados (LODOLA, 2005), o que talvez explique a falta de referência a esse seguro pela bibliografia especializada.

O valor mínimo e máximo das prestações era, respectivamente, de \$150,00 e \$300,00 pesos (em torno de US\$50,00 e US\$100,00). A duração do recebimento dependia do tempo de contribuição:

<b>Tempo de contribuição</b>	<b>Duração das Prestações</b>
De 12 a 23 meses	4 meses
De 24 a 35 meses	8 meses
36 meses	12 meses

Embora a regulamentação desse seguro-desemprego tivesse um carácter protecionista, destoando da maior parte das normas aplicadas com a reforma trabalhista, a dificuldade de atender aos critérios estipulados contribuiu, provavelmente, para que as reivindicações dos movimentos de desempregados se direccionassem para as políticas sociais difundidas no decorrer dos anos de 1990. Como discutiremos mais a frente, estas políticas tornaram-se a principal medida de contenção dos impactos do desemprego e, ao mesmo tempo em que contribuíram durante um determinado período com o desenvolvimento das organizações, constituíram-se como um dos limites das mobilizações dos desempregados. Mas antes de discutirmos esses aspectos mais precisos, desenvolveremos no próximo capítulo a reconfiguração das lutas sociais que possibilitaram o advento desse movimento social.

## Capítulo 3

### A reconfiguração das lutas sociais

À luz da discussão realizada no capítulo anterior sobre a conformação do neoliberalismo como expressão da ofensiva das classes dominantes e o processo de implantação das políticas neoliberais na Argentina, analisaremos a reconfiguração das lutas sociais nos anos anteriores à emergência dos movimentos de desempregados, bem como o advento destes em meados dos anos de 1990. O uso do termo *reconfiguração* procura sinalizar as alterações produzidas ao longo dessa década no movimento sindical e nas mobilizações sociais, pois ao mesmo tempo em que durante esse período se buscou disciplinar os confrontos trabalhistas, por outro lado surgiram novas formas de resistência que, em alguma medida, transformaram o cenário das lutas sociais e contribuíram para combater essa disciplinarização – como é o caso das organizações de desempregados.

A mobilização dessa parcela dos trabalhadores não é um fenômeno específico da atual conjuntura, uma vez que ocorreu em alguns países em outros contextos históricos (como França, Alemanha, Estados Unidos), porém a constituição dos movimentos de desempregados argentinos chama a atenção pela sua trajetória de quase 15 anos e pela sua importância na cena política, a ponto de alguns autores o terem considerado como praticamente um “caso único no mundo” (SVAMPA; PEREYRA, 2003, p. 13). A luta dos desempregados na Argentina se contrapôs às imagens de passividade e desmobilização associadas a eles diante do que se viu nos protestos realizados no auge da trajetória do movimento: a presença de milhares de pessoas bloqueando as principais estradas do país.

Este capítulo e o seguinte procuram discutir como estes movimentos se constituíram e se configuraram, como também as novidades apresentadas pelos mesmos decorrentes da conjuntura política na qual surgiram.

### **3.1 – (Des)mobilização, fragmentação e reorganização do movimento sindical**

O sindicalismo argentino passou por mudanças significativas nos primeiros anos da década de 1990 devido, entre outros fatores, às práticas políticas e ao consentimento da cúpula sindical da Confederação Geral do Trabalho (CGT) ao programa político apresentado por Carlos Menem. As críticas direcionadas às ações praticadas pelas principais direções sindicais cegetistas provocaram desde o surgimento de embates e formas de resistência desencadeadas de modo independente por militantes sindicais contrários às decisões majoritárias, como também a fragmentação dessa entidade.

Ao considerarmos a adesão de setores importantes do sindicalismo ao governo Menem, podemos ser levados a compreendê-la como um apoio generalizado expresso por todo movimento sindical ou como sinônimo da ausência de lutas combativas no período. O risco de uma compreensão desse tipo é grande frente aos impactos políticos produzidos pelo consentimento explícito das principais lideranças sindicais às reformas econômicas e a não convocação de greves gerais por parte da CGT nos primeiros anos de implantação das políticas neoliberais; este entendimento nos impediria, não obstante, de perceber a combatividade do restante do movimento, a resistência nos sindicatos de nível local, nas comissões de trabalho ou mesmo os avanços e recuos das direções nacionais em relação ao encaminhamento da reforma trabalhista. Embora não seja nosso propósito discutir profundamente a ação sindical, cabe essa ressalva para compreendermos a sua repercussão na reorganização do sindicalismo argentino e na conformação das organizações de desempregados.

Um dos elementos que confirmam a adesão das cúpulas sindicais mencionada acima se refere à ausência de greves gerais após o início do mandato de Menem: entre 1989-1991 não ocorreu nenhuma greve geral, em contraste às 7 realizadas somente nos três primeiros anos do governo de Alfonsín (13 durante toda a gestão). Se tomados como referência apenas estas ações de alcance nacional, a CGT, principal expressão do movimento sindical e representante da maior parte dos assalariados, parecia dar mostras de ter entrado em um momento de inflexão. O que explicaria este comportamento? Entre as respostas apresentadas pela bibliografia que nos permitem compreender as alterações verificadas nas lutas a partir de 1989 destacamos o efeito disciplinador da crise hiperinflacionária do final dos anos de 1980 (PIVA, 2009; DONAIRE; LASCANO, 2002; IÑIGO CARRERA, 2001) e o apoio efetivo de lideranças tradicionais da CGT à política-econômica de Menem (SVAMPA, 2005; GRASSI, 2003).

Como observam Donaire e Lascano (2002) um elemento importante e pouco presente nos estudos sobre as mobilizações a partir de 1989 foi o papel desempenhado pela crise hiperinflacionária como parte de um processo de disciplinarização do proletariado que possibilitou a imposição de políticas desfavoráveis para o conjunto dos trabalhadores. Para esses autores o processo hiperinflacionário não seria simplesmente um problema econômico neutro e sim expressão da luta de classes em um contexto de contínua transformação da correlação de forças em detrimento do proletariado.

Partindo de uma interpretação semelhante, Adrián Piva (2009) acrescenta que essa inflexão na relação de forças, possibilitada pela ação do Estado no período hiperinflacionário e consolidada com o consenso em torno do programa de reformas e do Plano de Conversibilidade, provocou profundas mudanças nas formas de exploração da força de trabalho, nas condições de acumulação de capital e na fragmentação e debilitamento das lutas dos assalariados. Ao representar uma ameaça de desemprego, a hiperinflação conseguiu

induzir uma parte dos trabalhadores a aceitar as imposições feitas nos locais de trabalho pela reestruturação capitalista em curso, ao mesmo tempo em que o novo quadro de forças produziu transformações estruturais da classe operária, como a sua fragmentação estrutural e o expressivo crescimento do exército industrial de reserva.

Mas a análise da capacidade desmobilizadora dos altos índices inflacionários é insuficiente, a nosso ver, se não estiver relacionada com os discursos e práticas do movimento sindical no período. Vejamos então a condução das lutas trabalhistas pela direção majoritária da CGT.

A comparação das características das mobilizações realizadas ao longo do mandato de Alfonsín e durante o início do governo Menem permitem compreender quão significativa foi a mudança no discurso assumido pela direção cegetista. Apesar de o movimento sindical ter sofrido durante o regime militar uma perda significativa dos seus quadros mais combativos, que repercutiu sobre as suas ações e contribuiu com a difusão de direções sindicais burocráticas (ALMEYRA; SUÁREZ, 2009), com o fim da ditadura ele conseguiu organizar 13 greves gerais, entre 1983-1988, algumas contando com a participação de mais de 120 mil pessoas concentradas na Praça de Maio (IÑIGO CARRERA, 2001, p. 115). A maior parte dessas mobilizações teve uma adesão de mais de 50% dos trabalhadores (exceto a greve de 1988) e mesmo um significativo grau de unidade, apesar dos alinhamentos favoráveis ao governo que começaram a se formar a partir de 1986, quando os índices de desemprego e subemprego alcançaram porcentagens superiores às registradas até então (CAFASSI, 2002; IÑIGO CARRERA, 2001). Do total de 10 paralisações realizadas em quatro anos de governo, a maioria se direcionou contra a política econômica e exigia aumentos salariais.

Durante a greve geral realizada em janeiro de 1987 a CGT exigiu também o cumprimento do “Documento de 26 pontos” (elaborado em 1985), no qual se encontravam as seguintes reivindicações:

(...) estabelecer uma moratória para o pagamento dos serviços da pretendida dívida externa [...] não contrair novas obrigações para pagar os serviços [...] a nacionalização dos depósitos bancários [...] impulsionar um processo de substituição de importações [...] revalorizar a inversão pública [...] defender energicamente o fortalecimento e desenvolvimento das empresas estruturais do Estado... [garantir] o direito de os trabalhadores [...] elevar o salário (GRASSI, 2003, p. 118).

Aderiram a essa greve geral mais de 70% dos trabalhadores, a esquerda e o Partido Justicialista (oposição oficial neste momento) (IÑIGO CARRERA, 2001). O “Documento de 26 pontos” demonstrava o caráter reivindicativo das propostas apresentadas pela CGT. A reinvidicação cegetista do padrão de acumulação baseado no modelo de substituição de importações expressava o seu posicionamento contrário às orientações da política econômica, entre as quais a abertura do mercado e a continuidade da privatização iniciada durante a ditadura militar; daí a reivindicação pelo fortalecimento e desenvolvimento das empresas públicas estatais cuja privatização era tema de debate na ocasião.

Apesar do teor das reivindicações mencionadas, o movimento sindical se deparou cada vez mais com um menor grau de unidade e um maior isolamento social, visíveis nas greves gerais convocadas em 1988 (IÑIGO CARRERA, 2001). Após as paralisações nacionais realizadas neste ano não houve nenhuma convocação nos três anos seguintes, pois somente em 1992 a CGT romperia com a prática adotada nos primeiros anos do governo Menem retomando a organização de greves gerais.

O posicionamento das cúpulas sindicais cegetistas interferiu diretamente na ausência de mobilizações de caráter nacional e expressou o seu consentimento, antes que uma neutralização política, às mudanças que estavam sendo gestadas na política social e econômica. No entanto, conforme Piva (2009) adverte, a análise da “conflitividade” sindical desse período baseada somente nas greves gerais pode correr o risco de não expressar a complexidade e a riqueza dos confrontos trabalhistas que ocorreram independentemente das

direções majoritárias. Esta advertência tem uma importância para o caso argentino sobretudo se considerarmos a nova conjuntura que se configurou a partir de 1989 e a sua ressonância sobre a ação e as lutas sindicais: pela primeira vez, desde a década de 1940, uma cisão produzida no interior da CGT não teria como objetivo reorganizá-la e sim conformar outra central representativa dos trabalhadores (como ocorreu com a proposta de formação da Central de Trabalhadores da Argentina – CTA, gerando um intenso debate no meio sindical); pela primeira vez também a Confederação se dividiria sob um governo peronista (CEHO, 2000; GUZMÁN CONCHA, 2002).

Estes fatos exemplificam os embates políticos ocorridos no âmbito da CGT e a sua fragmentação devido às disputas internas sobre o papel que deveria desempenhar na nova correlação de forças conformada com a ascensão de Menem à presidência e frente ao seu programa neoliberal.

Fazemos aqui uma breve digressão para compreendermos o significado dessa ascensão para o movimento sindical. Uma das características do sindicalismo argentino a partir da década de 1940 consistiu na sua estreita relação com o Estado (GUZMÁN CONCHA, 2002), possibilitada pelos ajustes nas relações de classe realizados sob o governo de Perón e que favoreceram a forte ligação entre o Partido Justicialista e o movimento sindical. Este não se constituiu como um movimento de organizações de trabalhadores independentes, mas sim se caracterizou por um pertencimento político definido pelo peronismo (GRASSI, 2003) e pela presença de agentes com uma prática política fortemente vinculada ao partido; daí o fato de ter se configurado como a espinha dorsal do peronismo.

Uma vez eleito o candidato peronista, as organizações sindicais viam-se como parte do governo, o que se expressava nas pouquíssimas convocações de greves gerais durante os governos justicialistas: duas em 1975 durante a presidência de Isabel Perón e nenhuma nos

diferentes mandatos de Perón (1946-1952; 1952-1955 e 1973-1974) (IÑIGO CARRERA, 2001).

Neste caso, Menem era o candidato com o qual o movimento sindical tinha uma identificação política (peronismo) e uma articulação institucional comum (o partido). Mas ao contrário do que era esperado por uma parcela dos sindicatos, inclusive de setores que participaram da campanha para as eleições presidenciais, as medidas adotadas já no início do mandato explicitavam uma nova orientação: os trabalhadores não seriam a “coluna vertebral” das políticas governamentais e seus direitos passariam a ser vistos como “privilégios”, sobretudo os dos empregados estáveis com algumas proteções sociais. Essa orientação concretizou-se logo nos dois primeiros anos de governo evidenciando quais interesses de classes estavam sendo atendidos.

Parece curioso que o partido historicamente identificado com os setores populares se encarregaria de criar as condições necessárias para a consolidação do neoliberalismo no país, reduzindo as normas de proteção social e os direitos coletivos do trabalho conquistados pela classe trabalhadora. A aplicação de medidas destinadas a restringir o poder sindical, ainda que algumas tenham sido revogadas ao longo do mandato devido às modificações no jogo político, exemplifica a tentativa de alterar a relação estreita existente entre sindicatos e Estado.

É sintomático que 60% dos decretos de necessidade e urgência sancionados em 1989 sob a justificativa de combater a inflação tratassem do controle salarial e da limitação dos convênios coletivos de trabalho (GÓMEZ, 2009). De acordo com a sua perspectiva de controlar a ação sindical o governo interveio na regulamentação do direito de greve (PEN 2134/90) impondo restrições às paralisações realizadas nos serviços públicos. Buscava-se com estas medidas “disciplinar” o movimento sindical e enquadrá-lo dentro de parâmetros de atuação condizentes com a implantação do novo modelo político-econômico.

As novas normas instituídas em relação à ação sindical estavam em sintonia com as mudanças organizacionais operadas pelo Partido Justicialista em 1987, com a finalidade de alterar o papel do sindicalismo no seu interior e garantir uma forte hegemonia das estruturas partidárias sobre as sindicais e uma dependência cada vez menor destas (SVAMPA, 2005). Uma das modificações introduzidas atingiu diretamente o sistema de “terço”, mecanismo tradicional de participação sindical na vida partidária, que garantia aos sindicatos o direito de nomear um terço dos líderes e candidatos do partido. Com as novas orientações se substituiu esse mecanismo pelo sistema de eleição direta e a reorganização partidária “removeu” a “velha guarda sindical” e diminuiu a dependência do partido em relação aos sindicatos<sup>44</sup> (DELAMATA, 2004).

A reestruturação dos canais de participação na vida partidária do Partido Justicialista demonstrava o objetivo de reduzir de algum modo a influência daqueles que formalmente eram representantes dos interesses da classe trabalhadora.

O conjunto dessas mudanças causou impactos sobre os distintos setores do sindicalismo tradicional representado pela CGT<sup>45</sup>. No início dos anos de 1990 os principais grupos de oposição existentes no interior da confederação eram dois: de um lado, a CGT – San Martín, a “oficialista”, representante do sindicalismo “participacionista” e principal defensora do programa de reformas e, de outro, a CGT-Azopardo, representante do

---

<sup>44</sup> Esta reorganização partidária originou e generalizou, ao mesmo tempo, uma nova prática entre base e dirigentes, uma espécie de “empresarialização” dos intercâmbios políticos, com o qual o partido obteve o controle dos recursos estatais em diversas províncias em meados dos anos de 1990 e fortaleceu redes clientelistas vinculadas ao PJ; assunto que discutiremos mais a frente. Para se ter uma idéia da presença de representantes políticos vinculados ao ramo sindical, em 1989 eles correspondiam em torno de 30% da bancada dos deputados, porcentagem que reduziu no final da década, conforme depoimento de Ricardo Falcón em CEHO (2000).

<sup>45</sup> Cabe mencionar que a partir de 1960 formaram-se no interior da CGT as suas três principais correntes: a) a “participacionista” ou “integracionista” com um posicionamento político mais voltado para a acomodação frente ao que o sistema estava disposto a lhe conceder; b) a “vandonista” (nome proveniente do seu principal líder Augusto Vandor) cuja defesa do vínculo estreito entre Estado e sindicatos pautava-se, primeiramente, na concepção dos sindicatos como um “quarto poder” ao qual cabia influenciar as decisões tomadas no país juntamente com os outros poderes (Forças Armadas, igreja, empresariado) e, em segundo lugar, na visão do peronismo não como um partido, mas sim como um movimento que teria como eixo articulador o sindicalismo; daí a necessidade do movimento sindical aliar-se ao Estado; c) a corrente “combativa” que, apesar de ser minoritária, conseguiu obter um protagonismo ao articular-se com vertentes marxistas e progressistas (GUZMÁN CONCHA, 2002).

sindicalismo “vandarista” cuja defesa da articulação entre Estado e sindicatos pautava-se na sua concepção do sindicalismo como “coluna vertebral” do peronismo. Esta corrente, designada por vezes como “combativa” (GÓMEZ, 2009), procurou agregar os sindicatos contrários às reformas neoliberais e ao posicionamento político dos líderes sindicais do grupo majoritário (CGT-San Martín), mas se dissolveu no final de 1990 quando diante do seu isolamento se viu sem condições para acumular forças e se contrapor ao governo.

Em 1992, quando a primeira fase das privatizações já havia se efetivado, o ato de reunificação desses dois grupos ocorreu sob a pressão de concentrar forças contra a reforma das Obras Sociais em discussão naquele momento (GUZMÁN CONCHA, 2002). A cerimônia, que teve Menem como principal orador, concretizou o apoio político da confederação, que já havia sido expresso pelas cúpulas sindicais identificadas com o diagnóstico do governo sobre a inevitabilidade das reformas como solução para a crise do país. O depoimento abaixo, de Jorge Triaca, sindicalista plástico e representante do sindicalismo participacionista, que recebeu nada menos que a pasta do Ministério do Trabalho, expressa esse tom fatalista:

Nada do que ocorre na Argentina pode ser entendido se não damos conta que está nascendo um novo bloco de poder social, político, econômico e talvez militar... e que Menem está disposto a tomar todas as medidas necessárias... para começar com as tarefas da reconstrução do capitalismo argentino (...). (Depoimento concedido ao *El Cronista Comercial*, 9/09/1989 [1989 apud GÓMEZ, 2009, p.168]).

Na conformação desse “novo bloco de poder” a direção majoritária da CGT teve um papel fundamental na conformação de uma nova correlação de forças desfavorável à classe trabalhadora. O seu consentimento ao processo de reformas decorreu de um “apoio acordado” (PIVA, 2009) em troca de concessões econômicas, espaços de poder, ações de empresas privadas e participação nas reformas. O governo, de sua parte, instituiu o Programa de Propriedade Participada (decreto n. 584/93) cujos principais objetivos eram obter o consenso

e reduzir a resistência sindical quanto ao processo de privatizações, ao permitir a participação dos trabalhadores na compra de ações das empresas privatizadas<sup>46</sup>.

Com esse “apoio acordado”:

(...) a CGT obteve a confirmação de uma boa parte de suas prerrogativas corporativas, a saber: a afirmação do monopólio da representação sindical, baseada na *personería* sindical; o controle dos fundos de obras sociais; a manutenção do seu papel nas negociações coletivas (quando estas foram levadas a cabo); a participação nas listas partidárias do PJ (sobretudo na Comissão de Legislação Trabalhista da Câmara dos Deputados, onde a maioria dos legisladores é de extração sindical). Por outro lado, alguns sindicatos da CGT puderam intervir ativamente no campo empresarial, através das privatizações das empresas públicas, da reforma previdenciária e das reformas do seguro dos acidentes de trabalho (SVAMPA, 2005, p. 210 - 211).

Entre as organizações sindicais favorecidas encontravam-se o Sindicato Unidos Petroleiros do Estado (SUPE), a Federação Argentina de Trabalhadores de Luz e Força (FATLyF), o Sindicato de Mecânicos e Afins do Transporte Automotor (SMATA) e a Federação Argentina de Empregados do Comércio e Serviços (FAECyS) (SVAMPA, 2005; DELAMATA, 2004). Com tal postura esses sindicatos e a CGT contribuíram ativamente com a sua própria fragmentação e com a implantação do neoliberalismo.

De acordo com a análise de Piva (2009) a concretização de uma nova correlação de forças ocorreu com a reunificação da CGT em torno da adesão ao governo e com os impactos sobre o conjunto dos trabalhadores produzidos pela derrota de importantes greves e planos de luta realizados especialmente contra as privatizações. Apesar da ausência de greves gerais no intervalo de 1989-1991, nesse mesmo período ocorreram importantes greves, protestos e

---

<sup>46</sup> O depoimento do segundo Ministro do Trabalho, José Caro Figueroa, deixa bem claro o objetivo do Programa de Propriedade Participada: “[...] a inserção dos trabalhadores dentro do capital das empresas privatizadas, indica a obtenção de vários objetivos, entre os quais se destaca a intenção de ampliar as bases de consenso em torno da política de privatização (incluindo nelas os sindicatos) ou, em todo caso, de reduzir a resistência a essa política” (1994 apud ALMEYRA; SUAREZ, 2009).

várias tentativas de resistência ao processo de venda das empresas públicas, organizados sobretudo pelo setor telefônico, ferroviário e aeronáutico<sup>47</sup>.

Retomando os argumentos de Piva (2009, p. 24):

(...) A efetivação de uma nova relação de forças pelo Estado teve, então, um duplo efeito. Em primeiro lugar foi a base sobre a qual se desenvolveu a reestruturação capitalista, que teve como uma de suas conseqüências a fragmentação estrutural da classe operária e o aumento do desemprego. Em segundo lugar, e ao mesmo tempo, a derrota da resistência organizada dos trabalhadores e a intervenção do Estado a favor da estratégia neoparticipacionista de vinculação dos sindicatos com o Estado foi condição de possibilidade da fragmentação do conflito operário e do forte impacto do desemprego sobre sua capacidade de ação.

É interessante observar, então, o teor das propostas contidas no “Documento 26 pontos” mencionado antes e o que predominou nos anos 1990. Explicando a diferença entre a primeira greve convocada pela CGT, em 1992, e as realizadas no governo Alfonsín, o secretário cegetista argumentou em entrevista ao Jornal *La Nación* (9/11/1992):

Então, as greves [realizadas durante o governo de Alfonsín] eram reivindicativas e políticas. [Esta] é uma greve totalmente trabalhista [...] apoiamos a conversibilidade e a reforma do Estado [e] componentes sociais [do plano econômico]. [A CGT] é independente. É sim, partidária, porque a maioria é peronista e o governo é peronista (...) (1992 apud GRASSI, 2003, p. 143).

A defesa das convenções coletivas de trabalho consistiu em uma das principais reivindicações dessa greve, convocada na ocasião em que se discutia a flexibilização das negociações coletivas, mas também quando a direção sindical cegetista havia perdido espaços de participação no governo com a entrada de Domingo Cavallo no Ministério da Economia (GÓMEZ, 2009). O depoimento acima demonstra abertamente a defesa da confederação ao programa de reformas e a modificação na orientação das demandas, ao mesmo tempo em que

---

<sup>47</sup> Ao contrário do que se viu nesses setores, as mobilizações realizadas pelos sindicatos dos petroleiros (SUPE) e dos metalúrgicos (UOM) relacionadas, respectivamente, à privatização das empresas YPF (petroleira) e SOMISA (aço) acabaram se orientando muito mais para a defesa de benefícios e incentivos adicionais que poderiam ser obtidos pelos funcionários com a venda das empresas que na reivindicação pelo fim do processo de privatização (GÓMEZ, 2009).

procura afastar qualquer teor político-reivindicativo da greve convocada, por esta se voltar contra as alterações na representação dos interesses dos trabalhadores, que interferem na organização sindical. Se, por um lado, este afastamento revela a inconsistência da compreensão sobre as conseqüências da flexibilização das negociações coletivas, por outro expressa o alcance das objeções da confederação às reformas em curso.

Diante desse cenário político tão complexo desencadearam-se dois processos importantes: uma fragmentação e uma reorganização no interior do movimento sindical. Os acontecimentos transcorridos desde 1989 levaram parte dos dirigentes e militantes sindicais a repensar a ação sindical e o papel do sindicalismo frente às políticas neoliberais e à exposição dos trabalhadores a condições completamente novas e conseqüentes do aumento do desemprego, da pobreza e dos trabalhos precários.

Podemos falar de um processo de fragmentação à medida que a crise no interior da CGT desencadeou um grande debate sobre o modelo de organização do sindicalismo herdado dos anos de 1940 e ainda praticado; tema que remetia diretamente à relação do movimento sindical com o Estado, os partidos e o próprio peronismo. Esse processo consistiu em uma divisão no interior da CGT com a criação de um grupo dissidente, o Movimento de Trabalhadores Argentinos (MTA), e em uma ruptura com o surgimento da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA) e da corrente sindical Corrente Classista Combativa (CCC).

Uma das particularidades do MTA (também conhecido como CGT “dissidente”), formado sob a liderança de Hugo Moyano (originário do sindicato dos caminhoneiros), refere-se a sua visão sobre a resolução dessa crise. Para esse grupo a formação de outras centrais somente contribuiria com o enfraquecimento do movimento sindical (GUZMÁN CONCHA, 2002), por isso a sua própria constituição era coerente com a proposta de disputar espaços e fazer oposição no interior da CGT. Mas, apesar de ter atuado durante a maior parte

dos anos de 1990 de modo autônomo à CGT (oficial), o MTA nunca rompeu completamente com a confederação e com o Partido Justicialista.

A formação, em 1992, da CTA e, em 1994, da CCC expressaram uma reorganização no interior do movimento sindical por se conformarem como duas novas organizações disputando a representação dos trabalhadores com base em novos princípios de organização e na recusa às reformas neoliberais.

Os sindicalistas envolvidos na construção da CTA tinham como objetivo promover mudanças na concepção e prática sindicais (DINERSTEIN, 2001) e defendiam como princípios o pluralismo, a autonomia, a democracia de base e o caráter não partidário. Desse modo, a central apoiou-se nos sindicatos que tinham organizado as lutas mais combativas contra as políticas neoliberais: a ATE (Associação de Trabalhadores do Estado) e à CTERA (Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina), cujos trabalhadores foram um dos mais afetados pela Reforma do Estado (SVAMPA; PEREIRA, 2003; GUZMÁN CONCHA, 2002). Conforme consta na página de apresentação do site da CTA:

A CTA é uma nova central de trabalhadores, ocupados e desocupados, fundada sobre três conceitos essenciais: a afiliação direta, uma democracia plena e a autonomia política. Em 14 de novembro de 1992, frente à entrega e a traição do sindicalismo empresário argentino, os integrantes de diversos sindicatos e novas organizações territoriais e sindicais formaram esta central com a idéia de instrumentalizar um novo modelo sindical baseado nestes três preceitos, fundamentais para a construção cotidiana da força dos trabalhadores<sup>48</sup>.

Originada em um contexto de profundas alterações no mundo do trabalho, esta central ampliou a sua representação para diferentes grupos, ao possibilitar a afiliação direta de desempregados, aposentados, pensionistas e trabalhadores informais. Em 1997 a CTA obteve o reconhecimento oficial como organização sindical de terceiro grau, com isso, passou a

---

<sup>48</sup> Disponível em: [www.cta.org.ar](http://www.cta.org.ar) (Acesso em: 20/07/2010).

congregar organizações de primeiro grau ou de base (como os movimentos de desempregados) e de segundo grau (sindicatos do setor) (DELAMATA, 2004).

Dentre as críticas elaboradas pela CTA ao modelo sindical tradicional, destaca-se a que se direciona à forma de organização centrada exclusivamente no local de trabalho. Baseando-se na idéia de que as lutas não se reduzem mais ao espaço fabril por terem se descentralizado para outros espaços, essa central propõe que a organização se dê não só no ambiente de trabalho como também nos bairros (ou território como é comumente denominado pela literatura). Disto surge a sua consigna “*A nova fábrica é o bairro*” e sua estratégia de organizar e representar os desempregados; proposta que aparece nos congressos e encontros realizados antes dos confrontos ocorridos nas regiões petroleiras de *Cutral-Co*, *Plaza Huincul*, *Tartagal* e *General Mosconi*, considerados o germe dos movimentos de desempregados (SVAMPA, 2005). Um desses encontros foi o Primeiro Congresso de Desocupados de *Neuquén*, em 24 de maio de 1996<sup>49</sup>.

A mobilização dos desempregados no âmbito sindical não é comum. Isto se deve não só aos limites encontrados pelo movimento sindical em elaborar estratégias que contemplem reivindicações amplas com outras mais imediatas (relacionadas à questão da sobrevivência) como ao seu próprio posicionamento político. O depoimento abaixo do sindicalista Mário Gasparri da CGT é ilustrativo:

---

<sup>49</sup> A estratégia de organização de desempregados corresponde para Oviedo (2001) a um esforço da CTA em incorporar desocupados mediante a “cooptação” de diversas organizações surgidas autonomamente. “*Ao mesmo tempo em que buscava estabelecer uma regimentação sobre um movimento independente que estava surgindo, o objetivo da direção da CTA, era ‘compensar’ sua debilidade relativa no movimento sindical, onde suas possibilidades de penetração nos grandes sindicatos industriais haviam encontrado rapidamente um limite e onde registravam, inclusive, um retrocesso entre estatais e docentes, seus principais sindicatos*” (OVIEDO, 2001, p. 16, grifos do autor). A despeito dos problemas envolvidos na integração e organização dos desempregados pela CTA, é necessário reconhecer a incorporação desta parcela de trabalhadores como um dos seus princípios originários. A crítica de Oviedo, membro do *Partido Obrero* (PO) deve ser entendida também dentro de um campo de disputa entre sindicatos e partidos, porque originalmente um dos princípios político-organizativos da CTA consistia na independência e autonomia a partidos políticos (GUZMÁN CONCHA, 2002).

(...) os desocupados são um problema, não cabe dúvida, mas o problema hoje, mais que nunca é a instabilidade dos ocupados, porque se nós defendemos os ocupados podemos começar a reverter o tema do desemprego, perceba que isto é básico [...], não existe outra maneira e o sindicato é isso, é sindicalizar os trabalhadores que têm ofício, que têm ocupação, essa é a premissa básica do sindicato<sup>50</sup> (GUZMÁN CONCHA, 2002, p. 15).

Neste caso, a proposta da CTA difere-se por apresentar uma estratégia de luta reivindicativa voltada para o conjunto dos trabalhadores ocupados (no setor formal e informal) e desempregados. Segundo o depoimento do dirigente de um dos núcleos do movimento de desempregados *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat* (FTV) entrevistado por nós:

A CTA como uma definição política fez algo que tem um valor impressionante que é: eu posso ser filiado da CTA; qualquer um de nós [desempregados] pode ser [e] somos filiados da CTA, não temos necessariamente de estar em uma fábrica. O que faz a CGT? Ela lhe diz que você pode ser filiado à Confederação Geral do Trabalho somente se pertence a um sindicato e a maioria dos nossos companheiros não pertence porque não têm trabalho (...). Então na Central (...), nós desocupados pagamos uma cota anual de 1 peso e temos o direito de fazer parte da CTA. Isso tem muito valor, a despeito da diferença que nós podemos ter com as diferentes conduções (...) (Pedro, dirigente do núcleo de *Florencio Varela* e membro da *Mesa Provincial de Buenos Aires* da FTV, 18/09/07).

A outra organização formada, a Corrente Classista Combativa (CCC), não provinha da CGT, mas sim do Partido Comunista Revolucionário (maoísta), e configurou-se como uma corrente política-sindical de caráter classista. Estas características tinham uma importância para a luta sindical considerando que “(...) *as correntes do sindicalismo classista, que até fins dos anos 60 lograram se arraigar em diferentes sindicatos industriais e estatais, tropeçaram em distintos períodos com os problemas da identidade política e a vigência dos modelos sindicais impostos a partir do peronismo*” (SVAMPA, 2005, p. 219).

---

<sup>50</sup> Entrevista realizada em 2002 por César Guzmán Concha (2002).

Como corrente político-sindical a CCC surgiu com a proposta de fortalecer as comissões internas de fábricas e desenvolver um trabalho junto às organizações de base e aos trabalhadores envolvidos no processo de recuperação de fábricas falidas. Além deste ramo de atuação sindical a CCC conformou outros dois: o de aposentados e o de desempregados (SVAMPA; PEREIRA, 2003; DELAMATA, 2004). Este último se formou em 1998, em *La Matanza*, município mais populoso da Grande Buenos Aires. O ramo de desempregados, liderado por Juan Carlos Alderete, foi um dos principais protagonistas das lutas de desempregados, entre 1998 e 2001, ao organizar bloqueios de estradas e inúmeras mobilizações massivas, muitas delas em conjunto com o movimento *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat* (FTV), que juntos chegaram a mobilizar em torno de 15.000 desempregados em algumas marchas.

A fragmentação de um movimento pode ser vista como sinônimo da falta de unidade e da frágil capacidade para unificar as forças existentes em torno de uma plataforma de luta comum. Mas à medida que um processo de fragmentação é seguido pela conformação de novas forças sociais ele pode desencadear uma vitalidade no âmbito das lutas e a confrontação de diferentes perspectivas e objetivos políticos. Esta segunda tendência parece ter sido, a nosso ver, o desdobramento da crise sindical na Argentina. Mesmo que ao longo da década de 1990 a CGT continuasse agrupando o maior número de sindicatos e representando formalmente a maioria dos trabalhadores (PIVA, 2009), o surgimento das novas agrupações (sobretudo CTA e CCC) acirrou as disputas políticas no plano da representação e trouxe uma vitalidade para o debate sindical sobre o papel do sindicalismo diante da nova conjuntura. Devemos mencionar também a importante atuação da CTA, CCC e do grupo MTA (CGT-dissidente), contra a reforma trabalhista, ao convocar a maior parte das 9 greves gerais realizadas a partir de 1992 e ao conseguir manter uma continuidade na organização das mobilizações.

Mas cabe ainda uma última observação a respeito da análise das lutas sociais na Argentina pós-1989. De acordo com o argumento de Piva (2009) as mudanças provocadas pela “fratura” no movimento sindical complexificaram a própria análise das greves gerais como critério de medição dos confrontos trabalhistas, sobretudo se tomarmos como referência as convocações feitas pela CGT (oficial). As greves gerais, segundo o autor, não expressariam a “conflitividade” do período, porque embora elas não tenham sido convocadas entre 1989-1991, nesse mesmo intervalo ocorreram importantes greves, planos de luta e várias tentativas de resistência direcionadas contra as privatizações. Isto não significaria, entretanto, que essas ações tenham superado as registradas na década de 1980, porque apesar do seu forte impacto político (como o das lutas dos sindicatos telefônicos contra a privatização da ENTEL), os efeitos específicos da crise hiperinflacionária repercutiram sobre a mobilização e a disposição dos trabalhadores para a luta, bem como sobre as estratégias reivindicativas dos setores organizados. Por isso também as mobilizações desencadeadas no momento referido apresentaram um caráter defensivo e não mais reivindicativo como nos anos anteriores (PIVA, 2009; GÓMES, 2009).

Procuramos mostrar com essa discussão como se forjou uma nova correlação de forças no país que contribuiu com a desmobilização da classe trabalhadora e com a implantação do modelo neoliberal. A complexidade desse processo evidenciou-se nas relações estabelecidas entre o governo e o movimento sindical, no recuo expresso pela CGT, na conformação de novas organizações sindicais, bem como na configuração de resistências no interior e à margem dos sindicatos (como as mobilizações realizadas sem a autorização das direções sindicais ou contra a representação destas) que se intensificaram, sobretudo, a partir de 1993.

Passaremos a discutir no próximo item os embates travados especialmente depois de 1993, procurando mostrar a sua importância para a organização e mobilização dos trabalhadores. Sem abandonar as estratégias e formas de ação antigas, estes confrontos

apresentaram novidades que portavam uma agressividade política desafiante para o governo e contribuíram com uma transformação nas formas de luta. Mais: a partir desses enfrentamentos seria gestado um “novo” movimento social, os movimentos de desempregados. E utilizamos propositadamente o adjetivo “novo”, porque como defendemos, estes movimentos corresponderam a formas de reorganização das lutas da classe trabalhadora que emergiram como produto e reação à redefinição das relações de exploração e dominação capitalistas, demarcadas na conjuntura atual pela ofensiva neoliberal. Movimentos cujas lutas expressaram a impossibilidade de garantir a reprodução social frente às transformações provocadas na base material.

### **3.2– A recomposição das formas de resistência**

O “*Santiagoazo*”, como se tornaram conhecidos os confrontos na província de *Santiago del Estero*, em 1993, representou um ponto de inflexão nas lutas sociais no país (BUHL; KOROL, 2008; IÑIGO CARRERA; COTARELO, 2004; MACHADO, 2004). Este marco<sup>51</sup> deve-se à posterior intensificação dos enfrentamentos sociais e à retomada de um acúmulo de forças, mas também por já anunciar algumas mudanças nas formas de resistência e a articulação entre modalidades de organização sindicais com outras não sindicais (BONNET, 2009).

A população da província de *Santiago del Estero* não só já sentia os efeitos da descentralização administrativa promovida pela Reforma do Estado (que transferiu para as províncias e municípios responsabilidades relacionadas à administração da educação, da saúde e da segurança), como convivia com um governo que não assegurava as demandas públicas e era acusado por práticas de corrupção que envolviam tanto dirigentes políticos

---

<sup>51</sup> Em contraposição a vários autores (IÑIGO CARRERA; COTARELO, 2004; FAVARO, 2004; SVAMPA; PEREIRA, 2003; MACHADO, 2004), Cafassi (2002, p. 55) não concebe os confrontos de *Santiago del Estero* como o mais importante antecedente histórico das lutas sociais que se desencadearam no final dos anos de 1990, porque os considera enfrentamentos isolados e mais relacionados com a crise política e econômica local.

locais como provinciais. Somaram-se a esses fatos a adoção por parte do governo provincial de várias medidas que atingiam, sobretudo, os funcionários públicos, cujos salários não eram pagos há meses. Comprometendo-se a enviar recursos para os municípios, o governo exigiu, em contrapartida, a aplicação da “*ley omnibus*”, que consistia no ajuste dos gastos públicos por meio da demissão de 10 mil empregados públicos e da redução salarial dos demais. A situação agravou-se ainda mais, quando se decidiu reduzir em 50% os salários do mês de novembro (MACHADO, 2004).

O clima de insatisfação culminou nos confrontos denominados como *Santiagazo*. Os funcionários estatais e a população atacaram edifícios públicos e incendiaram a Casa do Governo como também moradias de políticos e funcionários; a resposta estatal a essas ações consistiu na intervenção federal sobre a província, na suspensão das ajudas sociais e dos pagamentos das dívidas salariais ao setor público. Para Iñigo Carrera e Cotarelo (2004), estas lutas podem ser compreendidas como motins por apresentarem certo grau de organização e direcionarem-se contra um alvo comum, ao contrário dos saques de 1989 nos quais prevaleceram o caráter espontâneo e a tendência à dispersão características típicas de rebeliões sociais. Apesar das manifestações de enfrentamento social desencadeadas durante a crise hiperinflacionária em 1989, o *Santiagazo* tornou-se também uma referência nos anos de 1990 por ter sido o primeiro confronto violento exercido nesta década contra os poderes públicos de modo incontrolável e explosivo (GÓMEZ, 2009), no qual surgiram novos níveis de mobilização e ação direta (BUHL; KOROL, 2008).

No ano seguinte (1994), outras mobilizações obteriam grande repercussão, como as lutas do setor metalúrgico em *Tierra del Fuego* que se estenderiam por várias semanas<sup>52</sup> e as

---

<sup>52</sup> Em artigo recente Gómez (2009, p. 172) argumenta que o conflito metalúrgico realizado em *Tierra del Fuego* em 1994 teria sido o que “(...) *incluía pela primeira vez os piquetes nas rodovias e ruas* (...)”. A busca pelos antecedentes de determinados instrumentos de luta não é uma tarefa simples considerando que nesse período a Argentina vivia um momento de intensificação das lutas sociais manifestas em mobilizações mais localizadas como em outras que alcançaram uma visibilidade nacional. Fazemos esta ressalva por dois motivos: primeiro, para assinalarmos que o piquete como método de luta, remonta às lutas do movimento operário no início do

protagonizadas pelos trabalhadores da construção civil que haviam sido demitidos em *Senillosa* (província de *Neuquén*). Importância significativa teve também a “Marcha Federal” convocada pelas novas organizações sindicais (CTA, CCC, MTA) e agrupações de pequenos e médios empresários (IÑIGO CARRERA, 2001). Com uma duração de 10 dias, a Marcha partiu de 4 regiões do país e conseguiu reunir o conjunto da oposição ao governo (inclusive partidos não só de esquerda) deixando a CGT oficial, que não havia aderido, isolada (GÓMEZ, 2009).

Passados os primeiros anos de estabilidade econômica decorrente da aplicação do Plano de Conversibilidade, a partir de 1995 as taxas de desemprego começaram a registrar porcentagens destoantes dos anos anteriores e vários estados já se encontravam em débito com os funcionários públicos devido aos atrasos salariais ou mesmo à suspensão temporária dos pagamentos. Em meio a um contexto de grandes tensões sociais, difundiram-se em algumas províncias (por exemplo, em *Río Negro*, *Corrientes*, *Santiago del Estero*) confrontos caracterizados por uma forte combatividade, provocando a renúncia de governadores, como ocorreu em *Jujuy* e *Córdoba*.

Para Gómez (2009, p.173) mudanças importantes tornaram-se visíveis nestes “conflitos” de 1995:

Observa-se uma mudança significativa nas características da conflitividade: é massiva, multisetorial, fortemente disruptiva, sobretudo em matéria de ocupação e violência contra edifícios públicos, desafia ou resiste a repressão anti-distúrbios, e

---

século XX, utilizado inclusive durante os anos de 1970 pelas ligas agrárias, segundo Iñigo Carrera em entrevista ao jornal *Clarín* (ROFFO, 1998). Neste caso, como método não seria uma “novidade” ou um novo “repertório de luta”. No entanto, a novidade estaria na retomada e intensificação dos piquetes como um dos principais instrumentos – para não dizer o principal, como o foi para os movimentos de desempregados - utilizados durante os anos de 1990 pelas organizações de desempregados e pelos assalariados ocupados, inclusive ultrapassando a quantidade de greves realizadas entre 1997 e 2003 (com exceção apenas do ano de 1998) (MACHADO, 2004, p. 195). Não dispomos de informações que nos permitam verificar o uso deste método pelos trabalhadores durante a década de 1980, já que os dados disponíveis começam a contabilizar os bloqueios de estrada a partir de 1997 (para o caso dos levantamentos feitos pelo *Centro de Estudios Nueva Mayoría*) ou de dezembro de 1993 por Iñigo Carrera e Cotarelo (2004). O fato da contagem feita por esses pesquisadores se iniciar em dezembro de 1993 nos indica a retomada dos piquetes já nos confrontos de *Santiago del Estero*, mesmo que talvez de forma ainda muito incipiente.

seus dirigentes locais tentam nuclear-se em instâncias regionais e intersindicais novas e não pertencem, nem parecem responder mecanicamente às cúpulas sindicais tradicionais.

Tais características se estenderiam para as lutas deflagradas em 1996 e 1997 nas regiões petrolíferas no interior do país. Nestes anos, as conseqüências da privatização repercutiram sobre inúmeras cidades cuja economia local girava em torno da empresa estatal YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*). Segundo Palomino et al (2006), em contraposição à ausência de um movimento amplo de protesto contra as privatizações, fortes enfrentamentos seriam desencadeados frente aos impactos provocados por elas. Porém, como já apontamos, no momento em que estava sendo discutida a venda da YPF o sindicato do setor acabou centralizando as reivindicações das lutas em torno da negociação sobre o montante das indenizações e dos benefícios que seriam obtidos com as demissões. Somado a isso, na ocasião das privatizações houve ainda a rejeição da população às paralisações e marchas encabeçadas pelo movimento sindical, consideradas abusivas para uma categoria que sempre contou com salários altos. Posteriormente, no entanto, o apoio popular se efetivou, quando os impactos da privatização tinham se estendido para toda a população.

Para muitos funcionários públicos, cuja trajetória profissional e familiar havia sido estruturada em torno da YPF, era a primeira vez que vivenciavam a experiência do desemprego. Para o conjunto, a demissão representava o fim de uma carreira estável e da garantia de direitos e proteções trabalhistas que vinham sendo, cada vez mais, alvos de ataque. As pressões psicológicas e a ameaça da perda do emprego começaram já em 1987, com a entrada das primeiras empresas privadas no interior da YPF (KOROL, 2006) e, posteriormente, com a reestruturação promovida pelo governo com a finalidade de tornar a empresa mais enxuta e atraente para o capital privado.

Entre as províncias que passaram a contar com parcelas expressivas da população desempregada devido à venda da YPF destacam-se *Salta* e *Neuquén*. Para exemplificar, em

*General Mosconi* (município de Salta), dos 15 mil habitantes, 5 mil foram demitidos da YPF, em 1991 (DINERSTEIN, 2001, p. 3). Em maio de 2001, a taxa de desemprego em *General Mosconi* e *Tartagal* era de 42,8% (enquanto na capital do estado era de 17,1%) e em *Cutral-Co* e *Plaza Huincul*, municípios de *Neuquén* considerados centros da economia petroleira do norte patagônio, era de 32,5% (SVAMPA, 2005).

Nestas cidades eclodiram a partir de 1996 grandes confrontos multisetoriais, contando com a participação dos ex-funcionários públicos da YPF e com a presença significativa de outros setores sociais, mobilizados nos protestos que tomaram as principais rodovias durante vários dias. A magnitude destes enfrentamentos sociais e os episódios de repressão por parte do Estado impactaram a opinião pública e deram visibilidade à dimensão do desemprego, que não se restringia aos trabalhadores pouco “qualificados” ou sem experiência de trabalho.

O germe da organização dos desempregados encontra-se, então, nestas lutas realizadas a partir de 1996 nas cidades petroleiras localizadas no interior do país. Contando com o apoio popular e sindical, os ex-funcionários públicos foram os *protagonistas* das primeiras mobilizações que originaram o que veio a ser denominado como movimento *piquetero*<sup>53</sup>. A experiência de militância sindical e a tradição política desses trabalhadores contribuíram com a conformação de um movimento social que se difundiu progressivamente para outras províncias, sobretudo para Buenos Aires. Cabe destacar que se tratavam de ex-empregados públicos que tiveram carreiras estáveis e os melhores salários pagos pelo Estado e que nestes

---

<sup>53</sup> Embora boa parte da literatura (SVAMPA; PEREYRA, 2003; DELAMATA, 2002, 2004; DINERSTEIN, 2001) remeta o surgimento do movimento de desempregados às mobilizações de 1996 e 1997, para Oviedo (2001, p. 12) e Favaro (2004) ele ocorre em fins de 1994, com o bloqueio de estrada realizado em *Senillosa* (província de *Neuquén*) pelos trabalhadores da construção civil que haviam sido demitidos da represa *Piedra del Anguila*. Para Favaro (2004, p. 236): “Este é um momento chave do conflito social e coloca em marcha os piquetes como consequência da privatização da YPF nas áreas petroleiras de *Cutral-Co* e *Plaza Huincul* (...). Em nossa análise nos baseamos na referência predominante na literatura, por conta da magnitude e do alcance nacional que as mobilizações dos desempregados tiveram a partir de 1996, inclusive contando com a participação de vários setores sociais. Vale mencionar apenas mais um dado: em 1996 as taxas de desemprego e subemprego somadas, registraram 30,9%, correspondendo a mais de 4 milhões de pessoas (IÑIGO CARRERA, 2001, p. 113).

confrontos atuaram contando com o apoio de sindicalistas, mas segundo Almeyra (2005), de modo independente em relação aos sindicatos. Aqui é interessante observar o que diz Gómez:

Os protestos e mobilizações não convencionais se convertem em poderosos meios de chegada na opinião pública, sem passar pelas cúpulas. A conflitividade tende a deslocar o centro da gravidade política para a rua, distanciando-o dos salões e das reuniões com funcionários. (...) Os acontecimentos de *Cutral-Co*, *Plaza Huincul*, *Mosconi* y *Tartagal*, *Córdoba*, *Jujuy* e a *Carpa Blanca*, entre outros, mostram uma direção sindical tradicional sem acesso ou seguindo “por trás” estes conflitos, mas também mostra a vitalidade de muitas organizações e quadros sindicais que, não se deve esquecer, promoveram audazmente novos repertórios de luta (GÓMEZ, 2009, p. 174; grifos do autor).

O destaque à participação dos ex-funcionários públicos não pode, todavia, minimizar a importância da adesão popular a esses protestos denominados como “*puebladas*”. Em *Cutral-Co*, onde ocorreu o primeiro conflito (em junho de 1996) e tornou-se uma referência para os trabalhadores das demais cidades petroleiras e do resto do país, a participação popular massiva teve um papel importante e de grande impacto ao contribuir com a maior unidade dessas lutas e com a resistência às forças policiais. À manifestação, que havia se iniciado com a presença de 1.000 pessoas bloqueando a rodovia nacional 22, somaram-se mais 20 mil pessoas após 6 dias de bloqueio ininterrupto com a chegada de 400 agentes policiais com ordens para liberar a estrada (BUHL; KOROL, 2008, p. 25). Conforme ressalta Mariano Pacheco (2004, p. 11) diante da possibilidade de repressão foi fundamental “(...) *o papel que tiveram essas pessoas, a maioria jovens, que passavam à noite junto aos pneus incendiados, com seus rostos cobertos por lenços e que frente ao avanço das forças repressivas lançavam pedras – à mão ou com estilingues – e construía barricadas*”.

O impacto político e mediático produzido por estas mobilizações resultou também do método de luta utilizado: o piquete ou “*corte de ruta*” (bloqueio de estrada). Este instrumento adquiriu uma importância estratégica e simbólica para as organizações de desempregados. Como vários autores apontaram (CAMPIONE; RAJLAND, 2006; MACHADO, 2004;

ALMEYRA, 2005), uma vez que estes trabalhadores não estabelecem uma relação direta com os meios de produção e estão impossibilitados de paralisar o processo produtivo, a estratégia consiste em interromper o fluxo da circulação de mercadorias, impedindo que o capital complete o seu ciclo.

Em um contexto marcado pelo *just in time* e pela deslocalização da produção, no qual os transportes e as comunicações têm cada vez mais importância para o processo de valorização do capital, ações que interrompam a distribuição e a circulação dos produtos têm o *potencial* de afetar a concretização desse processo.

Mas, além desses fatores, a importância estratégica dos piquetes encontra-se também no seu potencial de enfrentamento e agressividade política. Os manifestantes, ao ocupar as ruas e rodovias impedindo a circulação do trânsito, pressionam e interpelam diretamente o Estado para as suas reivindicações, ao mesmo tempo em que buscam evidenciar para toda a sociedade um problema que não é individual, mas fruto das relações de exploração capitalista. Se o ato de infringir a livre circulação é apresentado como ilegal, a legitimidade dos piquetes encontra-se na visibilização de uma carência objetiva<sup>54</sup> – a garantia da própria sobrevivência – e, neste caso, os piquetes desafiam a norma legal do direito de ir e vir, pautados no caráter legítimo de uma necessidade imperativa.

Com a sua difusão, os bloqueios de estrada obtiveram uma grande visibilidade na medida em que alcançaram um forte e imediato efeito na mídia. De acordo com alguns autores (PALOMINO et al., 2006, p. 314-315, grifos dos autores):

---

<sup>54</sup> Em sua análise sobre as ocupações e acampamentos realizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Claudinei Coletti oferece elementos importantes para a nossa reflexão ao indicar a potencialidade “pedagógica” dessas ações. Segundo o autor: “(...) o que achamos importante ressaltar é que se trata de um método de ação cujas consequências possuem uma potencialidade “pedagógica” evidente: possibilidade de contrapor o legítimo ao legal, possibilidade de desvendar a natureza do Estado e do próprio direito burguês, possibilidade de visualizar os inimigos de classe, possibilidade de organização política para a resistência etc.” (COLETTI, 2002, p. 86, grifos do autor).

A forte atração exercida pelos piquetes se relaciona com sua maior “visibilidade” em relação aos outros movimentos sociais, consideravelmente maior, sem dúvida, do que a das assembléias de bairro<sup>55</sup>. Essa maior visibilidade dos movimentos de desempregados tem a ver, sem dúvida, com suas dimensões. Segundo estimativas dos próprios grupos *piqueteros*, sua capacidade de mobilização “agregada” - a de todas as organizações que agrupam os desempregados - abrange atualmente cerca de cem mil pessoas em todo o país. Isso não é pouco, embora esse número empalideça diante dos vários milhões de desempregados e subempregados. Possivelmente mais que suas dimensões, é a ação mesma dos *piquetes* que explica sua visibilidade: os bloqueios de estrada alcançam um forte e imediato efeito na mídia”.

Além das marchas, manifestações públicas e acampamentos utilizados para pressionar o governo, os piquetes tornaram-se o principal instrumento de luta e identificação dos desempregados mobilizados, que nos primeiros confrontos tomavam conta das barricadas que bloqueavam as estradas (SÁNCHEZ, 1997; ÁLVAREZ; MANZANO, 2007)<sup>56</sup>. Disso resultaria a denominação “movimentos *piqueteros*” em referência às organizações de desempregados.

A partir dessas lutas, que tiveram como principal reivindicação a criação de postos de trabalho, seriam criados os planos de assistência social aos desempregados, como *Emergencia Laboral “Trabajar”* (também conhecido como *Plan Trabajar*). Estes planos consistiam na concessão durante 6 meses de um benefício aos desempregados no valor de 200 pesos mensais (aproximadamente R\$120,00 ou US\$70,00 conforme a cotação desta moeda no

---

<sup>55</sup> A partir dos enfrentamentos sociais de dezembro de 2001 surgiram as assembléias de bairro, uma modalidade de organização colocada em prática especialmente nos bairros de classe média. Demonstrando uma grande recusa e oposição ao conjunto do sistema político, os participantes constituíram espaços de democracia direta nos próprios bairros e estenderam as suas mobilizações para os centros das cidades, inclusive articulando-as inicialmente com os protestos dos movimentos de desempregados. Para se ter idéia da dimensão dessas assembléias, em março de 2002 havia 272 assembléias em todo o país, porém posteriormente muitas se destituíram ou reduziram sua participação (COTARELO, 2005; CAMPIONE; RAJLAND, 2006).

<sup>56</sup> Em “*El Cutralcazo*”, livro escrito em 1997, pouco depois das lutas deflagradas em 1996 no município de *Cutral Co*, já aparece uma discussão sobre a procedência deste termo e o seu uso para identificar os movimentos (SÁNCHEZ, 1997).

Brasil), sob a condição de uma contraprestação de serviços pelos beneficiários, sem direito a qualquer tipo de proteção trabalhista<sup>57</sup>.

Se a concepção destes planos procurou responder de maneira paliativa e imediata à demanda por trabalho, segundo alguns autores (PACHECO, 2004; GÓMEZ, 2009) ela fez parte também da estratégia do governo para conter as mobilizações. Nesta linha de raciocínio, Gómez oferece pistas para pensarmos em um dos elementos que impediram uma unificação entre desempregados e trabalhadores ocupados nas lutas posteriores desencadeadas por cada um deles:

Os Planos *Trabajar* como resposta às “*puebladas*”, procuram desagregar interesses mediante uma *respuesta paliativa* diferenciada para o setor que havia demonstrado maiores capacidades de ação coletiva disruptiva, tentando desarticular a convergência de demandas dos desempregados com os assalariados, os comerciantes, os produtores rurais, e outros setores afetados pela crise (GÓMEZ, 2009, p. 174, grifos do autor).

À medida que a mobilização ganhou novos espaços, ela adquiriu também novos contornos relacionados ao histórico de luta das regiões, ao perfil, à trajetória da população desempregada e à forma pela qual as políticas neoliberais impactaram cada região. Enquanto as províncias consideradas pólos petrolíferos foram atingidas rapidamente pelas políticas de privatização, na Grande Buenos Aires as conseqüências da mudança do modelo substitutivo de importações e da adoção das políticas neoliberais repercutiram já nos anos de 1970 sobre a população, embora obtendo maior gravidade a partir dos anos de 1990. Isto quer dizer que nesta região, considerada o principal pólo industrial do país, os impactos da diminuição dos postos de trabalho industrial causada pela desindustrialização e pelo processo de

---

<sup>57</sup> Discutiremos mais a frente alguns planos de assistência social destinados aos desempregados, relacionando-os com as lutas e as ações dos movimentos pesquisados. Adiantamos apenas que a princípio estes planos sociais eram gerenciados pelos municípios e políticos locais que decidiam a seleção dos beneficiários, bem como as formas de contraprestação. Neste caso, não só a distribuição poderia favorecer redes clientelistas ou grupos vinculados ao partido no governo como poderia não contemplar corretamente membros de movimentos sociais mais combativos ou não identificados com os políticos locais.

reestruturação levado a cabo pelas empresas se acentuaram ainda mais com a aplicação das reformas estruturais pelo governo Menem.

Estas diferenças se refletiram nas características e na magnitude dos protestos sociais (FAVARO, 2004) e mesmo na conformação das organizações de desempregados. Por isso, passaremos a discutir a partir do próximo item especificamente o surgimento e as características dos movimentos da Grande Buenos Aires, onde desenvolvemos a presente pesquisa.

Antes de finalizarmos este item cabe destacarmos algumas idéias. Procuramos mostrar as transformações ocorridas no movimento sindical argentino, indicando tanto a sua fragmentação como a reorganização que ocorreu com o surgimento de novas organizações sindicais e com as lutas desencadeadas à margem das cúpulas sindicais. Muitas destas mobilizações contribuíram para a potencialização ou (re)criação de espaços alternativos voltados para a organização dos trabalhadores, como é o caso, das Comissões Internas ou Comitês de Empresas. Mas contribuíram igualmente para a emergência das lutas multisetoriais, nas quais os desempregados tiveram um papel de destaque e, a partir delas, conformaram um movimento social específico para as suas demandas. Diante disso queremos ressaltar que as organizações e quadros sindicais tiveram uma importância para as primeiras mobilizações dos desempregados, assim como a tradição de luta destes trabalhadores influenciou o seu engajamento na formação dos novos movimentos.

Com base nessa caracterização mais geral sobre os antecedentes principais da luta dos desempregados, passaremos a discutir a constituição dos movimentos de desempregados na Grande Buenos Aires e, em especial, algumas experiências de mobilização com base na pesquisa que desenvolvemos com duas organizações: o Movimiento Teresa Rodríguez (MTR) e a Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV). O objetivo dessa discussão é expor algumas especificidades de cada uma dessas organizações relacionadas às bandeiras de luta, à

relação com o governo e com as políticas sociais destinadas aos desempregados. Para isso, fundamentamos nossa análise nas entrevistas realizadas com os principais dirigentes nacionais ou quadros intermediários dos movimentos pesquisados, como também nos materiais e documentos coletados sobre os mesmos.

Como o leitor poderá perceber, não se trata de um estudo de caso de cada uma das organizações mencionadas, justamente porque um estudo desse tipo demandaria a realização de entrevistas com as principais lideranças e com a base social, bem como um acompanhamento da trajetória e das ações de cada uma delas. Esses procedimentos tornaram-se inviáveis frente ao nosso objetivo de conhecer diferentes experiências de mobilização e à dificuldade inicial para contatar os movimentos.

Um dos riscos geralmente apontado para pesquisas cuja orientação metodológica pauta-se na realização de entrevistas com os “líderes que falam pelos movimentos” (SIGAUD, 2006) é produzir uma “sociologia dos líderes” (QUIRÓS, 2006), distanciada dos sentidos que os membros conferem ao seu engajamento e ao próprio movimento do qual participam. Este risco é concreto e, provavelmente, a possibilidade de encontrarmos contradições entre o “discurso oficial” dos porta-vozes e o da militância que compõe a base social seja muito grande. Não estamos livres desse risco. Todavia, uma pesquisa que captasse essa complexidade no interior dos movimentos, as incongruências entre discursos e práticas de dirigentes e militantes, exigiria uma pesquisa empírica minuciosa que não estava nos objetivos do nosso estudo. De todo modo, vale lembrar que os depoimentos das lideranças não são isentos de contradições quando analisados à luz das ações dos movimentos e dos seus documentos – e, neste caso, se a palavra escrita não revela necessariamente a riqueza dos debates que ela encerra, é um instrumento que nos ajuda a compreender a dinâmica e as incoerências dos movimentos.

Antes da discussão propriamente das organizações pesquisadas faremos uma breve caracterização da Grande Buenos Aires e dos movimentos de desempregados surgidos nessa região, considerados como as principais referências em âmbito nacional. Cabe ressaltar, ainda, que entrevistamos durante a pesquisa de campo dirigentes vinculados a núcleos da zona sul de Buenos Aires, em especial da cidade de Florencio Varela, localizada a 24 km da Capital Federal.

### **3.3 - A emergência dos movimentos de desempregados na Grande Buenos Aires**

As lutas realizadas no interior do país constituem o principal antecedente dos movimentos de desempregados formados na Grande Buenos Aires<sup>58</sup>, onde inclusive eles alcançaram uma maior capacidade de mobilização que lhes proporcionou uma projeção e uma repercussão nacional (CAMPIONE; RAJLAND, 2006). Para compreender porque este desenvolvimento ocorreu é preciso observar algumas particularidades dessa região, que a diferenciam das demais. Vejamos, então:

A região metropolitana de Buenos Aires, já em 1939, concentrava 60% da produção industrial do país. Durante a vigência do modelo de substituição de importações o mercado de consumo interno se expandiu, permitindo uma maior concentração da indústria manufatureira e de um conjunto de serviços. Estas características, associadas com o seu rápido processo de urbanização, contribuíram com a centralização da população urbana nesta área, cuja porcentagem populacional, se comparada às quatro maiores regiões metropolitanas,

---

<sup>58</sup> Segundo o INDEC (Instituto Nacional de Estatísticas e Censos) a Grande Buenos Aires corresponde à área composta pela cidade de Buenos Aires e pelos 24 municípios (ou *partidos*) que a rodeiam e compõem o chamado “conurbano bonaerense”: *Avellaneda, General San Martín, Hurlingham, Ituzaingó, José C. Paz, Lanús, Lomas de Zamora, Malvinas Argentinas, Morón, Quilmes, San Isidro, San Miguel, Tres de Febrero, Vicente López, Almirante Brown, Berazategui, Esteban Echeverría, Ezeiza, Florencio Varela, La Matanza, Merlo, Moreno, San Fernando e Tigre*. Em 2001, ano em que foi realizado o último Censo (o próximo será em outubro de 2010), a Grande Buenos Aires era composta por 11.460.575 habitantes, dos quais 2.776.138 residiam na cidade de Buenos Aires e os 8.684.437 nos outros 24 municípios. A estimativa para junho de 2008 era de um aumento do número total de habitantes para 12.460.829 habitantes (3.042.581 na capital e 9.418.248 no restante). Em 2007 a população total do país correspondia a 39.356.383 habitantes.

correspondia a 80,2%, em 1970. Nas décadas seguintes esses índices mudaram, mas sem alterar esse traço histórico relacionado à concentração populacional. Por exemplo, em 2001, a Grande Buenos Aires era composta por 36,1% da população total do país e 45,5% da população urbana (CERRUTTI; GRIMSON, 2004, p. 25).

As transformações estruturais produzidas com a introdução das políticas neoliberais a partir dos anos de 1970 repercutiram, conseqüentemente, sobre o emprego industrial e o desemprego aberto nessa região. Enquanto entre 1980 e 2000 a proporção de trabalhadores da indústria manufatureira caiu de 31,7% para 17,4%, o desemprego aberto, que girava em torno de 2,5% em 1984, registrou 20,2% em 1995 e 22% em maio de 2002. Tendência semelhante ocorreu com os níveis de subemprego, que saltou de 8%, em 1991, para 16,5%, em 2000 (DELAMATA, 2004, p. 11). Estes dados indicam o aumento da procura por postos de trabalhos informais como uma alternativa à dificuldade de obter um emprego no setor manufatureiro e, por conseguinte, o aumento da informalidade.

Acompanharam estas mudanças a deterioração salarial e a precarização das condições de trabalho. Tomando o ano de 1974 como referência (100%), a renda média dos assalariados que equivalia a 100% atingiu 61,1% em 2001, ou seja, reduziu quase 40% ao longo desse intervalo (LOZANO, 2002, p. 15). A queda salarial repercutiu de modo ainda mais grave para os trabalhadores sem qualquer tipo de proteção social e que cresceram neste período. Em decorrência das mudanças realizadas com a reforma trabalhista houve, na Grande Buenos Aires, um crescimento do número de assalariados sem direito à seguridade social por estarem submetidos a contratos que não lhes asseguravam este direito. Em 1980, os trabalhadores assalariados que se encontravam nessa condição correspondiam a 12,8% e aumentaram para 35,8% em 2001 (CERRUTTI; GRIMSON, 2004, p. 11-13).

Esse conjunto de dados nos permite ter uma visão geral de algumas alterações processadas ao longo das últimas décadas e dos seus impactos para os trabalhadores da

principal região metropolitana do país. Mas a descrição desses índices é insuficiente para compreendermos as diferenças existentes na Grande Buenos Aires, especificamente entre a Capital Federal e os municípios aos seus arredores e, em especial, os da zona sul – onde se realizou o primeiro piquete da região e estão localizados os movimentos contatados durante a pesquisa de campo.

Uma das características dessa região é a segregação sócio-espacial. Diferente de algumas cidades ou regiões metropolitanas brasileiras, nas quais a distância entre a localização de um prédio luxuoso e uma favela é bastante tênue, a cidade de Buenos Aires caracteriza-se por uma organização espacial que distanciou das regiões centrais e, principalmente da própria cidade, a população mais pobre. É possível dizer que, quanto mais se distancia do centro de Buenos Aires e se desloca para as suas fronteiras e destas para as suas periferias, o cenário muda completamente, mostrando quão desigual é a configuração e a apropriação do espaço urbano. A zona sul da Grande Buenos Aires talvez seja a que melhor expresse essa desigualdade.

A tendência de uma expansão populacional para as áreas periféricas antecede a ditadura militar, mas foi a partir das políticas implementadas neste regime (1976-1983) sob o lema “a Cidade para quem a merece”, que se intensificou uma segregação ao deslocar os moradores das favelas para os outros municípios que, por sua vez, os direcionaram para as áreas com menos infra-estrutura. Por consequência: *“o efeito de ambas as políticas foi o deslocamento dos pobres urbanos para a periferia e a densificação de bairros pobres e marginais tradicionais e um incipiente processo de ocupação de terras”* (CERRUTTI; GRIMSON, 2004, p. 26).

Qual é a importância dessas informações para a nossa discussão?

Foram nas periferias dos municípios adjacentes à cidade de Buenos Aires que se originaram os primeiros movimentos de desempregados. Além dos problemas relativos à

moradia e à falta de serviços básicos e de infra-estrutura, os setores populares dos bairros periféricos passaram a defrontar-se com o desemprego em massa. Se é possível dizer, que entre os ex-funcionários públicos das regiões petroleiras havia um “sentimento nostálgico” relacionado à perda não só do emprego, mas de uma trajetória de vida construída em torno da mais importante empresa estatal do país (PEREIRA; SVAMPA, 2003), entre os desempregados do chamado “*conurbano bonaerense*” havia a necessidade de uma mudança profunda que revertesse um processo de longo prazo de precarização das condições de vida, agravado com a deterioração das condições de trabalho e com a redução do emprego.

Os movimentos de desempregados da Grande Buenos Aires apresentaram, portanto, uma composição social muito mais heterogênea. Trabalhadores originários da indústria, da construção civil, dos serviços e, sobretudo, mulheres, donas-de-casa, constituíram inicialmente os movimentos formados nessa região. Enquanto uma parte dos militantes era herdeira de uma militância sindical, uma parcela das mulheres envolvidas não tinha como referência uma participação sindical ou partidária, contudo, além do envolvimento nas atividades realizadas no interior das organizações e nos protestos, coube a elas, muitas vezes, a mediação e a aproximação entre a organização e seus maridos desempregados. A explicação para a menor participação masculina em relação à massiva presença feminina está relacionada à vergonha de se assumir como “desocupado” ao sair às ruas para protestar ou à dificuldade para lidar com a desconstrução do seu papel social como provedor no âmbito familiar. Como explicam alguns entrevistados:

Nos bairros a participação maior é das mulheres e depois entram os maridos. (...) A estrutura [familiar] era que a mulher estava em casa, dona-de-casa, e o homem era o que saía para trabalhar fora. O desemprego rompe com isso. (...) Então as mulheres são as primeiras que começam a se aproximar dos movimentos e de fato é uma experiência particular. (...) Eu acredito que os movimentos começaram a ser espaços de contenção. (...) Em quase todas as organizações têm mais mulheres que homens (Beatriz, 29 anos, representante da *Frente Popular Darío Santillán* (FPDS), 12/09/2007).

Em tudo isso tem o machismo (...). Para o cara não é nada fácil... entre ter sido o que trazia a grana e agora tem que ficar em casa, cozinhar, cuidar das crianças... isso é um processo muito profundo. Isso explica porque os movimentos de desocupados estiveram compostos e estão compostos por mulheres. (...) O grosso das mulheres começou a sair de suas casas nessa crise, mas não antes; não eram trabalhadoras antes, eram donas de casa. Quando veio a crise, o marido ficou sem trabalho, não restou a muitas delas [mais] que sair. Elas não têm a experiência sindical, não tem a experiência da fábrica e, em última instância eram trabalhadoras individuais, iam a uma casa de família, limpavam e voltavam... não tinham outra socialização. A fábrica é um outro tipo de socialização (Sarmiento, 56 anos, Membro da Mesa Executiva Nacional do *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR), 19/09/2007).

Vale destacar ainda a expressiva presença dos jovens, que constituíam cerca de 70% da composição social dos movimentos (SVAMPA, 2005, p. 248), dentre eles muitos com pouca ou nenhuma experiência de trabalho.

Outro elemento importante no processo de formação dos movimentos de desempregados na Grande Buenos Aires refere-se à experiência prévia de organização dos moradores de bairros realizada pelos movimentos populares surgidos nos anos de 1980 e que lutavam por moradia ou melhorias no provimento dos serviços públicos (saúde, educação, saneamento básico, pavimentação). Esta experiência de luta tornou-se uma referência para a mobilização dos desempregados, pois foi a partir do trabalho realizado nos bairros periféricos que se conformaram em 1997 as primeiras organizações, ou seja, estas surgiram inicialmente onde existia um histórico de luta e a presença de militantes originários do movimento operário e sindical, da esquerda ou das Comunidades Eclesiais de Base (MERKLEN, 2009; ALMEYRA, 2005; SVAMPA; PEREIRA, 2003).

É importante ressaltar a referência destas lutas prévias para sinalizar que a organização a partir dos bairros não teria sido neste caso algo exclusivamente novo, pois desde a década de 1980 vinham sendo colocadas em prática mobilizações envolvendo a ocupação de terrenos públicos (“*toma de tierras*”) com o objetivo de assentar e construir casas para as famílias sem moradia. Isto implica relativizar a idéia da “territorialização” dos movimentos sociais,

apontada por Raúl Zibechi (2005). Ao analisar as novas tendências compartilhadas pelos movimentos latino-americanos, incluindo entre estes, os movimentos de desempregados argentinos, o autor argumenta que a “territorialização” como resultado da “desterritorialização produtiva” e da reconfiguração do espaço físico, levou a uma “(...) *realocação ativa dos setores populares em novos territórios localizados freqüentemente na periferia das cidades e das zonas de produção rural intensiva (...)*” (ZIBECHI, 2005, p. 200). Poderíamos nos referir mais a um processo de “reterritorialização” (RETAMOZO, 2006), para indicar o resgate do trabalho de base realizado no âmbito das comunidades de bairro e que adquiriu na conjuntura atual, ao menos na Argentina, novas características.

Nesse sentido, as experiências de lutas comunitárias e as ocupações de terra nas cidades “dormitório” da Grande Buenos Aires permitiu aos trabalhadores uma experiência de organização coletiva e de pertencimento comunitário importante para as mobilizações posteriores.

Mas também chamamos a atenção para esse aspecto porque desde os anos de 1980 o Estado passou a ter um tipo de intervenção social sobre os setores populares que contribuiu para a existência de certas organizações de bairro. Aqui nos referimos à reorientação das políticas sociais com base na “participação” ou na “incorporação ativa” de algumas organizações (MERKLEN, 2005). Esta “reorientação”, tal como denominada por Merklen (2005), corresponde à focalização das políticas sociais, cuja difusão ocorreria principalmente durante a década de 1990 com a implementação de vários programas sociais.

Se não podemos nos deixar ser levados pelo entusiasmo das “novidades”, correndo o risco de esquecer os antecedentes históricos de aspectos presentes mesmo em um novo movimento social, por outro lado, precisamos saber identificar o que é novo, para não correr o risco oposto que seria ver uma simples reprodução do que já existia. Neste caso, a organização dos movimentos de desempregados a partir dos bairros tampouco deixaria de

apresentar novidades decorrentes da dinâmica da luta destes trabalhadores, dos projetos construídos pelos mesmos e do posicionamento crítico e combativo assumido por algumas organizações em relação ao clientelismo<sup>59</sup> praticado pelo governo na distribuição de benefícios dos programas sociais. Em relação a este último aspecto, a difusão do que se tornou conhecido como “modelo de ação territorial” envolveu não apenas um trabalho de base e um tipo de representação pautado nos “delegados de base” ou nos “referentes territoriais”, mas também a politização dessa forma de militância, que havia perdido o seu caráter mais reivindicativo e político com a difusão pelo Estado das políticas focalizadas (SVAMPA, 2005).

Mesmo entre as organizações que surgiram sem ter diretamente um vínculo com um trabalho de base realizado previamente nos bairros, este se tornou uma forma de ação fundamental dentro de uma perspectiva de se aproximar das bases sociais, que não tinha mais a fábrica como espaço de socialização e organização coletiva. Este tipo de ação pode ser percebida, por exemplo, entre as organizações originadas a partir da iniciativa de partidos políticos (como é o caso do *Polo Obrero* vinculado ao *Partido Obrero*). Isto não quer dizer que ao longo da sua história alguns partidos, sobretudo os de esquerda, não tenham realizado

---

<sup>59</sup> Entendemos o clientelismo como uma relação política personalizada de troca de favores e benefícios por votos e apoios políticos. Durante os anos de 1990 redes clientelistas se difundiram em várias províncias controladas por governos justicialistas (PJ) e, especialmente, em Buenos Aires, por meio do controle dos recursos de programas sociais e da distribuição dos mesmos pelos governadores para os municípios. Mas, além disso, o clientelismo se reforçou com a criação nos bairros populares dos espaços conhecidos como Unidades Básicas (UB) e com a figura dos *punteros políticos*. As UBs realizam trabalhos de caráter assistencialista e contam com a participação de voluntários, mas especialmente de pessoas que trabalham diretamente para o político local responsável pela UB e pelo envio de recursos para a mesma. Entre estas pessoas, encontram-se os *punteros políticos*, designação pejorativa que se refere aos intermediários que trabalham angariando votos e apoio político junto aos moradores dos bairros, aos quais garante em troca algum tipo de contrapartida. Desde meados da década de 1990 (e ainda hoje) algumas organizações de desempregados passaram a denunciar o uso clientelista dos programas sociais e a relação de poder exercida pelos *punteros* sobre os desempregados mobilizados. Em seu estudo Auyero (2001) mostra a dinâmica das relações estabelecidas entre os *punteros*, os políticos locais e os setores populares, concebendo-as como redes de resolução de problemas de sobrevivência material que se superpõem a representações culturais. Para o autor, o termo “clientelismo político” não seria apropriado para designar essas relações, já que estas não seriam adequadamente representadas pela idéia de intercâmbio de favores por voto, mas sim pelas noções de “mediação política” ou “resolução de problemas mediante a intervenção política personalizada”. A despeito da nossa concordância sobre a complexidade adquirida pelas relações clientelistas e o seu vínculo com o peronismo, para nós as noções indicadas pelo autor correm o risco de ocultar as relações de poder, as finalidades políticas e o potencial desmobilizador presentes nas práticas clientelistas.

um trabalho semelhante; mas sim que esta forma de organização ganhou cada vez mais importância como estratégia de mobilização no universo dos movimentos de desempregados.

Daí a ênfase de muitos autores (SVAMPA; PEREIRA, 2003; MERKLEN, 2005, 2009; RETAMOZO, 2006; ALMEYRA, 2005; DELAMATA, 2004) ao “modelo de ação territorial” (SVAMPA; PEREIRA, 2003) ou “inscrição territorial” (MERKLEN, 2005) como uma característica importante dentre as formas de organização adotadas pelos movimentos. Estas, se tomarmos como referência o levantamento feito por Svampa e Pereira (2003), podem ser distinguidas de acordo com três lógicas de atuação: o “territorial”, o partidário e o sindical; sendo que cada uma articula-se com determinados vínculos político-ideológicos. Neste caso, poderíamos distinguir as organizações do seguinte modo:

- Modelo organizacional “territorial”: caracteriza as organizações com uma ação independente de partidos e sindicatos, por exemplo, os diversos MTDs - *Movimiento de Trabajadores Desocupados*, influenciados pelo autonomismo; poderíamos incluir também a *Frente Popular Darío Santillán (FPDS)*, ainda não formada quando se publicou o estudo de Svampa e Pereira.
- Político-Partidário: encontram-se as organizações originadas a partir da iniciativa de partidos ou com vínculos partidários que influenciam suas ações. Por exemplo: *Polo Obrero*, ligado ao *Partido Obrero* de filiação trotskista; *Barrios de Pie (Partido Pátria Libre)*; *Movimiento Territorial de Liberación – MTL (Partido Comunista Argentino)*, entre outros.
- Sindical: encontram-se as organizações que atuam em conjunto com centrais ou correntes sindicais. Os dois exemplos clássicos são a CCC (*Corrente Clasista y Combativa*) e a FTV (*Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat*).

Os autores alertam para a possibilidade de essas lógicas aparecerem combinadas, como é o caso da FTV, cujo vínculo com a central sindical CTA está articulado com uma forma de organização baseada nos bairros, isto é, em um modelo organizacional “territorial”. Outros exemplos seriam a CCC, por ter uma parcela dos seus militantes originários do Partido Comunista Revolucionário (PCR) de raiz maoísta, ou mesmo o *Movimiento Territorial de Liberación* (MTL), agrupação vinculada ao Partido Comunista Argentino, mas que se articulou em alguns momentos da sua trajetória com a CTA.

Apesar desse alerta, para nós a classificação das organizações de acordo com esses critérios não é uma tarefa fácil, porque reformulações nas formas de atuação e nas alianças políticas em determinadas conjunturas podem interferir na lógica de ação predominante. Por exemplo, o *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR) de inspiração guevarista e influenciado pela esquerda revolucionária encontra-se, na designação dos autores, tanto entre os grupos autônomos como também dentre aqueles com um alinhamento político (SVAMPA; PEREIRA, 2003, p. 62; 205). Isto não significa que o movimento não estabeleça alianças ou relações com experiências político-partidárias. Parece-nos que a classificação mais adequada seria a que indica as concepções político-ideológicas sob as quais as organizações de desempregados fundamentaram as suas práticas e discursos, mas nem mesmo esse critério – que tende a indicar posicionamentos mais duradouros – estaria isento de modificações provocadas por alinhamentos políticos em determinadas conjunturas.

Partindo dessas experiências prévias de luta, a primeira iniciativa de organização dos desempregados surgiu no município de *La Matanza*<sup>60</sup> (zona oeste), em 1995, com a criação de uma Comissão de Desempregados da qual participavam a CTA e alguns partidos de esquerda.

---

<sup>60</sup> *La Matanza* apresenta a maior concentração da população pobre do país, mais de 10% da população da Região Metropolitana de Buenos Aires e 4% do total da população do país. Este município foi historicamente governado pelo peronismo e se caracterizou por muito tempo pela concentração de várias indústrias, por exemplo, Volkswagen, Chrysler, Textil Oeste, Kliá (produção de máquinas agrícolas), Yelmo (eletrodoméstico), Santa Rosa e Vaskonia (metalúrgicas); no entanto, no início dos anos 2000 nenhuma destas empresas permanecia ativa na cidade (MERKLEN, 2005).

Mas somente em 1996 se iniciaram as mobilizações realizadas especialmente sob a forma de marchas, reivindicando principalmente ajuda alimentícia e, em alguns casos, a implantação de uma tarifa social para as pessoas sem condições de pagar os serviços básicos e um vale-transporte para os desempregados.

A “Marcha contra a fome, a repressão e o desemprego”, realizada em 6 de setembro de 1996 na Capital Federal, com a participação de duas mil pessoas, reuniu pela primeira vez dois grupos provenientes das zonas oeste (*La Matanza*) e sul (*Florencio Varela*) da Grande Buenos Aires, que se destacariam na organização dos primeiros movimentos de desempregados (SVAMPA; PEREIRA, 2003; PACHECO, 2004).

Nesse ano não apareceria, ainda, duas características que se tornaram fundamentais para o desenvolvimento das organizações e para a luta dos desempregados: o piquete e a reivindicação dos planos. Seria o *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR), organizado em *Florencio Varela*, que retomaria esse instrumento de luta utilizado nos confrontos ocorridos no interior do país, como também incorporaria uma nova demanda. Segundo Pacheco (2004, p. 14), militante da *Frente Popular Darío Santillán*:

O [Movimento] Teresa Rodríguez foi o setor que com maior profundidade soube apreciar a experiência do último ano [1996], e favoreceu com a sua ação o traslado do eixo do conflito do interior para a Grande Buenos Aires. Esses bloqueios de estrada expressaram um salto qualitativo na luta dos desempregados. O piquete já não era a resposta espontânea de uma população, senão a de homens e mulheres nucleados em uma organização. Além disso, a demanda deixava de ser abstrata para passar a exigir algo concreto, que já existe, com o qual se exercia uma pressão qualitativamente distinta sobre o governo.

Pode-se dizer que, neste aspecto, o MTR tornou-se uma referência para as outras organizações que estavam se formando na Grande Buenos Aires (DELAMATA, 2004). Pois, à medida que articulou as ações de protesto em torno de um método de luta específico, com capacidade de pressionar o governo e gerar impactos políticos, o MTR demonstrou a

possibilidade das lutas dos desempregados, até então dispersas, darem um salto qualitativo em termos de organização e mobilização.

Em seu estudo Denis Merklen (2005) discute o significado para os movimentos da incorporação do piquete enquanto um instrumento de luta que lhes possibilitou estabelecer uma nova relação de forças com o governo, além de apontar como a partir disso se difundiu a identidade *piquetero*.

A migração do piquete para Buenos Aires e sua ancoragem nos bairros do “*conurbano*” marcará uma mudança. Ao apropriar-se da ferramenta *piquete*, as organizações de bairro mostram que qualquer grupo pode fazê-la funcionar (com a condição de que tenha alcançado certo grau de organização e de enraizamento), e em consequência que se pode reproduzi-la. Como “grevista”, o *piquetero* se converte então em uma categoria através da qual as organizações e os indivíduos serão identificados na imprensa, e através da qual os atores começarão a identificar a si mesmos. Mas, ao apropriá-la, as organizações territoriais do “*conurbano*” imprimem sua marca à ferramenta. Já não será somente uma arma de protesto: o *piquete* se apresentará desde então como a ocasião de estabelecer uma relação de forças com o governo nacional que deverá desembocar em uma negociação sobre a distribuição da ajuda social (MERKLEN, 2005, p. 76, grifos do autor).

O piquete passaria a ser, então, o principal instrumento de luta dos movimentos de desempregados e seria apropriado também pelas organizações sociais já existentes desde os anos de 1980, cuja luta deixaria de ter como eixo o problema da moradia e dos serviços básicos para se centrar na questão do desemprego. Isto se passou, por exemplo, com a Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV), cuja atuação junto aos bairros periféricos de La Matanza remonta à década de 1980.

Para compreender a atuação das duas organizações aqui mencionadas – MTR e FTV – no período que se inicia em 1996 (meados do governo Menem) e se estende até o mandato de Néstor Kirchner (2003-2007), traçaremos no próximo capítulo o perfil de cada uma delas e, em seguida, discutiremos os seus respectivos posicionamentos e ações em cada conjuntura política e sua relação com as políticas sociais.

## Capítulo 4

### **MTR e FTV: das primeiras lutas às contradições dos programas sociais**

À luz das discussões feitas até aqui, pretendemos desenvolver neste capítulo uma análise sobre o MTR e a FTV, dois movimentos formados na segunda metade da década de 1990 que desempenharam um papel importante nas lutas dos desempregados na Grande Buenos Aires. Trata-se de duas organizações criadas a partir de iniciativas diferentes (ainda que baseadas na militância prévia e no trabalho de base realizado pelos seus fundadores) e com posicionamentos políticos-ideológicos e formas de concepção da luta bastante distintos, que se refletiram nas suas mobilizações e nas relações estabelecidas com os governos, sobretudo a partir de 2002, quando estava no comando da presidência, Eduardo Duhalde.

A partir dessa discussão pretendemos apresentar as particularidades de cada um desses movimentos que, no conjunto de movimentos de desempregados existentes na Argentina, representam dois pólos distintos e até mesmo opostos. Por isso, traçaremos uma caracterização geral de cada um deles, destacando as lutas e trabalhos de base prévios que os antecederam, as primeiras lutas e a capacidade de mobilização alcançada nos primeiros anos de organização. Buscando compreender os impactos políticos produzidos por esses movimentos, discutiremos também a relação estabelecida pelos mesmos com cada governo e com os programas sociais implementados com o objetivo de fazer frente aos efeitos do desemprego e conter inicialmente as mobilizações.

Ao longo dessa análise tentaremos evidenciar os efeitos contraditórios produzidos pelas políticas sociais, isto é, de estimulante das mobilizações sociais passariam a exercer um papel mais efetivo no sentido de conter as lutas dos movimentos de desempregados. Para isso,

então, discutiremos as experiências do MTR e do núcleo da FTV de *Florencio Varela* com a criação de cooperativas nos marcos dos programas sociais implantados pelo governo de Néstor Kirchner (2003-2007). Experiências que nos mostraram as contradições e as dificuldades enfrentadas por estas duas organizações na execução do trabalho cooperativo, bem como a tendência desses programas a desmobilizar ou afastar os movimentos de lutas voltadas para objetivos políticos mais amplos.

#### **4.1 - Trabalho, dignidade e mudança social: o movimento MTR**

Fundado oficialmente em 1997, o *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR) formou-se a partir de discussões realizadas, entre os anos de 1995 e 1996, no *Centro de Estudios de los Trabajadores* (CET) organizado por um grupo de ex-militantes de partidos de esquerda, com experiências de militância no movimento operário e em trabalhos de base nos bairros do município de *Florencio Varela*<sup>61</sup>. Entre estes militantes destaca-se a figura de Roberto Martino, ex-operário da indústria alimentícia, com uma importante trajetória de militância no município e, durante a década de 1970, no *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT), considerado uma referência da esquerda revolucionária argentina, perseguido pela última ditadura militar. Esse militante desempenhou um papel fundamental na conformação do MTR e tornou-se uma das suas principais lideranças nacionais.

A aproximação desse grupo com a temática do desemprego e com a organização dos desempregados ocorreu a partir de uma análise sobre quais setores estariam mais predispostos a se engajar em uma organização social e política, já que uma das avaliações dos integrantes do CET indicava a grande dificuldade de organizar e mobilizar a classe operária. Dos debates

---

<sup>61</sup> *Florencio Varela*, município onde desenvolvemos nossa pesquisa, pertence a uma das regiões mais pobres da região metropolitana de Buenos Aires (QUIRÓS, 2006). Composta por 348.970 habitantes, esta cidade caracteriza-se pela pouca presença de indústrias e, em 2001, apresentava uma das piores taxas do país relacionadas ao cumprimento de necessidades básicas da população, como por exemplo, o serviço de saúde.

realizados concluiu-se que os desempregados correspondiam, naquela conjuntura, à parcela dos trabalhadores com maior potencial para a luta política.

Havia tanta quantidade de gente desocupada, que o que estava ocupado tinha um medo tremendo de dizer “a” na fábrica. (...) Quando íamos à fábrica e as pessoas se negavam a receber muitas vezes o panfleto era devido ao medo que tinham, ou seja, o regime de Menem havia estabelecido um medo nos trabalhadores e os condenado à miséria. Além de cuidar do trabalho, [o trabalhador deveria] baixar a cabeça, suportar um monte de atrocidades, de atropelos da parte do patronato. (...) Nestas condições dizíamos: a classe ocupada não vai poder ser organizada enquanto não conte com uma organização que tenha força, que lhe dê essa confiança, de que se alguém lhe levanta a voz, vai defendê-la e vai defendê-la com força. (...) Então, o que dizíamos [era]: tem que construir esta força, esta força não existe na sociedade. É essa força nós podemos construir com os desocupados que são os mais ativos hoje. Quando com os desocupados tivermos essa força, então vamos à fábrica e os trabalhadores vão poder ter confiança em lutar, em reivindicar, em voltar a colocar os seus direitos, porque sabem onde se apoiar. (...) Por isso que decidimos ir [organizar] os desocupados (Sarmiento, 56 anos, membro da Mesa Executiva Nacional, 19/09/2007).

O depoimento citado chama a atenção por evidenciar, por um lado, uma percepção sobre a possibilidade de engajamento e de disposição dos desempregados para a luta, que se diferencia das interpretações que não vêem neles nenhuma capacidade de organização, mas sim apatia frente às lutas sociais; por outro lado, por não se tratar de uma iniciativa cuja meta fosse a conformação de um movimento de desempregados, pois a organização destes trabalhadores afastados do mercado de trabalho aparece aqui como a estratégia que viabilizará uma mobilização maior que envolva o conjunto da classe trabalhadora.

Nessa linha de raciocínio os desempregados foram considerados potencialmente “mais ativos” e capazes de se engajar em um movimento social por não estarem sujeitos aos constrangimentos vivenciados pelos trabalhadores ocupados (como o medo da demissão). A possibilidade de mobilizar naquela conjuntura os trabalhadores que se encontravam à margem do mercado de trabalho formal seria o primeiro passo para a conformação de um movimento com força social e criaria as condições para a organização dos ocupados. Tal estratégia

pautava-se na compreensão dos desempregados como parte da classe trabalhadora e como a vanguarda das lutas sociais na Argentina em uma situação histórica caracterizada pelo desemprego massivo (PACHECO, 2010).

Todavia, essa leitura não era consensual e resultou na saída dos participantes do CET vinculados a partidos políticos e contrários a organizar os desempregados. Os primeiros passos em direção à construção do movimento consistiram na formação de uma Comissão de Desocupados, que visitava os moradores dos bairros e discutia a sua proposta de luta:

A proposta geral foi lutar por uma mudança social e até que conseguíssemos essa transformação social tínhamos de ver as formas que os companheiros poderiam solucionar partes dos problemas cotidianos: a questão do trabalho, dos alimentos, da saúde (Débora, 31 anos, membro da Mesa Executiva Nacional, 27/09/07).

O trabalho de base realizado inicialmente em alguns bairros de *Florencio Varela* possibilitou a oficialização do movimento em agosto de 1997. Inicialmente denominado *Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD) de Florencio Varela*, a organização passaria a ser identificada pelo seu nome atual em homenagem a uma jovem, empregada doméstica, assassinada pela polícia em um bloqueio de estrada que reuniu mais de dez mil pessoas na cidade de *Cutral-Co*, em abril de 1997<sup>62</sup>. A oficialização foi acompanhada pela aprovação da consigna “*Trabalho, dignidade e mudança social*” no lugar de “*Trabalho, dignidade e nem um passo atrás*” adotada inicialmente (MTR, 2010; BERGEL, 2003). Segundo o esclarecimento de uma das principais lideranças, citado por Bergel (2003):

---

<sup>62</sup> O MTR da cidade de *Florencio Varela* se oficializou no mesmo ano em que se formou a primeira organização do movimento em *Mar del Plata* (província de Buenos Aires). Logo depois outra organização se formaria na cidade de *San Francisco Solano* (também na zona sul da Grande Buenos Aires) a partir da iniciativa do Sacerdote Alberto Spagnolo e de catequistas ligados à Teologia da Libertação, que começaram a realizar atividades em conjunto com o MTR de *Florencio Varela*, mas posteriormente se desvinculariam deste (PACHECO, 2004; BOTTARO, 2003). Apesar dessas informações históricas, advertimos o leitor que centraremos nossa discussão nas ações da organização do MTR de *Florencio Varela*, porque é a principal referência do movimento e com a qual estabelecemos contato durante a realização da pesquisa, além disso, por não termos acompanhado a trajetória daquelas que surgiram em outros municípios ou províncias.

(...) nós a modificamos porque nos parecia que não se ajustava ao que realmente havia que se fazer. Primeiro, porque isso de *nem um passo atrás* cremos que é errôneo: às vezes, para poder seguir avançando, tem que dar um passo atrás, e muitas vezes *mais* de um passo atrás. Segundo, porque entendemos, (...) que solucionar o problema do desemprego era impossível sem uma mudança estrutural do país. Portanto, faltava uma orientação *geral*, sim, mas *nessa* direção. Neste sentido, podemos dizer, como diriam os crentes, que *trabalho, dignidade e mudança social* são três entes distintos, mas um único *Deus verdadeiro*. Para nós, se separa um conceito dos outros dois, a luta é impossível (BERGEL, 2003, p. 172, grifos do autor).

O novo lema explicitava com maior precisão os objetivos do MTR que já apareciam no grupo que o constituiu e seriam apresentados nos seus “Documentos Fundamentais” elaborados entre 1999-2000. Na “Declaração de Princípios” é possível perceber no que consiste a mudança social para o movimento:

Nossa luta somente acabará quando tenhamos eliminado do mundo inteiro o capitalismo; (...) nossa luta é por uma sociedade nova, sem classes sociais, de homens livres e iguais, onde não exista o Estado, ou seja, onde não existam prisões, nem polícia, nem forças de repressão, onde a perseguição, a escravidão do homem pelo homem sejam coisas do passado<sup>63</sup> (MTR, 2010, p. 26).

A escrita da Declaração ocorreu em 2000, quando já havia um acúmulo de experiências que, provavelmente, repercutiram na (re)definição das estratégias e dos objetivos almejados. Mas o que chama atenção quando se lançou a nova consigna (1997) é a sua diferenciação com a tônica das mobilizações de desempregados naquele momento e a perspectiva de uma luta a longo prazo. Menos de um ano antes (1996) o tema da fome havia sido o eixo articulador da Marcha que reuniu diferentes grupos de desempregados na Capital Federal; embora as lutas realizadas após essa mobilização exigissem a criação de postos de trabalho, ainda estavam muito centradas nas reivindicações emergenciais, como as caixas de

---

<sup>63</sup> Os “Documentos Fundamentais” são compostos pela Convocação, Declaração de Princípios e Estatuto do movimento. A data de escrita da Convocação é maio de 1999 e os outros dois textos de fevereiro de 2000. Eles compõem o “*Livro Celeste*”, uma brochura que apresenta as características do MTR e um pouco da sua história. Em 2009 foi feita uma revisão deste texto de apresentação que consistiu na inclusão de informações e idéias ausentes no anterior, mas não houve alterações nos “Documentos Fundamentais”.

alimentos<sup>64</sup>. O tema da mudança social trazia, ao menos no plano do discurso, uma radicalidade nas críticas e a necessidade de um projeto político.

Disso se originou, a nosso ver, a não incorporação no nome oficial do movimento da palavra “*desocupados*”, tão presente nas comissões e movimentos criados a partir de 1997, como é o caso dos vários MTDs (“*Movimientos de Trabajadores Desocupados*”). Ainda que a base social do MTR fosse (e ainda seja) composta predominantemente por desempregados, a não identificação era coerente com a perspectiva de uma mobilização mais ampla, envolvendo “as massas trabalhadoras” (MTR, 2010, p. 25). Coerência que se estende também para a sua identificação como uma “organização popular” (MTR, 2010, p. 1), isto é, um “movimento *social*, mas com uma intencionalidade *política*” (BERGEL, 2003, p. 171, grifos do autor). Mas tais coesões no plano discursivo não estiveram isentas de contradições no plano da prática política do movimento. Aqui cabe mencionarmos, como exemplo, a dificuldade de levar a cabo uma ação direcionada para os seus objetivos políticos mais amplos.

De todo modo, a despeito dos objetivos em termos de organização e de projeto político, o MTR constituiu-se e pode ser definido como um movimento de desempregados, porque, além da sua composição social, sua trajetória caracterizou-se pela organização dos trabalhadores desocupados, apesar dos esforços realizados para envolver e desenvolver uma mobilização conjunta com outros setores sociais. A sua base social em *Florencio Varela* é

---

<sup>64</sup> As caixas de alimentos (ou caixas de mercadoria) fazem parte de um programa de assistência social que destina alimentos para as famílias ou para os movimentos que organizam os chamados “*comedores*” nos bairros onde atuam. Os *comedores* são espaços construídos pelas organizações com a finalidade de oferecer almoço e merenda, sobretudo para as crianças e adolescentes; suas instalações (infra-estrutura) estão sujeitas às condições materiais da própria organização, assim como é variável o número de refeições e o próprio alimento oferecido (carnes, verduras, pães), já que em termos técnicos depende de qual programa social recebem este benefício, se municipal ou estadual, mas em termos políticos, os depoimentos coletados demonstraram que esta variação decorre também das relações estabelecidas pelos movimentos com os governos. Tivemos uma percepção da influência das relações políticas ao visitarmos os “*comedores*” e os espaços das organizações. Por exemplo, a estrutura física do “*comedor*” organizado na cidade de *Quilmes* pela *Frente Popular Darío Santillán* era extremamente precária comparada com o da organização da *Federación Tierra, Vivienda y Hábitat* instalado em um dos bairros de *Florencio Varela*; movimento cuja principal liderança, Luis D’Elía, compôs a secretaria de habitação durante o governo de Néstor Kirchner.

composta por trabalhadores provenientes especialmente do setor informal e com uma trajetória de trabalho bastante instável, marcada por longos períodos de desemprego intercalados com empregos precários (BOTTARO, 2003).

O trabalho de base realizado inicialmente em alguns bairros do município possibilitou que em agosto de 1997 se realizasse o primeiro piquete do MTR e um dos primeiros registrados na história dos movimentos de desempregados da Grande Buenos Aires. Na ocasião, o movimento congregava entre 100 a 200 trabalhadores (BERGEL, 2003) e conquistou 80 planos e a mesma quantidade de caixas de alimentos (MTR, 2010; DELAMATA, 2004).

A contrapartida de cada beneficiário do plano social consistia em realizar trabalhos para a municipalidade, no âmbito do “Projeto Trabalhadores do Município”, como por exemplo, serviços de pintura de espaços públicos (escolas, centros de saúde e etc.), segundo explicação de Débora, integrante da Mesa Executiva Nacional.

Em novembro (1997) ocorreria na rodovia 36 o segundo piquete com duração de 3 dias e seu término se deu somente com a garantia do recebimento de 800 planos. O efeito dessas primeiras conquistas fez com que várias pessoas procurassem o movimento, como argumenta sua principal liderança:

Começamos a fazer assembléias com as pessoas, com os jovens, e quando o piquete deu certo, isso, digamos, atuou como um catalisador dentro do MTR; as pessoas que não tinham nada, mediante esse meio conseguiam um plano, uma mercadoria [caixa de alimentos] e começaram a seguir o pessoal nos cortes; seguimos ganhando e isso levou a outros [piquetes]... (Sarmiento)

Após o atendimento dessas reivindicações o MTR voltaria a realizar o seu terceiro piquete em dezembro, exigindo a ampliação do número de planos para os desempregados que não haviam sido contemplados. Em represália, o governo provincial, na época comandado por Eduardo Duhalde, reprimiu os manifestantes, retirou os planos conquistados anteriormente e

preendeu 90 pessoas, dentre as quais 73 seriam liberadas em poucas horas e 17 continuariam presas por uma semana (MTR, 2010; DELAMATA, 2004; BOTTARO, 2003).

O relato dessa seqüência de piquetes é importante para perceber dois aspectos: 1º) as dificuldades para se ter acesso aos planos sociais, já que estes não eram simplesmente concedidos por corresponderem a uma política social, mas sim deveriam ser conquistados por meio da luta; 2º) as estratégias de desmobilização por parte do governo com o encarceramento dos militantes. Para um movimento praticamente recém-formado a repressão repercutiu sobre os seus membros, sobretudo se considerarmos a participação de pessoas sem experiência de militância, para não mencionarmos sem passagem pela polícia.

No bojo desses acontecimentos o MTR passou, a partir de 1998, por rupturas e uma diminuição dos seus integrantes em decorrência das interpretações sobre os motivos que levaram à repressão policial do último piquete realizado em dezembro de 1997, bem como das discordâncias acerca do objetivo a ser seguido pelo movimento. A capacidade de mobilização expressa na participação de 1.000 pessoas em um dos piquetes de 1997 (PACHECO, 2004), organizado de modo coordenado com o núcleo do município de *San Francisco Solano*, foi atingida com a saída de vários membros que se integrariam e ajudariam a formar, em 2001, o *Movimiento de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón* (MTD – Aníbal Verón).

Uma das partes introduzidas na revisão do “Livro Celeste” aborda a fragmentação do movimento, em 1998, como decorrente da divergência entre um grupo que defendia a continuidade de lutas reivindicativas e centradas na conquista de planos sociais e caixas de alimento, em contraposição a outro grupo que propunha a retomada da “mudança social” como centro principal das lutas:

(...) o eixo havia se deslocado fundamentalmente para o reivindicativo, e para conseguir solução definitiva da mínima reivindicação havia que retomar a luta por

uma mudança política profunda em nossa sociedade, ao estilo do tipo de organização e práticas que levam adiante o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, o Henri Batasuna no país basco ou o Hamas na Palestina... (MTR, 2010, p. 21).

O que chama a atenção, todavia, é o fato da organização conformada pelo grupo dissidente ter a mesma consigna adotada pelo MTR, qual seja: “Trabalho, dignidade e mudança social”. Ao constiur o *Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD)* – Aníbal Verón e integrar a *Coordinadora de Trabajadores Desocupados (CTD)*, que agrupava as organizações consideradas independentes e autônomas, esse grupo dissidente manteve a mesma consigna. Isto significa que a fragmentação do MTR pode ter sido causada por uma divergência na ênfase a ser dada para as mobilizações naquela conjuntura específica, mas também por uma discordância em relação ao caráter político da luta, em última instância, ao que se entendia como “mudança social”.

O que está ausente no documento e nos parece importante para compreender a ruptura entre esses dois grupos não é a “mudança social” como “eixo de luta”, já que o fato deste ser o eixo não impede que em determinados momentos a luta se direcione mais para reivindicações imediatas, inclusive quando a conjuntura é desfavorável e demanda um acúmulo de forças para a consolidação do movimento. Ao contrário disso, o “divisor de águas” no interior do MTR parece ter sido a existência de diferentes compreensões a respeito da “mudança social” e da forma de condução da luta para conquistar tal transformação. Alguns elementos podem nos ajudar a atestar essa pressuposição.

O ano em que ocorre essa ruptura corresponde ainda ao período de formação e estruturação das organizações; mesmo que identificações políticas e ideológicas já se explicitassem e diferenciassem alguns grupos, tratava-se de um momento de construção e de discussão das formas de luta, dos princípios organizativos e dos objetivos políticos. Neste caso, as reflexões, os embates políticos e rupturas produzidos nessa ocasião faziam parte da

dinâmica da conformação destes movimentos. Se isto é válido para todas as organizações em formação ou em processo de estruturação, o MTR parece diferenciar-se, em certa medida, pela experiência prévia dos seus militantes originários do CET e identificados com uma perspectiva socialista<sup>65</sup>. Ao contrário destes, provavelmente para alguns participantes a mudança social poderia ser um objetivo almejado, mas seu conteúdo e as estratégias para conquistá-lo ainda estivessem por ser definidos. Para outros, entretanto, este eixo reivindicativo deveria estar articulado com os princípios organizativos relacionados à horizontalidade, à autonomia (frente a partidos políticos e sindicatos) e à democracia direta, de acordo com as perspectivas difundidas pelas organizações autônomas, representadas pelos MTDs. Daí talvez a aproximação e a realização de ações conjuntas pelo *MTD – Teresa Rodríguez de San Francisco Solano* com estas organizações, antes mesmo deste passar a se identificar como *MTD – Aníbal Verón* (PACHECO, 2004). É certo que coordenações conjuntas entre várias organizações a respeito de ações ou planos de luta tornaram-se cada vez mais comuns, mas no caso da organização de *Solano* parecia expressar principalmente afinidades ideológicas.

Com essa discussão pretendemos mostrar as questões envolvidas inicialmente no processo de construção dos movimentos de desempregados e os dilemas enfrentados pelos mesmos entre uma luta de caráter mais imediato ou emergencial (envolvendo demandas relacionadas com a sobrevivência) e uma luta de caráter mais geral.

A tensão entre essas duas orientações não era exclusiva do MTR (embora pudesse nem aparecer para algumas organizações), já que esteve presente na própria conformação do movimento, pois desde o início das mobilizações o debate sobre as reivindicações girou em torno de questões como estas: caberia ou não reivindicar pela ampliação de um benefício (os

---

<sup>65</sup> Segundo depoimento de Débora, que havia integrado o CET, a proposta de organização dos desempregados surgiu também diante da dificuldade encontrada por este grupo em envolver e aproximar os trabalhadores das suas discussões políticas: “*O que vinha sendo discutido nessa época [1995-1996], era que havia termos ou questões que um companheiro ia falar com um vizinho [morador] sobre socialismo ou comunismo e [este] saía (...) porque não queria saber de nada [disso]*” (Débora).

planos sociais) implementado dentro de uma política social focalizada? Em que medida uma reivindicação desse tipo não seria funcional ao governo e não legitimaria o modelo político-econômico em voga?

Esse debate levou alguns partidos de esquerda (*Partido Comunista, Partido Obrero, Movimiento Socialista de los Trabajadores*) a se distanciarem da formação das organizações de desempregados por recusarem os planos e defenderem como reivindicação estratégica a criação por parte do governo de um subsídio de \$500,00 pesos e a redução da jornada de trabalho. Somente após alguns anos, quando os movimentos tinham alcançado uma amplitude incontestável, os partidos articularam-se para constituir suas próprias organizações.

Com base na bibliografia (CURTO, 2008; BOTTARO, 2003) e nas entrevistas realizadas é possível dizer que, ao menos até 2007, a trajetória do MTR caracterizou-se por uma tensão entre esses dois objetivos e, ao mesmo tempo, pela tentativa de superação da luta estritamente reivindicativa por planos sociais e caixas de alimentos.

A elaboração entre maio de 1999 e fevereiro de 2000 dos Documentos Fundamentais, entre estes o Estatuto e a Declaração de Princípios (inalterados na revisão feita em 2009), chama a atenção pela sistematização dos objetivos e estratégias do MTR e pela sua relativa rapidez, se considerarmos a sua trajetória desde 1997 e a inexistência de uma tradição de organização dos desempregados, cuja referência pudesse contribuir de algum modo com a formulação dos princípios da organização. Se com a revisão realizada em 2009 introduziu-se a afirmação “(...) *o Movimiento Teresa Rodríguez luta por instaurar um regime **socialista** em nosso país*” (MTR, 2010, p.12, grifos dos autores), na sua primeira versão já aparecia o seguinte princípio:

Para alcançar dada sociedade [sem classes sociais e de homens livres e iguais] é imprescindível eliminar o poder do capital mediante uma revolução operária que instaure a ditadura de nossa classe sobre a burguesia (...). Este passo prévio é

necessário para preparar as condições materiais para o trânsito para essa sociedade de homens livres e iguais (MTR 2010, p. 26).

A estratégia para lograr tal transformação consiste, conforme apresentado no Livro Celeste, na construção de uma “força social”, representada pelo próprio movimento e pela sua forma de organização em “*cabildos*”, isto é, agrupações de bairro que se reúnem semanalmente em assembléia e um dos principais espaços de discussão do movimento<sup>66</sup>. Identificando-se com o pensamento e a ação de Che Guevara, o MTR concebe os *cabildos* como espaço de construção de uma moral militante baseada na solidariedade, no qual cada delegado têm o papel de formar antes de informar, além de “(...) *viver como um homem novo ou uma mulher nova* que, (...) *se constrói basicamente todos os dias fundindo o destino particular ao do conjunto sem reclamar em troca nada pessoal*” (MTR, 2010, p. 10-11, grifos dos autores).

Dentro dessa perspectiva, a mobilização e a própria organização baseada nos “*cabildos*”, vistos como a “assembléia do movimento” (CURTO, 2008, p. 257), são o instrumento político de construção da “mudança social”. À diferença das tradições políticas que concebem a tomada do poder pelo partido como a resolução para uma transformação estrutural, o MTR apresentava outra concepção (ao menos até a ocasião da pesquisa de campo<sup>67</sup>), conforme a explicação de um dos seus porta-vozes:

---

<sup>66</sup> O MTR está organizado por bairros e sua estrutura organizacional é composta pelos “*cabildos*”, agrupações existentes em cada bairro ou região que se reúnem semanalmente em assembléia para discutir questões gerais do movimento (planos de luta, tarefas, informes, etc.). Cabem aos “*cabildos*” eleger representantes que irão compor as “Comissões” (responsáveis por assuntos específicos, como finanças, formação, organização, segurança, projetos, etc.) e os delegados com um tempo mínimo de participação no movimento de 2 meses. Estes compõem o “Corpo de Delegados” da região, que são responsáveis pela elaboração e execução de propostas para o movimento e pela escolha de representantes cuja função consiste em fiscalizar e controlar os trabalhos realizados por este corpo. Além dessas instâncias existem as reuniões gerais compostas por um delegado de cada cidade, às quais cabem escolher um delegado para participar da Mesa Diretiva Nacional, instância máxima do movimento. Embora as assembléias ou “*cabildos*” sejam considerados o núcleo central do movimento e o espaço de construção de novas relações entre os membros e do ideal de um “homem novo” e uma “mulher nova”, a configuração dessa estrutura organizacional ressalta o caráter hierárquico entre as suas diferentes instâncias.

<sup>67</sup> Restringimos a afirmação para o período contemplado durante a pesquisa de campo devido à dinâmica interna dos movimentos de desempregados na Argentina e às novas estratégias incorporadas por algumas organizações

Para nós aquele processo de que o Estado Burguês deve ser destruído e deve ser construído um Estado novo é a chave. Porque dizemos que não consideramos correto pensar que com este Estado, porque alguém ganha a eleição pode mudar a história. Bom, temos o exemplo de Lula. Lula era um operário, não era um burguês, e agora é mais burguês que qualquer outro<sup>68</sup> (Sarmiento).

Mas se a luta revolucionária faz parte do horizonte político do MTR, no cotidiano as suas ações direcionadas para a organização dos desempregados pautaram-se na formação política e no desenvolvimento de projetos produtivos. A estruturação de “cooperativas de trabalho”<sup>69</sup> (MTR, 2010, p. 19) corresponde a uma das propostas postas em prática pelo movimento com o objetivo de construir formas alternativas de trabalho para os seus membros e (re)criar a “cultura do trabalho” com base em novas relações de produção. De acordo com essa perspectiva o MTR conseguiu implantar alguns projetos produtivos (padaria, confecção, instalação de rede de água) e desenvolveu uma horta comunitária (de 2 hectares) e uma biblioteca popular (BOTTARO, 2003).

Em 2002 a organização desenvolveu também um projeto de saúde que envolveu: a instalação de uma farmácia comunitária mantida com a doação de laboratórios e universidades; atendimento médico dos membros do movimento por “agentes multiplicadores de saúde” e médicos voluntários (BOTTARO, 2003); e a construção de uma planta

---

frente à correlação de forças configurada a partir dos governos Kirchner (Néstor Kirchner e Cristina Kirchner) e às experiências de luta acumuladas ao longo de quase 15 anos.

<sup>68</sup> Em sua pesquisa Curto (2008) observa também a crítica da organização à visão da esquerda a respeito da “tomada da Casa Rosada” como a resolução do problema do poder e da política. Segundo o depoimento de um membro do MTR: “(...) *nós cremos que o problema do poder não é um problema de partido. É um problema de organização*” (CURTO, 2008, p. 257).

<sup>69</sup> Acreditamos que a referência às “cooperativas de trabalho” conforme aparecem no Livro Celeste refere-se ao que compreendemos como “cooperativas de produção”, já que as primeiras geralmente são constituídas por empregadores que demitem seus funcionários e os incentivam a formar uma cooperativa, para a qual transferem a sua produção ou então são formadas como uma modalidade de terceirização, que se configura como uma forma de assalariamento disfarçado. Em ambos os casos, as relações de trabalho não se caracterizam pelos princípios do cooperativismo, conforme estão presentes nas cooperativas de produção, por exemplo. Para uma análise sobre este tipo de cooperativa ver os artigos que discutem experiências brasileiras sob a perspectiva da “economia solidária” (SINGER, 1998; 2000) e a análise crítica de Zarpelon (2003). Sobre as cooperativas de trabalho ver Amorim (2003).

potabilizadora de água em parceria com a ONG, *Médicos del Mundo*. A instalação desta planta ocorreu após os resultados de uma pesquisa realizada sobre as condições de vida e a infra-estrutura sanitária em cerca de dez bairros do município e com a qual se diagnosticou uma alta porcentagem de moradores sem acesso à água potável. De um total de 173 famílias integrantes do movimento, 47% consumiam água não potável (*Noticias del Movimiento Teresa Rodríguez*, n. 9, 18/09/02; BOTTARO, 2003).

A instalação desses projetos provavelmente contribuiu para legitimar o trabalho de base do movimento junto às comunidades, sobretudo se considerarmos que na Grande Buenos Aires, *Florencio Varela* é considerado um dos municípios mais pobres, cuja taxa de domicílios com acesso a todos os serviços públicos básicos (água, gás, pavimentação, saneamento, entre outros) era inferior à média observada em toda a região metropolitana (CURTO, 2008). Esses dados ganham outro significado se levarmos em conta que o seu “atual” prefeito, Júlio César Pereira (Partido Justicialista), está à frente deste cargo desde 1992, ou seja, há 17 anos. Se estes mandatos ininterruptos nos colocam diante de uma série de questões que escapam aos objetivos dessa pesquisa, eles oferecem pistas que ajudam a compreender a importância do trabalho de base realizado pelo MTR e, como discutiremos mais a frente, o enfrentamento deste com os políticos locais no acesso aos planos sociais.

É possível perceber no trabalho de organização e mobilização do MTR a elaboração de propostas que apresentavam um caráter defensivo e não se restringiam a sua base social. Nos “Documentos Fundamentais”, estão descritas medidas consideradas imprescindíveis, cujo conteúdo indicam uma reflexão sobre demandas que envolvem outros setores sociais e mudanças no acesso aos serviços públicos ou mesmo no controle do orçamento público. Para exemplificar, citamos abaixo algumas dessas medidas:

Eliminação do desemprego mediante: a) a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem afetar os salários (...); b) reabertura sob co-gestão operária

estatal de todas as empresas fechadas; c) declaração da Emergência Trabalhista (ampliação das cotas dos planos “*Barrios Bonaerenses*” [programa social do governo da província de Buenos Aires destinado aos desempregados]; d) Plano de obras públicas (moradias populares e qualquer outra necessidade de cada bairro ou município); e) derrogação da Lei de Flexibilização Trabalhista; f) eliminação do sistema de contratação por agências de trabalho.

Saúde e educação: gratuitas e igualitárias (eliminação da saúde privada, eliminação dos subsídios às escolas privadas); Rompimento com todos os organismos internacionais (...); Confisco de terras e planos de coletivização do campo; (...) eliminação de impostos e despesas fixas nos serviços públicos; (...) Reestatização das empresas privatizadas com controle dos trabalhadores (MTR, 2010, p. 25).

Algumas destas medidas relacionam-se com as políticas neoliberais implementadas no país, como é o caso da reforma trabalhista (ainda em tramitação na ocasião em que o documento foi escrito), da aprovação no âmbito desta reforma dos contratos por agências de trabalho, da reestatização das empresas públicas, assim como dos programas de assistência social destinados aos desempregados (no caso o plano “*Barrios Bonaerenses*”). Chamamos a atenção para essas medidas porque elas demonstram o posicionamento político assumido pelo movimento diante de questões que atingiam problemas conjunturais e estruturais do país, como é o caso da proposição da redução da jornada de trabalho.

Por último, cabe mencionarmos que a partir de 2003 o MTR sofreu uma diminuição da sua base social. Segundo as estimativas de Débora, enquanto em 2002, quando se implementou os projetos na área da saúde, o movimento alcançou em *Florencio Varela* um dos maiores níveis de participação com a presença de aproximadamente 2.000 integrantes, nos anos posteriores houve uma redução significativa dos integrantes: em 2007 havia cerca de 300 membros no município e 800 em nível nacional. Para nós, além dos impactos decorrentes dos vários episódios de repressão que marcam a história do MTR, a diminuição não se deve simplesmente à criação de postos de trabalho verificada nos últimos sete anos, mas também às ofensivas expressas já no governo de Eduardo Duhalde (2002-2003), à nova correlação de forças conformada a partir do governo Kirchner (2003-2007), como também às dificuldades

das organizações oposicionistas (entre as quais o MTR) em conduzir de modo articulado o processo de lutas e em construir uma plataforma política-reivindicativa minimamente comum.

#### **4.2 – A organização Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV)**

Fundada em julho de 1998, a *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat* (FTV) destacou-se como uma das organizações que obteve maior alcance nacional e uma massiva mobilização. A sua história não só antecede a emergência dos movimentos de desempregados, como está diretamente vinculada com as experiências de mobilização dos setores populares, realizadas nos anos de 1980, em torno da luta por moradia e pela melhoria dos serviços básicos nos bairros periféricos de *La Matanza*. Considerada uma das cidades com a maior concentração populacional pobre do país, experiências de assentamentos de terrenos urbanos se difundiram nesta cidade com o trabalho realizado por várias organizações sociais; entre esses, se destacou o assentamento *El Tambo*, que se tornou um dos mais conhecidos da região. Dois anos após o seu surgimento (1986), os moradores acompanhariam, sob a direção do líder comunitário, Luis D'Elía, a concessão dos títulos de propriedade e a formação da cooperativa *Unión, Solidaridad y Organización* (USO) (ARMELINO, 2008).

Esta cooperativa desenvolveu uma rede de organizações de base com o objetivo de fortalecer e facilitar, por meio dessa integração, o acesso às políticas de subsídio alimentício concedidas pelo governo, no marco do *Programa Alimentario Nacional* (PAN). A criação dessa rede ocorreu em um contexto político e ideológico hostil ao desenvolvimento de organizações sociais autônomas e com uma atuação por fora das estruturas do Partido Justicialista (PJ) (SVAMPA; PEREIRA, 2003), justamente porque a partir de 1987 se introduziram, sob o comando de governos municipais e estaduais do Partido Justicialista, as primeiras medidas destinadas a dar uma orientação focalizada para as políticas sociais. Com a

focalização o governo descentralizava a distribuição dos benefícios ao “transferir” essa responsabilidade às organizações sociais com trabalhos comunitários nos bairros periféricos, na medida em que obtinha, ao mesmo tempo, um controle sobre a ação dessas organizações, neutralizando-as ou tornando-as dependentes do Estado.

A cooperativa USO desenvolveu-se em meio a essa reorientação da intervenção estatal sobre os setores populares e, em 1995, realizou um censo em 8 bairros, com o objetivo de levantar o número preciso de moradores com necessidade de ajuda alimentícia. O levantamento dos 5.000 mil moradores acabou sendo aceito pelo governo, que destinou entre 1995-1998, 10 mil toneladas de alimentos por mês para essa região.

A FTV<sup>70</sup> fez em 1995 um censo com 5 mil famílias<sup>71</sup> e se descobriu que 3.500 estavam sem trabalho. Em seguida fizeram uma mobilização até o Ministério de Desenvolvimento Social e tiveram uma conversa com a Sra. Duhalde<sup>72</sup>, que se comprometeu a dar 10 mil toneladas de alimentos. O movimento recebeu estes alimentos e deu continuidade à organização das pessoas (José, Secretário Nacional de Formação e Capacitação da FTV e Deputado Estadual, 48 anos, 03/09/2007)

A conquista obtida com a concessão das toneladas de alimentos demonstra a capacidade de pressão exercida pelas organizações integradas à cooperativa, mas outros dois aspectos desempenharam um papel importante nas decisões do governo. Primeiro, o fato de *La Matanza* ser um dos principais espaços eleitorais do peronismo, além de ter, em termos eleitorais, uma importância para todo candidato que dispute cargos legislativos por conta da sua concentração populacional<sup>73</sup>. Isto significa que mobilizações originadas a partir da

---

<sup>70</sup> Em 1995 a FTV ainda não havia sido fundada, mas o fato do entrevistado referir-se a ela se deve ao fato da Federação ser uma continuidade dos trabalhos que já vinham sendo realizados pela cooperativa.

<sup>71</sup> Apesar do entrevistado se referir a famílias, Svampa e Pereira (2003, p. 44) mencionam 5.000 mil “moradores”, o que para nós parece mais próximo do total de bairros contemplados no censo e coerente com o restante do depoimento.

<sup>72</sup> Hilda “Chiche” Duhalde (esposa do governador de Buenos Aires, Eduardo Duhalde), participou como membro da direção do Conselho da Família, que criou a maior rede assistencialista vinculada ao peronismo – as *Manzaneras*-, que distribuíam ajudas alimentícias no marco do programa *Plan Vida* (DELAMATA, 2004).

<sup>73</sup> Por exemplo, Cristina Kirchner realizou neste distrito seu último comício antes das eleições para a Presidência em 2007 (e não na Capital Federal).

iniciativa das organizações deste distrito têm um impacto político diferenciado em relação a outras regiões. Em segundo lugar, o significativo desenvolvimento da cooperativa e a sua “autonomia relativa” frente às autoridades do Estado.

Para Svampa e Pereira (2003), a “autonomia relativa” obtida pela cooperativa resultou de três fatores articulados: 1º) a constituição de redes envolvendo organizações de base e não governamentais possibilitou uma autonomia na gestão dos recursos concedidos pelo Estado por fora das redes clientelistas vinculadas ao PJ; 2º) a ação estratégica dessas organizações que buscavam explorar as divisões intra e interpartidárias existentes com a finalidade de obter uma maior margem de negociação no acesso aos benefícios; e 3º) o papel decisivo da liderança de Luis D’Elía, presidente da cooperativa e do assentamento *El Tambo*: concebendo como inevitável a dependência em relação ao Estado, este dirigente buscava obter margens de autonomia nos espaços abertos pelo Estado.

A esses fatores Armelino (2008) acrescenta outro que permitiu as primeiras iniciativas de organização dos desempregados em *La Matanza*: o impacto do desemprego sobre os membros das organizações integradas à cooperativa. Com a formação de uma comissão de desempregados com base no município e a partir dos protestos realizados na Capital Federal, houve a aproximação entre o principal dirigente de *El Tambo* e da *Central de Trabajadores de la Argentina* (CTA), que conformaria, em 1998, a fundação da *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat* (FTV), no interior da CTA. Para o secretário nacional da FTV havia um interesse mútuo da central e do movimento pela integração:

Quando se criou [a CTA] e se convidou Gennaro [dirigente da CTA], ele em seguida ofereceu a possibilidade da Federação fazer parte da CTA e foi aceito rapidamente. (...) Primeiro porque havia uma boa relação e nós nos assumíamos como trabalhadores, antes de todo desemprego; nós nos assumíamos como trabalhadores, éramos uma federação de trabalhadores pela terra e moradia. (...) Agora onde vão estar esses trabalhadores? Em uma central de trabalhadores. A CGT (...) nos parecia outro tipo de sindicalismo e a CTA nos parecia ser mais próxima e, além disso, nos ajudava como um guarda-chuva institucional. Para a

CTA era interessante [a integração] e para nós também; fazer parte de uma central de trabalhadores lhe dá uma certa cobertura que se está fora não tem (José).

Para a CTA a criação da FTV representou a possibilidade de agregar sob a sua representação várias organizações com alto potencial de mobilização, mas que não eram representadas por nenhuma outra instância sindical de terceiro grau. A configuração de duas vertentes no seu interior – o sindical e o territorial – era compatível com as suas expectativas iniciais de aproximar-se dos setores que se encontravam nas organizações de bairro e nas cooperativas, como também correspondia a sua tentativa de desenvolver canais de participação no sistema político, por meio da organização dos setores populares por fora das estruturas partidárias do PJ (ARMELINO, 2008).

A formação da FTV era vista estrategicamente como o canal de acesso “(...) a uma organização com uma estrutura institucional de alcance nacional e com certa influência no espaço público-político” (ARMELINO, 2008, p. 148) e, por conseguinte, a um conjunto de organizações de base (ou “territoriais”) que ampliariam o próprio alcance da central para além do local de trabalho formal. Disso resultou o lema: “a nova fábrica é o bairro”. O comentário abaixo expressa o significado dessa expressão para Luis D’Elía<sup>74</sup> que, dando continuidade à liderança exercida na cooperativa e no assentamento *El Tambo*, tornou-se o principal dirigente da FTV:

Nós cremos que teve um deslocamento organizacional da classe operária, já não é a fábrica o âmbito da organização da classe senão o território, por isso os movimentos de desocupados e as organizações territoriais têm muito mais vitalidade que o movimento operário organizado (GUZMAN CONCHA, 2002, p. 7).

---

<sup>74</sup> Durante a pesquisa de campo não conseguimos entrevistar Luis D’Elía. Como a pesquisa bibliográfica teve uma importância crucial para a confecção desse item, mencionamos, tal como aparece na literatura, o nome verdadeiro desse dirigente.

Dentro dessa perspectiva o território aparece como um “novo” espaço de organização e unidade política. Aqui cabe algumas reflexões, mas antes duas observações devem ser feitas: a organização nos bairros não é uma criação dos movimentos de desempregados e as redefinições nas formas de exploração e o desemprego não inviabilizaram a construção dessa unidade no local de trabalho. Partindo disso, a importância estratégica do bairro como espaço que viabiliza a aproximação com os trabalhadores que já não se encontram (ou nunca estiveram) nas fábricas ou no interior dos sindicatos, nos permite pensar que as lutas classistas podem ser conformadas em diferentes lugares, ou seja, elas não têm um lugar pré-definido a partir do qual – e somente a partir dele – se desencadeariam. Neste caso, podemos compreender os movimentos de desempregados como a expressão de uma forma de reorganização das lutas da classe trabalhadora que emerge frente ao desemprego e às redefinições nas formas de exploração na atual conjuntura. Essa reflexão se estende para a “vitalidade dos movimentos de desempregados”, isto é, em que medida ela não estaria na capacidade desses trabalhadores se organizarem e se mobilizarem, mesmo não estabelecendo relações diretas com os meios de produção, antes que no espaço onde a organização se efetiva. Afinal, a vitalidade e a potencialidade de um movimento não estão dadas *a priori* pelo “território” no qual desenvolve as suas ações.

Nesse sentido, a origem da FTV teve pouca relação com as experiências de lutas realizadas pelos desempregados nas províncias petroleiras e remete a uma trajetória prévia da organização como movimento social urbano, com uma forte inserção nos bairros de *La Matanza*. É em referência a esse histórico que o secretário nacional enfatiza a não identificação da FTV como uma organização de desempregados:

A Federação não é uma organização de desocupados. Depois que assumiu a representação dos desocupados. Por quê? Porque o tema que nos juntava era o tema da terra. (...) À medida que foi passando o tempo, muitos dos nossos companheiros começaram a ficar desocupados. (...) Nós insistimos, pelo menos os que começaram

o histórico [da FTV], que não começamos como um movimento de desocupados. (José).

Contudo, independentemente do seu histórico prévio, a FTV foi reconhecida como uma organização de desempregados tanto no interior da CTA como em outros espaços políticos; e como tal ampliou as suas bases com a participação de membros de diferentes partes do país e direcionou suas ações especialmente para a reivindicação dos planos sociais. Ao ser fundada no âmbito de uma central sindical, com capacidade de representação e mobilização nacional, a composição social da FTV ganhou uma ampla dimensão, sobretudo em termos quantitativos. Para se ter uma noção, na sua fundação a FTV contou com mais de 200 organizações de base de 17 províncias (SVAMPA; PEREIRA, 2003, p. 59); isto quer dizer que o vínculo com a CTA contribuiu com o seu caráter massivo e com o seu alcance nacional, ao mesmo tempo em que possibilitou a inclusão no interior da federação de diferentes agrupações com distintos graus de organização e representantes de diversos setores sociais: trabalhadores rurais sem terra, moradores de assentamentos, comunidades indígenas. Para organizar o conjunto de organizações existentes no seu interior a FTV está estruturada em Mesas Distritais, Mesas Provinciais e uma Mesa Nacional.

É importante ressaltar que essa diversidade interna não corresponde às características da composição social organizada em *La Matanza*, onde se concentram a base majoritária e as principais agrupações da FTV, compostas predominantemente por desempregados originários da indústria (uma parte, inclusive, com experiências de trabalho estáveis), trabalhadores precários, mulheres e jovens sem experiência no mercado de trabalho formal.

Pode-se dizer que *La Matanza* é, por excelência, o núcleo central do movimento. A capacidade de mobilização e o caráter massivo dos protestos alcançados nessa região se distinguiram das ações realizadas em outras províncias, como também das experiências de outras organizações de desempregados da Grande Buenos Aires (SVAMPA; PEREIRA,

2003). Isto se deve em grande medida às ações conjuntas realizadas pela FTV e a CCC (*Corrente Clasista Combativa*, criada no interior de uma corrente sindical), as duas maiores organizações de *La Matanza*, caracterizadas entre outros traços comuns, por uma grande capacidade de mobilizar milhares de pessoas, que se refletiu no poder de pressão exercido sobre o governo e mesmo na atenção dada pela mídia aos seus piquetes.

O acúmulo de forças obtido com a articulação desses dois movimentos possibilitou que as reivindicações, embora centradas nos planos sociais e ajudas alimentícias, incluíssem outras demandas relacionadas com a infra-estrutura dos bairros. Por exemplo, um dos primeiros piquetes realizados no ano de 2000, reuniu 3.000 pessoas durante uma semana na rodovia n.3, considerada uma artéria crucial no tráfego rodoviário por interligar a Capital Federal com o sul do país e com as áreas mais ricas do estado (MERKLEN, 2005). Neste piquete reivindicou-se: “(...) *10 mil planos sociais, 5 milhões de pesos em Aportes do Tesouro Nacional para o Conselho de Emergência de La Matanza (...) e um milhão de quilos de comida por mês*” (GARCIA, 2000).

O trabalho de base realizado em *El Tambo* pode ser considerado um elemento que contribuiu com a expansão da FTV, pois conforme nos explicou o seu secretário nacional:

Nós em cada lugar já tínhamos trabalho [de base] (...). As pessoas já conheciam a mim e a Luis [D’Elía]; com todos que podíamos falar já nos conheciam. Não era que aparecia como algo novo. Então você tinha uma parte a seu favor. (José)

Essa explicação é insuficiente, todavia, se não leva em consideração o aumento da influência política e do poder de negociação de Luis D’Elía, obtido a partir da sua participação em diversos cargos institucionais: vereador pela FREPASO (1997-1999), deputado estadual pela *Frente para el Cambio* (1999-2003), Subsecretário da Secretaria de Terras para a Habitação Social no governo de Néstor Kirchner (2003-2006), além de candidato a governador de Buenos Aires em 2003. A participação de D’Elía na arena política

favoreceu, para não dizermos ampliou, as possibilidades de execução das demandas reivindicadas pela sua base e a captação dos recursos concedidos pelos programas sociais do Estado. É ilustrativo o número de planos sociais obtidos pela FTV em relação às demais organizações: segundo dados de 2003, ela recebia 80.000 mil planos, em contrapartida, a CCC 45.000 mil, o MTR 5.000 mil e a *Coordinadora Unidad Barrial* 2.600 mil (CAPRIATA, 2003). Sabemos que a distribuição dos planos sociais não está relacionada somente com o peso político de suas lideranças, todavia, a assimetria desses dados nos dá uma idéia da força de cada uma delas no jogo político.

É provável que os diversos cargos institucionais ocupados por D'Elía e suas alianças políticas com partidos de diferentes alinhamentos ideológicos garantiram uma “cobertura” à FTV maior que a possibilitada pela CTA, enquanto um “guarda-chuva institucional”, como dito pelo secretário nacional entrevistado por nós. Essa suposição pauta-se em uma das contribuições do estudo de Armelino (2008) sobre a relação da FTV e CTA, sendo uma delas a discussão sobre a autonomia desse dirigente e do seu núcleo de ação em *La Matanza* frente à CTA. Nas palavras desse autor (2008, p.152):

(...) independente da FTV, D'Elía e quem o secundam reproduzem essa capacidade para travar relações fluidas com outras organizações de base e não governamentais, para gestar assistência direta com certa autonomia do PJ, e poder beneficiar-se das contínuas divisões no interior do partido, ou entre este e outros, para obter recursos. Esse perfil autônomo em relação à direção sindical da CTA, característico deste núcleo dirigente, lhe aportou resultados exitosos, mas nem sempre vinculados (ou possíveis de deslocar) ao conjunto da CTA. A contrapartida dessa capacidade para construir poder é o limite que a liderança de D'Elía tem com suas bases de representação mais diretas em *La Matanza*: sua legitimidade depende da eficácia para apoderar-se de recursos que mantenham as atividades cotidianas nos bairros.

Diante do que foi discutido até aqui, podemos dizer com base na entrevista feita com um dos núcleos da FTV em *Florencio Varela*<sup>75</sup>, que a relação orgânica com o núcleo de *La Matanza* não se estende à organização pesquisada por nós. Ao contrário, percebemos no depoimento coletado com o principal dirigente um tratamento diferenciado da direção majoritária da FTV em relação a esse núcleo, que surgiu em dezembro de 2001, quando se incorporou primeiramente à CTA e depois à FTV.

Essa diferenciação se evidenciou no uso político feito pela própria Federação na distribuição das caixas de alimentos às organizações que a integram<sup>76</sup>. Com a aproximação das eleições presidenciais de 2007 e explicitando o seu apoio formal à candidatura de Cristina Kirchner, a direção central direcionou os subsídios alimentícios que seriam da organização de *Florencio Varela* para *La Matanza*. O relato abaixo demonstra o que acabamos de expor:

As mercadorias que vem da FTV repartimos, o problema é que existe muita dificuldade. Ultimamente alguns crânios dos nossos companheiros decidiram que as mercadorias fiquem em *La Matanza* (...) porque estamos em campanha [eleitoral]. Eu não conheço muito *La Matanza* [refere-se aos núcleos da FTV nesse distrito], o que conheço é que têm alguns companheiros que têm práticas que eu não concordo. (...) Por exemplo, sobre a mercadoria eu não decido como se faz... para repartir a mercadoria nós mudamos 5 ou 6 vezes o mecanismo para repartir, porque nós discutimos, nós nos juntamos todos aqui: “como lhes parecem que devemos repartir a mercadoria ou qual critério vamos adotar?” Esse critério se adota para todos. Eu vejo companheiros de *La Matanza* que decidem que vão usar a mercadoria para a campanha [eleitoral]; não consultaram nem a mim e a nenhum dos meus companheiros (Pedro, dirigente do núcleo de *Florencio Varela* e membro da *Mesa Provincial de Buenos Aires* da FTV, 18/09/2007).

Com a iminência das eleições, a redistribuição dos alimentos correspondeu a uma estratégia acionada com o objetivo de mobilizar, a favor da candidata apoiada, o peso político

---

<sup>75</sup> Em 2007 existiam 4 núcleos da FTV em *Florencio Varela*. A criação do núcleo no qual entrevistamos seu principal dirigente ocorreu em dezembro de 2001 e agregou cerca de 160 pessoas nos anos seguintes, quantidade reduzida para 50 no ano em que realizamos a pesquisa de campo.

<sup>76</sup> O recebimento dos subsídios de alimentos concedidos pelo governo não são recebidos diretamente por cada núcleo que compõe as organizações de desempregados. Cabe à organização “central” o recebimento e a distribuição para todas as demais, que redistribuem aos seus membros.

de *La Matanza* na disputa eleitoral. A escolha da direção majoritária desconstrói certo virtuosismo geralmente associado aos movimentos sociais ao evidenciar como manejos podem ser feitos com a finalidade de contemplar interesses políticos mais gerais. Como discutiremos mais a frente, uma das conquistas obtidas pelos movimentos de desempregados foi a gestão dos planos sociais e alimentícios, reivindicada com a finalidade de eliminar os favorecimentos e as desigualdades produzidas pelas redes clientelistas dos políticos municipais. O ocorrido com o núcleo de *Florencio Varela* demonstra como alguns movimentos podem reproduzir uma lógica desigual de distribuição dos recursos conquistados – embora o seu exemplo impeça qualquer generalização. Essa lógica manifestou-se ao levar em conta o peso político e estratégico dos núcleos que integram o movimento em uma disputa eleitoral e, provavelmente, para a obtenção de futuros dividendos.

Com base na caracterização geral sobre o MTR e a FTV passaremos a discutir no próximo item a posição assumida por estas organizações em determinados momentos políticos importantes. Embora o ponto de partida da discussão seja os últimos anos de 1990 (segundo mandato de Carlos Menem) nossa análise pretende focar o período de 2001 a 2007, quando o movimento atinge o seu auge de mobilização e em seguida um grande recuo.

#### **4.3 – A mobilização dos desempregados e sua relação com os distintos governos (1996 – 2007)**

Quando se observa a emergência de inúmeras organizações de desempregados na Argentina e a importância que obtiveram no plano das lutas sociais, pode vir à tona uma dúvida sobre o que impediu a constituição de um único movimento social que unificasse o conjunto dessas organizações e coordenasse as lutas em âmbito nacional. Mas, apesar do desemprego ter sido a causa comum que fez emergir mobilizações em todo o país, algumas diferenças se expressaram já nos primeiros anos em relação às concepções ideológicas, aos

alinhamentos políticos-partidários e às experiências prévias de luta dos militantes à frente desses movimentos.

A análise do surgimento e das ações do MTR e da FTV permite mostrar que os movimentos de desempregados formados, especialmente na Grande Buenos Aires, apresentaram desde a sua origem uma grande diversidade, a qual se expressou continuamente e, sobretudo, em momentos políticos significativos. A heterogeneidade, embora não seja sinônimo de fragilidade, contribuiu com a divisão dessas organizações e com a conformação de distintos posicionamentos frente aos governos, como também dificultou a construção de uma plataforma reivindicativa pautada na luta por emprego (e não por planos sociais). Mas, além da diversidade, outros fatores contribuíram com essa divisão e devem ser compreendidos a partir da análise das diferentes conjunturas.

As primeiras lutas dos movimentos de desempregados e, particularmente, do MTR na zona sul da Grande Buenos Aires, ocorreram em um contexto no qual o governo Menem começava a sentir os custos políticos dos confrontos no interior do país, a perda de apoios sindicais devido à unificação da CGT e à retomada da convocação de greves gerais; mas quando também começavam a se fortalecer uma força política opositora (a FREPASO) e uma convergência antimenenista (GÓMEZ, 2009). Até então o governo tinha conseguido impedir a difusão dos enfrentamentos sociais das províncias petrolíferas para o restante do país, mas uma vez que se estenderam para a Grande Buenos Aires a pressão e o clima de tensão social tendiam a se intensificar ainda mais, evidenciando que o desemprego era um problema de âmbito nacional e não simplesmente local ou estadual.

A reação estatal frente ao crescimento das organizações de desempregados consistiu no aumento dos *Planes Trabajar*, lançado em 1996, após a intensificação dos protestos nas províncias petrolíferas. A sistematização desses planos em nível nacional representou a principal política social adotada pelo governo com a finalidade de conter os impactos do

desemprego. Estes planos foram desenhados, monitorados e financiados pelo Banco Mundial (MASSETTI, 2006) e apresentaram-se como uma medida paliativa por conta do seu caráter não universal e pela sua durabilidade (6 meses). A execução do plano consistia na apresentação de projetos de melhoramentos urbanísticos por parte dos municípios ou ONGs; uma vez aprovados, os desempregados selecionados passariam a trabalhar nesses projetos por 4 horas diárias em contrapartida ao benefício recebido<sup>77</sup>.

A descentralização da distribuição dos planos sociais para os municípios possibilitou aos governos locais fazer uso das redes clientelistas ligadas ao seu partido (PJ) ou os chamados *punteros políticos*<sup>78</sup>, que mantinham uma relação bastante conflituosa com os integrantes dos movimentos de desempregados, por ameaçá-los ou intimidá-los alegando a possibilidade de lhes retirarem os planos sociais, caso continuassem militando. Além da entrega por vezes arbitrária dos benefícios, “(...) *uma das práticas comuns dos punteros era obrigar a quem havia conquistado os seus planos nas rodovias [por meio da mobilização] a realizar todo tipo de trabalho que fortalecia o aparato assistencial do governo municipal, e que favorecia aos próprios punteros de forma pessoal*” (PACHECO, 2004, p. 24).

Problemas deste tipo atingiram principalmente os movimentos da zona sul da Grande Buenos Aires, entre eles o MTR. Em *La Matanza*, principal espaço de atuação da FTV, existia a rede de organizações de base articuladas em torno da cooperativa USO, que intermediava a relação entre a população e o governo municipal ou estadual, responsáveis pela entrega dos benefícios sociais. Como mencionamos antes, o censo realizado nesta região em 1995 surgiu da contestação à quantidade de caixas de alimentos entregues nessa região nos marcos do Programa *Plan Vida*, que consistia na entrega de leite, cereais, ovos e maçãs. O aceite por parte do governo estadual dos números levantados pelo censo legitimou as ações

---

<sup>77</sup> O governo de Buenos Aires implementou, em 1997, o *Plan Barrios Bonaerenses* cujo formato tinha as mesmas características do *Plan Trabajar* e o benefício destinava-se às famílias sem renda.

<sup>78</sup> Designação dos intermediários que trabalham para um candidato ou partido político, em busca de votos ou da adesão das bases a favor de cada um destes.

desta cooperativa e contribuiu com a sua intermediação futura na obtenção dos planos. Além disso, provavelmente o fato da FTV contar também com um respaldo sindical contribuiu para que fosse menos problemática a sua relação com os *punteros políticos*, vinculados ao PJ.

Em contraposição, o acesso aos planos envolveu uma luta constante entre as organizações de desempregados e os *punteros políticos* nos municípios da zona sul, não somente para conquistar os benefícios, como para mantê-los<sup>79</sup>. Essa tensão marcou o final do governo Menem e as mobilizações das organizações, levando-as a exigir posteriormente o direito de atuarem como intermediadoras entre o Estado e os desempregados, não tendo como intermediários os políticos ou *punteros* locais, que controlavam a distribuição dos planos.

Cabe observar que a sistematização de uma política assistencial em âmbito nacional e direcionada aos desempregados ocorreu depois da impossibilidade de conter as mobilizações por meio da repressão. Os confrontos desencadeados a partir de 1996 no interior do país sofreram inicialmente uma “repressão desmedida” por parte do presidente Menem (MASSETTI, 2006). Diante da dificuldade enfrentada pela polícia para conter as mobilizações de alcance nacional, o governo reestruturou as forças policiais com o objetivo de tornar mais efetiva a ação repressiva; para isso, não só investiu em armamentos, como tornou a polícia *Gendarmería Nacional*, a principal força de choque “anti-motins” em oposição a sua função anterior de proteger as fronteiras (SVAMPA; PANDOLFI, 2004). Esta modificação estava relacionada, segundo Massetti: “(...) com o chamado ‘protesto piquetero’ no sentido de que o argumento legal para recorrer a esta força foi a ‘defesa do território sob a órbita do governo nacional’; isto é, as rodovias nacionais” (2006, p. 31, grifos do autor).

---

<sup>79</sup> Em depoimento citado por Svampa e Pereira de um referente do MTR, de *Florencio Varela*, podemos perceber as discussões realizadas sobre o caráter da conquista do plano e a desconstrução da relação de favor estabelecida pelos *punteros políticos* com os trabalhadores na entrega desse benefício: “A chave era que as pessoas entendessem que era uma coisa que elas arrancavam [conquistavam], que era uma coisa digna. E não que tinham que pedir por favor ao “puntero” para ver se ele se dignava a lhes dar. Nós conseguimos unir isto com uma situação que se começava a viver, que era o fato de que as pessoas estavam cansadas ou começavam a estar cansadas de que para poder comer tinham que ir ao “puntero” lhe pedir ou teriam que ir ao ato”. (...) (SVAMPA; PEREIRA, 2003, p. 93, grifos nossos). A idéia de “arrancar” é utilizada para enfatizar a conquista como produto de uma luta árdua.

Como já mencionamos antes, a mesma ação repressiva se reproduziu nos piquetes realizados pelo MTR na rodovia estadual n. 36, em dezembro de 1997, quando reivindicavam a entrega de planos sociais para uma parcela dos seus integrantes. Diante da magnitude da violência cometida vários organismos de direitos humanos, organizações políticas, estudantis e a *Asociación de Madres de Plaza de Mayo* se solidarizaram ao movimento e denunciaram a repressão cometida pelo então governador Eduardo Duhalde.

Os anos entre 1997 e 1999, término dos dez anos de governo Menem, correspondeu ao período de construção e organização interna dos movimentos de desempregados. Com a aproximação das eleições presidenciais houve uma diminuição nos protestos, que cresceria nos anos seguintes e ganharia dimensões inéditas sob a presidência de Fernando De la Rúa (1999-2001).

Eleito com a promessa de reverter os impactos produzidos no país ao longo da gestão Menem, Fernando De la Rúa (1999-2001) não só deu continuidade à política econômica (inclusive convocando Domingo Cavallo para o Ministério da Economia), como prosseguiu com a reforma trabalhista colocada em prática pelo seu antecessor, ao mesmo tempo em que reduziu os salários dos empregados públicos e os planos sociais, atingindo diretamente os setores que haviam mais se mobilizado nos anos anteriores (GÓMEZ, 2009; MASSETTI, 2006). Apenas para exemplificar, os beneficiários do *Plan Trabajar* reduziram-se significativamente: enquanto em 1997 eles correspondiam a 200 mil, em maio de 1999 passaram para 89.665 mil, número que decaiu para 29.066 mil em maio de 2000. O aumento observado a partir deste mês até janeiro de 2001 não se aproximaria dos dados de 1997 e nem mesmo dos registrados em 1999 (SVAMPA; PEREIRA, 2003, p. 99).

Mas, paradoxalmente, este governo atenderia uma das principais reivindicações dos movimentos de desempregados: o controle da distribuição dos planos sociais. Para isso, deveriam se tornar organizações não governamentais e submeter à aprovação do Ministério do

Trabalho, projetos produtivos que seriam desenvolvidos pelos seus membros. O objetivo da aprovação era dar uma transparência maior na distribuição dos recursos a partir da participação e mediação de organizações sociais. Contudo, a aplicação dessa medida produziu um efeito não esperado: a multiplicação das organizações de desempregados (SVAMPA; PEREIRA, 2003).

Com isso, os movimentos alcançaram uma maior autonomia ao não dependerem das decisões de instâncias municipais para obter os planos e executá-los, como puderam igualmente desenvolver projetos vinculados diretamente as suas necessidades e as dos seus membros. Isto proporcionou um fortalecimento em termos organizacionais e o crescimento da sua base social, mudanças que demonstram os possíveis impactos das políticas assistenciais sobre a dinâmica dos movimentos, sobretudo quando estes direcionam suas ações e protestos para a conquista das mesmas. Todavia, é preciso ressaltar que o direito de gerir não significou a garantia automática de acesso aos planos; estes continuaram sendo outorgados às organizações que se mobilizavam e pressionavam o governo por meio dos piquetes. Daí o caráter *relativo* da autonomia conquistada, já que a dependência em relação ao Estado na obtenção do benefício continuou inalterada.

Um dos aspectos que chamam a atenção na conquista desse direito é o fato dela ter resultado da primeira mobilização conjunta, realizada em dezembro de 1999, pelas organizações de desempregados. Até esse momento as lutas estavam concentradas nos municípios e eram de um modo geral planejadas de modo isolado. Pela primeira vez ocorreria uma ação organizada conjuntamente por movimentos de várias cidades da zona sul de Buenos Aires (incluindo os de *Florencio Varela*), exigindo das autoridades medidas que contemplassem as reivindicações do conjunto dos desempregados independente do local em que viviam (PACHECO, 2004). A concretização dessa mobilização representou um avanço em termos organizativos, na medida em que colocou a possibilidade da articulação de lutas

mais amplas, não restritas ao âmbito local. Cada vez mais as mobilizações passaram a se deslocar das cidades do “*conurbano*” para a Capital Federal, ocupando os espaços simbólicos de resistência, como a *Plaza de Mayo*, e interferindo na dinâmica do principal centro político e financeiro do país.

Em meio a um contexto de diminuição dos planos e de maior articulação entre as organizações, o ano de 2000 representou a entrada dos movimentos de desempregados na cena política e midiática. Um dos fatores que contribuiu com esta projeção foram os piquetes realizados pela FTV em conjunto com a CCC, devido ao caráter massivo e aos impactos políticos produzidos pelos mesmos. O atendimento das demandas apresentadas por essas organizações contribuiu com a intensificação das lutas realizadas por outros movimentos, tendo em vista a política do governo de conceder planos somente sob a pressão dos piquetes.

Para conter a difusão dos piquetes e dividir os custos envolvidos na resolução dos confrontos com os municípios e os estados, De la Rúa criou o “comitê crise”, cujo papel consistia em obter informações das organizações existentes e evitar o surgimento de novos piquetes logo após a resolução e o término de outros, isto é, uma espécie de efeito dominó (SVAMPA; PEREIRA, 2003). Porém, além da continuidade dos piquetes, o número e a diversidade de organizações existentes impediram a eficácia desse mecanismo de controle, o que levou o governo a se recusar a negociar enquanto não fossem liberadas as rodovias. Apesar dessa recusa, os bloqueios de estrada aumentaram significativamente no primeiro semestre de 2001 e as organizações enfrentaram dificuldades com o endurecimento do governo.

O desenvolvimento e o crescimento dos movimentos de desempregados contribuíram com a realização da primeira Assembléia Nacional de Organizações Populares, Territoriais e de Desocupados, realizada em 24 de julho de 2001. Participaram da Assembléia cerca de 2.000 delegados de todo o país e de diversas organizações de desempregados, além de

docentes da Universidade de Buenos Aires (UBA), pequenos agricultores, aposentados, entre outros setores.

A FTV e a CCC, organizadoras do encontro, compartilhavam a expectativa de concretizar uma unificação nacional das inúmeras organizações a partir dessa primeira assembléia. Ambas tinham alcançado um peso político e uma capacidade de mobilizar milhares de pessoas, características que destoavam das demais organizações que, embora tivessem se consolidado, ainda não tinham obtido um acúmulo de forças semelhante. Entre essas, as mais estruturadas eram o MTR, os diversos MTDs da zona sul e o *Polo Obrero* (vinculado ao partido de esquerda *Polo Obrero*), convidado a participar pelas lideranças do MTR. No depoimento abaixo fica evidente o motivo do convite e a confirmação das assimetrias existentes nas agrupações reunidas:

Nós que decidimos convidar o *Partido Obrero*, o *Polo Obrero*, a fazer parte do movimento piquetero, porque analisamos que nesse momento nos faltava entrar uma força de caráter nacional para balancear a força que tinham a CCC e a FTV, (...) que considerávamos como reformista... (Sarmiento, MTR).

Embora o MTR tenha se constituído como um movimento independente de partidos políticos e sindicatos, o depoimento acima mostra a sua posição favorável à conformação de alianças políticas em determinadas conjunturas. Como um dos interesses da FTV e da CCC consistia em consolidar um movimento unificado tendo à frente as suas principais lideranças, a participação do *Partido Obrero* contribuiria para desestabilizar essa intenção e aglutinaria forças em torno do outro grupo<sup>80</sup>.

---

<sup>80</sup> Vale ressaltar que inicialmente os partidos de esquerda (*Partido Comunista* [PC], *Partido Obrero* [PO], *Movimiento Socialista de los Trabajadores* [MST] e o *Partido de los Trabajadores Socialistas* [PTS]) recusaram-se a formar organizações de desempregados por se posicionarem contra a reivindicação dos planos sociais, já que defendiam a criação por parte do governo de um subsídio de 500 pesos e a redução da jornada de trabalho. Somente após alguns anos, quando os movimentos tinham alcançado uma notável amplitude, os partidos se articularam para constituir suas próprias organizações.

Durante as discussões da assembléia as divergências entre as organizações manifestaram-se não somente nas diferentes expectativas desses dois grupos, como nos objetivos políticos e táticas de luta propostas por cada um deles. Com o objetivo de evitar a repressão do governo aos piquetes e propor uma orientação a ser tomada por todos os grupos durante os protestos, a FTV e a CCC defendiam que os bloqueios de estrada deveriam ser parciais, isto é, com uma passagem mínima que permitisse a circulação dos automóveis e os manifestantes não deveriam usar bastões ou esconder o rosto. Para as organizações da zona sul que recusaram tal proposta, usar paus ou encobrir o rosto eram medidas de segurança, especialmente das comissões de frente dos piquetes, responsáveis pela segurança de todo coletivo mobilizado.

O que se percebe aqui é uma interpretação distinta das formas de enfrentamento com o governo e as forças policiais e dos motivos que levam à repressão. Uma das preocupações da FTV e da CCC, que haviam se tornado as referências do movimento de desempregados no país, era garantir uma boa imagem dos manifestantes e o caráter pacífico dos protestos ao manter uma passagem alternativa aos veículos durante os bloqueios. Enquanto para os grupos menores tratava-se de prevenir a segurança do coletivo frente a qualquer ação repressiva do Estado, mas também de não fazer coro aos estereótipos da imprensa que começava a tratá-los como um perigo para a nação, associando-os com grupos gerrilheiros (PACHECO, 2004). Ademais, tratava-se, em destaque para os MTDs, de não adotar medidas que amenizassem a capacidade de confrontação dos piquetes (KLACHKO, 2005; BURKART et al, 2008).

Em relação aos objetivos políticos propunha-se, de um lado, a intensificação das lutas a ponto de levar à queda do governo e à convocação de uma assembléia constituinte; de outro, propunha-se a formação de uma frente política e social que organizasse uma consulta popular sobre a criação de um Seguro de Emprego e Formação para chefes de família desempregados(as) no valor de \$380,00 pesos, que incluiria também o pagamento de \$60,00

pesos por filho para todos os trabalhadores e \$150,00 pesos para todo adulto sem aposentadoria (CELS, 2003; SVAMPA; PEREIRA, 2003). Esta segunda proposta defendida pela CTA e expressa pela FTV (enquanto um dos seus ramos de atuação), correspondia a uma das perspectivas presentes na origem dessa central: conformar um movimento social e político e, a partir dele, coordenar ações de diferentes organizações sociais e partidárias em torno da realização de uma consulta popular que permitisse não só a implementação de um seguro-desemprego, como uma maior democratização do sistema político (ARMELINO, 2008)<sup>81</sup>.

Ao final, as resoluções aprovadas nesta assembléia estabeleceram: “*realizar bloqueios progressivos nas cinqüenta principais rodovias do país a partir da próxima terça-feira, 31 de agosto [2001], e de 48 e 72 horas para as terças-feiras seguintes*”. Esse plano de luta tinha como principais reivindicações: “*reivindicar a liberação dos presos sociais*”; “*recusar o plano de ajuste do governo nacional, adotado para obter o déficit zero*”; assegurar “*a conservação de todos os planos “Trabajar” e a concessão de novos planos para os chefes de família desempregados*”<sup>82</sup>.

Com exceção da recusa do plano de ajuste do governo nacional, nenhum outro ponto das Resoluções questionava o modelo econômico, as privatizações, a flexibilização trabalhista concluída por De la Rúa ou fazia qualquer menção às eleições no final do ano ou mesmo à defesa da redução da jornada de trabalho. O plano de lutas aprovado voltava-se sobretudo para a defesa das políticas assistenciais. Provavelmente esta lacuna resultou dos diferentes posicionamentos políticos existentes e da dificuldade de conformar uma plataforma

---

<sup>81</sup> Desde 2000 a CTA vinha realizando ações no sentido de divulgar a proposta da consulta popular sobre o Seguro de Emprego e Formação e, a partir de abril de 2001, passou a realizá-las em conjunto com a FRENAPPO, a Frente Nacional Contra a Pobreza, que havia conformado juntamente com outras organizações e representantes religiosos e políticos. Somente como exemplo, entre julho e agosto de 2000, a CTA organizou a *Marcha Grande por el Trabajo* e em setembro de 2001 a *Marcha del Frenapo*, que saiu do centro da Capital Federal para sete lugares diferentes do país. A consulta popular ocorreu entre 14 e 17 de dezembro de 2001, tendo registrado 3.106.681 votos, dos quais, 3.083.191 favoráveis, 17.878 contra, 3.051 brancos e 2.561 nulos (ARMELINO, 2008, p. 150). A proposta, ao final, foi inviabilizada pelo Congresso Nacional.

<sup>82</sup> Extraído do documento: *Resoluciones de la I Asamblea Nacional de Organizaciones Populares, Territoriales y de Desocupados*, 24/07/2001. Ver Anexo I.

reivindicativa mais ampla, já que poucos dias antes da realização dessa assembléia, em 14 de julho, a *Coordinadora Sur* formada pelas organizações da zona sul da Grande Buenos Aires (MTR, MTD, CTD, *Coordinadora de Unidad Barrial* – CUBa) com a finalidade de coordenar e planejar conjuntamente os protestos realizados nesta região, lançou um documento defendendo os seguintes pontos:

(...) Que [o governo] não retire nenhum *Plan Trabajar*. Nenhuma demissão ou redução de salário ou de aposentadoria. Defesa dos Convênios Coletivos de Trabalho. Defesa da Educação e Saúde Pública. (...)

Por trabalho genuíno para todos. (...) Extensão das cotas e aumento dos planos de emprego a um valor de \$350 [pesos] mensais, com cobertura social para todos os desocupados do país. Por tarifas sociais e cancelamento de dívidas em impostos, serviços e transportes para todos os desempregados.

Não ao pagamento da dívida externa. Pela reestatização de todas as empresas privatizadas (...).

Pela coordenação na luta de todos os trabalhadores ocupados e desocupados até lograr uma mudança social (PACHECO, 2004, p. 51).

No documento da *Coordinadora Sur*, como podemos observar, alguns pontos criticavam diretamente políticas neoliberais, defendiam demandas relacionadas aos assalariados ocupados (fim das demissões, manutenção dos salários), aos aposentados (contraoando-se ao ataque do governo aos direitos do trabalho), aos desocupados (criação de postos de trabalho, ampliação das cotas e do valor dos planos sociais), além da exigência pelo não pagamento da dívida externa. A extensão e o conteúdo desses pontos indicam uma discussão mais abrangente em torno de questões não vinculadas exclusivamente aos desempregados e, possivelmente, uma maior convergência entre as organizações reunidas na *Coordinadora Sur*.

A despeito das diferenças expressas na Primeira Assembléia, as organizações colocaram em prática em 31 de julho a Primeira Jornada Nacional de Luta dos Piqueteros, cuja realização demonstrou a grande capacidade de mobilização dos movimentos. Pela primeira vez piquetes planejados previamente ocorreram simultaneamente, por 24 horas,

bloqueando 145 rodovias (LA NACIÓN, 06/08/01) e envolveram outros setores sociais (como estudantes, empregados públicos, professores e diversos sindicatos), que contribuíram com o caráter massivo dos protestos.

Na ocasião, os membros do MTR aproveitaram as mobilizações programadas para Florencio Varela e se retiraram do piquete para ocupar a agência do Banco Provincia, exigindo o pagamento de 200 planos atrasados e o acréscimo de mais 180 para membros que não recebiam nenhum tipo de benefício (PACHECO, 2004, p. 58). A ocupação, realizada simultaneamente com os piquetes e sem uma discussão prévia na assembléia, provocou atritos entre o MTR e as outras organizações integrantes da Coordinadora Sur, por conta dos riscos de uma ação repressiva à ocupação e, por conseguinte, aos mil militantes presentes no piquete (GALLO, 2001). Sem uma resposta positiva por parte do governo, o MTR desocupou o banco após algumas horas e se reintegrou ao piquete; passados três dias marchou em direção ao Ministério do Trabalho, em La Plata, onde foram novamente reprimidos com balas de borracha e com a prisão de 48 militantes durante 26 dias (BOTTARO, 2003; PACHECO, 2004; SVAMPA; PEREIRA, 2003).

A partir desses acontecimentos houve uma ruptura entre o MTR e os MTDs, seguida pela dissolução da Coordinadora Sur; no seu lugar seria formada a Cordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón (CTD – Aníbal Verón), integrada pelos Movimientos de Trabajadores Desocupados (MTDs).

A ocorrência desses fatos demonstra a dificuldade da construção de uma unidade entre organizações com distintos posicionamentos políticos e interpretações sobre a condução das lutas. Para o MTR a ocupação correspondia a uma ação de “resistência concreta e não simbólica” (GALLO, 2001), coerente com a sua convicção da necessidade de redobrar o nível de confrontação com o governo (PACHECO, 2004). Em contrapartida, o dirigente da FTV, Luis D’Elía, que se recusou a orientar sua base a usar os bastões, encobrir o rosto e bloquear

totalmente as rodovias tal como havia sido acordado na assembléia (PACHECO, 2004), distinguiria o posicionamento do MTR e dos grupos que apoiaram os presos políticos denominando-os como os “maus piqueteros” em contraposição aos “bons” (SVAMPA; PEREYRA, 2003: 80). Distinção que dissimulava diferentes concepções das formas de luta e reproduzida pela mídia com o objetivo de desqualificar os grupos opositores<sup>83</sup>.

O plano de luta aprovado para os dias seguintes teve continuidade assim como a segunda assembléia (04/09/01), na qual não compareceram os MTDs. Chama a atenção que entre as medidas aprovadas neste encontro constava a indicação de uma terceira assembléia para o mês de outubro, com o objetivo de:

Constituir nesta mesma Assembléia uma Mesa de coordenação nacional. Do seu interior surgirá uma Mesa de Enlace com as centrais de trabalhadores. A primeira tarefa desta Mesa será, com a melhor disposição possível, buscar pontos de coordenação com as iniciativas elaboradas e postas em marcha pela Central de Trabalhadores Argentinos<sup>84</sup>.

A constituição da mesa de coordenação nacional e da sua articulação com a Central dos Trabalhadores Argentinos representava, sobretudo, os interesses da FTV, bem como da CTA, que desde a sua origem buscava a formação de um movimento político e social, tendo como apoio as organizações de base. Não podemos nos esquecer que esta assembléia ocorreu faltando um pouco mais de um mês para as eleições legislativas, neste caso, a inclusão desta proposta significava um avanço para a consolidação do projeto político da CTA, mas não

---

<sup>83</sup> É interessante observar como estereótipos desse tipo são incorporados em alguns casos pelos membros dos movimentos. O dirigente do núcleo da FTV de *Florencio Varela* nos relatou uma situação exemplar dessa incorporação: *“Um dia passou na tv um fato no Carrefour de La Plata. Um grupo de piqueteros queria ocupar o Carrefour e a polícia o reprimia e ele se enfrentava com a polícia. (...) Os companheiros começaram a me dizer: “nós somos piqueteros bons. Eu dizia: “o que é um piquetero bom e o que é um piquetero mau? Nós quando nos mobilizamos não escondemos a cara, não levamos paus e não fazemos bagunça. Em todo caso o que devemos fazer é perguntar para esse movimento porque faz essas coisas. Eu não concordo, eu penso que devemos sair com a cara descoberta, com a cara limpa... eu não concordo em sair com a cara tampada, mas quem sabe esses companheiros têm um motivo” (Pedro).*

<sup>84</sup> Documento: *Resoluciones de la II Asamblea Nacional de Organizaciones Populares, Territoriales y de Desocupados*, 04/09/2001 (Ver Anexo I).

necessariamente para os grupos minoritários, como MTR, *Pólo Obrero*, CUBa, entre outros, com perspectivas e alinhamentos políticos distintos<sup>85</sup>. Por isso, estas organizações decidem formar o *Bloque Piquetero Nacional*, com o objetivo de contrabalancear a hegemonia da FTV e CCC no espaço das assembléias e dar uma orientação de confrontação para as lutas. Como argumenta o principal referente do MTR:

Efetivamente nós colocávamos que para organizar [os trabalhadores] havia que estar na luta e dizíamos que, além disso, o método era (...) a luta intransigente. Isso nos levou a uma batalha, a propor a construção do *Bloque Piquetero*, para poder compensar a força de *La Matanza* [da FTV e CCC] (Sarmiento, MTR, grifos nossos).

A participação do MTR na formação do *Bloque Piquetero Nacional* juntamente com outras organizações vinculadas a partidos de esquerda (como o *Polo Obrero (Partido Obrero)* e o *Movimiento Territorial de Liberación (Partido Comunista)*), não o levou a incorporar, nos momentos prévios às eleições de 2001, uma visão da via eleitoral como a alternativa para a organização da classe trabalhadora naquela conjuntura. A mobilização se dava para os seus dirigentes pela organização de protestos e da confrontação realizada nas ruas por meio dos métodos de luta do movimento. A abstenção histórica do eleitorado nas eleições de outubro de 2001 confirmaria, segundo o depoimento do dirigente entrevistado, a análise feita sobre o encaminhamento das lutas naquela ocasião:

Para nós o centro para poder organizar o povo argentino passa pela luta nas ruas, não pela luta eleitoral. As pessoas estão distantes da [via] eleitoral. (...) Em outubro tem eleições e 35% da população vota em branco ou se abstém. [É] a primeira vez na história que (...) tanta gente vota em branco e se abstém. Foi a notícia no outro dia, a burguesia preocupada. Porque efetivamente a burguesia dava

---

<sup>85</sup> Nas resoluções deste segundo encontro seria divulgado um programa com os seguintes pontos reivindicativos: não pagamento da dívida externa; reestatização das Administradoras de Fundos de Aposentadorias e Pensões; renacionalização dos bancos e empresas estratégicas; cancelamento da dívida usurária dos pequenos agricultores; e a recusa ao governo “(...) *de salvación nacional, que é somente uma troca nas próprias filas dos ajustadores*” (Ver Anexo I). Este programa expressava de certo modo os interesses do grupo opositor à FTV e CCC.

conta que este grau de abstenção e de voto em branco que houve em outubro de 2001 estava prenunciando uma crise política fenomenal (Sarmiento, MTR).

Diante do que foi exposto cabe ressaltar que as assembléias e a concretização dos planos de lutas tornaram visíveis a capacidade de mobilização dos movimentos de desempregados e a sua abrangência em nível nacional, ao mesmo tempo em que solidificaram as suas diferenças internas, afastando as possibilidades da conformação de um espaço comum de organização. Podemos considerar a formação do *Bloque Piquetero Nacional* e da *CTD-Aníbal Verón* no transcurso dessas atividades como a consolidação de distintas posições políticas e ideológicas, muitas vezes antagônicas, aos do bloco representado pela FTV e CCC. Antagonismos que tenderiam a dividir ainda mais os movimentos a partir da crise de dezembro de 2001.

Nesse sentido, o entendimento das organizações sobre essa crise teria reflexos nos protestos e nas relações estabelecidas por cada uma delas com o governo. Os confrontos deflagrados nos últimos dias do ano e a entrada de um novo presidente após a renúncia de De la Rúa representariam para a FTV a possibilidade da renovação governamental e, conseqüentemente, da abertura de canais de participação nos espaços institucionais. Em contraposição, para o MTR, como parte do *Bloque Piquetero Nacional*, tratava-se de dar continuidade à radicalidade das lutas deflagradas em dezembro de 2001.

Após a rápida passagem de vários políticos pelo poder executivo, o senador Eduardo Duhalde assumiu a presidência em um cenário marcado por uma série de problemas de gravidade praticamente inédita: crise econômica, instabilidade política e intensa mobilização de diversos setores sociais.

No que diz respeito ao tratamento das reivindicações e das mobilizações dos movimentos de desempregados Duhalde propôs um novo programa de assistência social denominado *Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados* (PJJHD) e massificou a sua

distribuição para 2 milhões de beneficiários, com o objetivo de neutralizar os níveis de confrontação durante a sua gestão.

Juntamente com essa proposta o governo adotou uma postura de enfrentamento e de perseguição política dos grupos mais mobilizados e não dispostos a negociar uma “trégua social”, ou seja, reduzir os protestos. A criminalização dos movimentos sociais não apenas teve continuidade como ganhou uma maior dimensão com o aumento do número de militantes processados e com a sua extensão para diversos setores, como bem ilustra o caso das trabalhadoras da empresa recuperada *Brukman* (GÓMEZ, 2009; MASSETTI, 2006).

É interessante observar a busca de apoio por parte do governo entre os dirigentes sindicais abertos ao diálogo e as medidas instituídas em meados do primeiro semestre de 2002 atendendo demandas específicas do setor sindical. Já no início da sua gestão Eduardo Duhalde nomeou como Ministro do Trabalho o sindicalista municipal A. Atanasoff e anunciou a abertura de negociações com as centrais sindicais relacionadas à recomposição salarial e às proteções contra as demissões. Nesse sentido, parece-nos correta a análise de Gómez (2009), de que essas ações buscavam obter o compromisso e a aproximação dos dirigentes do sindicalismo tradicional, como também desarticular ações conjuntas entre o setor sindical e os trabalhadores desempregados. Nas palavras do autor (GÓMEZ, 2009, p. 180):

A intenção era clara: desativar a mobilização generalizada mediante o recurso de responder minimamente as demandas de desocupados, mas simultaneamente desconhecendo e erodindo as organizações e os líderes que as encabeçavam e retirando toda possibilidade de articulação com as demandas sindicais. Quer dizer, a estratégia consistia no que o Estado e as elites tradicionais (nucleadas na Mesa de diálogo argentino<sup>86</sup>) capitalizariam politicamente com a esperada melhoria derivada da universalização dos planos sociais (*Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados*) diluindo o protagonismo das inovadoras organizações *piqueteras* que tinham se multiplicado por quase todo o país.

---

<sup>86</sup> A Mesa de Diálogo correspondeu ao espaço de discussão criado pelo governo com o objetivo de buscar uma solução consensual para a crise social e política e foi composto por representantes de partidos políticos, entidades empresariais, religiosas, sindicais (CGT e CTA) e organizações não governamentais.

De acordo, então, com uma estratégia de “planes y palos” (BURKART et al, 2008), isto é, de concessões e repressão, o governo não a adotou de modo uniforme nas relações estabelecidas com os movimentos de desempregados. A concessão de um maior número de subsídios e a possibilidade de participação em espaços institucionais (Mesa de Diálogo e Conselhos Consultivos<sup>87</sup>) foram asseguradas de modo seletivo, especialmente para os movimentos maiores, e mediante a negociação da contenção das mobilizações. Entre estes, destacou-se a FTV, cuja postura adotada desde o início da nova gestão presidencial demonstrava o seu interesse em negociar com o governo e em participar dos espaços destinados à gestão dos planos sociais. Mas o posicionamento da FTV e a sua relação com o governo tampouco foi linear, pois variou ao longo do primeiro semestre, passando de uma postura pautada na “cooperação” (ARMELINO, 2008) mediante a negociação para a confrontação.

Cabe lembrar que a preocupação de todas as organizações logo no início de 2002 relacionava-se com o tipo de política assistencial que seria instituído e como seriam distribuídos os planos sociais, inclusive pelo fato destes não terem sido renovados com o fim da gestão de De la Rúa. Neste caso, o governo se reuniu pessoalmente em fevereiro com a FTV e CCC, acordando a entrega dos recursos econômicos (planos e alimentos) para os seus membros em troca de uma “trégua social”. Enquanto com o *Bloque Piquetero* e a CTD-AV as reuniões realizadas com o objetivo de negociar esta trégua não tiveram como interlocutor o presidente, mas sim funcionários do Executivo e das províncias, e não obtiveram um acordo; ao contrário, esses dois grupos adotaram a confrontação como estratégia de enfrentamento e radicalizariam as suas ações buscando pressionar o governo para as suas demandas (ARMELINO, 2008; BURKART et al, 2008).

---

<sup>87</sup> Em 2002 foram criados um Conselho Consultivo Nacional e vários conselhos municipais (compostos por representantes políticos locais, entidades empresariais e sindicais) aos quais caberia a função de gerir e distribuir os planos sociais. Com essa descentralização, o controle das organizações de desempregados na distribuição dos planos sociais reduziu significativamente, favorecendo a revitalização das redes clientelistas vinculadas ao Partido Justicialista (BURKART et al, 2008).

Em meados do primeiro semestre a implementação do novo plano de assistência social, denominado *Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados* (PJJHD), representou um marco tanto no âmbito das políticas assistenciais, por ter se constituído como um dos maiores programas assistenciais já adotados no país (MASSETTI, 2006), como no âmbito das organizações de desempregados, por ter reduzido o seu controle na distribuição dos planos com a transferência de 90% desses subsídios para os municípios. Caberia a estes, juntamente com entidades empresariais, religiosas e sindicais (exceto os movimentos de desempregados), compor os Conselhos Consultivos, criados justamente com o objetivo de administrar a distribuição dos planos sociais.

O governo buscava com a nova orientação dada ao *Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados* (PJJHD), enfraquecer o poder adquirido pelas organizações de desempregados com De la Rúa e reestabelecer o controle político e social sobre a distribuição das políticas sociais e, por conseguinte, sobre as relações estabelecidas entre demandantes e políticos locais, sobretudo na província de Buenos Aires. Ao contrário da tentativa de neutralizar o poder do PJ como havia feito De la Rúa, tratava-se neste momento de recuperar o poder deste partido, o que supôs:

(...) uma mudança na relação do governo para com as organizações de trabalhadores desempregados, na medida em que, por um lado, permite[ui] revitalizar a rede clientelar do PJ, em particular no ‘*conurbano bonaerense*’, e por outro, a massificação dos planos outorgados pelo governo muda[ou] o significado destes para as organizações de desempregados. Os planos eram entendidos como conquistas que as distintas organizações conseguiam através da sua presença nas ruas. Nesse sentido, um dos incentivos para participar deste tipo de organização era o acesso à ajuda social. Com o novo plano, este incentivo se dilui, já que não são as organizações que distribuem estes recursos senão os municípios. Isso implica para as organizações uma maior relevância das convicções ideológicas na hora de recrutar ou manter a adesão de seus integrantes (BURKART et al, 2008, p. 43-44, grifos nossos).

Para a FTV, essas alterações não a atingiram inicialmente, pois havia negociado em troca da “trégua social” o recebimento de uma importante quantidade de planos e a sua participação nos Conselhos Consultivos (apesar da participação das organizações de desempregados nestes espaços não ter sido planejada)<sup>88</sup>. A FTV suspendeu a “trégua” e assumiu uma postura crítica à política econômica e um distanciamento em relação ao governo somente quando este não cumpriu com a entrega dos planos sociais, devido às limitações encontradas na aplicação do novo programa social, as quais se deviam, segundo a justificativa de Duhalde, à insuficiência de recursos econômicos frente ao número inesperado de demandantes.

É interessante observar essa mudança da FTV à luz da proposta de D’Elía lançada em meados de 2002. Na avaliação deste dirigente se os movimentos de desempregados desejavam a criação de empregos, a única alternativa disponível era mudar o modelo econômico e, para isso, deveriam disputar o governo, já que os protestos garantiam apenas planos sociais; neste caso, propunha a formação de uma frente social e política (BURKART et al, 2008; VALES, 2002). Essa proposta decorreu da capacidade que a FTV teve ao capitalizar a seu favor da sua inserção nos espaços institucionais e, conseqüentemente, da relação direta com o governo e os diversos setores participantes; mas cabe lembrar o interesse que D’Elía passava a demonstrar em participar das próximas eleições como candidato a governador de Buenos Aires. A projeção da FTV na arena política não só a distanciou das outras organizações de desempregados como possibilitou a sua participação, por meio de D’Elía, nas eleições de 2003.

Em contraposição, as organizações menores e integradas no *Bloque Piquetero* e na CTD-AV obtiveram uma menor quantidade de subsídios com a perda de aproximadamente

---

<sup>88</sup> Não fez parte dos objetivos desta pesquisa analisar a relação da FTV com a CTA. De todo modo, ressaltamos com base no estudo de Armelino (2008), as contradições surgidas entre ambas à medida que a FTV assumiu posicionamentos que se distanciaram dos da direção sindical ao se inserir em espaços institucionais e ao assumir uma postura contrária à confrontação com o governo. A disparidade entre a FTV e a CTA aumentaria ainda mais, na ocasião das eleições de 2003.

70.000 mil solicitações<sup>89</sup> (BURKART et al, 2008: 44) e passaram a desconfiar da condução dada pelos Conselhos Consultivos à distribuição dos planos (ARMELINO, 2008).

A relação estabelecida pelo governo com esses dois grupos expressa o caráter seletivo da sua estratégia de “*planes y palos*”. Além do tratamento diferenciado no atendimento das reivindicações por planos sociais, Eduardo Duhalde procurou conter e minar a continuidade das lutas sociais por meio da ação repressiva; o momento culminante da repressão exercida sob as suas ordens ocorreu no protesto organizado pelo *Bloque Piquetero* e pela CTD-AV em 26 de junho de 2002. Este piquete tinha uma importância estratégica para os dois grupos porque resultava de uma reaproximação entre ambos no planejamento das mobilizações, que até então vinham sendo realizadas de modo separado por cada um; além disso, integrava um plano de luta a ser colocado em prática nas semanas seguintes e que incluía desde bloqueios das rodovias de acesso à Capital Federal, como ocupações de edifícios públicos, marchas e acampamentos por tempo indeterminado nas principais praças do país (BURKART et al., 2008). A aliança estabelecida buscava conformar uma nova relação de forças favorável para esses grupos e reivindicava desde planos sociais e entrega de alimentos, como também objetivos mais gerais (por exemplo, o fim do modelo econômico e a renúncia do governo Duhalde).

Ao tomar conhecimento do plano de luta Eduardo Duhalde ameaçou impedir os piquetes e concretizou sua ameaça deslocando as forças policiais para o ato que seria realizado na *Puente Puerreydón* (ao lado da estação de trem *Avellaneda*), que liga os municípios do sul da província com a cidade de Buenos Aires. A brutal repressão cometida neste dia resultou em mais de 100 feridos, 160 presos e na morte de dois jovens integrantes da

---

<sup>89</sup> No informativo *Noticias del Movimiento Teresa Rodríguez*, n.6, 28/08/02, é indicada uma perda de 100 mil planos.

CTD-AV, Maximiliano Kosteki e Darío Santillán, este assassinado a sangue frio<sup>90</sup>. O “*Massacre de Avellaneda*”, como se tornou conhecida a violência cometida contra os militantes – comparável à repressão dos tempos da ditadura – gerou um grande impacto na sociedade, a ponto do governo ser obrigado a antecipar as eleições presidenciais de 2003 e desistir de disputá-las. A marcha realizada no dia seguinte exigindo a renúncia do presidente como responsável pelos crimes reuniu mais de 12 mil pessoas e a manifestação realizada uma semana depois contou com o apoio de partidos políticos, organizações de direitos humanos, assembleias de bairro, como foi acompanhada com atos específicos em Madri, México e Paris (BURKART et al, 2008).

Os efeitos da repressão repercutiram para o conjunto dos movimentos de desempregados ao provocar uma divisão no interior da CTD-AV devido às discordâncias internas sobre as leituras das causas do massacre e das estratégias de mobilização, atingindo a aliança antes estabelecida com as organizações do *Bloque Piquetero Nacional*<sup>91</sup>. Tal divisão se estenderia à FTV com a ruptura da agrupação *Barrios de Pie* diante do tom das declarações de Luis D’Elía, concedidas um dia após o massacre, responsabilizando as lideranças dos

---

<sup>90</sup> Na internet encontram-se as imagens reais e a reconstituição dos crimes cometidos contra Darío Santillán e Maximiliano Kosteki, além do excelente filme “*La crise causó 2 nuevas muertes*” que mostra como a mídia (especialmente o jornal *Clarín*) procurou ocultar a responsabilidade do Estado pelos assassinatos e difundir a idéia das mortes como resultado de um confronto entre os próprios manifestantes. Entre os vários sites indicamos: <http://www.youtube.com/watch?v=O1YJw1R24xM&feature=related> (imagens reais) <http://www.youtube.com/watch?v=OTdkLo8vHx4&feature=related> (reconstituição dos assassinatos pela perícia), <http://www.youtube.com/watch?v=c4-yKh6zMCU&feature=related> (imagens da violência desmedida cometida pelas forças repressivas durante o ato). Em 2006 a justiça condenou à prisão perpétua os dois policiais assassinos, contudo, os movimentos permanecem reivindicando a punição dos responsáveis materiais, entre estes Eduardo Duhalde.

<sup>91</sup> Divergências relacionadas à condução das lutas após o massacre também surgiram entre as organizações que haviam convocado a mobilização de 26 de junho. Em *Noticias del Movimiento Teresa Rodríguez*, n.2, de 30/07/2002, é publicada uma carta à *Coordinadora Aníbal Verón* (CTD-AV), criticando-a pela sua decisão de realizar um piquete na data em que se completou 1 mês do massacre sem integrar as organizações que haviam convocado e protagonizado aquele ato, mas sim a CTA e a CCC: “*A unidade alcançada nesse dia [26/06/01] foi a consequência de outras atividades e lutas que nos encontraram juntos, antes enfrentando a política do Governo como também a política de outras organizações piqueteras que apostaram na trégua antes que na luta. (...) Não cremos que tenha sido uma decisão correta de vocês cortarem sozinhos, esquecendo-se que foram quatro as organizações que arriscaram a própria pele em 26 de junho e, embora os mortos pertençam a vossa Coordinadora, as centenas de feridos dos distintos grupos demonstra que foi um fato fortuito e que é um erro qualquer tentativa de apropriar-se dos mortos. Por último, não nos parece o melhor para cimentar a unidade, a atitude de vocês convocar junto à CTA e a CCC, antes que junto com quem protagonizou essa jornada*”.

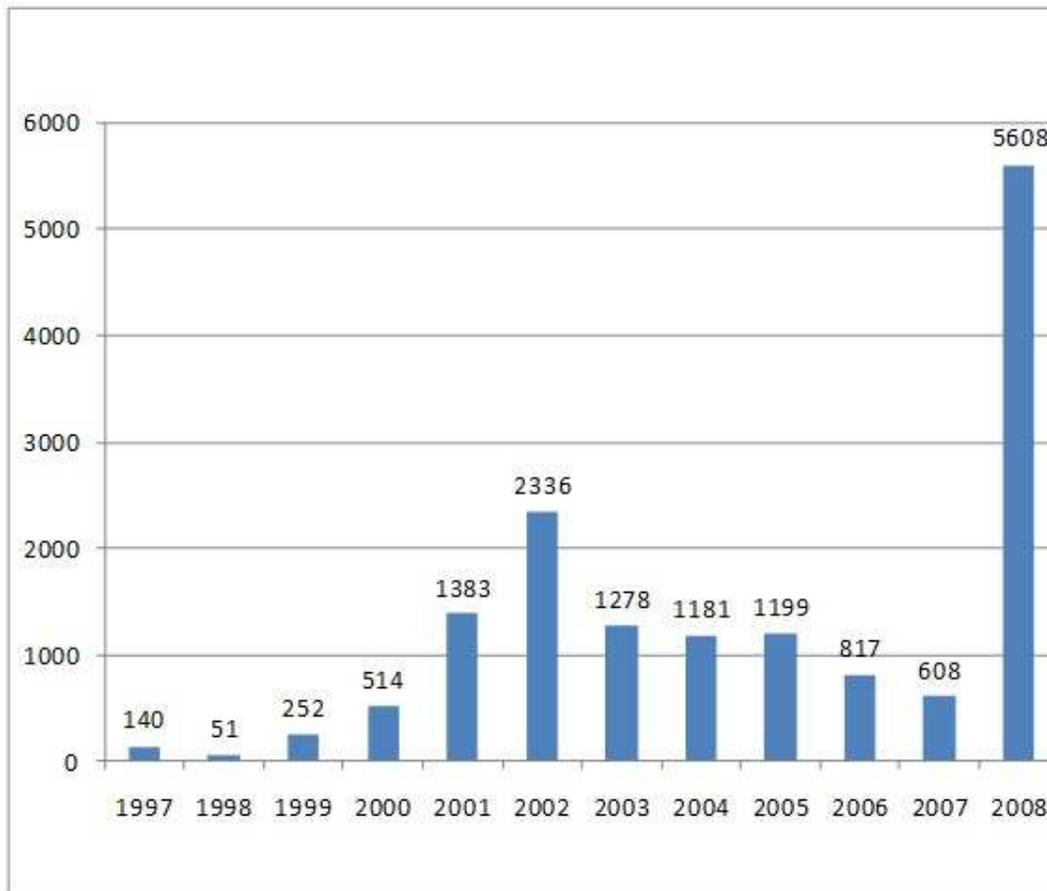
movimentos pelo ocorrido. Com isso o distanciamento da FTV em relação às demais organizações aumentaria ainda mais.

A partir desses acontecimentos houve uma redução dos protestos em decorrência da reorganização dos movimentos mais atingidos, como também da aplicação do novo plano social (PJJHD). Apesar disso, em 2002, ano caracterizado pelo alto grau de mobilização social, as organizações de desempregados destacaram-se entre os outros setores ao convocar a maior parte dos protestos (IÑIGO CARRERA, 2007).

Além dos inúmeros piquetes realizados no primeiro semestre de 2002, muitos contavam com a participação de milhares de desempregados, como ocorreu em um dos cortes organizados pelo *Bloque Piquetero Nacional*, em 11 de fevereiro, no qual compareceram 7 mil pessoas. Merece ser destacado o apoio de outros setores às organizações de desempregados, como pôde ser visto na marcha do dia 27 de janeiro, que contou com a presença de “(...) *15 mil desocupados da FTV e da CCC de La Matanza [que] caminham[ram] até a Plaza de Mayo e recebem[ram] ampla adesão e apoio de camadas médias. Esse apoio havia sido votado na Asamblea Interbarrial de Parque Centenário (que neste momento reunia mais de 1500 vizinhos [...])* (KLACHKO, 2005, p. 173).

O gráfico 2 sobre a evolução dos bloqueios de estrada e vias públicas pode ser tomado como referência para a análise do crescimento dos piquetes realizados pelas organizações de desempregados; embora não estejam discriminados os setores que os convocaram, os dados expressam a retomada e a importância deste método de luta nos confrontos desencadeados no final da década de 1990 e no início dos anos 2000. Para se ter uma noção, entre janeiro e julho de 2001, a cada 30 dias ocorreram em média 91 bloqueios de estrada no país (LA NACIÓN, 06/08/01). Precisamente neste último mês as organizações de desempregados foram responsáveis pela convocação de 184 piquetes, dos quais 48,9% no dia 31 (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 8), quando ocorreu a sua primeira jornada de lutas em âmbito nacional.

**GRÁFICO 2:**  
**Evolução anual dos "cortes de rutas" e vías públicas na Argentina ( 1997 - 2008)**



Fonte: Centro de Estudios Nueva Mayoría. Con 5608 cortes de rutas y vías públicas, el 2008 registró la mayor cantidad de cortes desde 1997. 28/01/09. Disponível em: <http://www.nuevamayoria.com>

Como procuramos mostrar, com a ampliação e a consolidação de diversas organizações nos anos 2000 e 2001, os protestos aumentaram, em decorrência das medidas e posicionamentos políticos adotados pelo governo De la Rúa, como também das alianças e articulações realizadas entre os movimentos à medida que se expandiram. Estes, provavelmente tiveram uma grande importância no aumento significativo verificado a partir de 1999 até 2002, ano em que os estudos (IÑIGO CARRERA, 2007) com dados mais

pormenorizados indicam o protagonismo das organizações de desempregados na convocação dos piquetes<sup>92</sup>.

Chama a atenção igualmente o significativo crescimento dos piquetes entre os anos de 2000, 2001 e 2002, dentre estes o maior pico registrou-se neste último ano, quando também os movimentos de desempregados realizaram o maior número de mobilizações. Em seguida a queda praticamente contínua até 2007 reflete, possivelmente, o recuo sofrido pelos movimentos de desempregados a partir da nova conjuntura que se iniciou com o governo de Néstor Kirchner (GÓMEZ, 2009). Embora 2008 não faça parte do período contemplado neste estudo, o salto dos cortes observado neste ano merece ser destacado por ter superado todas as séries, inclusive os dados mais expressivos registrados no período de grande crise no país (2001 e 2002); contudo, ao contrário dos anteriores, esses piquetes foram convocados pelo setor vinculado à agroindústria. Esse setor convocou 70% (3.979) do total de 5.608 bloqueios de estrada.

O aumento dos piquetes em 2002 após o momento culminante da política repressiva de Duhalde não teve como contrapartida um fortalecimento dos movimentos de desempregados, mas sim foi acompanhado por um processo de fragmentação que repercutiu sobre as formas de protesto, a capacidade de mobilização e a configuração das organizações.

Mesmo com a continuidade dos piquetes em 2002 e 2003, pouco a pouco este método de luta passaria a ser substituído por outros instrumentos de pressão, como as marchas e os acampamentos em praças públicas. A massividade característica das mobilizações realizadas no primeiro semestre de 2002 e, inclusive logo após a repressão de 26 de junho, perderia essa dimensão assim como o significativo engajamento dos desempregados. Mudanças que

---

<sup>92</sup> Segundo Iñigo Carrera (2007, p. 8, grifos do autor): “*Algumas das mobilizações convocadas pelas organizações que agrupam principalmente os desocupados (as chamadas ‘organizações piqueteras’) chegaram em 2001 a cumprir o mesmo papel articulador que têm as ‘greves gerais com mobilização’, convocando a milhares de trabalhadores ocupados e desocupados. A organização dos desocupados foi uma refutação prática do discurso que a considerava impossível nessa parte da classe operária: em apenas quatro anos realizaram um enorme avanço na organização sistemática da luta. Sua capacidade de convocação se estendeu ao ano 2002, mas foi perdendo peso nos anos seguintes.*”

contribuiriam com a reconfiguração das organizações posta em prática diante das rupturas produzidas no seu interior e da necessidade de reformulação das estratégias de luta ou mesmo dos alinhamentos político-ideológicos após o massacre de 2002 e frente à nova conjuntura aberta com a eleição de Néstor Kirchner, em 2003.

Com o anúncio da antecipação das eleições presidenciais as mobilizações passaram a ser canalizadas cada vez mais para a disputa eleitoral, ao mesmo tempo em que diminuíram paulatinamente (IÑIGO CARRERA; COTARELO, 2004). É interessante observar as diferentes interpretações dos movimentos a respeito desse momento político e as dificuldades expressas, a partir do segundo semestre de 2002 e início de 2003, na articulação de uma tática comum pelos grupos mobilizados em torno da consigna “*Que se vayan todos*” [Que partam todos], defendida inclusive pelas organizações de desempregados.

No texto intitulado “Breve Análise da Crise para o Ano Novo” (publicado no boletim eletrônico Noticias del Movimiento Teresa Rodríguez), o MTR discutia não apenas as fissuras e embates políticos na UCR e no Partido Justicialista (especialmente entre os políticos Duhalde e Menem) a poucos meses para as eleições, mas também chamava a atenção para os desafios que se colocariam para os movimentos de desempregados diante de um provável cenário de repressão e cooptação:

Dentro deste marco, onde a mobilização popular começou a recuperar um lugar preponderante na política argentina, o desafio do movimento piquetero será articular uma política capaz de enfrentar e dar resposta a mais provável combinação de repressão-cooptação. O discurso de Duhalde de 20 de dezembro [2002] – enquanto milhares [de pessoas] ganhavam as praças – deve ser entendido nesse sentido. O pedido para que os piqueteros se “somem” à tarefa social do governo de combater a fome aponta neste sentido. Conhecedor de que as reivindicações econômicas imediatas, se não se encontram enquadradas em uma estratégia de mudança social são passíveis de serem “assimiladas” pelo Estado, o governo se lança a esta nova tática (*Noticias del Movimiento Teresa Rodríguez*, n.24, 02/01/03; grifos do autor).

Por outro lado, a FTV apresentaria neste mesmo período um documento com a sua análise da crise e com os pontos principais da sua proposta de formação de uma frente social e política; segundo a sua concepção, caberia definir a crise como uma “mescla de perigo com oportunidade” que se apresentava tanto para os setores dominantes como para a população e, no caso desta, como uma alternativa para aprofundar a democracia, a divisão da riqueza e a defesa da soberania nacional, o que permitiria concretizar uma das aspirações da organização: “uma resolução democrática e pacífica da crise”. Dentro dessa perspectiva o controle do Estado por meio da via eleitoral se apresentaria como uma “chave” para garantir uma melhor qualidade de vida, desde que estivesse respaldado em um suporte organizativo que garantisse o cumprimento das decisões de um “futuro governo popular”. De acordo com o documento elaborado pelo Instituto de Estudos e Formação da FTV:

Nós entendemos o poder como uma mescla de construção e conquista de novos espaços para impulsionar com a máxima força possível a concretização dos interesses nacionais e populares. A partir desta perspectiva, o poder para o povo supõe organização de massas em todas as frentes, controle territorial, estruturas políticas democráticas e representativas, espaços institucionais. Portanto, enquanto não impedir o povo do seu direito de expressar-se democraticamente, incluimos na idéia de poder as contendas eleitorais para disputar todos os espaços possíveis, em um processo dialético de acumulação e conquista que nos possa levar ao controle do estado nacional. (Documento elaborado pelo Instituto de Estudos e Formação da FTV, 10/12/02, Ver Anexo III).

É possível perceber nos textos desses dois movimentos preocupações e perspectivas distintas. O MTR anuncia as possibilidades da cooptação diante de um cenário no qual as principais forças partidárias encontram-se internamente em crise, mas também a necessidade dos movimentos construir uma articulação que seja capaz de dar respostas aos resultados das disputas produzidas nesse cenário. A FTV indica a importância de disputar e conquistar novos espaços políticos pela via eleitoral, idéia coerente com a perspectiva do dirigente Luis

D'Elía em ocupar o governo como caminho para a mudança do modelo econômico, conforme apontamos antes.

Compreendendo que o voto representava o principal instrumento dos grandes grupos econômicos e do Estado para recriar o consenso e a crença da população nas instituições depois da crise de 2001 (VALES, 2003), o MTR defendeu no primeiro turno uma “participação ativa nas eleições” por meio do “voto programático” que consistia em inserir nas urnas um cartão com algumas reivindicações: contra o FMI, por Trabalho, Saúde, Educação e que “*se vayan todos*” (*Noticias del Movimiento Teresa Rodríguez*, n. 24, 26/04/03; LA NACIÓN, 11/03/03). Já no segundo turno propôs a abstenção eleitoral; na análise do movimento, Menem e Kirchner representavam interesses diferentes dos setores dominantes e utilizariam métodos distintos para representá-los, por isso os seus discursos se distinguem somente na aparência. Enquanto Menem concluiria a política posta em prática nos anos de 1990 deteriorando o que restou da educação pública e da saúde, Kirchner que era apoiado por Duhalde seria a continuidade deste governo. Segundo o boletim do movimento:

Como dizia o cartaz que uma companheira das assembléias levava na marcha do 1º de Maio, nos oferecem para eleger a câmara de gás ou a cadeira elétrica, mas as duas são a pena de morte. Sabemos que existem diferenças entre os dois candidatos, que representam distintos setores enfrentados da classe dominante. Mas em algo são idênticos: nenhum pensa em outra coisa que não seja garantir os interesses dos exploradores, ainda que não estejam de acordo em como fazê-lo. (*Noticias del Movimiento Teresa Rodríguez*, n.24, 11/05/03).

Na verdade, as propostas de abstenção eleitoral pelos grupos autonomistas vinculados a CTD-AV e por alguns partidos de esquerda, o “voto programático” do MTR e a apresentação de alguns candidatos por uma parte da esquerda não obtiveram o êxito esperado. Nem mesmo os índices de abstenção e de votos brancos e nulos tiveram a mesma magnitude verificada nas eleições de 2001 (BURKART et al, 2001). Porém, o mais curioso desse processo foi a candidatura de Carlos Menem e a sua passagem para o segundo turno

juntamente com Néstor Kirchner. O sistema político parecia dar sinais de retorno a uma certa “normalidade” distinta do que tinha sido visto há pouco mais de um ano, como também parecia ficar “(...) *comprovado que embora a sociedade argentina tivesse sofrido complexos processos de mudança, isso não incluía uma radicalização duradoura da maioria das classes subalternas*” (CAMPIONE; RAJLAND, 2006, p. 303).

A proposta da FTV tomou uma direção contrária ao de várias organizações ao incentivar a participação eleitoral e ao inserir-se na disputa pelo governo da província de Buenos Aires com a candidatura de Luis D’Elía. Após as experiências obtidas à frente do maior movimento de desempregados e da sua projeção política, esse dirigente passou a ver na nova conjuntura a oportunidade para lançar-se candidato a governador. Para tanto, realizou no âmbito da FTV uma campanha de afiliação que alcançou 120 mil inscritos (LUCESOLE, 2003; VALES, 2003) e tinha o claro objetivo de transformar esse número em votos. Por outro lado, aliou-se ao partido *Nueva Democracia* e estabeleceu acordos com outras forças de centro-esquerda conformando a *Frente Cambia Buenos Aires* (ARMELINO, 2008). Em entrevistas concedidas à imprensa afirmou que uma vez eleito não haveria mais piquetes e sim diálogo, porque “(...) *os piqueteros serão[seriam] os protagonistas da administração das políticas sociais*” (LUCESOLE, 2003).

Além dessa aspiração, D’Elía vislumbrou a possibilidade de criar o Partido dos Trabalhadores da Argentina e tornar-se o seu principal dirigente, porque segundo a sua visão, cabia transformar todo trabalho “territorial” acumulado em disputa institucional e poder político. Nas suas palavras: “*Se Lula chegou a ser presidente (do Brasil), por que outro trabalhador não pode iniciar um processo similar, na América Latina*”? (LUCESOLE, 2003). Daí a proposta de construção do PTA – *Partido de los Trabajadores Argentinos* –, a qual, mesmo tendo sido reprovada no congresso da CTA, não impediu que D’Elía a lançasse,

convicto da viabilidade de concretizá-la. Todavia, a falta de apoios partidários, dos setores populares e da CTA impediu o êxito eleitoral nas urnas e a conformação do novo partido<sup>93</sup>.

Em relação às eleições presidenciais, com a desistência de Carlos Menem de disputar o segundo turno, Néstor Kirchner tornou-se o novo presidente com uma campanha apoiada por Eduardo Duhalde e com apenas 22,24% dos votos, que expressava uma fraca legitimidade eleitoral. Com o objetivo de ampliar a sua base de apoio, Kirchner estabeleceu rapidamente contato com os setores mobilizados, especialmente com os movimentos de desempregados e com o sindicalismo mais combativo, inclusive diferenciando-se da estratégia de aproximação com os dirigentes sindicais tradicionais, como havia feito Duhalde. Em menos de duas semanas o novo presidente já havia se reunido com a maior parte das organizações de desempregados e “(...) *com dois meses várias delas começavam a somar-se à construção política ‘transversal’ do governo e inclusive da gestão estatal*” (GÓMEZ, 2009, p. 182, grifos do autor).

Procurando dar um tom de superação do neoliberalismo nas políticas sociais e econômicas e assumindo um discurso aparentemente progressista ao defender a renegociação da dívida externa e o desenvolvimento nacional autônomo, Kirchner conseguiu obter um amplo consenso entre vários setores e movimentos sociais (CAMPIONE; RAJLAND, 2006), em destaque os de direitos humanos, como as *Madres de Plaza de Mayo*. Um dos atos simbólicos com forte impacto político sobre esses grupos foi o pedido de desculpas na condição de Presidente pelos crimes cometidos durante a última ditadura e por ter existido no país um regime que impediu a democracia. A democratização das Forças Armadas e a depuração da Suprema Corte de Justiça somavam-se a esse ato demonstrando, ao menos inicialmente, que seria dado um tratamento diferenciado às questões relativas aos direitos humanos.

---

<sup>93</sup> A votação obtida por D’Elía não se aproximou de 1%, pois recebeu 43.834 mil votos em toda província de Buenos Aires (0,76%) e no distrito de *La Matanza*, 8.317 (1,9%) (ARMELINO, 2008, p. 166).

Logo no início do seu mandato Kirchner adotou algumas medidas destinadas a atender as reivindicações das organizações de desempregados, como a ampliação do número de beneficiários do *Plan Jefas y Jefes del Hogar Desocupados* para 2,2 milhões, além da criação de novos programas (programas de fomento a microempreendimentos produtivos e de construção de casas populares por cooperativas) (REBOSSIO, 2003). Além disso, indicou para o Ministério da Justiça uma pessoa que acabasse com a idéia de que um novo ciclo repressivo se iniciava para os movimentos. Em relação aos trabalhadores do setor privado determinou, por meio de decretos, três aumentos salariais durante o primeiro ano de governo, quando as reivindicações por reajustes salariais estavam começando a reaparecer, já que a principal demanda na ocasião ainda era a preservação do emprego (GÓMEZ, 2009). Neste caso, a estratégia de “antecipação do conflito” teria orientado, segundo Gómez (2009), as medidas relativas aos salários, pois dessa forma o governo apareceria frente a opinião pública como representante dos interesses dos assalariados, ao mesmo tempo em que não precisaria compartilhar com as direções sindicais o consenso obtido junto aos trabalhadores.

Se as estratégias adotadas inicialmente pelo governo objetivavam ampliar a base de sustentação e obter o consenso necessário que garantisse a sua governabilidade, elas adquiriram características específicas nas relações com os movimentos de desempregados. As análises enfatizam sobretudo a cooptação como um dos principais aspectos que orientaram as medidas adotadas por Kirchner em relação a esse setor. Estas, para Campione e Rajland (2006), corresponderam a uma “política explícita de cooptação” à medida que ofereceram às organizações uma participação na gestão estatal e uma inclusão em projetos políticos, criando um vínculo mais orgânico entre estas e o governo.

Para Svampa (2007; 2008) as estratégias implementadas buscaram “integrar, cooptar e disciplinar” os movimentos, sem fazer uso da repressão aberta repudiada pela própria sociedade. Neste caso, o presidente soube capitalizar a visão compartilhada por algumas

organizações sobre os horizontes políticos abertos com o seu governo, ao mesmo tempo em que lhes deu um tratamento privilegiado no acesso aos benefícios dos novos programas sociais e cargos em secretarias vinculadas à área social e comunitária. Para essa autora, a retórica anti-neoliberal de Kirchner em um contexto marcado pela emergência de governos de centro-esquerda na América Latina e suas afinidades com uma tradição nacional-popular indicavam para algumas organizações que elas se encontravam diante de um novo governo que promoveria um retorno ao peronismo histórico. Por outro lado, os movimentos mais mobilizados, com uma ação mais defensiva e de oposição à lógica de cooptação, estiveram sujeitos à disciplinarização que se intensificou ao longo do mandato sob a forma da criminalização.

Dentre as organizações que passaram a compartilhar a visão apontada acima se destacam a FTV e o *Movimiento Barrios de Pie* (RAJLAND, 2008), às quais se somaria o *Movimiento Evita*, criado em 2005 com o apoio do governo, tendo como slogan, “Com Kirchner, a esperança em movimento”. Enquanto a afinidade dos dirigentes do *Movimiento Barrios de Pie* ao projeto de desenvolvimento nacional autônomo de Kirchner ocorreu paulatinamente, até concretizar-se na integração de inúmeras lideranças em instâncias estatais (RAJLAND, 2008), na FTV essa afinidade e o apoio político ao novo governo explicitou-se durante a campanha eleitoral para o segundo turno e após o término das eleições, quando o dirigente D’Elía declarou a possibilidade de alinhar-se ao novo presidente: “*Se Kirchner mandar mensagens claras, vamos nos alinhar a um setor importante*”. E acrescentou: “*Néstor (...) pode ser para o movimento popular nosso Fernando Henrique Cardoso, o melhor presidente de transição*” (SUED, 2003).

Essas afirmações nos levam a pensar sobre como se configurou a cooptação e a institucionalização (SVAMPA; PEREIRA, 2003; CAMPIONE; RAJLAND, 2006). Segundo Svampa e Pereira (2003) a FTV apresentou desde a sua origem, inclusive nos trabalhos de

base realizados em *El Tambo*, uma tendência à institucionalização, ao aceitar participar de espaços institucionais. Se não podemos tomar esta participação, conforme adverte Paula Klachko (2007), como sinônimo de desmobilização ou de cooptação, já que tanto organizações oposicionistas demonstram disposição para participar desses espaços, como aquelas identificadas como “institucionais” podem manter um nível de mobilização, o que percebemos no caso da FTV é a consolidação dessa tendência na gestão Kirchner, seguida de sua cooptação<sup>94</sup> por parte deste governo.

Para que a cooptação se efetive são necessárias algumas condições que não se restringem às concessões materiais dirigidas para um movimento específico por parte da instância governamental, mas envolvem também medidas de caráter indireto, como por exemplo, ações tomadas pelo governo que proporcionem uma identificação em determinados grupos ou setores sociais (RAJLAND, 2008). Neste caso, se na gestão Duhalde a FTV havia se predisposto a diminuir as mobilizações e modificar as formas de protesto em troca de dividendos econômicos e da sua participação em alguns espaços institucionais, pouco tempo depois ela mudou sua postura, retomando os protestos, mesmo permanecendo inserida nestes espaços. Em contrapartida, na gestão Kirchner, além de se predispor a negociar, a FTV identificava-se com o governo, considerando-o como uma conquista das lutas populares contra o modelo econômico e político implantado no país; dentro dessa concepção, Kirchner seria a encarnação do líder político que promoveria uma transição na sociedade argentina e o fim da crise pela qual o país passou. Tal identificação contribuiu, então, para aproximar a FTV dos horizontes políticos do governo.

---

<sup>94</sup> Segundo Rajland (2008, p. 349) a cooptação corresponde, em primeiro lugar, a uma política ativa direcionada aos setores em luta e que se propõem a incorporar os setores mais adaptáveis à institucionalidade estatal e a dividir e isolar os grupos mais radicais que questionam o *status quo*. Nesse sentido, os efeitos das medidas simbólicas e materiais adotadas com a finalidade de facilitar a cooptação de um determinado grupo destinam-se a todo campo popular em geral, à medida que inscreve sobre este “(...) *fissuras que dificultam sua potencial ação comum*”.

É interessante observarmos o depoimento do dirigente do MTR a respeito da ligação entre Luis D'Elía e Kirchner:

(...) D'Elía, na realidade, nunca falou de nenhuma revolução. D'Elía sempre falou de lutar por melhorias para a classe trabalhadora dentro dos marcos do regime capitalista, jamais de socialismo, nem de marxismo, nem de independência de classe, nem nada. E mais: D'Elía sempre colocou que a luta deveria estar atada à luta dos pequenos e médios produtores. Essa foi a sua visão. Por isso que (...) dizemos que D'Elía é kirchnerista; não é porque o compraram, por mais que tenham grana. Eu digo que não! Não é porque ganhou grana, senão porque era sua concepção, ou seja, o que ele buscava era o homem que estivesse interessado no desenvolvimento do capitalismo independente na Argentina. Essa era a idéia de D'Elía. E encontrou Kirchner com o discurso do capitalismo nacional e se mete aí [no governo] (Sarmiento, MTR).

Já no primeiro encontro com o governo (junho/2003) a FTV juntamente com a CCC conseguiram a reestituição de aproximadamente 25.000 mil subsídios que haviam perdido no final da gestão Duhalde (VALES, 2003; ARMELINO, 2008). Posteriormente, estas duas organizações receberam a maior parte dos subsídios de três novos programas sociais criados com o propósito de reinserir os desempregados no mercado de trabalho. De sua parte, Kirchner obteve como resposta a diminuição dos protestos realizados pela FTV e pôde contar desde então com Luis D'Elía como um dos seus principais defensores públicos (SVAMPA, 2008) e o integrou como sub-secretário da Secretaria de Terras para a Habitação Social, em 2006.

De acordo com a estratégia “*ni planes, ni palos*” [nem planos, nem paulada] (REBOSSIO, 2003) algumas modificações na assistência social foram introduzidas com o lançamento dos programas: *Plan Manos a la Obra*, *Programa Federal de Emergencia Habitacional* e *Programa Arraigo*. O primeiro deles correspondia ao financiamento de 84 empreendimentos produtivos organizados por organizações sociais, entre estas, os movimentos de desempregados. O segundo estabelecia a construção de mais de 6 mil moradias por meio da conformação de aproximadamente 750 cooperativas de trabalho, nas

quais os beneficiários do *Plan Jefas y Jefes del Hogar Desocupados* seriam incorporados como parte da força de trabalho contratada para as obras, já que o programa objetivava incorporar desempregados no mercado de trabalho. O terceiro consistia na regularização de terrenos situados em assentamentos e favelas da Grande Buenos Aires.

Para se ter uma noção da distribuição desses programas entre algumas organizações de desempregados, em dezembro de 2003: a FTV possuía 80.000 mil planos sociais, 200 microempreendimentos, 300 “comedores” e tinha assinado um convênio para a construção de 1.200 moradias; a CCC dispunha de 45.000 mil planos e havia assinado um acordo para a construção de 900 moradias; em contraposição, o MTR recebia 5.000 mil planos e a *Coordinadora de Unidad Barrial*, 2.600 mil (CAPRIATA, 2003).

A disparidade na distribuição da política social provocou a retomada dos protestos por parte das organizações de desempregados opositoras e que tinham um acesso menor aos subsídios. Com isso, se acirrou ainda mais a divisão no interior dos movimentos e, em especial, o distanciamento da FTV devido a sua vinculação estreita com o governo. Após a maior marcha realizada nos primeiros meses do governo Kirchner, D’Elía ameaçou as agrupações envolvidas, afirmando que se necessário organizaria uma resistência contra as mesmas, inclusive “a tiros”, caso tentassem derrubar o governo (ARMELINO, 2008).

O antagonismo entre as orientações tomadas pela FTV e pelas organizações que permaneceram na oposição ao governo pode ser verificado nas mobilizações que organizaram ou participaram. Enquanto um dos protestos mais importantes realizado em 2004, que contou com 150 bloqueios de estrada em todo o país – desafiando a sentença judicial que considerou os bloqueios das vias de trânsito como delito – reivindicava a universalização e o aumento dos planos (de \$150,00 para \$350,00 pesos), D’Elía, em contraposição, participou no mesmo dia de um ato juntamente com o presidente, demonstrando o seu alinhamento com o governo e qualificando os protestos das demais organizações como um “disparate” (THIEBERGER,

2004). Alinhamento que se expressou igualmente na diminuição dos protestos realizados pela FTV. Embora esta redução tenha sido uma tendência geral verificada a partir de 2003 no conjunto do movimento, a FTV foi a que menos mobilizações realizou no primeiro semestre de 2004, segundo levantamento feito por Klachko (2005), tomando como referência quatro agrupações: em contraposição aos 79 protestos organizados no primeiro semestre de 2002, quando a FTV contava inclusive com o apoio de vários setores sociais e havia acordado uma “trégua” junto ao governo Duhalde, no mesmo período do ano de 2004 ela organizou somente 3 atos.

É interessante observar também as diferentes posturas e discursos dos movimentos após um ano de gestão Kirchner. Em 29 de junho de 2004 o MTR publicou no seu informe eletrônico uma “*Carta aberta ao movimiento piquetero*” e assinada por várias organizações vinculadas ao *Bloque Piquetero Nacional*, à *Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón*, entre outras. Esta carta avaliava os últimos 12 meses, denunciando a recomposição dos lucros dos bancos em oposição aos poucos recursos recebidos pelos trabalhadores, como também ressaltava, em meio a várias reivindicações, as lutas realizadas durante esse período com os trabalhadores ocupados e a importância da unidade da luta entre estes e os desempregados. Entre as demandas apresentadas nesta carta apareciam: universalização e aumento para \$350,00 pesos dos planos sociais; aumento salarial para todos os trabalhadores estatais, privados e aposentados; anulação da lei de flexibilização trabalhista; reestatização das empresas petroleiras e das companhias de energia sob o controle dos trabalhadores; fim dos processos de 4.000 militantes e da criminalização do movimento popular.

Lutamos por aumento de salários, aposentadorias e subsídios aos desocupados frente à carestia (...). Ao cabo de um ano de governo Kirchner, se recompôs os lucros dos bancos e capitalistas, mas não nossos magros salários. (...) As brigas internas do PJ, entre os governadores e o governo de Kirchner, refletem a

decomposição de quadrilhas que disputam distintos interesses capitalistas. Enquanto negam todo aumento salarial se comprometem com o ajuste constante e hipotecam nossas riquezas e recursos à banca internacional por gerações inteiras. É claro que se busca perseguir o movimento piquetero, mas se trata de uma perseguição a toda luta operária e popular. (...) A justiça que ampara o delito e as máfias policiais, que garantem a impunidade de quem saqueou e saqueia o país, é a mesma justiça e a mesma repressão que se exerce contra o movimento popular (*Noticias del MTR - CUBa*, n.29, 19/06/04).

Em contrapartida, nesta mesma semana a FTV em conjunto com *Barrios de Pie* e o *Movimiento de Trabajadores Desocupados Eva Perón*, denominados como setor “oficialista” dos movimentos de desempregados, lançaram o documento “*La hora de los pueblos*” na primeira Assembléia Nacional de Organizações Populares (que reuniu o Ministro do Trabalho, o Secretário Geral da Presidência e a Ministra do Desenvolvimento Social e cerca de 5.000 delegados de 53 agrupações de 20 províncias). Neste encontro, a FTV, por meio do seu principal porta-voz, fez um chamado em apoio ao governo nacional e pela construção de uma nova coalizão de forças. No documento lançado convocava-se “(...) ‘a unidade’ dos setores sociais, como o empresariado e os desocupados, a fim de ‘apoiar a mudança de rumo na política’, que, no seu entender, marca o governo de Néstor Kirchner e ‘coloca fim ao rumo dos últimos anos’” (*LA NACIÓN*, 21/06/04, grifos do autor).

As diferentes práticas e discursos aqui expostos demonstram em linhas gerais a conformação de dois campos divergentes que dividiu os movimentos de desempregados no que diz respeito à relação estabelecida por eles com o governo. Essa divisão, a despeito da heterogeneidade dos alinhamentos políticos-ideológicos e das concepções sobre as formas de organização da luta presentes nas organizações que integraram cada um desses campos, resultou, em certa medida, da ofensiva política de cooptação e de isolamento social posta em prática por Kirchner. Ofensiva que adquiriu, cada vez mais, uma maior importância dentre as estratégias adotadas ao longo da gestão com o objetivo de manter a base de apoio conformada e, ao mesmo tempo, de enfraquecer as tentativas de confrontação política.

Com o aumento das lutas sociais em 2004 e a maior integração entre os trabalhadores ocupados e desempregados em mobilizações contra as empresas de serviços públicos e em outras ações junto aos empregados públicos e às empresas recuperadas, o tratamento direcionado inicialmente às organizações de desempregados opositoras modificou-se, de modo significativo, dando lugar à repressão e à criminalização dos movimentos sociais.

A colocação em prática de uma ação repressiva contou com a inclusão no Ministério da Justiça de políticos provenientes do governo Duhalde, partidários de uma repressão seletiva e de uma judicialização dos protestos (GÓMEZ, 2009). A criminalização correspondeu a uma estratégia eficaz de desarticulação e deslegitimação dos movimentos, ao fazer uso do aparato coercitivo estatal para penalizar e contestar o caráter legítimo dos protestos, construindo uma imagem dos militantes políticos como criminosos ou delinquentes, qualificações que uma vez difundidas e incorporadas pelo senso comum tendem a colocar a sociedade contra tais movimentos.

A partir de 2003 a criminalização aprofundou-se e ganhou novas características com a abertura de processos de investigação de grupos opositores e com o agravamento das acusações; se antes os militantes eram incriminados por resistência à autoridade ou obstrução do trânsito, eles passaram a sofrer denúncias mais graves, como privação ilegítima da liberdade, coação agravada, entre outras, cujo objetivo era transformar a detenção em prisão preventiva (SVAMPA; PANDOLFI, 2004). Somente em 2007 havia 3.000 mil militantes dos movimentos de desempregados sendo processados no país por “perturbação à ordem” ou “danos ao patrimônio”, conforme dados apresentados pelo diretor jurídico da CTA, Horácio Meguira (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/10/07); os quais indicam que o recurso a processos judiciais estava se conformando como uma política de Estado.

As diversas tendências existentes entre as organizações situadas no campo da oposição não conseguiram convergir na construção de uma contra-ofensiva à criminalização e ao

isolamento ao qual estiveram sujeitas. A dificuldade de conformar uma unidade política parece ter resultado, entre outros fatores, da interpretação feita sobre o governo Kirchner como continuidade dos seus antecessores, o que dificultou a reação e a elaboração por parte dessas organizações de formas de ação e estratégias que impedissem o recuo e a fragmentação que as acometeram. O MTR, embora tenha apresentado diferenciações, acabou dando para a sua interpretação um tom de continuísmo que se articulava com a idéia “*que se vayan todos!*”.

No entanto, o governo Kirchner não se caracterizou como mera continuidade dos governos anteriores. Em primeiro lugar, de acordo com sua perspectiva de ampliar sua base de apoio e conter os enfrentamentos sociais, buscou estabelecer diálogo com o amplo leque de organizações de desempregados e com os sindicatos considerados mais combativos, deixando de lado os dirigentes vinculados à CGT. Em seguida, além dos aumentos salariais e da quantidade dos planos sociais, anunciou a implementação de novos programas sociais justificando-os com base em idéias defendidas pelos movimentos, como por exemplo, a necessidade de retomar a “cultura do trabalho” e a introdução de “trabalhos genuínos”.

Tais medidas vieram acompanhadas de uma retórica progressista quanto à orientação que seria dada ao modelo político-econômico, bem como em relação ao reconhecimento da legitimidade das lutas sociais e do direito de “protestar em paz” (THIEBERGER, 2004), produzindo a adesão de diversos setores sociais que se viam reconhecidos nas ações do governo e a integração de vários movimentos que começaram a participar da gestão pública. Isto significa que a nova conjuntura política iniciada com o mandato presidencial de Néstor Kirchner trouxe novos elementos descontínuos (e talvez inesperados) com o que apontavam alguns diagnósticos.

Em meio a essas mudanças, entre 2003 e 2005 alguns indicadores pareciam demonstrar mudanças importantes no cenário econômico: crescimento em torno de 19% do emprego e em 25% do produto interno bruto (PIB); aumento do salário mínimo de \$200,00

para \$630,00 pesos; como também uma diminuição da taxa de desemprego aberto de 20% no primeiro trimestre de 2003 para uma taxa média anual de 11% em 2005; (GIOSA ZUAZÚA, 2007, p. 39; 42). No entanto, por trás desses dados que indicavam uma descontinuidade na situação econômica estavam latentes aspectos que davam prosseguimento às características do mercado de trabalho no decorrer da década de 1990, como a segmentação salarial e a precarização das condições de trabalho.

O crescimento do emprego verificado no período correspondeu a empregos precários, isto é, sem registro em carteira e sem os direitos assegurados aos registrados: entre 2003 e 2004, eles representavam 63% do total de postos de trabalhos criados e 45% em 2005. Em relação aos aumentos salariais é possível perceber que foram mais significativos para os trabalhadores registrados do setor privado, ultrapassando em 2005 a desvalorização sofrida em 2001; contudo, para os funcionários públicos e os trabalhadores não registrados, cuja proporção cresceu no período, a melhoria salarial foi pouco significativa, mantendo-se muito abaixo do poder de compra gozado por esses grupos antes da crise de 2001 (GIOSA ZUAZÚA, 2007).

Nesse sentido, ao longo do mandato certos discursos e posturas tonaram-se ambíguos e ganharam outra orientação com a intensificação do processamento de militantes, com a diminuição dos planos sociais e com as tentativas de incorporar à base de apoio do governo os setores até então não integrados; como por exemplo, o sindicalismo tradicional vinculado a setores importantes do justicialismo e, posteriormente, os grupos mais conservadores do peronismo e os chamados “radicais K”, provenientes da União Cívica Radical (UCR), com os quais seria conformada uma aliança política para disputar as eleições presidenciais de 2007 (SVAMPA, 2008).

Em relação a essas mudanças que indicam uma continuidade com práticas anteriores, é importante perceber as suas nuances específicas, uma vez que Kirchner soube conformar uma

nova correlação de forças com a participação ativa de movimentos sociais, que passariam a atuar a seu favor como “verdadeiras forças de choque” (RAJLAND, 2008, p. 350), ao direcionarem sua capacidade de mobilização contra os setores de oposição ao governo<sup>95</sup>. É importante salientar que as alianças políticas constituídas com a finalidade de assegurar a eleição de Cristina Kirchner desfez as expectativas de uma parte dessas organizações de desempregados que vislumbravam, dentro do que seria esse “governo em disputa”, a possibilidade de uma mudança política (SVAMPA, 2008) ou a construção de uma “transversalidade”, por meio da integração de outras forças sociais não diretamente ligadas à hierarquia do partido, tal como havia sido proposta pelo presidente.

A aproximação e a aliança com políticos vinculados a Menem e aos setores conservadores do justicialismo desconstruíram as perspectivas dessas agrupações de disputar e ocupar espaços de poder sem a interferência do Partido Justicialista, como também de renovar o sistema político. Um dos exemplos dessas dificuldades ocorreu com a renúncia de Jorge Ceballos – principal liderança do *Movimientos Barrios de Pie* –, do cargo de subsecretário de Organização e Capacitação Popular, por ter sido impedido pelo dirigente do PJ de lançar-se como candidato a prefeito de *La Matanza* sob o amparo da sigla deste partido. Como nos relatou o dirigente do MTR:

Kirchner falou com toda a parte do PJ e isto levou que um dos diretores [do Ministério] de Desenvolvimento Social que é membro do [*Movimiento*] *Barrios de Pie* renunciasse antes de ontem, mesmo assim segue fazendo campanha para Cristina. O fato de ter renunciado revela a crise que existe... todos os prefeitos do *conurbano* e governadores do interior são a classe que segue roubando há anos, ou

---

<sup>95</sup> Um exemplo significativo da atuação das organizações de desempregados como “forças de choque”, tal como expresso por Rajland (2008), ocorreu em 2005, durante o boicote à empresa Shell. Dois dias antes de anunciar o boicote, o presidente convocou uma reunião urgente com alguns movimentos para organizar os atos que seriam realizados contra a decisão da empresa em reajustar 2,6% e 4,2% os preços dos combustíveis. Entre os movimentos diretamente envolvidos na organização dos piquetes realizados nas estações de serviços, nos escritórios e na sede central da Shell estavam: *Movimientos Barrios de Pie*, *Movimiento Evita*, *Movimiento Resistir y Vencer*, *Red Social Patriótica Lito Borello*, *Frente Transversal* (organizada pela CTA) e FTV. Na ocasião D’Elia afirmou: “*No vamos permitir este golpe de mercado que tenta sabotar a política do governo*” (VALES, 2005; CANTON, 2005).

seja, não tem roubo, não tem corrupção de que eles não tenham participado. E Kirchner veio com toda a promessa da transversalidade, de mudar a política e dialoga com eles [políticos justicialistas] (Sarmiento, MTR).

Nesse sentido, frente à campanha eleitoral de 2007 e ao novo cenário político que se iniciaria com a provável presidência de Cristina Kirchner, não havia um consenso nas avaliações dos representantes das duas organizações pesquisadas sobre os rumos dos movimentos de desempregados e da resolução dos impactos da crise econômica e política de 2001, ainda presentes na sociedade. Na análise do dirigente do MTR, o governo tentaria desarticular os movimentos e passaria por um giro conservador, provocando a curto prazo, a diminuição dos salários, dos empregos e, a longo prazo, uma crise com proporções semelhantes à desencadeada em 2001. Segundo os seus prognósticos:

Nesse processo estarão empenhados em terminar de desarticular o movimento de desocupados. (...) [Mas] não puderam destruir no momento que tiveram maior consenso, acredito que muito menos agora que vão sofrer uma forte perda de consenso (Sarmiento, MTR).

Enquanto para o deputado estadual e secretário nacional de formação e capacitação da FTV a resolução da crise de 2001 ainda estava em curso e seu término dependia da continuidade e do aprofundamento das mudanças introduzidas nos últimos anos. Daí o seu apoio à candidata Cristina Kirchner.

[A crise de] 2001 não terminou. Se não se encaminha como temos que encaminhar o processo que estamos levando, essa crise volta e será mais grave. Por quê? Porque a representação segue falha. Na Constituição tem um artigo que diz que o povo não governa e nem delibera sem seus representantes; o problema é que se não mudamos a representação estamos perdidos, porque a maioria que está, estava em 2001. Sabe essa frase “Que se vão todos”? Não foi quase nenhum e estão voltando todos. (...) Então, ou vamos mudando seriamente a representação (...) ou a crise reaparece de uma maneira mais grave e mais profunda. Estamos em uma situação delicada, por isso para mim tem que se votar na Cristina [Kirchner]. Mas tem que aprofundar essas mudanças que tentaram fazer (...); ou as aprofundam e muda seriamente a distribuição da riqueza ou [em] 2,3,4 anos volta a crise (José, FTV).

Embora o depoimento acima expresse a orientação da FTV em apoiar Cristina Kirchner, isto não significa que ela seja consensual no interior do movimento, como se explicitou na entrevista com o dirigente do núcleo de *Florencio Varela*:

Eles [membros da FTV] têm transmitido muitas vezes que querem que se participe de fato da política partidária “Frente para a Vitória”. Este grupo [núcleo], e me responsabilizo pelo que digo, [porque] foi uma decisão coletiva, nós decidimos não participar porque não sentimos que a “Frente para a Vitória” nos represente, a despeito de estarmos de acordo com algumas políticas que tomaram. Mas a distribuição da riqueza ainda está à espera (...). Nós não concordamos em participar e muito menos como se tomou a decisão de participar da Frente para a Vitória. (...) Não houve uma discussão coletiva. (Pedro, dirigente do núcleo da FTV de *Florencio Varela*).

Com base na discussão desenvolvida neste item sobre a trajetória dos movimentos de desempregados e as ações das organizações pesquisadas nos governos de Menem (1995-1999), Fernando de la Rúa (1999-2001), Eduardo Duhalde (2002-2003) e Néstor Kirchner (2003-2007), podemos perceber as principais alterações na relação estabelecida por cada um deles com as organizações de desempregados. As medidas adotadas em cada conjuntura exerceram diferentes impactos sobre as estratégias e reivindicações, bem como sobre os momentos de avanço e recuo dos movimentos.

As gestões de Menem e De la Rúa corresponderam à fase de constituição e desenvolvimento de uma nova forma de organização dos desempregados, cujas lutas expressaram nesses anos um maior potencial contra-ofensivo, inclusive por conta dos objetivos políticos manifestos, como por exemplo, a renúncia de governadores, ministros e do próprio presidente. A combatividade expressa nos piquetes que se difundiram sobretudo a partir de 2000 veio acompanhada por uma grande capacidade de mobilização.

Na seqüência da crise de dezembro de 2001, os protestos se intensificaram no primeiro semestre de 2002, ao mesmo tempo em que o governo de Eduardo Duhalde procurou minar os

embates, por meio de uma política repressiva declarada, e interferir na capacidade de organização dos movimentos por meio da redução do controle sobre os planos sociais. Se até a gestão de De la Rúa predominava entre os movimentos uma postura de confrontação ao governo, a partir de 2002 começaram a ser pauta de negociação a redução dos protestos em troca de determinadas demandas. Com isso, as divisões ideológicas e políticas existentes no conjunto do movimento ganharam cada vez maior expressão, consolidando-se na presidência de Néstor Kirchner, que soube conformar uma nova coalizão de forças, contando com o apoio de importantes agrupações de desempregados.

Nesse período (2003-2007), as organizações que não aceitaram integrar-se aos canais institucionais estatais, passaram por um processo de refluxo que repercutiu na reelaboração das estratégias de organização e na reconfiguração de algumas delas. Isto ocorreu especialmente com as organizações independentes, como é o caso do MTR e dos MTDs. Parte dos MTDs, caracterizados pela sua identificação com o autonomismo, formaria em 2004, uma Frente multisetorial, composta pelos movimentos de desempregados, como também por estudantes e trabalhadores ocupados, denominada *Frente Popular Darío Santillan* (FPDS). Segundo o depoimento de uma referente:

O governo assume com uma política [que] algumas organizações não vêem como uma continuidade, mas tampouco nós nos sentíamos representados. Os primeiros anos de governo nos mostraram uma mudança muito profunda, tampouco era o que é agora. Cada vez [Kirchner] mostra mais o que é. (...) Sozinhos, cada um dos movimentos não iriam existir mais. Por quê? Porque a pressão do governo aumentou ainda mais. E de fato o fez. Então, você teria que se unir (Beatriz, referente da FPDS, 12/09/2007).

A FPDS pode ser considerada como fruto da necessidade de reação à crise que atingiu o movimento a partir da correlação de forças configurada com o novo governo. Mas, ao mesmo tempo, essa necessidade não parece ter surgido somente em decorrência do recuo, mas da reflexão sobre que projeto se desejava construir e como colocá-lo em prática. Daí a busca

por organizar efetivamente outros setores sociais e não apenas os desempregados. O MTR, embora desde a sua origem tenha como preocupação envolver os trabalhadores ocupados, teve maior dificuldade para saná-la e para colocar em prática ações efetivas que atendessem os seus objetivos políticos. Reflexão presente também no MTR, que teve uma maior dificuldade para concretizá-la<sup>96</sup>, no sentido de envolver os trabalhadores ocupados e colocar em práticas ações direcionadas para os seus objetivos políticos.

Portanto, no próximo item passaremos a discutir com mais detalhes a introdução das políticas sociais como principal forma de intervenção por parte do governo para fazer frente aos efeitos do desemprego e a centralidade adquirida pelas mesmas dentre as reivindicações dos movimentos de desempregados. Ao longo dessa discussão destacaremos as experiências de trabalho cooperativistas desenvolvidas pelo MTR e FTV a partir do acesso aos programas sociais implementados a partir de 2003.

---

<sup>96</sup> Durante toda a sua trajetória o MTR sofreu repressões com impactos negativos para a mobilização. Mais recentemente o movimento tem sido alvo da criminalização dos seus membros e, em especial, do seu principal dirigente entrevistado por nós, preso desde maio de 2010, um ano após ter sido expedida sua ordem de prisão, por “arrogância ideológica”, entre outras acusações, algumas decorrentes de uma manifestação realizada em 17 de maio de 2009. Nesta data, enquanto se comemorava na cidade de Buenos Aires o sexagésimo aniversário de Israel, o MTR participou de um ato de repúdio aos crimes cometidos por este país. Na ocasião a polícia reprimiu o protesto, prendeu 5 integrantes e, posteriormente, mais 10 após uma apreensão feita na sede do movimento (MTR, 2010). Todos foram libertados somente passados 2 meses. Depois de várias mobilizações e ações organizadas reivindicando a liberdade desse dirigente, que é a principal referência nacional da organização, ele iniciou uma greve de fome no dia 10 de novembro. De acordo com o artigo 213 do Código Penal argentino, a “arrogância ideológica” consiste no crime de organizar agrupamentos que têm por objetivo “(...) *impor suas idéias ou combater as alheias pela força ou o temor, pelo simples fato de ser membro da associação (lei. 20.642)*” (HARKIN, 2009) e pode ser punida com 3 a 8 anos de prisão (Ver: <http://judiosantisionistasargentina.blogspot.com/2009/06/criminalizar-las-criticas-israel.html>). O exemplo da criminalização do MTR e de seu principal dirigente evidencia que a defesa aos direitos humanos, apresentada como uma das marcas dos governos Kirchner, ainda é parcial e seletiva. Os impactos da criminalização do MTR e de outros movimentos sociais são evidentes: a criminalização atinge sua capacidade de mobilização ao afastar de sua base trabalhadores atemorizados pela violência política exercida pelo governo, exige dos seus quadros um maior esforço na condução das lutas e interfere no trabalho de base, à medida que o fim do processo e a liberdade dos militantes presos tornam-se um dos objetivos fundamentais das mobilizações.

#### **4.4 – Os limites e contradições das políticas sociais para a mobilização dos desempregados**

Ao longo deste capítulo fizemos referência em diversas passagens aos planos sociais que se tornaram uma das principais reivindicações dos protestos realizados pelos movimentos de desempregados. Para compreendermos a difusão e a importância obtida pelos planos como demanda central das organizações devemos considerar não apenas os efeitos do desemprego massivo causado por uma desindustrialização de longo prazo e pelo conjunto das políticas neoliberais, mas também o significado obtido pelas políticas sociais em meio à flexibilização dos direitos trabalhistas e à desestruturação do sistema de proteção social.

O crescimento do desemprego na Argentina foi acompanhado por um duplo processo de precarização das relações de trabalho e pela ausência de um sólido sistema de proteção social voltado para os desempregados. Somente a partir de 1991 implantou-se no país um seguro-desemprego ao qual teve acesso apenas uma pequena porcentagem de trabalhadores provenientes do setor formal, o que evidenciou a sua ineficácia como mecanismo de proteção em uma conjuntura marcada por taxas exorbitantes de desemprego. Frente à degradação das condições de vida e ao empobrecimento crescente, tornou-se cada vez mais emergencial a resolução da sobrevivência de amplas parcelas da população desempregada.

A resposta estatal para esse problema e para a intensificação das lutas sociais consistiu na implementação de políticas sociais de caráter assistencial, tomando como referência a orientação dada aos programas sociais ao longo dos anos de 1980. A partir da introdução, em 1985, do *Plan Alimentario Nacional* (PAN), durante o governo Alfonsín, as políticas sociais receberam uma orientação focalizada e descentralizada. Nesse sentido, uma das novidades do PAN foi o fato de ser um plano nacional contra a pobreza, de caráter transitório e centrado na distribuição de caixas de alimentos por meio dos municípios e de suas redes vinculadas aos bairros (MASSETTI, 2006). Mas, além dessas características, as políticas sociais passaram a ser destinadas para os moradores dos bairros por meio da intermediação de organizações

comunitárias (MERKLEN, 2005). Estas, de acordo com as estratégias adotadas pelo Partido Justicialista, foram incorporadas ativamente enquanto intermediárias na aplicação das políticas sociais e na aproximação do PJ junto aos setores populares.

A focalização do gasto público iniciada nos anos de 1980 em substituição à aplicação de políticas sociais universais ocorreu concomitante à transformação organizacional do Partido Justicialista e à conformação de uma nova prática entre a sua base e dirigentes políticos. A partir de 1986 o PJ deu início à modificação dos mecanismos de participação sindical no seu interior (como o sistema de “terço” mencionado antes) com o objetivo de diminuir a dependência do partido em relação aos sindicatos e desenvolveu uma nova forma de intercâmbio político entre os seus dirigentes e as bases sociais, pautada na troca de recursos estatais por apoio político e votos (DELAMATA, 2004).

O controle e a utilização de recursos financeiros com a finalidade de ampliar a base de apoio tornou-se uma prática comum dos políticos à frente dos governos nacional e provinciais, ao mesmo tempo em que possibilitou um tipo de intervenção do peronismo nos bairros baseada na resolução pontual e com um forte teor clientelista de problemas relacionados à sobrevivência dos moradores. Aos militantes de bairro vinculados ao partido ou aos *punteros políticos* (cuja função consistia em obter apoio ou voto para um determinado candidato) coube a tarefa de intervenção direta nos setores populares por meio da distribuição de alimentos, recursos materiais ou mesmo empregos, difundindo uma forma de assistencialismo que buscava fortalecer a identificação política dos moradores não apenas com políticos específicos, mas com o próprio peronismo. Segundo o argumento de Delamata (2004, p. 19): “(...) o peronismo passou de partido vinculado à classe trabalhadora através de suas organizações sindicais, convertendo-se em um partido vinculado aos setores pobres através de redes territoriais e clientelistas, nutridas e conectadas mediante o uso de recursos econômicos estatais.

A difusão dessas práticas e da orientação focalizada das políticas sociais ocorreu, sobretudo, com Eduardo Duhalde à frente do governo provincial de Buenos Aires (1991-1999) e com a entrada de Menem na presidência, produzindo nas organizações de bairro uma dependência cada vez maior em relação à ajuda do Estado, subordinando-as muitas vezes às estruturas clientelistas do partido (SVAMPA; PEREIRA, 2003).

Um dos exemplos da combinação entre focalização das políticas sociais e essa nova forma de intervenção praticada pelo partido foi a implementação por Eduardo Duhalde do programa de assistência alimentícia denominado *Plan Vida*. Como governador de Buenos Aires, Duhalde conseguiu mediante o controle dos recursos do Estado, criar a maior rede assistencialista vinculada ao peronismo e deu origem a uma nova figura social, que coexistiu com *punteros políticos*: as “*manzanas*” (SVAMPA; PEREIRA, 2003; DELAMATA, 2004). Isto é, mulheres que *voluntariamente* faziam o levantamento das famílias com crianças de até 6 anos de idade nos bairros pobres, para as quais distribuía diariamente leite, cereais e ovos, obtidos do *Plan Vida*, programa que inicialmente atendeu 500 mil pessoas. Mesmo não tendo necessariamente uma relação formal com o partido justicialista, na prática essas mulheres eram recrutadas das redes informais existentes nos bairros e vinculadas ao partido; em 1996 havia 13.000 mil *manzanas* e 30.000 mil em 1999 (DELAMATA, 2004, p. 17).

Seguindo essas novas orientações que procuramos apontar, o governo implementou vários programas emergenciais de ocupação transitória, entre os quais destacou-se o *Plan Trabajar*, desenhado, monitorado e financiado pelo Banco Mundial, que teve também três versões diferentes e uma duração maior que outros programas criados no período<sup>97</sup>. Em suas diferentes versões o plano consistiu na concessão de um subsídio de \$200 pesos por 6 meses (com possibilidade de renovação) para desempregados em condição de pobreza e em troca de uma contraprestação, que consistia na realização de trabalhos de infra-estrutura em

---

<sup>97</sup> Em 1996, quando se introduziu o *Plan Trabajar*, 31 programas de emprego estavam sendo executados no país (GOLBERT, 2004, p. 22).

estabelecimentos públicos e de assistência comunitária por 4 horas diárias (GOLBERT, 2004). A seleção dos beneficiários e a distribuição dos subsídios cabiam aos municípios e ONGs, que tivessem apresentado projetos de melhoria urbana ao Ministério do Trabalho.

O *Plan Barrios Bonaerenses* implementado pela província de Buenos Aires correspondeu a um dos planos reivindicados pelos movimentos de desempregados dessa região. No que diz respeito aos seus aspectos operativos este plano reproduzia o *Plan Trabajar* e quanto à escolha dos beneficiários, cabia aos municípios a pré-seleção e a um órgão do Estado a seleção final. Neste caso muitas vezes a pré-seleção seguiu critérios clientelistas, possibilitando que políticos locais ou *punteros políticos* considerassem nesta pré-seleção pessoas vinculadas às suas redes.

A descentralização dos planos para os municípios possibilitou que estes passassem a monopolizar os critérios de seleção dos beneficiários, tornando-se uma das principais dificuldades enfrentada pelas organizações de desempregados, o que as levou a reivindicar no governo De la Rúa o direito de administrá-los e distribuí-los.

Os critérios utilizados na formatação dos planos sociais deram continuidade às orientações neoliberais relacionadas à focalização dos gastos sociais e à idéia de empregabilidade, porque, além de outros fatores, a concessão do subsídio não estava ligada exclusivamente à situação de desemprego do trabalhador, mas dependia também da demonstração de más condições de vida e da situação de pobreza (MANZANO; ÁLVAREZ, 2007); por outro, a obrigatoriedade da contraprestação dos beneficiários era concebida como uma forma de aumentar a empregabilidade dos mesmos à medida que participassem da execução de atividades vinculadas a projetos de melhoria urbana; concepção que na prática provavelmente não se efetivou quando a gestão dos planos e dos projetos estava sob a responsabilidade dos municípios e considerando que parte dos trabalhos realizados referia-se à execução de tarefas manuais, que não exigiam ou proporcionavam necessariamente uma

maior qualificação aos beneficiários (por exemplo, alguns dos nossos entrevistados mencionaram que haviam realizado serviços de limpeza, consertos e pinturas). Na verdade, a alusão à empregabilidade parece ter reproduzido muito mais uma retórica destinada a respaldar a aplicação dos planos sociais como “planos de emprego”, já que estes não incluíam, além do valor do subsídio, os direitos trabalhistas garantidos nos empregos registrados.

Mas, a despeito do caráter assistencial e focalizado dos planos, grande parte das organizações de desempregados e, especialmente, da sua base social, os considerou como um “direito adquirido” pelo qual se deveria lutar (SVAMPA; PEREIRA, 2003). Desde o início das mobilizações dos desempregados o debate sobre as reivindicações girou em torno da questão se caberia ou não reivindicar por um benefício assistencial e em que medida os planos representariam uma forma de “trabalho genuíno” ou permitiriam recuperar a “cultura do trabalho” perdida com a longa duração do desemprego no país<sup>98</sup>. Porém, não era consensual a própria compreensão sobre o que seria “trabalho genuíno”: o trabalho assalariado no mercado formal, o trabalho fabril, ou a autogestão?

Para o MTR e a FTV o “trabalho genuíno” correspondia ao trabalho fabril, mas a orientação dada aos planos por cada uma delas diferenciou-se conforme as suas perspectivas e trajetórias. Para a FTV, cuja história prévia na cooperativa *El Tambo* havia sido construída com base na obtenção de recursos junto ao município e à província, os planos corresponderiam a outro tipo de recurso que permitiria dar continuidade a estes trabalhos,

---

<sup>98</sup> A “cultura do trabalho” tornou-se um tema recorrente para justificar a perda ou a ausência de um modo de vida no qual um dos seus eixos articuladores correspondia à experiência do trabalho. Percebemos que, por vezes, esse termo parece ser utilizado de modo acrítico e favorável ao discurso neoliberal, por tender a culpabilizar os desempregados, especialmente os jovens, pela sua situação de desemprego ou por não terem uma trajetória profissional. Conforme o depoimento do secretário nacional da FTV: “*Outro dia me encontrei com um companheiro na rua e estávamos falando justamente sobre o tema do trabalho e ele me dizia: ‘eu acredito que se tivesse trabalho para todos, tampouco se resolveria o problema [do desemprego] porque hoje muita gente não tem a cultura do trabalho: levantar às 6 da manhã, chegar às 7 na fábrica, se arrumar... não a tem’. Nesses 10 anos, mais ou menos, se destruiu muita coisa, entre outras, a cultura do trabalho. O trabalho vai lhe estruturando*” (José, FTV).

embora ela passasse a desenvolver posteriormente projetos vinculados com a questão do trabalho. Enquanto para o MTR os planos representavam desde o início a possibilidade de desenvolver projetos produtivos de autogestão que resgatassem formas dignas de trabalho e garantissem a subsistência dos seus membros e a autonomia do movimento, com base no seu projeto de construção política (SVAMPA; PEREIRA, 2003). A reivindicação pelos planos sociais não descartava, portanto, a luta por trabalhos fabris.

Com a conquista do direito de administração e distribuição dos planos sociais vários movimentos de desempregados passaram a desenvolver projetos produtivos e sociais cujo alcance não se restringia aos seus membros, pois buscavam suprir necessidades ou problemas das suas comunidades decorrentes da redução dos gastos públicos nos serviços sociais básicos ou da lacuna histórica do poder público local no provimento de determinados serviços. Aqui cabem como exemplos a cooperativa de água desenvolvida pelo MTR em *Florencio Varela* e mesmo a farmácia de medicamentos genéricos que era mantida por meio de convênios estabelecidos com pequenos laboratórios hospitalares e universidades.

A relativa autonomia obtida na administração dos planos sociais possibilitou, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de inúmeras organizações de desempregados que, dependentes dos recursos disponibilizados pelo Estado, intensificaram os protestos como forma de pressionar o governo a conceder os subsídios. As avaliações dos dirigentes das duas organizações pesquisadas sobre o papel dos planos para os seus membros e para o desenvolvimento inicial dos movimentos apontaram análises distintas sobre o que seriam os seus aspectos negativos e positivos.

Para o dirigente do MTR os planos tiveram um efeito positivo ao possibilitar que não só os desempregados desenvolvessem um trabalho, mas a própria organização, já que esta buscou concretizar por meio dos planos projetos produtivos cooperativos para os seus membros, como a horta comunitária, a biblioteca popular e uma padaria. A elaboração desses

projetos baseava-se na concepção do movimento de promover trabalhos que permitissem o resgate da dignidade aos trabalhadores desempregados por meio da realização de trabalhos que não seguissem a lógica do trabalho assalariado. Segundo o depoimento de Sarmiento:

Nos primeiros anos [os planos] foram positivos, porque se conseguiam lutando. Isso permitiu que muita gente desocupada e os movimentos trabalhassem. (...) A partir de 2003 (...) os caras organizam os movimentos para-estatais e começam a entregar planos com a condição de que as pessoas não se mobilizem. De toda maneira (...) nos golpeou. (...) É certo também que um grupo interessante de famílias permanece no movimento e se começa a perguntar ‘por que esse pessoal não foi embora.’”(Sarmiento).

É interessante comparar a fala acima, que sinaliza os efeitos dos planos e a permanência dos membros no movimento com a perda dos subsídios, com as avaliações das lideranças da FTV:

Os planos são uma porcaria, porque teria que ser um direito universal e não foi. Então colocaram o movimento no papel de juiz: você tinha 10 desempregados e tinha que dizer a quais 5 daria [os planos] e a quais 5 não daria e, às vezes, do mesmo bairro. Portanto, às vezes os vizinhos se enfrentavam e você era o juiz; se procurava ter alguns critérios (...) mas foi uma tarefa difícil e se produziram divisões, brigas (José, FTV).

Eu dizia sempre: os planos são um recurso que nós trabalhadores desocupados conseguimos, mas esse recurso tem que servir para começarmos a nos legitimar, porque na verdade a política estava deslegitimada pelo o que os políticos haviam feito (...).

De fato, o que nos venceu foi que muita gente quando começou a receber o paliativo [os planos] ficaram nas suas casas. (Pedro, FTV)

Os depoimentos citados acima evidenciam uma das ambigüidades que se manifestou na relativa autonomia conquistada pelos movimentos: como distribuir os planos entre os membros quando seus integrantes superavam o número de subsídios conquistados? O impasse dessa situação revela os problemas de uma política social restrita e o repasse de uma responsabilidade que cabia ao Estado para as organizações, ou seja, estas deveriam adotar

critérios que fossem justos para com a sua base mobilizada e lhes permitissem atuar da melhor maneira em função dos recursos obtidos, para não dizer em função das “brechas” abertas pelo Estado. Frente a essa situação alguns movimentos consideravam a situação de necessidade de cada membro e outros adotavam critérios políticos, por exemplo, a participação dos integrantes nos protestos. Disso se originou o que Quirós (2006) observou em seu estudo: a possibilidade de um integrante ser substituído em um protesto por um membro da sua família diante da impossibilidade de comparecer.

Se, por um lado, o critério pode ser considerado legítimo, por outro gera dúvidas sobre a capacidade de mobilização de alguns movimentos e sobre o efetivo engajamento de uma parte dos membros. Neste aspecto o segundo depoimento citado mostra que nem sempre a obtenção do plano significou a permanência dos desempregados contemplados. Isto se explica, provavelmente, porque no núcleo da FTV pesquisado não havia uma lista de pontuação e as pessoas mais velhas estavam liberadas de participar dos piquetes, de acordo com o argumento dos entrevistados<sup>99</sup>. Conforme o relato de um dos membros da base social deste núcleo: “Nós tínhamos um conceito quando começamos: (...) as pessoas mais velhas vão receber os seus paliativos [planos] e que fiquem em suas casas, porque já foi muito o que passaram na sua vida. (...) Têm pessoas [idosas] que se aproximam e se querem ir às marchas vão, se não querem, não vão” (Lucas, membro da base do núcleo da FTV de Florencio Varela, 18/09/07).

A partir da elaboração do *Plan Jefas y Jefes del Hogar Desocupados* (PJJDH), em abril de 2002, o controle da distribuição dos planos pelas organizações de desempregados se

---

<sup>99</sup> Em sua fala o dirigente Pedro procura explicar por que se opõe à formação de listas ou à pontuação dos membros como critérios para a mobilização: “*Nosso povo usou ao longo da sua história a ferramenta mais eficaz que teve: a mobilização. (...) É difícil convencer os companheiros, é verdade. Nós de 160 pessoas ficamos com 50 pessoas... é difícil, a maioria vai embora, mas é necessário fazer um esforço para convencer esses companheiros. (...) Nós temos Evita em [Florencio] Varela, um movimento que diz que são super revolucionários e os companheiros listam as pessoas. Eu escutei um dirigente nacional da Corrente Classista e Combativa que dizia ter uma taxa de pontuação: “se você vai em tantas marchas, lhe damos [os planos]...” Na verdade, isso é perverso*” (Pedro). Ressaltamos também que uma das características observadas neste núcleo da FTV foi a presença reduzida de jovens em contraposição à maior presença de pessoas acima de 40 anos.

reduziu significativamente ao ser transferido para os Conselhos Consultivos compostos por representantes políticos dos municípios e entidades empresariais, religiosas e sindicais (embora seja importante lembrar que a FTV conseguiu negociar a sua participação neste espaço). Do total de planos concedidos somente 10% permaneceram sendo destinados ao controle direto dos movimentos, os quais sofreram conseqüentemente uma perda significativa do número de subsídios administrados.

A restrição desse controle deve ser compreendida à luz dos acontecimentos políticos em curso no país. Após a queda do governo De la Rúa os movimentos de desempregados atingiram no primeiro semestre de 2002 um alto nível de mobilização social, inclusive realizando protestos contando com o apoio ou a participação de outros setores sociais. Como afirma o estudo do *Centro de Estudios Legales y Sociales* (2004, p. 7): “(...) O Plano nasce não somente como ferramenta da política social, senão principalmente como instrumento para apaziguar um conflito social de características inéditas que colocavam em jogo a continuidade do sistema político institucional”.

Vale ressaltar também como antecedente do plano a aprovação do Seguro de Empleo e Formación pela consulta popular realizada pela CTA e FRENAP (Frente Nacional contra a Pobreza) em dezembro de 2001. A proposta consistia na garantia de um seguro de \$380,00 pesos para os(as) chefes de família desempregados, mais um subsídio de \$60,00 pesos por filho e um benefício de \$150,00 pesos para os adultos com mais de 65 anos. Se o conteúdo dessa proposta foi considerado durante a elaboração do *Plan Jefas y Jefes del Hogar Desocupados* (PJJHD), tal como afirma Neffa (2009), ele não aparece nas proposições do novo plano, que se distinguiram substantivamente das aprovadas pela consulta popular.

Descrito como um “direito familiar de inclusão social” cujo objetivo consistia em “(...) assegurar uma renda mínima mensal a todas as famílias argentinas” (Decreto 565/2002, apud CELS, 2003, p. 68, grifos nossos), o *Plan Jefas y Jefes del Hogar Desocupados* (PJJHD)

correspondeu a uma ajuda econômica no valor de \$150,00 pesos destinados aos chefes de família desempregados com filhos de até 18 anos de idade<sup>100</sup>. Os beneficiários deveriam realizar uma contraprestação em trabalho de 4 a 6 horas por dia e não poderiam receber nenhum outro tipo de subsídio.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego o novo plano rompia com a perspectiva focalizada, pela sua amplitude (previa atender 2 milhões de pessoas) e por se inscrever “(...) em uma nova lógica de política social, diferente da que caracterizou boa parte dos planos e programas implementados a partir da década de noventa, associados ao desenvolvimento de ações focalizadas dirigidas aos grupos mais vulneráveis do mercado de trabalho” (MTEySS, 2003, apud NEFFA, 2009, p. 291). Apesar dessa perspectiva de rompimento e mesmo do objetivo apresentado no decreto 565/2002 de atender todas as famílias, na prática o plano funcionou com base em um critério focalizado, pelo seu caráter restrito, na medida em que contemplou somente uma parte das famílias, por direcionar-se para aquelas que comprovassem a situação de desemprego do(a) chefe de família e a existência de filhos sob os seus cuidados (CELS, 2003), como também por estar subentendida a necessidade do cônjuge estar também desempregado (NEFFA, 2009); critério que evidencia a importância da comprovação da situação de pobreza como condição para obter o benefício.

O PHHJD diferenciou-se dos programas sociais existentes até então pela sua extensão, atendendo em setembro de 2002, poucos meses após a sua implantação, 956.782 mil pessoas e em 2003 estendeu-se para quase 2.000.000 milhões de beneficiários (GOLBERT, 2004, p. 22-23; NEFFA, 2009, p. 313). O quadro abaixo explicita o contraste do número de subsídios garantidos inicialmente pelo PHHJD em relação aos outros planos anteriores.

---

<sup>100</sup> O valor do salário mínimo nesse momento era de \$200,00 pesos.

**QUADRO 1:**  
**Número de Beneficiários de Programas de Emprego**<sup>101</sup>

ANO	NÚMERO DE BENEFICIARIOS
1994	40 000*
1995	63 000*
1996	82 000*
1997	130 000*
1998	118 000*
1999	106 000*
2000	86 000*
2001	92 000*
2002	1 403 000

**Nota:** \* Média

**Fonte:** *Ministerio del Trabajo, Empleo y Seguridad Social*, 2003, apud. GOLBERT, 2004, p. 23.

O número de beneficiados ao longo de 1994 a 2002 mostra uma oscilação contínua entre aumento e diminuição na distribuição dos subsídios, apesar da tendência mais geral ter sido de crescimento. Os anos de 1997 e 2002 foram os mais expressivos por conta do acréscimo superior a 50% do total de contemplados, mas neste último ano o dado apresentado supera todos os anteriores. Enquanto em 2002 a razão do acréscimo é facilmente identificável na implantação do PJJHD, em 1997 ela esteve provavelmente relacionada com a criação do *Plan Trabajar*, após a intensificação dos confrontos desencadeados pelos desempregados. A partir de 2004 o PJJHD reduziu-se paulatinamente, aproximando-se de 1.000.000 milhão de planos em janeiro de 2007 (NEFFA, 2009, p. 312).

<sup>101</sup> Os dados mencionados no quadro não se restringem ao *Plan Trabajar*, mas inclui informações de outros programas, como por exemplo, o do *Programa de Emergencia Laboral* (PEL), criado em 1999, e do *Plan Jefas y Jefes del Hogar Desocupados*, para o ano de 2002 (GOLBERT, 2004). O significativo aumento observado em 2002 deve-se à introdução do PJJHD, que até setembro deste ano tinha 956.782 beneficiários (GOLBERT, 2004, p. 22). Não discutiremos o PEL e outros planos sociais por privilegiarmos aqueles que tiveram uma maior difusão.

A amplitude dos beneficiados pelo PJJHD nos parece insuficiente para caracterizá-lo como uma política universal; além de ter sido destinado a um público específico que atendessem a certos requisitos, configurou-se como uma prestação transitória, pois mesmo podendo ser renovada não estava garantida a sua continuidade.

Do mesmo modo o PJJHD não alcançou a meta de reduzir globalmente a pobreza e a indigência proposta pelas autoridades (NEFFA, 2009), tampouco se configurou como um “direito de inclusão familiar”, tal como expresso no decreto que lhe originou. Entre os motivos apontados pelos estudos destacam-se: a insuficiência do montante do benefício para suprir as necessidades alimentícias de uma família, considerando o valor de \$232,28 pesos o valor da cesta básica pessoal em abril de 2003 (CELS, 2003, p. 24); a desproporção entre esse montante e a remuneração média dos trabalhadores ocupados que recebiam os menores salários (\$229,00 pesos) em 2004. Estes eram 52% superiores ao benefício, diferença que aumentava significativamente para 171% se comparada com o salário dos trabalhadores registrados e com jornada completa (\$784,00 pesos) (NEFFA, 2009, p. 299).

Na verdade, os efeitos mais positivos do plano recaíram sobre os beneficiários em condição de indigência, entre os quais, 27,6% passaram para a situação de pobreza (em abril de 2003 o nível de indigência correspondia na Grande Buenos Aires a \$104,87 pesos por adulto e o de pobreza \$231,77 pesos (CELS, 2003, p. 24)). Mas se considerarmos que do total de famílias contempladas 63% permaneceram em uma extrema pobreza e somente 4,5% superou a linha de pobreza (NEFFA, 2009), é possível perceber os limites do alcance das metas propostas na implantação do PJJHD.

A partir do governo Kirchner introduziram-se algumas modificações nas normas do PJJHD, entre as quais, a possibilidade do beneficiário realizar outra atividade remunerada e receber os subsídios do programa *Manos a la Obra*, criado em 2003. Como discutimos no item anterior, para obter a ampliação da sua base social e um controle dos protestos que

havam se intensificado no final da gestão de Eduardo Duhalde exigindo a renovação e o aumento do PJJHD (LA NACIÓN, 07/02/03), Néstor Kirchner ampliou inicialmente o número dos planos e criou os programas *Plan Manos a la Obra* e *Programa Federal de Emergencia Habitacional*.

Esses programas sociais tinham como perspectiva promover a inclusão social, gerar emprego e melhorar a qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, por meio do financiamento de micro-empresendimentos produtivos (*Plan Manos a la Obra*) e de cooperativas de construção de moradias populares (*Programa Federal de Emergencia Habitacional*). A sua formulação pautou-se na defesa do desenvolvimento da “economia social” e da construção de formas alternativas de trabalho que promovessem a inclusão e a capacitação dos desempregados; por isso os dois programas destinavam-se, sobretudo, aos beneficiários do *Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados*.

O *Programa Federal de Emergencia Habitacional* apresentou como objetivos específicos reinserir os integrantes das cooperativas no “*círculo laboral genuíno*” e cobrir os déficits habitacionais. Os movimentos de desempregados interessados em participar deste programa deveriam criar cooperativas destinadas para essa finalidade (construção de moradias de acordo com as prescrições estipuladas). O financiamento realizado pelo governo nacional consistiu inicialmente na entrega de \$25.000,00 mil pesos para gastos com mão de obra, materiais e infra-estrutura, além de um subsídio de \$5.250,00 mil pesos para a compra de ferramentas e livros contábeis. Com isso, o custo total da unidade habitacional era estimado em \$25.000 mil pesos. Em 2006 houve um acréscimo neste valor para \$35.000,00 mil pesos, o prazo mínimo para a construção passou de 4 para 5 meses e a remuneração mínima de cada pessoa deveria ser no mínimo \$805,00 (sobre este valor era acrescentado os \$150,00 pesos no caso dos beneficiários do PJJHD)<sup>102</sup>. Além dessas regulamentações, as cooperativas deveriam

---

<sup>102</sup> Dados retirados do Documento “*Instructivo – Programa Federal de Emergencia Habitacional II. Subsecretaría de Desarrollo Urbano y Vivienda*”. Ver site: <http://www.vivienda.gov.ar>

seguir uma série de prescrições relacionadas aos aspectos técnicos e operativos da construção, bem como sobre o número máximo de trabalhadores (8 beneficiários do PJJHD e 8 desempregados que não recebessem nenhum tipo de subsídio).

O *Plan Manos a la Obra*, em contrapartida, consistiu no financiamento da formação de projetos produtivos e comunitários a partir da concessão de uma soma em dinheiro (\$15.000,00 a \$16.000,00 mil pesos) de acordo com o tipo de empreendimento desenvolvido (pessoal, associativo, comercial). Este programa tinha como objetivos, gerar o auto-emprego, apoiar iniciativas de “economia social” e consolidar espaços de articulação entre “Estado e sociedade civil” (KIRCHNER, 2003).

É interessante observar a justificativa desses objetivos, já que os mesmos foram apresentados como uma ruptura com o modelo anterior de política social representada pelo *Plan Jefas y Jefes del Hogar Desocupados*, no qual predominava, segundo a avaliação do governo: a passividade dos beneficiários; a reprodução da pobreza; e uma prática paternalista do Estado, ao impedir a construção de outros “laços sociais” ao fixar a contraprestação e ao legitimar o modelo neoliberal pela focalização do gasto social. Em contrapartida, o novo programa promoveria as capacidades dos beneficiários não mais por meio de um subsídio compensatório, mas sim pela realização de empreendimentos produtivos nos marcos da “economia social”, enquanto o Estado assumiria um papel de promotor, alcançando dessa maneira o desenvolvimento cultural e local (KIRCHNER, 2003).

A “economia social”, baseada no trabalho associativo e autogestionário, combinada com o “desenvolvimento territorial/local” decorrente da participação comunitária e da utilização dos recursos disponíveis na comunidade, corresponderia para o governo a uma nova concepção das políticas sociais. Conforme os argumentos da Ministra de Desenvolvimento Social, Alicia Kirchner:

O ‘*Plan Manos a la Obra*’ é uma expressão das políticas sociais, que desde sua proposta segue a orientação nacional de recuperação do emprego em outra escala, a da economia social. Tenta vincular, ademais, com o Plano ‘*Jefes y Jefas de Hogar*’ uma proposta de geração genuína de emprego no marco de uma economia solidária. Por sua vez as diferenças mais importantes entre estes planos estão dadas na maneira de como seus beneficiários geram a renda. No plano *Jefes* a modalidade é passiva, no plano ‘*Manos a la Obra*’, implica uma ativação da cultura do trabalho, desde o fortalecimento das capacidades e as possibilidades de reconstituir identidades culturais, pontos de partida para o desenvolvimento territorial (KIRCHNER, 2003, p. 4).

A diferenciação do novo plano como uma política social não orientada pelos princípios neoliberais, por promover a geração de emprego por meio da economia solidária, visa estabelecer uma ruptura em relação aos programas sociais anteriores; no entanto, o incentivo à criação de formas alternativas de trabalho “solidárias” e baseadas no envolvimento ativo dos trabalhadores na condição de gestores, não significa necessariamente um rompimento com práticas ou perspectivas da política neoliberal. Ao contrário, essas novas modalidades podem ser eficazes para a restrição dos direitos trabalhistas, para a não geração de empregos registrados e para a responsabilização do desempregado pela sua situação de pobreza ou de desemprego, sendo coerentes, desse modo, com as orientações neoliberais.

Por outro lado, a referência aos termos “trabalho genuíno”, “economia social”, “cultura do trabalho” presentes nos discursos dos movimentos de desempregados pode tratar-se de uma estratégia destinada a gerar entre estes uma adesão aos novos programas sociais e um comprometimento com o governo. Se, como afirmam Manzano e Álvarez (2007, p. 156, grifo das autoras), “(...) o uso da categoria ‘trabalho genuíno’ se constitui também em uma chave para legitimar as políticas estatais e obter a adesão de atores sociais como ONGs e gerenciadores de Organismos Internacionais de Crédito”, podemos incluir neste argumento a importância da legitimidade conferida pelas organizações de desempregados a tais políticas.

As experiências cooperativistas do núcleo da FTV de *Florencio Varela*<sup>103</sup> e do MTR oferecem pistas para a compreensão das orientações e dos efeitos dos novos programas sociais sobre os movimentos de desempregados. Atendendo as exigências do governo, estas duas organizações constituíram cooperativas para que pudessem ter acesso aos programas criados. Na ocasião da pesquisa de campo o MTR tinha somente 1 das 7 cooperativas que havia organizado (3 de instalação de rede de água e 4 de construção de moradia) e o núcleo da FTV tinha 1 cooperativa de construção.

Para ter acesso ao programa, os movimentos deveriam formar cooperativas e participar de cursos de capacitação sobre o funcionamento e a administração do trabalho cooperativo. No caso da FTV, os seus membros nunca tinham participado de cooperativas e tiveram de aprender a realizar tarefas contábeis e administrativas até então desconhecidas. Mas esse aprendizado, segundo o depoimento de Lucas (18/09/07), ocorreu muitas vezes sem nenhum tipo de assessoria por parte do governo. A cooperativa de construção significou o primeiro contato com o trabalho cooperativista para os seus 9 membros, que tinham em comum trajetórias marcadas por uma longa duração na situação de desemprego.

Para Miguel, desempregado há mais de 10 anos, o trabalho cooperativista significou exercer três papéis antes impossíveis: *“A experiência de trabalhar na cooperativa é que você (...) não tem quem lhe manda, não tem capataz, não tem patrão. Você é patrão, capataz e peão. Essa é a experiência que para nós é boa, desde que você seja responsável pelo horário de trabalho* (Miguel, 61 anos, 18/09/07). Apesar dessa avaliação positiva, Miguel admitia a possibilidade de sair da cooperativa caso encontrasse um emprego com um bom salário.

A decisão de formar a cooperativa parece ter resultado da possibilidade de obter um rendimento a mais que o pago pelo PJJHD e de diminuir as mobilizações:

---

<sup>103</sup> Advertimos o leitor que toda referência relacionada à cooperativa da FTV refere-se ao núcleo localizado em *Florencio Varela* e baseia-se nas entrevistas feitas com o seu principal dirigente e com dois membros da cooperativa.

(...) Quando nos ofereceram fazer a cooperativa, eu dizia: ‘não é o mesmo receber \$150 [pesos] fazendo piquete nas ruas que receber \$400, \$500’. Para qualquer um deles faz diferença levar esse dinheiro a mais para casa. (...) Então, eu dizia: ‘Como explico aos meus companheiros que nós não temos que ficar nas rodovias?’. Todo povo precisa de um descanso na luta e nós passamos muito mal. Quando nos ofereceram a cooperativa e entre ganhar 150 e ganhar 500, eu disse tem que ganhar 500.

(...) Agora o que aconteceria se eu dissesse, ‘não, nesses 4 anos, ao invés de recebermos de uma cooperativa e termos uma perspectiva de luta por uma grana a mais, nós estaremos na rua fazendo piquete?’ Hoje não estaria ninguém. (Pedro, FTV).

O depoimento acima evidencia alguns dilemas vivenciados pela organização e pelo seu principal dirigente frente ao novo programa social. A formação da cooperativa tinha um significado econômico, por proporcionar um subsídio maior, e político, por permitir um “descanso na luta”, isto é, a diminuição dos piquetes. O acesso ao *Programa Federal de Emergencia Habitacional* não significou na prática uma completa desmobilização, porque frente aos atrasos no repasse do dinheiro a ser pago aos membros, as marchas tornaram-se a forma de pressionar o governo a efetivar o pagamento. Não obstante, é significativa a fala desse dirigente porque, ao mesmo tempo em que sinaliza uma preocupação com a desmobilização do núcleo diante do desgaste dos protestos, demonstra sem perceber o potencial papel desmobilizador exercido pelas cooperativas.

O MTR, ao mesmo tempo em que manteve outros projetos produtivos não vinculados aos novos programas sociais, somente constituiu as cooperativas para garantir o acesso dos seus membros aos trabalhos disponibilizados pelos novos programas. Ao contrário do verificado no núcleo da FTV, as experiências cooperativistas do MTR caracterizaram-se por vários desentendimentos entre os trabalhadores.

No nosso caso foi um fracasso. Nós havíamos feito 3 cooperativas de água e 4 de moradia: 7 cooperativas. Foi um problema porque não se entendia sobre o trabalho em cooperativa. Alguns companheiros tinham profissão, outros não, e a idéia era

ser igualitário para todos, então esses companheiros que tinham um ofício questionavam porque iria receber o mesmo que os outros. (...) A cooperativa tinha 16 pessoas e mais da metade tinha que receber um plano [PJJHD]. (...) A diferença que entrava pela cooperativa tinha que ser repartida de forma igual, sem considerar os \$150,00 [do plano]. Na cooperativa que organizamos a discussão era: ‘se eu recebo \$150,00 reponho \$150,00 aos companheiros [sem planos] e assim nos igualamos’. Houve uma grande discussão e (...) ao final se aprovou que se dividia tudo igual independente do trabalhador ter ou não plano social e que se lutaria para obter planos para aqueles que não tinham plano, para acabar com a diferença. (Débora, MTR).

Os problemas enfrentados nas cooperativas do MTR estavam relacionados à dificuldade de compreensão do cooperativismo e à oposição dos membros à proposta do movimento de tornar mais igualitária a renda obtida por todos. A obrigatoriedade da participação de uma porcentagem de beneficiários do *Plan Jefas y Jefes del Hogar Desocupados* no programa voltado para a construção de moradias objetivava inseri-los no mercado de trabalho, capacitando-os para formas “genuínas de trabalho” e evitando a integração exclusiva de desempregados sem nenhum tipo de subsídio. Embora a proposta de divisão do subsídio não correspondesse ao estipulado pelas normas do programa, o objetivo almejado pelo MTR parecia ser proporcionar o maior grau de igualdade entre todos enquanto membros de um projeto cooperativista e, antes de mais nada, como integrantes do mesmo movimento, engajados em uma mesma luta. Sobre este último aspecto é bastante ilustrativa a separação feita por parte de alguns trabalhadores entre o movimento e a cooperativa:

Não viam que a cooperativa e o movimento eram um só ou que para eles trabalharem nessa cooperativa todo o movimento no seu conjunto teve que se mobilizar. Eles viam: ‘eu sou a cooperativa, se o movimento não tem nada, que se dane’. (...) Era como se fossem empregados, o patrão era o movimento. Por exemplo, uma vez tivemos uma discussão em uma das cooperativas e nos disseram que iriam fazer greve. Nós morremos de rir porque como assim fazer greve? (...) Se havia algum problema, [por exemplo] o município não dava baixa nos cheques para pagar, todas as vezes que se tinha que pressionar, aí sim éramos todos do movimento, mas caso contrário não (Débora).

A identificação do movimento como padrão é muito significativa por expressar a incompreensão do trabalho cooperativista e a visão desses trabalhadores sobre o seu engajamento no MTR, já que não pareciam se considerar como militantes deste. Não sabemos dizer em que medida essa percepção dos trabalhadores esteve relacionada com a atuação dos dirigentes do movimento no interior da cooperativa, mas é provável que tenha resultado da diferenciação entre o trabalho produtivo e as atividades militantes, bem como da responsabilidade administrativa assumida pelo movimento no cumprimento dos projetos produtivos e do repasse da remuneração a ser destinada para cada trabalhador. O movimento parece ganhar, com isso, outra identidade contraposta a sua própria base e decorrente do exercício de novas tarefas.

Com o funcionamento das cooperativas os movimentos depararam-se com uma série de demandas desconhecidas ou sobre as quais não tinham domínio suficiente e que estavam relacionadas desde o preenchimento de planilhas a funções de contabilidade. Assim como Lorena Scala (2008) observou ao longo da sua pesquisa com vários empreendimentos produtivos implantados nos marcos do *Plan Manos a la Obra*, percebemos que nem sempre se efetivaram a assessoria e o acompanhamento das cooperativas pelos órgãos do governo, tal como estavam previstos nas normas dos programas. Por isso, uma das reivindicações do núcleo da FTV de *Florencio Varela* era:

(...) que o Estado tenha de fato organismos que se ocupem de todas as dificuldades que temos nas cooperativas. (...) Nós agora estamos bem, mas quando você vai às diferentes instâncias do Estado que regulam as cooperativas, o pessoal diz 'se virem' (Pedro, FTV).

Uma vez à frente das cooperativas o movimento deve assumir funções que podem distanciá-lo ou destoar do seu foco principal – a mobilização dos trabalhadores – e dos seus objetivos políticos; sobretudo quando tais funções são a condição para a continuidade da

concessão de novos trabalhos por parte do governo e a garantia da renda obtida pelos seus membros. Isto é perceptível na fala do dirigente do MTR:

Todo o problema dos planos nos colocou uma dinâmica que para receber um plano você tem que fazer 20 mil papéis, fazer um trâmite administrativo, então, terminamos tendo um grande grupo de companheiros metido na burocracia para fazer planilha (...) e isso de alguma maneira distanciando as pessoas (Sarmiento, MTR).

Nesse sentido, um dos riscos que parecem presentes na ação dos movimentos ao conformarem as cooperativas é o envolvimento com a resolução de problemas imediatos relacionados ao processo produtivo e com a constante disputa por conseguir um novo projeto, uma vez que se termine um determinado trabalho. Isto pode dificultar a colocação em prática de ações relacionadas com a luta política para os movimentos que têm como perspectiva objetivos mais gerais, inclusive porque parte do seu tempo é destinada para sanar esses problemas decorrentes dos desafios que implicam a construção da autogestão e a conscientização dos trabalhadores. Conforme argumenta Débora:

Faz mais ou menos 2 anos [que] os caras estão dizendo: 'se vocês querem trabalhar, têm que se organizar em cooperativa'. Eles promovem a organização de cooperativas, mas por quê? Porque também sabem que paralelo a isso se cria nos movimentos todo um conflito, é o que ocorreu conosco. Os companheiros têm uma outra visão do que é a cooperativa ou então [dizem] 'já tenho isso vou sair do movimento, já tenho supostamente um trabalho' (Débora, MTR).

É interessante observar a percepção dos objetivos do governo ao propor um programa baseado na criação de cooperativas na análise de alguns dirigentes. Enquanto no trecho citado acima a liderança do MTR sugere a possibilidade de esvaziamento e de fragmentação no interior das organizações, o dirigente da FTV indica o possível fracasso dos movimentos na implementação das cooperativas como uma idéia pré-concebida pelo governo. Segundo o seu

depoimento: “*Eles fazem [propõem as cooperativas] sabendo que vamos fracassar. O governo nos empurra sabendo que vamos fracassar*” (Pedro, FTV).

O que para nós deve ser destacado nessas análises é o provável potencial desmobilizador implícito no programa destinado à criação de cooperativas. Embora essa hipótese não possa ser estendida a todos os movimentos, as críticas apresentadas pelas duas organizações pesquisadas nos ofereceram elementos que respaldam a nossa concepção sobre a desmobilização como um dos possíveis efeitos dos programas sociais. Ao mesmo tempo em que essa capacidade de desmobilização parece ser contraditória com os princípios políticos e organizativos envolvidos na construção do trabalho cooperativista, ela pode manifestar-se diante das dificuldades enfrentadas pelos movimentos na consolidação das cooperativas e do direcionamento da mobilização para questões estritamente reivindicativas e pontuais, que não contemplam a luta por direitos fundamentais e pela geração de empregos. Com isso, a organização de toda base social e a luta política podem perder espaço para ações voltadas para o cumprimento do trabalho burocrático e produtivo exigido pelos programas sociais, fortalecendo a orientação dada pelo governo às políticas sociais.

Chama a atenção que a dificuldade de desenvolver um trabalho de conscientização dos trabalhadores envolvidos na cooperativa tenha sido maior no MTR, se considerarmos as suas orientações político-ideológicas e a sua perspectiva de promover uma formação política dos seus membros. A quantidade de cooperativas e de trabalhadores pode ter dificultado esse trabalho e a possibilidade de obter um consenso nas discussões internas, se comparada à única cooperativa existente no núcleo da FTV. De todo modo, a experiência da cooperativa de construção de redes de água tornou-se a sua principal referência em termos de trabalho cooperativista.

A cooperativa de água foi a que se organizou melhor. Por exemplo, os companheiros das outras cooperativas diziam que se um companheiro faltava por

doença (...) seria descontado. Essa cooperativa conseguiu que se o companheiro faltava, lhe cobriam esse dia; ou então alguns companheiros não tinham o físico que se deve ter para fazer um trabalho muito pesado (...), no caso anterior [as outras cooperativas] se colocava que o companheiro receberia menos, não se via o esforço que o companheiro fazia, ainda que não fosse o mesmo, era porque o corpo não lhe permitia. Nessa cooperativa isso é levado em conta... se há um esforço para trabalhar, por mais que não possa fazer a mesma quantidade que os outros (...). (Débora, MTR).

As dificuldades ou as críticas expressas pelos dirigentes do MTR e da FTV ao papel do governo no tratamento das cooperativas e aos desafios presentes na autogestão não repercutiram do mesmo modo sobre as decisões relacionadas à continuidade ou não das cooperativas. Em 2007, o núcleo da FTV tinha como perspectiva continuar desenvolvendo trabalhos cooperativistas, mas não se restringindo ao Programa Federal de Emergência Habitacional, como também reivindicar a extensão de direitos dos trabalhadores ocupados para os cooperados.

No que diz respeito às cooperativas as reivindicações são: que possamos nos financiar, nos capitalizar, para não depender de fazer trabalhos para o Estado. Por que até agora o que fizemos? Programas que vêm do Estado. Nós queremos gerar algo produtivo, não sabemos o quê, mas é uma reivindicação, porque nós não temos capacidade financeira para comprar uma máquina, por exemplo. (...) A outra seria fazer a paridade social, porque dizem que nós da cooperativa somos associados, uma categoria meio... não temos que pagar *Obra Social*, uma RT (ritmo de trabalho) e o que ganhamos é insuficiente. Então, parte da reivindicação é que comecemos a nos reconhecer e busquem algum mecanismo para isso (...). (Pedro, FTV).

Em contrapartida, o MTR manteve em funcionamento somente uma cooperativa dentre as constituídas no marco dos novos programas sociais. A sua perspectiva de desenvolver trabalhos no âmbito da economia social e de aproveitar alguns nichos para construir relações de produção distintas das capitalistas se chocou com a experiência desenvolvida junto às sete cooperativas. Os esforços dedicados à administração da produção e a dificuldade de conscientização dos trabalhadores a respeito do trabalho cooperativo parecem

ter se somado à compreensão dos limites do desenvolvimento de uma economia social nos marcos do capitalismo.

(...) Hoje estamos passando por um processo de discussão de tudo isso [das cooperativas], porque a experiência nos levou a avaliar que implica um gasto de energia tremendo. (...) Eu lhe diria que a experiência nos mostrou que enquanto estivermos no capitalismo é muito difícil pretender estabelecer relações de tipo socialistas. Porque por mais que você fale 20 horas, o companheiro sai daqui e para comer um biscoito tem que pagar, ou seja, o que prevalece é a mercadoria. E onde a mercadoria prima, todo o restante depende (Sarmiento, MTR).

Com base nessa experiência o cooperativismo como uma forma de promover uma transformação social, de acordo com o lema e os objetivos políticos do movimento, passaram a ser questionados. Diante da questão se para o movimento a autogestão teria esse papel, o seu principal dirigente esclarece porque não mais:

Acreditávamos que sim, hoje em dia não. Estamos seguros que não. Na verdade a cooperativa termina em função do comando capitalista e não existe outra possibilidade. E você não tem o poder para exercer certa pressão e não tem poder para que essa pressão seja parte da cultura e da educação. Toda educação e cultura são de tipo capitalista, de tipo individualista. Então é você com uma coisa minúscula querendo nadar contra a corrente... é muito difícil (Sarmiento, MTR).

Essa reflexão tem um significado político importante pelo fato do MTR ter desenvolvido empreendimentos produtivos significativos na cidade de *Florencio Varela* e pela sua proposta de criação de um *Mercado Central Piquetero* destinado para a exposição e comercialização de produtos produzidos pelos movimentos de desempregados, por fábricas e empresas autogestionadas. De todo modo, a trajetória do movimento e a experiência com a organização das cooperativas parecem ter sido decisivas para a reelaboração das suas propostas de luta.

No bojo dessas reformulações, uma das críticas formuladas pelo próprio movimento referia-se à centralização das suas ações nas reivindicações emergenciais e pontuais, em

detrimento da luta política almejada originalmente e que continuava válida como um dos princípios da organização. Na Plenária Nacional de 2007, aprovou-se, então, a divisão interna do movimento em dois grandes ramos, o político e o social, com o objetivo de reorientar as ações para uma perspectiva mais política, sem deixar de lado as mobilizações vinculadas com as demandas sociais.

A reorientação buscava viabilizar também a nova estratégia elaborada pelo movimento de organizar assembléias de bairro, abertas à participação de desempregados, trabalhadores ocupados, estudantes, entre outros setores sociais, independente de estarem engajados em algum movimento social. A proposta, tal como apresentada pelos dois dirigentes entrevistados, apresentava semelhanças com o Orçamento Participativo desenvolvido nas prefeituras petistas no Brasil, pois tinha como meta assegurar a intervenção popular nas decisões administrativas adotadas pelo poder público municipal. Conforme a explicação abaixo:

Nós estamos propondo agora dar um salto e, sem abandonar esse funcionamento que tem a ver com a característica dos desocupados, como criamos uma instância superior no bairro, no qual participe o desempregado, o ocupado, o comerciante, o estudante, o profissional liberal; onde se tome as reivindicações da região, do bairro – água, esgoto, moradia –, ou seja, os melhoramentos de um modo geral, mas, fundamentalmente, que se discuta o problema do poder. Ou seja, que se discuta, como e que fazer para que governe o povo. (...) Isto, na realidade, nós estamos sintetizando na consigna da reforma da câmara municipal. (...) Nós estamos colocando se na realidade não temos que passar a outro tipo de instituição, a uma instituição onde os vizinhos se organizem, conheçam as assembléias populares de bairro e onde as pessoas discutam tudo e onde se consiga que o prefeito não pode, digamos, resolver nada senão com o consenso da assembléia de bairro (Sarmiento).

A reformulação da organização interna do movimento e das suas estratégias de luta resultou, a nosso ver, da necessidade de concretizar uma mobilização conjunta com outros setores sociais (não mais restrita aos desempregados e às demandas emergenciais), que se aproximasse dos objetivos iniciais do movimento. As Assembléias de Bairro pareciam ser

vistas como uma nova modalidade de ação que, a partir de uma reforma da Câmara Municipal, interviriam diretamente no poder público. Independente desta proposta ter se concretizado, o que ela também nos indica é a tentativa do movimento reconfigurar novas estratégias frente às transformações da conjuntura política e econômica, bem como diante ao processo de refluxo que repercutiu sobre as organizações de desempregados, em especial, sobre as que assumiram uma oposição ao governo.

Em contrapartida, para o principal dirigente do núcleo da FTV pesquisado, a despeito das suas críticas ao governo e aos problemas do programa destinado à formação de cooperativas, estas representavam uma alternativa de trabalho para os desempregados e caberia ao movimento viabilizá-la, demonstrando claramente que o principal objetivo das suas lutas consistia na busca de trabalho. O depoimento abaixo evidencia a contraposição e as ponderações desse dirigente em relação às análises conjunturais de outros movimentos:

Eu acredito que os movimentos que não incorporaram o tema das cooperativas foram porque alguns dirigentes acreditavam que a revolução estava aí... de fato nos diziam isso. Veja periódicos de alguns movimentos (...), eles falavam da Argentina, querendo dizer que a revolução estava aí na esquina.

(...) Os teóricos falam de condições objetivas e subjetivas e, quando eu venho ao bairro e começo a conversar com os meus companheiros, percebo que é mentira que nós estamos em condições de hoje tomar o poder e dirigir um país se não podemos dirigir uma cooperativa... nós dedicamos muito sacrifício e muito esforço para manter uma cooperativa (...).

Os relatos aqui apresentados das lideranças dos dois movimentos indicam, portanto, análises distintas das estratégias de luta, das reivindicações e das perspectivas que estão colocadas para as suas respectivas organizações.

Diante da discussão feita ao longo deste item é possível perceber como as políticas sociais corresponderam à principal resposta estatal ao aumento do desemprego no país e como estas se orientaram para as populações consideradas mais vulneráveis e empobrecidas. A orientação dada ao tratamento social do desemprego direcionou-se para o âmbito da pobreza à

medida que as políticas sociais empregadas apresentaram um caráter assistencial, paliativo e focalizado nas populações mais pobres. Paralela à deterioração das condições de vida e de trabalho devido ao desemprego massivo e à redução dos direitos sociais, o trabalhador foi perdendo cada vez mais espaço para a figura do pobre na abordagem dessas políticas (MERKLEN, 2005), ao mesmo tempo em que estas procuraram reduzir os confrontos sociais. De modo concomitante, os direitos trabalhistas e os mecanismos de proteção social passaram a ser tratados como privilégios e suprimidos, em contrapartida, organismos financeiros internacionais passaram a financiar os programas de combate à pobreza, numa clara demonstração da ausência de incompatibilidade entre estas políticas e os seus interesses de classe.

Ainda que alguns programas sociais implementados nos anos de 1990 tenham sido apresentados como “políticas de emprego”, como é o caso do *Plan Trabajar*, na prática se efetivaram como prestações assistenciais, que não proporcionaram emprego aos beneficiários e nem mesmo a “inclusão familiar” como proposto pelo *Plan Jefas y Jefes del Hogar Desocupados*. Afinal, sem desconsiderarmos o principal efeito “positivo” deste plano que foi a passagem de famílias da condição de indigência para a de pobreza, devemos pensar sobre qual é a estabilidade dessa nova situação e em que medida é possível falar em melhoria na condição de vida desses familiares. Certamente, em uma conjuntura caracterizada pelo desemprego estes planos representaram a garantia de um recurso mínimo, porém insuficiente para assegurar as necessidades mais básicas, como a alimentação.

Em relação aos programas sociais criados pelo governo de Néstor Kirchner, a sua aplicação não rompeu com a perspectiva neoliberal e assistencial dada às políticas anteriores, mas tampouco significou uma mera reprodução destas. Na verdade a apresentação desses programas retomou idéias presentes no discurso dos movimentos de desempregados e argumentos aparentemente progressistas que traziam embutidos sentidos capazes de mobilizar

favoravelmente opiniões e adesões por parte da sociedade. Podemos dizer que houve uma mudança no discurso, tornando ainda mais eficaz o teor neoliberal das políticas sociais.

O incentivo à formação de cooperativas e de micro-empresendimentos a partir da perspectiva da “economia social” e do “desenvolvimento local” diferenciou-se da exigência de contraprestação ao apresentar um forte apelo à participação popular e à capacidade dos indivíduos atuarem como “sujeitos ativos” na organização de formas alternativas de produção, que promovam, inclusive, o desenvolvimento de suas comunidades. De acordo com a colocação da Ministra do Desenvolvimento Social:

A Economia Social e o desenvolvimento local se potencializam no seu intercâmbio, conectando ações de produção, colaboração solidária de auto-organização e territorial. Neste sentido a representação e a governabilidade adquirem outro sentido frente às novas formas de conceber a política social, na qual os atores envolvidos são partícipes do seu futuro, assim como dos projetos que os contém como sujeitos ativos (KIRCHNER, 2003, p. 5).

No entanto, considerando que um dos alvos desses programas eram as organizações de desempregados, o que percebemos nesse novo enfoque dado às políticas sociais é a tentativa de fazer uso da capacidade de organização dos movimentos em torno de um programa social apresentado como gerador de emprego, mas que na prática não garantiu os direitos trabalhistas assegurados em um emprego registrado; além disso, implícito a esse enfoque que considera os trabalhadores como “partícipes” dos projetos desenvolvidos, o governo transferiu as responsabilidades do êxito e do fracasso dos empreendimentos produtivos e da produção cooperativista aos envolvidos.

A utilização dos termos “emprego genuíno” e “cultura do trabalho” enquanto objetivos que os programas buscaram desenvolver procurava não apenas obter a adesão dos trabalhadores e frear as mobilizações, como também reafirmar as diferenças das novas orientações da política social. Mesmo que os movimentos não concebiam os programas como

“emprego genuíno” (MANZANO; ÁLVAREZ, 2007), a retomada dessas consignas tem uma função ideológica na medida em que mascara o teor das políticas implantadas e pode confundir os desempregados. Não é por acaso que a partir da introdução desses programas os beneficiários do PJJHD passaram a ser considerados como ocupados pelo principal instituto (INDEC) responsável pela produção de indicadores estatísticos populacionais, como o nível de desemprego.

Cabe destacar ainda o caráter vantajoso do *Programa Federal de Emergencia Habitacional* para o governo, já que todos os recursos destinados às cooperativas correspondiam à metade do que era pago às empresas privadas. Vantagem que se amplia com o comprometimento dos movimentos em atender as exigências colocadas para a construção das moradias, considerando que disso dependia a obtenção de novos projetos no âmbito do programa.

Nesse sentido, não nos parece que houve de fato um rompimento com princípios da política neoliberal na aplicação dos novos programas, apesar da ênfase à economia social e à importância da participação popular.

À luz da análise realizada ao longo deste capítulo é possível compreender os efeitos produzidos pelos movimentos de desempregados em cada conjuntura política, no âmbito das mobilizações e nas reformulações das políticas sociais. A emergência de uma nova forma de organização em um contexto caracterizado por relações de forças desfavoráveis para as lutas sociais representou a possibilidade da conformação de resistências contra a ofensiva do capital expressa pelo modelo neoliberal; representou, conforme defendemos, uma forma de reorganização das lutas da classe trabalhadora e se vincula ao movimento histórico de confrontação às relações antagônicas de classe.

Desse modo, as organizações de desempregados contestaram e explicitaram a gravidade da deterioração das condições de vida de amplas parcelas da população provocada

pelas políticas neoliberais implantadas no país. A imagem da presença de milhares de trabalhadores bloqueando estradas durante dias e noites seguidos até conseguirem negociar suas principais reivindicações por planos sociais e alimentos é bastante ilustrativa do fato de que muitos deles já não tinham como garantir a sua própria reprodução.

Paralela à luta por reivindicações imediatas, os movimentos de desempregados trouxeram à tona as práticas dos *punteros políticos* e das redes clientelistas, procurando combater a forma pela qual estas usufruíam da pobreza e do desemprego ao capitalizarem as políticas sociais. O confronto contra tais práticas foi acompanhado pela politização da militância realizada nos bairros e da relação estabelecida entre as organizações e o Estado, no sentido de retomar o caráter mais reivindicativo e político que havia antes da difusão dessas redes e das políticas sociais focalizadas. Com isso, vários movimentos procuraram ultrapassar o assistencialismo ao darem outro tratamento para os planos sociais por meio do desenvolvimento de projetos produtivos baseados na autogestão.

De um modo geral, esses aspectos explicitam a combatividade inicial das lutas dos desempregados. Contudo, essa capacidade de resistência apresentou limites relacionados com a reivindicação centrada nos planos sociais e com a própria fragmentação do movimento. Este, ao mesmo tempo em que se desenvolveu e consolidou-se com a administração dos planos sociais, sofreu após a crise de 2001 as novas intervenções dos governos no controle das políticas sociais, os impactos das estratégias de cooptação e as diferentes formas de repressão. Não podemos atribuir exclusivamente à redução do controle dos planos sociais o refluxo sofrido sobretudo pelas organizações consideradas mais combativas, no entanto, um dos aspectos que contribuiu com esse recuo, em um primeiro momento, foi a dependência delas em relação ao Estado ao priorizarem a luta pelos subsídios concedidos pelos programas sociais.

Embora outras demandas tenham sido formuladas, as lutas se direcionaram principalmente para as prestações sociais e caixas de alimento. A dificuldade de superar reivindicações mais imediatas e substituí-las por outras de caráter mais geral era, por exemplo, uma das preocupações e críticas feitas pelos próprios dirigentes do MTR. Devido ao caráter focalizado e restrito desses benefícios as organizações tiveram que empreender esforços e mobilizar-se continuamente em torno da renovação dos mesmos ou da disputa pela conquista de novos. Situação semelhante ocorreu na obtenção dos programas voltados para a criação de cooperativas, mas neste caso ainda apareceram outros agravantes, como se explicitaram nas cooperativas do MTR e da FTV. Os problemas envolvidos nesse tipo de ação reivindicativa estão relacionados com sua efetividade a longo prazo, pois mesmo que obtenha êxitos, trata-se de uma conquista que não é permanente e requer contínuas mobilizações e negociações junto ao Estado. Além disso, cabe destacar outro problema: a luta centrada na obtenção dos planos sociais não atinge os interesses de classe dos grupos dominantes e não interfere na concentração da riqueza, ao contrário, os planos podem até mesmo ser funcionais a estes interesses caso proporcionem a neutralização da combatividade social ou contribuam para a desarticulação das lutas dos trabalhadores ocupados e desempregados.

Ao longo da trajetória dos movimentos a própria luta se focalizou ao se voltar para os grupos reunidos nos bairros, reproduzindo, de certo modo, o caráter focalizado das políticas sociais. A dificuldade de uma articulação política entre as diversas organizações que atuam no mesmo espaço se expressou também nesse aspecto, o que demonstra, segundo RAJLAND (2008, p. 348) que: *“A fragmentação não é somente do movimento senão de uma estratégia, que em última instância favorece o poder hegemônico”*.

Nesse sentido, os movimentos de desempregados não conseguiram conformar uma plataforma de luta reivindicativa e política comum que superasse as reivindicações por questões mais imediatas. Isto se deve, em certa medida, aos seus diferentes alinhamentos

políticos-ideológicos e ao fato de não compartilharem necessariamente uma ideologia anti-capitalista ou mesmo anti-neoliberal. Diferenças que se acentuaram sobretudo a partir de 2003, dificultando a construção de uma aliança política que, inclusive, integrasse os trabalhadores ocupados e colocasse em pauta a reivindicação pela geração de emprego e pela recuperação dos direitos sociais e trabalhistas.

Portanto, apesar da capacidade de confrontação e dos impactos políticos produzidos por esses movimentos especialmente até o início dos anos 2000, o posicionamento político e o alinhamento ao governo assumidos por certas organizações, como a FTV, contribuíram não apenas com a fragmentação do movimento como legitimaram políticas que, na essência, seguiam as prescrições neoliberais e visavam enfraquecer a capacidade de mobilização das organizações mais combativas. Isto significa que os desafios que se colocaram para estas tornaram-se ainda maiores, pois já não se tratava de travar uma luta contra os impactos da reestruturação do capital e do modelo neoliberal sobre a sociedade argentina, mas conseguir acumular forças para se contrapor ao refluxo que as atingiu e aos interesses antagônicos que se configuraram no interior do próprio movimento.

## Considerações Finais

Ao longo deste trabalho procuramos afirmar a nossa compreensão dos movimentos de desempregados como *formas de reorganização ou recomposição* das lutas da classe trabalhadora que emergiram em reação à ofensiva das classes dominantes, expressa pela redefinição das formas de exploração e dominação postas em prática nas últimas décadas do século XX.

Partindo dessa afirmação cabe sintetizarmos alguns aspectos importantes referentes à trajetória dos movimentos de desempregados, caracterizada por um rápido e impetuoso ascenso e, em seguida, por uma crise expressa na cooptação e recuo político-ideológico de algumas organizações e no isolamento social de outras. Tais aspectos estão relacionados a esses dois momentos – de crescimento e refluxo – mas também ao significado político e teórico que o desenvolvimento e a consolidação desses movimentos colocaram (e podem ainda colocar) para a análise das lutas sociais e políticas.

Duas questões intrigantes vêm à tona frente a esses dois momentos aparentemente contraditórios: o que possibilitou a expansão dos movimentos de desempregados, a ponto de podermos considerá-los como um exemplo emblemático em termos de mobilização e organização dos trabalhadores desocupados? Em contrapartida, quais foram os fatores que impediram a continuidade do seu protagonismo na cena política como se observou especialmente em 2001?

A radicalidade do neoliberalismo e o conseqüente aumento do desemprego corresponderam, como vimos, a algumas das causas da gestação desse movimento social. Se a introdução de políticas de caráter neoliberal na Argentina remonta aos anos de 1970, nos quais se iniciou um processo de reestruturação capitalista, o aprofundamento e a radicalização

desse processo ocorreram especialmente a partir do final dos anos de 1980. Enquanto em 1989, a ameaça do desemprego representada pela crise hiperinflacionária contribuiu com a disciplinarização do proletariado e com a imposição por parte do Estado do Plano de Conversibilidade e das reformas neoliberais, em meados da década de 1990 as conseqüências de tais medidas eram visíveis e tinham atingido amplos setores sociais. A “reestruturação regressiva de longo prazo” (BASUALDO, 2006) iniciada anos antes se intensificou com a expressiva diminuição do emprego do setor público e privado, com o fechamento de fábricas, com o processo de privatização, com a flexibilização da demissão, entre outras medidas.

A radicalidade que caracterizou a consolidação do neoliberalismo no caso argentino pode ser observada, entre outros exemplos, na amplitude do desemprego: foram atingidos trabalhadores do setor informal, dos setores da indústria, do comércio, dos serviços, funcionários públicos, dentre outros. Mas, além da diversidade de categorias, o desemprego afetou não apenas trabalhadores cujas trajetórias ocupacionais eram mais instáveis, mas também aqueles com uma carreira relativamente mais duradoura no setor público; ademais, compreendeu setores sindicalizados (RAJLAND, 2007), com experiências de luta no movimento operário e popular.

Afirmamos, então, que o neoliberalismo criou as bases sociais dos movimentos de desempregados, que se constituíram em resistência a ele. Movimentos que, embora tenham integrado jovens e mulheres que nunca tinham trabalhado, foram compostos por trabalhadores que traziam como referência a extensão do trabalho assalariado e dos direitos a ele vinculados para uma parcela significativa da população.

Além dos dois elementos aqui apontados que explicam a origem das organizações de desempregados, devemos nos referir às tradições de luta do movimento operário, bem como aos fatores que, articulados, possibilitaram o desenvolvimento desses movimentos, como: o

método de luta, a extensão das mobilizações para a província de Buenos Aires e os planos sociais.

Os piquetes, como principal instrumento de luta, não apenas visibilizou em âmbito nacional a existência da mobilização dos desempregados e o desemprego como um problema político, mas trouxe uma agressividade política expressa na capacidade de desafiar a ordem social e a norma legal do direito de ir e vir ao contrapô-las à legitimidade da luta pela sobrevivência; desafiando, ao mesmo tempo, a idéia relacionada à impossibilidade de uma organização política dos desempregados. Os piquetes simbolizaram a recuperação de uma forma de confrontação utilizada historicamente pelo movimento operário, explicitando a importância deste enquanto uma referência de tradição de luta para os movimentos em formação.

O desenvolvimento das organizações de desempregados ocorreu, todavia, com a sua expansão, particularmente, para a Grande Buenos Aires. As características específicas desta região relacionadas à concentração populacional, ao emprego industrial, ao déficit habitacional, à carência dos serviços básicos, entre outros, a diferenciam do restante do país. Mas se estas diferenciações são importantes para a compreensão dessa área metropolitana, dois outros aspectos contribuíram com a projeção nacional obtida pelos movimentos no “*conurbano bonaerense*”: 1º) os trabalhos de base e as experiências de mobilização realizados nas periferias dos municípios adjacentes à Capital Federal; 2º) a possibilidade de exercer uma maior pressão sobre o Estado e de interferir na dinâmica do principal centro econômico e político do país por meio dos piquetes.

Por último, o controle da distribuição e da gestão dos planos sociais permitiu o desenvolvimento interno, a estruturação e a consolidação dos movimentos, na medida em que estes conseguiram desenvolver projetos produtivos atendendo a necessidades dos seus membros e, em alguns casos, das comunidades locais. Os planos contribuíram para

impulsionar e ampliar as organizações de desempregados, sobretudo na gestão de Fernando De la Rúa, marcada por uma grave crise econômica. Porém, a autonomia *relativa* conquistada a partir do controle da distribuição desses benefícios foi atingida com o governo de Eduardo Duhalde, ao descentralizá-los para as instâncias municipais, favorecendo o uso dos mesmos pelas redes clientelistas vinculadas ao Partido Justicialista (BURKART et al., 2008; ARMELINO, 2008).

A nova regra evidenciaria um dos limites das lutas circunscritas à reivindicação das políticas sociais focalizadas: a dependência e submissão aos interesses de cada novo governo em relação à continuidade ou não dessas políticas e aos objetivos políticos almejados com a sua permanência.

Nesse sentido, após a crise de 2001 os movimentos de desempregados sofreram um refluxo decorrente, entre outros fatores que não retomaremos, da ofensiva expressa por Duhalde (que recorreu à repressão declarada com o objetivo de minar a capacidade de mobilização das organizações opositoras), e pela correlação de forças conformada com o mandato de Néstor Kirchner. Este buscou ampliar a sua base de apoio e assegurar a governabilidade como primeiro presidente eleito após os confrontos de dezembro de 2001 e à falta de legitimidade dos representantes políticos, uma das expressões da crise política instaurada no país.

O discurso progressista de Kirchner atraiu a adesão da população ao defender a “reconstrução do capitalismo nacional”, a renegociação da dívida externa e a sua aproximação com os movimentos de direitos humanos, como evidencia a relação estabelecida com as *Madres de Playa de Mayo*, cujas principais lideranças tornaram-se praticamente suas defensoras públicas. A tentativa de aproximação com os setores que tinham mais se mobilizado e demonstrado certa combatividade nos anos anteriores, os reajustes salariais por decretos, o tratamento dado à dívida externa e às questões relativas aos direitos humanos

(como a democratização das Forças Armadas, a depuração da Suprema Corte de Justiça, entre outras iniciativas), somados a uma retórica anti-neoliberal, contribuíram para atrair a simpatia e o apoio de vários setores sociais.

No que diz respeito aos movimentos de desempregados, a integração e a cooptação corresponderam a uma das principais estratégias adotadas. Defendendo a construção de uma “transversalidade” e convocando as organizações a se integrarem ao governo, Kirchner conseguiu o apoio especialmente daquelas com maior capacidade de mobilização e incorporou suas principais lideranças em cargos políticos importantes (como ocorreu com o dirigente da FTV); não foi por acaso que durante a sua gestão agrupamentos declaradamente pró-kirchneristas tenham sido criadas com o seu apoio. Mas, além disso, ele soube capitalizar e intensificar as contradições e a divisão existente entre os movimentos de desempregados com suas diferentes tendências político-ideológicas.

As estratégias adotadas a partir de 2003 tiveram um duplo caráter: de um lado, neutralizar politicamente e isolar os movimentos contrários à política governamental; de outro obter a adesão e a participação ativa das organizações que concebiam a nova gestão presidencial como um “governo em disputa” e uma conquista das lutas populares. É importante destacarmos que a influência ideológica e política desse segundo grupo de organizações sobre os militantes não é nada desprezível; ao contrário, uma vez que seus dirigentes ocuparam cargos políticos provavelmente puderam obter com mais facilidade informações a respeito dos programas sociais ou o acesso facilitado aos próprios recursos concedidos pelas agências estatais, o que acaba repercutindo sobre a sua base social. Tal influência pode ser observada também na transmissão por parte das lideranças de uma concepção do governo – no qual desempenham funções públicas – como a melhor alternativa para o país, inclusive porque estão diretamente empenhados nessa melhoria.

É ilustrativo, neste caso, o papel político exercido por alguns movimentos na conformação de um apoio efetivo de sua base durante as eleições, como demonstramos no caso da FTV e na recusa do seu núcleo de *Florencio Varela* a apoiar a candidata da situação indicada pela direção majoritária do movimento. A compreensão da continuidade do governo Kirchner (na figura de sua esposa) como “a” alternativa para o aprofundamento das mudanças que diferenciaram a situação do país em relação a 2001 ou mesmo para a resolução definitiva dos problemas estruturais produzidos ao longo de toda uma década em que o neoliberalismo imperou – o que não quer dizer que se rompeu com este modelo – tornou-se o conteúdo de discursos e práticas políticas das organizações aliadas ao governo e que se estende para o atual momento político pelo qual o país passa<sup>104</sup>.

Em relação ao tratamento específico das políticas sociais Néstor Kirchner reduziu os planos sociais concedidos aos movimentos opositores (BORÓN, 2007) e introduziu novos programas que na sua formulação retomavam idéias defendidas pelas organizações, como o desenvolvimento de um “trabalho digno”, de uma “economia social/solidária” e de uma “cultura do trabalho”. O aspecto problemático não está na incorporação dessas consignas se estas fossem efetivamente postas em prática, mas sim nos objetivos almejados com esta apropriação, que para nós foram: 1º) obter o respaldo dos principais interessados ao tipo de resposta estatal formulada para os problemas do desemprego; 2º) dissimular com o incentivo

---

<sup>104</sup> Aliás, foge ao escopo da nossa pesquisa, mas parece-nos que essa compreensão tem sido compartilhada pela juventude que demonstra uma predisposição a se engajar nessas organizações. Se para os jovens que vivenciaram as transformações estruturais e a crise pela qual o país passou, os governos Kirchners (Néstor Kirchner [2003 - 2007] e Cristina Kirchner [2008 - 2011]) aparecem como a principal referência do que se aproximaria de uma relativa estabilidade social à qual cabe dar continuidade, intuimos que esta aparência tem sido alimentada com os apelos ao engajamento juvenil pelo próprio governo e pelos movimentos sociais ligados a ele. Um exemplo disso foi um dos encontros realizados especialmente com a juventude no início deste segundo semestre, em Buenos Aires, um deles tendo sido convocado diretamente pelo ex-presidente Néstor Kirchner. Por outro lado, a capacidade que Kirchner teve em conformar uma significativa base de apoio vinculada a diversos movimentos sociais, com forte influência sobre o campo popular pelos seus históricos de luta e espaços de atuação e intervenção social, como é o caso das *Madres*, pôde ser observado após o seu falecimento, em 28 de outubro. Sem adentrarmos nos possíveis impactos do seu falecimento sobre a vida política argentina, os grupos de esquerda opositoristas estão diante de um novo cenário que se abre, às vésperas das eleições presidenciais, no qual os seus posicionamentos políticos terão ainda mais um papel a desempenhar.

ao trabalho cooperativado e aos micro-empresendimentos produtivos a aplicação de uma política de geração de empregos; 3º) amortecer as mobilizações sociais.

Durante a pesquisa de campo os entrevistados dos dois movimentos relataram as dificuldades na implantação das cooperativas, que incluíam desde o desconhecimento dos participantes em relação aos princípios do trabalho cooperativista como de saberes técnicos e especializados. Vários problemas foram pontuados pelos entrevistados: a falta de um acompanhamento e apoio sistemático dos órgãos governamentais no funcionamento das cooperativas; os atrasos do pagamento a ser destinado aos trabalhadores; o aprendizado e o tempo dedicados à formulação de projetos e aos trabalhos burocráticos em detrimento da mobilização e do trabalho de base com o conjunto dos membros; a ausência dos direitos existentes em um emprego, entre outros.

Ressaltamos, com base nas duas experiências analisadas, o risco implícito nos programas sociais implantados (o *Plan Manos a la Obra* e o *Programa Federal de Emergencia Habitacional*): o seu potencial papel desmobilizador. Sem desconsiderar a importância do recebimento dos recursos financeiros que permitiram aos movimentos obter meios de produção (como ferramentas, instrumentos e insumos), as entrevistas com os dirigentes do MTR e da FTV indicaram a tendência dos movimentos se direcionarem cada vez mais para a resolução dos problemas presentes no funcionamento das cooperativas. As duas organizações apresentaram experiências distintas em relação à participação da base social nas cooperativas, ou seja, enquanto o MTR enfrentou problemas relacionados à sua compreensão por parte dos membros como “*patrão*” – o que provocou desgastes internos e interferiu na própria mobilização –, o núcleo da FTV conseguiu agregar os trabalhadores em torno do trabalho cooperativista visto como uma oportunidade de trabalho. No entanto, como analisamos no último capítulo, a conformação da cooperativa foi considerada como uma possibilidade de obter uma renda maior que os planos e dar um “*descanso na luta*”.

A despeito das diferenças existentes entre o MTR e o núcleo da FTV, ambos apresentaram críticas aos programas, indicando, por um lado, a transferência por parte do governo dos riscos envolvidos no funcionamento das cooperativas e da responsabilidade no fracasso das mesmas (FTV); e, por outro, a fragmentação e os embates no interior das organizações devido à compreensão dos integrantes em relação às cooperativas como um espaço de trabalho desvinculado das ações do movimento e, portanto, da continuidade da participação política nas mobilizações realizadas (MTR). Porém, em 2007, enquanto o MTR passava por um processo de reflexão sobre a continuidade ou não dos projetos cooperativistas e reavaliava a importância destes para o seu objetivo político, o núcleo da FTV apostava na luta pela extensão dos direitos existentes nos empregos registrados para as cooperativas e pela emancipação aos programas estatais.

Embora os movimentos de desempregados tenham demonstrado ao longo da sua trajetória e, especialmente em determinados momentos políticos, uma capacidade ofensiva e de resistência, percebemos durante esta pesquisa que, na sua luta cotidiana, se confrontam não apenas com os problemas relacionados ao atendimento de demandas imediatas, mas também com as dificuldades de avançar as suas mobilizações para objetivos mais amplos. Por isso, as reivindicações das organizações de desempregados se circunscreveram durante muitos anos aos planos sociais, constatação que é criticada pelo próprio MTR (CURTO, 2008).

A resolução de problemas imediatos e o atendimento de demandas concretas relacionadas a necessidades econômicas são fundamentais quando a base social de um movimento apresenta carências materiais, que colocam em jogo não apenas a continuidade do seu engajamento político, mas simplesmente a sua sobrevivência. Nesse sentido, é crucial a garantia de uma segurança material concreta, que possa proporcionar um acúmulo de forças e um avanço em direção a outras conquistas mais amplas e à luta propriamente política. Porém, quando as conquistas materiais imediatas não têm um caráter permanente, a mobilização corre

o risco de reproduzir um ciclo ininterrupto de atos e protestos ao cabo da vigência das mesmas, resolvendo de modo pontual e paliativo problemas que tendem a se reproduzir. Apesar de outras atividades e projetos que tenham desenvolvido, este ciclo parece ter ocorrido entre os movimentos de desempregados na Argentina (inclusive entre os pesquisados), sobretudo quando a principal reivindicação era por planos sociais.

Estendemos essa reflexão aos programas sociais discutidos ao longo desse trabalho. Tais programas não são isentos de concepções teóricas e ideológicas. A ênfase à participação da “sociedade civil” e à formulação de empreendimentos produtivos por meio da “economia solidária” como proposta de rompimento da “exclusão e da pobreza”, pauta-se em fundamentações teóricas que têm implicações políticas nem sempre evidentes. Vejamos um trecho explicativo do programa “*Manos a la Obra*” e intitulado “Combatendo a pobreza junto à sociedade civil”:

Cremos que para romper com o círculo vicioso da exclusão e a pobreza, é fundamental entender que o homem se realiza na atividade e que desenvolver o capital social é o recurso moral de uma comunidade que trabalha para a sua realização. O governo nacional busca colocar o emprego como eixo da integração social. Esta política de criação de emprego é acompanhada por medidas de reativação que lentamente vão emergindo tanto no nível das obras públicas, da produção, da exportação, etc. e que pretendem tirar o nosso país da queda profunda que o levou a níveis subterrâneos (KIRCHNER, 2003, p.4).

Partindo da perspectiva do “paradigma da exclusão social” e considerando o emprego como o principal fator de “integração social”, o programa é apresentado como uma “política de criação de empregos” pela via do desenvolvimento de empreendimentos produtivos no marco da “economia solidária”. Os projetos produtivos teriam, então, o papel de promover a “inclusão social” e “melhorar a qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social” (KIRCHNER, 2003, p.3), propósito geral do programa.

A ênfase dada à economia solidária como um dos aspectos centrais do programa mascara a falta de uma política efetiva de criação de emprego por parte do Estado e o incentivo a trabalhos caracterizados pela ausência de direitos trabalhistas. Mas nos parece importante destacar ainda que a “integração social” como ponto de partida da análise da “exclusão social” desconsidera a idéia de contradição, exploração e luta de classes. De acordo com essa perspectiva os desempregados não teriam uma função social na estrutura produtiva, sendo desse modo uma “não classe” e “irrepresentáveis” (ROSANVALLON, 1998). Aqui se encontra, portanto, as implicações políticas da fundamentação teórica do programa: para esta os desempregados não têm interesses comuns, não podem constituir uma unidade política e tampouco desenvolver uma luta classista. Porém, ao contrário disso, os movimentos de desempregados constituídos na Argentina demonstraram na prática a não validade de algumas dessas idéias e é contra a difusão das mesmas que devem estar atentos.

As referências de lutas classistas realizadas pelo movimento operário e sindical tiveram um papel importante na conformação das mobilizações iniciais, assim como a identificação dos desempregados como parte da classe trabalhadora. Estes dois aspectos se contrapõem às análises cuja definição da condição de classe pauta-se exclusivamente na posição ocupada na estrutura produtiva e às análises que compreendem a classe trabalhadora com base no trabalho produtivo, especificamente, no processo produtivo industrial e no trabalho manual. Para ambas, a pertinência das relações de classe não se estenderia aos desempregados, uma vez que estes não se enquadrariam em nenhuma delas. Daí a adequação do conceito de “exclusão”, porque elimina qualquer possibilidade de se pensar em uma organização política desses trabalhadores a partir de uma perspectiva de classe e reafirma o anacronismo das lutas pautadas em uma contradição estrutural.

Entendemos, em contrapartida, que a emergência e o desenvolvimento dos movimentos de desempregados argentinos se contrapõem a essas análises, uma vez que

simbolizaram a recomposição das relações de exploração capitalistas e o acirramento dos antagonismos de classe. Além disso, vemos no exemplo das suas lutas a possibilidade de contestação à associação, geralmente feita pelas abordagens que invalidam os confrontos de classe, entre a unidade política e uma suposta homogeneidade compartilhada pelos trabalhadores. A organização dos desempregados parece evidenciar o equívoco desse vínculo. O fato desta ocorrer fora dos locais de trabalho estrito senso não significa que as relações de classe deixam de informar as suas ações. A idéia mais importante a ser destacada é outra, qual seja: a conformação de uma luta política classista não tem um espaço pré-determinado para acontecer, neste caso, o argumento pode ser estendido para as organizações classistas, que não têm um lugar pré-definido para se constituírem.

À luz do que foi discutido ao longo deste trabalho, consideramos os movimentos de desempregados como formas de reorganização ou recomposição das lutas da classe trabalhadora. A emergência dessas formas de reorganização expressa, para nós, tentativas de contraposição à desorganização e desmobilização dos trabalhadores. Enfatizamos nesta reflexão as palavras formas e tentativas porque se trata de um processo histórico ainda em curso. Os movimentos de desempregados na Argentina demonstraram ao longo da sua história que não se constituem num todo unificado: ao lado da combatividade expressa por alguns, encontram-se outros com ações mais tendentes à cooptação; além disso, trata-se de um processo em aberto por conta dos dilemas presentes no conteúdo das reivindicações e justamente dos desafios para impulsionar, no plano mais imediato, uma luta efetiva por trabalho e, a longo prazo, uma luta política.

## Bibliografia

- **Artigos, livros, dissertações e teses.**

- AGUITON, Christophe. **O mundo nos pertence**. São Paulo: Viramundo, 2002. p.222.
- ALMEYRA, Guillermo. **La protesta social en la Argentina (1990-2004)**. Fábricas recuperadas, piquetes, cacerolazos, asambleas populares. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2005. p. 207.
- ALMEYRA, Guillermo. Los movimientos sociales en Argentina, 1990 – 2005. **Argumentos**, Xochimilco, n. 48-49, p. 43-68, 2005a.
- ALMEYRA, Guillermo; SUÁREZ, Carlos A. Sindicalización, sindicatos y experiencias extrasindicales actuales en algunos países de América Latina. **OSAL**, Buenos Aires: CLACSO, año X, n° 26, octubre, p. 77 – 91, 2009.
- ALTAMIRANO, Carlos. ¿Quo vadis, Argentina? **Estudios Avanzados**, São Paulo, vol 16, n° 44, p. 69 – 82, 2002.
- ÁLVAREZ, Maria I. F.; MANZANO, Virgínia. Desempleo, acción estatal y movilización social en Argentina. **Política y Cultura**. México, n.27, primavera, p. 143-166, 2007.
- AMIN, Samir. Para além da mundialização liberal: um mundo melhor ou pior. **Revista Espaço Acadêmico**, n.91, p. 1 – 15, 2008.
- AMORIM, Elaine R. A. **No limite da precarização?** Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção. Dissertação de mestrado (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- AMORIM, Elaine R. A. A explosão do desemprego na França: amortecedor ou estimulante da mobilização dos desempregados? **Revista Espaço Acadêmico**, n.108, p. 18-28, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewArticle/10036>
- AMORIM, Elaine R. A. Particularidades dos movimentos de desempregados no Brasil, França e Argentina. 2010a, p.1- 38. (mimeo).
- AMORIM, Elaine R. A.; ARIAS, Santiane. Neoliberalismo e lutas sociais: a emergência dos movimentos piqueteros e altermundialistas no contexto neoliberal. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, vol. 1, n°1, p.231-251, 2009. Disponível em: [www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes)
- AMORIM, Henrique. **Teoria Social e Reduccionismo Analítico**: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. p. 175.

- AMORIM, Henrique. **Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2009. p.162.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9 – 23.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Campinas: Unicamp, Editora Cortez, 1995. 155p.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 258.
- ANTUNES, Ricardo. Os novos proletários do mundo na virada do século. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 6, p. 113 – 124, 1999a.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 136.
- ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 231 – 238.
- ARCEO, Enrique. El fracaso de la reestructuración neoliberal en América Latina. Estrategias de los sectores dominantes y alternativas populares. In: ARCEO, Enrique.; BASUALDO, Eduardo. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 27-65.
- ARCEO, Enrique. El impacto de la globalización en la periferia y las nuevas y viejas formas de dependencia en América Latina. *Cuadernos del CENDES*, Caracas/Venezuela, ano/vol.22, número 60, 2005. p. 25 -61.
- ARCEO, Enrique.; BASUALDO, Eduardo. Los cambios de los sectores dominantes em América Latina bajo el neoliberalismo. In: ARCEO, Enrique.; BASUALDO, Eduardo. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 15-26.
- ARMELINO, Martín. Tensiones entre organización sindical y organización territorial: la experiencia de la CTA y la FTV en el período poscrisis. In: PEREYRA, Sebastián; PÉREZ, Germán J.; SCHUSTER, Federico. (Orgs.). **La huella piquetera: avatares de las organizaciones de desocupados después de 2001**. La Plata: Al Margen, 2008. p. 141 – 182.
- AUYERO, Javier. **La política de los pobres**. Las prácticas clientelistas del peronismo. Buenos Aires: Manantial, 2001. p. 251.
- AZPIAZU, Daniel; BASUALDO, Eduardo. Las privatizaciones en la Argentina. Genesis, desarrollo y principales impactos estructurales. In: AZPIAZU, Daniel; BASUALDO,

- Eduardo. **Las privatizaciones en la Argentina. Genesis, desarrollo y principales impactos estructurales.** Buenos Aires: FLACSO, 2004, p. 1 – 48.
- BARRETO, Eleonora. **Desemprego e (des)mobilização política: a luta do sindicato dos bancários de Campinas e região.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- BASUALDO, Eduardo M. La reestructuración de la economía argentina durante las últimas décadas de la sustitución de importaciones a la valorización financiera. In: In: ARCEO, Enrique.; BASUALDO, Eduardo. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales.** Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 123- 177
- BATISTA JR. Paulo Nogueira. Argentina: uma crise paradigmática. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol 16, n° 44, p.83 – 96, 2002.
- BATTISTINI, Osvaldo. Transformaciones culturales en el trabajo y acción sindical. Un juego de intereses contradictorios. In: FERNÁNDEZ, Arturo (Org.) **Sindicatos, crisis y después: una reflexión sobre las nuevas y viejas estrategias sindicales argentinas.** Buenos Aires: Ediciones Biebel, 2002. p. 31 – 48.
- BERGEL, Pablo. Nuevas formas asociativas: asambleas vecinales y movimientos de trabajadores desocupados (MTD). In: BOMBAL, Inés González. (Org.). **Nuevos movimientos sociales y ONGs en la Argentina de la crisis.** Buenos Aires: CEDES, 2003. p. 81 – 187.
- BÉROUD, Sophie. La rébellion salariale. In : CRETTEZ, Xavier ; SOMMIER, Isabelle. (org). **La France Rebelle.** Tous les mouvements et acteurs de la contestation. Paris : Éditions Michalon, 2006, p.249 – 305.
- BÉROUD, Sophie. La difficile emergence d'un mouvement de chômeurs en Espagne (1988-2002). **Politique européenne**, Paris : Harmattan, vol. 1, n°. 21, p. 133-156, 2007.
- BÉROUD, Sophie; MOURIAUX; René. **L'année sociale** 2003-2004. Paris : Editions Syllepse, 2004. p.365.
- BÉROUD, Sophie ; MOURIAUX, René ; VAKALOULIS, Michel. **Le mouvement social en France.** Essai de sociologie politique. Paris : La Dispute, 1998. p. 220.
- BERTRAND, Germain. **Chômeurs : le syndicalisme au défi. L'expérience de la CFTC.** (Arguments. Bureau d'études de la CFTC). CFTC : Paris, 2001. p.149.
- BEYNON, Huw. A destruição da classe operária ? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 27, ano 10, p. 5 – 17, 1995.
- BEYNON, Huw. O sindicalismo tem futuro no século XXI ? In: SANTANA, Marco Aurélio ; RAMALHO, José Ricardo. (Org.). **Além da fábrica : trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.** São Paulo : Boitempo Editorial, 2004. p. 44-71.

- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. p. 284.
- BIHR, Alain. **La novlangue néolibérale**. Paris: Éditions Pages Deux. 2007. p. 236.
- BOITO, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1999. p. 247.
- BOMBAL, Inés González. (Org.). **Nuevos movimientos sociales y ONGs en la Argentina de la crisis**. Buenos Aires: CEDES, 2003. p. 187.
- BONNET, Alberto. Las relaciones con el Estado em las luchas sociales recientes. Un planteo del problema a partir de la experiencia argentina. In: BONNET, Alberto; PIVA, Adrián. **Argentina en pedazos**. Luchas sociales y conflictos interburgueses en la crisis de la convertibilidad. Buenos Aires: Continente, 2009. p. 71 – 113.
- BORÓN, Atílio. Néstor Kirchner e as desventuras da “centro-esquerda” na Argentina. **Lutas Sociais**, São Paulo, n°17/18, p. 9 – 22, 2007.
- BOTTARO, Lorena. **El desafío de recrear la cultura del trabajo desde las organizaciones de trabajadores desocupados: el caso del Movimiento Teresa Rodríguez**. Tesis de Grado (Licenciatura en Política Social), Universidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. O movimento de desempregados um milagre social. In: BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999. p. 128 – 131.
- BOURNEAU, F.; MARTÍN, V. Organiser les sans emploi? L’expérience de l’APEIS dans le Val-de-Marne. In: FILLIEULE, O. (Org.) **Sociologie de la Protestation**. Les formes de l’action collective dans la France contemporaine. Paris: L’Harmattan, 1993. p. 156 - 180.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. A degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 379.
- BUHL, Kathrin; KOROL, Claudia. **Criminalização dos protestos e movimentos sociais**. São Paulo: Instituto Roda Luxemburg Stiftung, 2008. p. 256.
- BURKART, Mara; et al. Las estrategias políticas de organizaciones de desocupados a partir de la crisis de 2001. In: PEREYRA, Sebastián; PÉREZ, Germán J.; SCHUSTER, Federico. (Orgs.). **La huella piquetera**: avatares de las organizaciones de desocupados después de 2001. La Plata: Al Margen, 2008. p. 35 – 64.
- BUSSOLA, Diego. As empresas de serviços públicos na Argentina. **Análise Social**, vol. XLIII, p. 721 – 747, 2008.
- CAFASSI, Emilio. **Olla a presión**. Cacerolazos, piquetes y asambleas, sobre fuego argentino. Buenos Aires: Libros del Rojas. 2002. p.134.

- CAMPIONE, Daniel; RAJLAND, Beatriz. Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de 2001 en adelante. Novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos. In: CAETANO, Gerardo. **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 297 - 329.
- CANTON, Marcelo. El Presidente convocó un boicot contra la petrolera Shell. **Clarín**, Buenos Aires, 11 mar. 2005.
- CAPRIATA, Laura. Existen más planes sociales que nunca. **La Nación**, Buenos Aires, 1 dez. 2003.
- CARVALHO, Soraia. Neuquén: águas revoltas e vermelhas. **Lutas & Resistências**, Londrina, n° 2/3, p. 194 – 198, 2007.
- CAVALLERI, Stella; DONAIRE, Ricardo; ROSATI, Germán. Evolución de la distribución de la población según la división del trabajo social Argentina, 1960-2001. **PIMSA - Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina**. Buenos Aires: año IX, n°. 9, p. 8-35, 2005.
- CEHO. **I Encuentro Regional “Ciencias Sociales y Sindicalismo**. Rosario: Propuesta Gráfica, 2000. p.188.
- CEHO. **III Encuentro Regional “Ciencias Sociales y Sindicalismo**. Rosario: Propuesta Gráfica, 2002.
- CELS. **Plano Jefes y Jefas ¿Derecho social o beneficio sin derechos?** Buenos Aires: CELS, 2003. p.37.
- CERRUTTI, Marcela; GRIMSON, Alejandro. Buenos Aires, neoliberalismo y después. Cambios socioeconómicos y respuestas populares. **Cuardenos del IDES**, n° 5, out, p. 1 – 63, 2004.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996. p 335.
- CHESNAIS, François. A « nova economia »: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. p. 43 – 70.
- COGGIOLA, Osvaldo; BILSKY, Edgardo. **História do Movimento Operário Argentino**. São Paulo: Xamã, 1999. p.182.
- COHEN, Valérie. **Chômage et mobilisation collective: Processus de formation et tentative d’affirmation d’une force contestaire**. Thèse de doctorat de sociologie sous la direction de Pierre Bouvier. Université de Paris X – Nanterre, UFR Sciences Sociales et administratives. 2003.
- COHEN, Valérie. Transformations et devenir des mobilisations collectives de chômeurs. **Les Mondes du Travail**. n°.6, p.91-102, 2008.

- COLETTI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal. **Idéias**, Campinas, n° 9, p. 49 – 104, 2002.
- COLETTI, Claudinei. Avanços e impasses do MST e da luta pela terra no Brasil nos anos recentes. In: SEOANE, José. (Org.) **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 73 – 84.
- COTARELO, Maria Célia. Un punto de inflexión en las luchas populares en la Argentina actual: la insurrección espontánea de diciembre de 2001. **Herramienta. Revista de debate y crítica marxista**. Buenos Aires, otoño, n°. 19, año VI, p. 78 – 87, 2002.
- COTARELO, Maria Célia. Aproximación al análisis de los sujetos emergentes en la crisis de 2001-2002 en Argentina. **PIMSA – Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina**. Buenos Aires: año IX, n. 9, p. 198-217, 2005.
- COURS-SALIES, Pierre ; VAKALOULIS, Michel. Quelle sociologie des mouvements sociaux ? In : In : COURS-SALIES, Pierre ; VAKALOULIS, Michel. (Org.). **Les mobilisations collectives**. Une controverse sociologique. Paris : Presses Universitaires de France, 2003. p. 7 – 14.
- COUTROT, Thomas; HUSSON, Michel ; RAMAUX, Christophe. Emploi : quelle alternative aux impasses du social-libéralisme ? In : FONDATION COPERNIC. **Diagnostics pour sortir du libéralisme**. Paris: Sylepse, 2000.
- CRETTEZ, Xavier ; SOMMIER, Isabelle. Les « sans-emploi ». In : CRETTEZ, Xavier ; SOMMIER, Isabelle. (dir.). **La France Rebelle**. Tous les mouvements et acteurs de la contestation. Paris : Éditions Michalon, 2006. p. 327 – 340.
- CROSS, Cecilia; LENGUITA, Paula; WILKIS, ARIEL. Sindicalismo y piqueteros: ¿ Dos formas políticas del trabajo? In: FERNÁNDEZ, Arturo (Org.) **Sindicatos, crisis y después: una reflexión sobre las nuevas y viejas estrategias sindicales argentinas**. Buenos Aires: Ediciones Biebel, 2002. p. 105 – 123.
- CRUZ, Sebastião Velasco. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 456.
- CURTO, María Cecília. F. “Cuando vamos de piqueteros”. In: RUBINICH, Lucas. (Org) **La Sociología Ahora**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007. p. 55-71.
- CURTO, María Cecília. F. Entre vecinos y piqueteros : la apuesta del MTR en la multisectorial de Alvarado frente a los dilemas de la organización. In: PEREYRA, Sebastián; PÉREZ, Germán J.; SCHUSTER, Federico. (Orgs.). **La huella piquetera: avatares de las organizaciones de desocupados después de 2001**. La Plata: Al Margen, 2008. p. 251 – 276.
- DANANI, Claudia; LINDENBOIM, Javier. Trabajo, política y políticas sociales en los 90: ¿ hay algo de particular en el caso argentino? In: In: LINDENBOIM, Javier; DANANI, Claudia. (Org.) **Entre el trabajo y la política: las reformas de las políticas sociales argentinas en perspectiva comparada**. Buenos Aires: Biblos, 2003. p. 253 – 266.

- DANIEL, Christine; TUCHSZIRER. **L'Etat face aux chômeurs**. L'indemnisation du chômage de 1884 à nos jours. Paris : Flammarion, 1999. p.394.
- DÁVALOS, Pablo. Movimiento indígena, democracia, estado y plurinacionalidad en Ecuador. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, año/vol.10, n. 001, p. 175 – 202, 2004.
- DEFOULOY, Emmanuel. (2006). Sans-emploi. Quand la mesure du chômage masque le travail des chômeurs. In : BEAUD, Stéphane ; CONFAVREUX, Joseph ; LINDGAARD, Jade (Dir.). **La France invisible**. Paris: La Découverte, 2006, p. 356-366.
- DELAMATA, Gabriela. De los “estallidos” provinciales a la generalización de las protestas en Argentina. Perspectiva y contexto en la significación de las nuevas protestas. **Nueva Sociedad**, Venezuela, n°. 182, p. 121-138, 2002.
- DELAMATA, Gabriela. **Los barrios desbordados**: las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires. Bueno Aires: Eudeba, 2004.
- DELAMATA, Gabriela. Construyendo pluralismo territorial. Las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires en la perspectiva de sus bases sociales. In: DELAMATA, Gabriela (Org.). **Ciudadanía y Territorio. Las relaciones políticas de las nuevas identidades sociales**. Bueno Aires: Espacio Editorial, 2005. p. 105-155.
- DEMAZIÈRE, Didier. Des chômeurs sans représentation collective : une fatalité ? **Esprit**, n°. 226, p. 12 – 32, 1996.
- DEMAZIÈRE, Didier ; PIGNONI, Maria-Teresa. **Chômeurs** : du silence à la révolte. Paris: Hachette Littératures, 1998. 261p.
- DETHYRE, Richard. Chômeurs en mouvement et statut des problèmes sociaux. In: VAKALOULIS, Michel. (Org.) **Travail salarié et conflit social**. Paris: PUF, 1999. p. 63 – 78.
- DIAS, Edmundo F. **A liberdade (im)possível na ordem do capital**. Reestruturação produtiva e passivização. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999. p.159. (Coleção Textos Didáticos).
- DICAPUA, María de los Angeles; LAGIU, Efimia; VALENTINO, Norma. Marco empírico e teórico de referência. In: DICAPUA, María de los Angeles; LAGIU, Efimia; VALENTINO, Norma. (orgs.). **Atados con alambre**: flexibilización, trabajo y trabajadores en Argentina. Rosario: Laborde Editor, 2001. p. 15 – 60.
- DINATALE, Martín. Sin diálogo entre Kirchner y Duhalde. **La Nación**, Buenos Aires, 1 dez. 2003.
- DINERSTEIN, Ana C. *Roadblocks* in Argentina: against the violence of stability. **Capital & Class**, London, n° 74, p. 1-7, 2001.

- DINIZ, Simone. A reforma trabalhista Argentina: a política de prêmios e castigos. **Tempo da Ciência**, vol, 13, n°. 25, p. 157-175, 2006.
- DONAIRE, Ricardo ; Verônica, LASCANO. Movimiento Obrero y Hiperinflación. **PIMSA - Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina**. Buenos Aires, ano VI, 2002.
- DREYFUS, Michel. 1933: Les marches de la faim. In : SCHMITT, Bertrand ; SPADONI, Patrice. **Les sentiers de la colère**. Paris : L'Esprit Frappeur, 2000. p. 25- 29.
- DRUCK, Maria Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica - um estudo do complexo petroquímico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 271.
- DUMÉNIL, Gérard. A América Latina na mundialização neoliberal. 2005. Disponível em: [www.jourdan.ens.fr/levy](http://www.jourdan.ens.fr/levy) Acesso em: 31 de maio de 2010.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. p. 15 – 42.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Uma nova fase do capitalismo? Três interpretações marxistas. In: CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003a. p. 93 – 114.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. **Crítica Marxista**, n. 18, 2004.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. In: GALVÃO, Andréia et al (Org.). **Marxismo e Socialismo no Século 21**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 7-28.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Néolibéralisme: dépassement ou renouvellement d'un ordre social ? **Actuel Marx**, n°. 40, Paris: Presses Universitaires de France, p. 86 – 100, 2006.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Une théorie marxiste du néolibéralisme. **Actuel Marx**, n. 40, Paris: Presses Universitaires de France, p. 24 – 38, 2006a.
- EAGLETON, Terry. Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 301.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 576.
- FAVARO, Orietta. Protesta social y representación en las provincias argentines: Neuquen en la última década. In: SEOANE, José. (Org.) **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 233 – 246.

- FERRER, Aldo. **La economía argentina**. Desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010. p. 468.
- FILLIEULE, Olivier. Conscience politique, persuasion et mobilisation des engagements. L'exemple du syndicat des chômeurs, 1983-1989. In: FILLIEULE, Olivier. (Org.) **Sociologie de la Protestation**. Les formes de l'action collective dans la France contemporaine. Paris: L'Harmattan. 1993. p. 123-155.
- FILLIEULE, Olivier. Lectures critiques. Chômeurs : du silence à la revolte. Sociologie d'une vie collective. **Revue française de science politique**, vol. 50, n° 2, p. 356 – 358, 2000.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Verba de Kirchner dissolve “piqueteros”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 out. 2007.
- GALLAND, Olivier; LOUIS, Marie-Victoire. Chômage et action collective. **Sociologie du Travail**, Paris, n° 2, p. 173- 191, 1981.
- GALLO, Daniel. Fue tomado un banco en Varela. **La Nación**, Buenos Aires, 1 ago. 2001.
- GALVÃO, Andréia. A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo. **Idéias**, Campinas, n° 9, p. 105 – 154, 2002.
- GALVÃO, Andréia. Algumas abordagens teóricas nos estudos de trabalho e sindicalismo. In: **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- GALVÃO, Andréia. A flexibilização trabalhista na França. 2006, p. 1-20. (mimeo).
- GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 344p.
- GALVÃO, Andréia. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Revista Debates**, Porto Alegre, vol.2, n° 2, p. 8 -24, 2008.
- GALVÃO, Andréia. Entre o real e o virtual: as reformas sindical e trabalhista no governo Lula In: Previtali, Fabiane e Lucena, Carlos (Org.) **Capitalismo, Estado e Educação**. Campinas: Átomo-Alínea, 2008a, p. 207-223.
- GALVÃO, Andréia; ZARPELON, Sandra. A flexibilização trabalhista na Argentina. 2006, p. 1-18. (mimeo)
- GARCIA, Mariana. El rostro de la desocupación. **Clarín**, Buenos Aires, 2 nov. 2000.
- GIOSA ZUAZÚA, Noemí. La reforma laboral versus la necesidad de generar empleo y promover su institucionalidad. 2004. p. 9. Disponível em: [www@ciepp.org.ar](http://www@ciepp.org.ar)
- GIOSA ZUAZÚA, Noemí. Dinámica del mercado de empleo y regulación laboral en Argentina – Antecedentes y transformaciones de los 90s: ¿ Hacia a dónde vamos?,

- Observatorio Argentina**, n.º. 8, diciembre, 2005. 30p. Disponível em: [www.argentinaobservatory.org](http://www.argentinaobservatory.org) . Acesso em: 14 de julho de 2009.
- GIOSA ZUAZÚA, Noemí. L'emploi, intégrateur social dans l'Argentine de l'après-convertibilité ? **Revue Tiers Monde**, n.8, p. 35 – 50, 2007.
- GIRÓN, Alícia. **Argentina** : su recurrente inestabilidad financeira. Buenos Aires : CLACSO, 2009. p. 184.
- GODIO, Julio. La cruel venganza de los desocupados. **La Nación**, Buenos Aires, 5 out. 2003.
- GOLBERT, Laura. Derecho a inclusión o paz social. Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados. **Cepal**, n. 84 (Serie Políticas Sociales), Santiago de Chile, p. 1 – 46, 2004.
- GÓMES, Marcelo. La acción colectiva sindical y la recomposición de la respuesta política estatal en la Argentina 2003-2007. In: NEFFA, Julio; TOLEDO, Enrique de la Garza; TERRA, Leticia Muñiz. (Org.) **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo y identidades laborales**. Buenos Aires: CLACSO, 2009, vol II. p. 161 – 205.
- GONZÁLEZ, Mariana L. Transformaciones de hecho y de derecho en las relaciones laborales em los 90. In: LINDENBOIN, Javier; DANANI, Claudia. (Org.) **Entre el trabajo y la política: las reformas de las políticas sociales argentinas en perspectiva comparada**. Buenos Aires: Biblos, 2003. p. 89 – 104.
- GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 117.
- GRASSI, Estela. Política, cultura y sociedad: la experiencia neoliberal en la Argentina. In: LINDENBOIN, Javier; DANANI, Claudia. (Org.) **Entre el trabajo y la política: las reformas de las políticas sociales argentinas en perspectiva comparada**. Buenos Aires: Biblos, 2003. p. 107 – 166.
- GRASSI, Estela. Los acontecimientos y los hechos políticos de la década. In: GRASSI, Estela. **A otra década infame**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2003a.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho em Transição. Uma comparação entre São Paulo, Paris e Tóquio. **Novos Estudos**, n. 76, nov., 2006. p.159-177.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. La “brésilianisation” de l’Occident?. **Revue Tiers Monde**, n.º. 189, jan-mar, p. 155-174, 2007.
- GUZMÁN CONCHA, César. Los trabajadores en tiempos del neoliberalismo. Los casos de Argentina y Chile **Informe final del concurso: Fragmentación social y crisis política e institucional en America Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>

- HARKIN, Hugh. Criminalizar las críticas a Israel. 2009. Disponível em: <http://judiosantisionistasargentina.blogspot.com/2009/06/criminalizar-las-criticas-israel.html> . Acesso em: 11/11/10.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. p.349.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 249.
- HUSSON, Michel. Débatare pour agir contre le chômage. In : AC ! (Org.) **Données & Arguments**. Paris : Editions Syllepse, 1994, p. 6 – 9.
- HUSSON, Michel. Pour continuer à débatare et à agir ensemble. In : AC ! (Org.) **Données & Arguments**. Paris : Editions Syllepse, 1995, p. 5 – 8.
- HUSSON, Michel. **Misère du capital**. Paris : Syros, 1996. Disponível em : <http://hussonet.free.fr/ouvrages.htm>. Acesso em 11/03/10.
- HUSSON, Michel. **Un Pur Capitalisme**. Paris : Editions Page Deux. 2008. 204p.
- HUSSON, Michel. Soixante ans d’emploi. In: HUSSON, M. **La France du Travail**. Paris: L’Atelier/IRES, 2009. Disponível em : <http://hussonet.free.fr/ouvrages.htm>. Acesso em: 11/03/10.
- IÑIGO CARRERA, Nicolás. Las huelgas generales, Argentina 1983-2001: un ejercicio de periodización. **PIMSA - Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina**. Buenos Aires, año V, n.º. 5, p. 109-136, 2001.
- IÑIGO CARRERA, Nicolás. Intervenção de Iñigo Carrera. In: CEHO (Org.) **III Encuentro Regional “Ciencias Sociales y Sindicalismo”**. Rosario: Propuesta Gráfica, 2002. p. 19-26.
- IÑIGO CARRERA, Nicolás. **Sujeto e instrumentos de lucha en el capitalismo argentino contemporáneo (1975-2005)**. Trabalho apresentado V Colóquio Marx e Engels. Cemarx, Unicamp. Campinas. 2007. p. 10.
- IÑIGO CARRERA, Nicolás; COTARELO, Maria Célia.¿ Revuelta o motín? Rosario y General Sarmiento, 1989. **PIMSA – Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina**. Buenos Aires: año V, n. 5, p. 91-107, 2001.
- IÑIGO CARRERA, Nicolás; COTARELO, María Celia. Social Struggles in Present Day Argentina. **Bolletín of Latin American Research**, vol 22, n° 2, p. 201-203, 2003.
- IÑIGO CARRERA, Nicolás; COTARELO, Maria Célia. Argentina, diciembre de 2001: Hito en el proceso de luchas populares. In: SEOANE, José. (Org.) **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 209 – 221.

- JOIN-LAMBERT, Marie-Thérèse. **Rapport de mission sur les problèmes soulevés par les mouvements de chômeurs en France fin 1997 - début 1998.** Rapport au Premier Ministre. Paris, 1998. p. 68.
- KIRCHNER, Alicia. **Combatiendo la pobreza junto a la sociedad civil.** VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28 – 31 out, 2003. p. 6.
- KLACHKO, Paula. Objetivos de la protesta de cinco organizaciones de desocupados: Primer semestre 2002 – primer semestre 2004. **PIMSA – Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina**, año IX, n° 9, Buenos Aires, p. 160-197, 2005.
- KOROL, Claudia (Org.). **Cortando las rutas del petróleo.** Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2006. p.192.
- KOROL, Claudia. La formación política de los movimientos populares latinoamericanos. **OSAL**, año VIII, n° 22, p. 227 – 240, 2007. Disponible em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/EMS22Korol.pdf> Acceso em: 10/05/2008.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p.230.
- LA NACIÓN. Cómo se distribuyen los planes de trabajo. **La Nación**, Buenos Aires, 21 jan. 2000.
- LA NACIÓN. Acuerdo de gobernadores del PJ con De la Rúa. **La Nación**, Buenos Aires, 21 mar. 2000.
- LA NACIÓN. Hay más cortes de ruta y son más violentos. **La Nación**, Buenos Aires, 6 ago. 2001.
- LA NACIÓN. Los piqueteros negociaron y levantaron las protestas. **La Nación**, Buenos Aires, 7 fev. 2003.
- LA NACIÓN. Los comicios dividen los grupos piqueteros. **La Nación**, Buenos Aires, 11 mar 2003.
- LA NACIÓN. Dialoguistas y combativos, nueva frontera en el mapa piquetero. **La Nación**, Buenos Aires, 5 out. 2003.
- LA NACIÓN. El 65,7% de la población quiere que el Estado evite piquetes. **La Nación**, Buenos Aires, 6 nov. 2003.
- LA NACIÓN. Entre críticas y acusaciones D'Elía respondió a Castells. **La Nación**, Buenos Aires, 6 nov. 2003.
- LA NACIÓN. Representantes del gobierno participaron del Congreso Piquetero em Parque Norte. **La Nación**, Buenos Aires, 21 jun 2004.

- LEAL, Giuliana Franco. Exclusão como ruptura de laços sociais: uma crítica do conceito. 2008, p. 17. (Mimeo).
- LEMOINE, Mathieu. Emploi et chômage. In : OFCE. **L'économie française 2009**. Paris : La Découverte, 2008, p.46-60.
- LODOLA, German. Protesta popular y redes clientelares en la Argentina : el reparto federal del plan trabajar (1996-2001). **Desarrollo Económico**. Buenos Aires, vol. 44, n°.176, enero-marzo, p. 515 – 535, 2005.
- LOJKINE, Jean. Nouveaux rapports de classe et crise du politique dans le capitalisme informationnel. In : In : LOJKINE ; COURTS-SALIES, Pierre ; VAKALOULIS, Michel (Org.) **Nouvelles luttes de classes**. Paris : Presses Universitaires de France, 2007. p. 15 – 27.
- LOZANO, CLAUDIO. **Catástrofe social en Argentina**. La situación a Junio del 2002. IEF, CTA, Buenos Aires, Argentina. 2002. p. 20.
- LUCESOLE, Maria. D'Elía aspira a convertirse en el próximo Lula de América Latina. **La Nación**, 11/03/03.
- MACEIRA, Verónica; SPALTENBERG, Ricardo. Una aproximación al movimiento de desocupados en el marco de las transformaciones de la clase obrera en Argentina. **OSAL**, Buenos Aires, n. 5, p. 23 – 28, 2001.
- MACHADO, Eliel Ribeiro. **Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo**. Tese de doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- MACHADO, Eliel. Lutas e resistências na América Latina hoje. **Lutas & Resistências**, Londrina, vol.1, p. 12 – 24, 2006.
- MACHADO, Eliel. Movimentos populares na América Latina: paradoxos das lutas anti-sistêmicas? **Lutas Sociais**. São Paulo, n. 23, p. 32 -42, 2009.
- MACHADO, Eliel Ribeiro; GONÇALVES, Renata. MST: entre a constituição de classe nos acampamentos e o refluxo político-ideológico nos assentamentos. Texto apresentado no V Colóquio Marx e Engles. CEMARX/UNICAMP, 2007.
- MARCELINO, Paula Regina. **Terceirização e ação sindical**. A singularidade da reestruturação do capital no Brasil. Tese de doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- MARCELINO, Paula; AMORIM, Henrique. Neoliberalismo e dominação de classe: uma análise marxista do capitalismo contemporâneo. Entrevista com Gérard Duménil. **Lutas Sociais**. São Paulo: n. 17/18, p. 183 – 196, 2007.
- MARTIN, Virginie. Organiser les sans emploi ? L'expérience de l'APEIS dans le Val-de-Marne. In: FILLIEULE, Olivierl. (Org.) **Sociologie de la protestation : les formes**

- de l'action collective dans la France contemporaine. Paris: L'Harmattan, 1993. p. 157-180.
- MARUANI, Margaret. **Les mécomptes du chômage**. Paris : Bayard, 2003. p.159.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 346.
- MARX, Karl. **O Capital**. Vol.II. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1988. p. 294.
- MASSETTI, Astor. Piqueteros eran los de antes: sobre las transformaciones em la protesta piquetera. **Laboratorio**. Estudios sobre Cambios Estructural y Desigualdad Social. año 8, n° 19, p. 29-36, 2006.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Novas bases para o protagonismo sindical na América Latina: o caso brasileiro. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. (Org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 226-259.
- MAURER, S.; PIERRU, E. Le mouvement des chômeurs de l'hiver 1997-1998. Retour sur un «miracle social». **Revue Française de science politique**, vol. 51, n° 3, juin, p. 371-407, 2001.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, CEDEC, n.17, p.49-66, 1989.
- MENELEU NETO, José. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo A. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75 – 107.
- MERKLEN, Denis. **Pobres Ciudadanos**. Las clases populares en la era democrática (Argentina, 1983-2003). Buenos Aires: Gorla, 2005. p. 224.
- MERKLEN, Denis. **Quartiers populaires, quartiers politiques**. Paris : La Dispute. 2009. p. 305.
- MÉSZÁROS, Istvan. Desemprego e Precarização : um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27 - 44.
- MEZZI, Dominique. Travail et Revenu. Entretien avec Hubert Constancias (MNCP), François Desanti (Comités de chômeurs CGT), Richard Dethyre (APEIS), Claire Villiers (AC !). **Critique Communiste**, n. 152, p. 38 – 44, 1998.
- MORA, Agnès. **Les difficultés d'organisation des chômeurs comme indice d'une « crise » du syndicalisme**. Mémoire présenté pour le DEA d'Études Politiques, Paris, 1987. p. 114.

- MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora SENAC, 2001. p. 154.
- MOROSI, Pablo. Investigan supuesta extorsion a beneficiários del Plan Trabajar. **La Nación**, 27/01/01.
- MOROSI, Pablo. Mantendrán los planes de empleo a piqueteros. **La Nación**, 05/08/01.
- MOURIAUX, René. A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, n° 14, abril, p. 150-171, 2002.
- MOURIAUX, René; BÉROUD, Sophie. Para uma definição do conceito de “movimento social”. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. (Org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 159 - 173.
- NEFFA, Julio. **Las principales reformas de la relación salarial operadas durante el período 1989-2001 con impactos directos o indirectos sobre el empleo**. 2005. 123p. Disponível em: [www.clacso.org.ar/biblioteca](http://www.clacso.org.ar/biblioteca) Acesso: 15 de dezembro de 2009.
- NEFFA, Julio. El Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados (PJyJHD). Análisis de sus características y objetivos. Fortalezas y debilidades. In: NEFFA, Julio; TOLEDO, Enrique de la Garza; TERRA, Leticia Muñiz (Org.). **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo y identidades laborales**. Buenos Aires: CLACSO, vol II, 2009. p. 281 – 347.
- NIZZOLI, Cristina. Movimentos sociais, sindicato e imigração. Um estudo sobre os trabalhadores sem documentos na região parisiense. **Revista Espaço Acadêmico**, n.108, maio, p. 9-17, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10035/5582>
- NOVARO, Marcos. La década del menemismo. In: TORRE, Juan Carlo; NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente; CHERESKY, Isidoro. **Entre el abismo y la ilusión: peronismo, democracia y mercado**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 1999. p. 9 – 39.
- OIT. **Tendências Mundiais de Emprego da OIT 2010**. Disponível em: [http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/news/news\\_131.php](http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/news/news_131.php)
- OVIEDO, Luis. **Una historia del movimiento piquetero**. De las primeras Coordinadoras a las Asambleas Nacionales. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2001. p. 175.
- PACHECO, Mariano. Del piquete al movimiento. Parte 1: De los orígenes al 21 de diciembre. **Cuadernos de la FISYP**, Buenos Aires, n°. 11, enero, p. 1- 84, 2004.
- PACHECO, Mariano. **De Cutral-Có a Puente Pueyrredón**. Una genealogía de los Movimientos de Trabajadores Desocupados. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2010. p. 480.

- PAGÈS, Yves. « Le chômage n'est pas l'envers du travail, mais l'un de ses moments ». Entretien avec Laurent Guilloteau et Valérie Marange. In : BEAUD, Stéphane ; CONFAVREUX, Joseph ; LINDGAARD, Jade (Org.). **La France invisible**. Paris: La Découverte, 2006. p. 241- 244.
- PÁGINA 12. D'Elía fue designado Subsecretario de Tierras. **Página 12**, Buenos Aires, 21 fev. 2006.
- PÁGINA 12. Ceballos renunció y se consideró proscripto. **Página 12**, Buenos Aires, 18 set. 2007.
- PALOMINO, Héctor; et al. A política e o político nos movimentos sociais na Argentina. In: DAGNINO, Evelina; OLIVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 309 – 342.
- PÄTZOLD, Brigitte. Les chômeurs français font école en Allemagne. **Le Monde Diplomatique, Manière de Voir, Les Révoltes du Travail**, n. 103, février-mars, p. 26-28, 2009.
- PERELMAN, Laura. Sindicalización y Obras Sociales. **Cuadernos del IDES**, Buenos Aires, n°. 10, julio, p. 1 -28, 2006.
- PERRIN, Evelyne. **Chômeurs et précaires** : au coeur de la question sociale. Paris: La Dispute, 2004. p. 280.
- PFEFFERKORN, Roland. **Inégalités et rapports sociaux**. Rapports de classes, rapports de sexes. Paris : La Dispute, 2007. p. 412
- PIERRU, Emmanuel. Les pauvres, des acteurs de la lutte contre la pauvreté ? **Regards croisés sur l'économie**, n°. 4, février-mars, p.215-222, 2008.
- PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital**: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009. p.140.
- PINHEIRO, Jair. As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos. **Lutas Sociais**, São Paulo, n°. 17/18, 130 – 142, 2007.
- PIVA, Adrián. Vecinos, piqueteros y sindicatos disidentes. La dinámica del conflicto social entre 1989 y 2001. In: BONNET, Alberto; PIVA, Adrián. **Argentina en pedazos**. Luchas sociales y conflictos interburgueses en la crisis de la convertibilidad. Buenos Aires: Continente, 2009. p. 19 – 70.
- POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 208.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. p. 151.
- POURCEL, Patrice. **Le chômage**. Paris : Bréal, 2002 p.127.

- QUIJANO, Aníbal. El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas? **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 10, n.1, p. 75 – 97, 2004.
- QUIRÓS, Julieta. **Cruzando la Sarmiento**. Una etnografía sobre piqueteros del Gran Buenos Aires: Antropofagia, 2006. 128 p.
- RAJLAND, Beatriz. A diez años (¿de qué?). **Periferias**, Buenos Aires, año 11, n. 14, p. 35-51, 2007.
- RAJLAND, Beatriz. Movilización social y transformación política en Argentina: de autonomías, articulaciones, rupturas y cooptaciones. In: MAYA, Margaritá López; IÑIGO CARRERA, Nicolás Iñigo; CALVEIRO, Pilar. (Org.) **Luchas contrahegemónicas y cambios políticos recientes de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2008. p. 339 - 363.
- REBOSSIO, Alejandro. “Ni planes, ni palos”. **La Nación**, Buenos Aires, 5 out. 2003.
- RETAMOZO, Martín. El movimiento de los trabajadores desocupados en Argentina: cambios estructurales, subjetividad y acción colectiva en el orden social neoliberal. **Argumentos**, México, enero-abril, año/vol. 19, n. 50, p. 145 – 168, 2006.
- RINESI, Eduardo. Prólogo. In: PACHECO, Mariano. **De Cutral-Có a Puente Pueyrredón**. Una genealogía de los Movimientos de Trabajadores Desocupados. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2010. p. 11- 19.
- RODRIGUES, Iram Jácome; ARBIX, Glauco. Novas estratégias sindicais diante do desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 10, nº 1, p. 77 – 86, 1996.
- RODRÍGUEZ, Gloria. Empresas recuperadas: otra respuesta de trabajadores en situación de conflicto laboral. In: SEOANE, José. (Org.) **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 223 – 231.
- ROFFO, Analia. La protesta social que nació con el ajuste. **Clarín**, Buenos Aires, 18 jan.1998.
- ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. p. 170.
- SAES, Décio. Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência. In: NOGUEIRA, Francis; RIZZOTTO, Maria. (Orgs.). **Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil**. São Paulo: Xamã, 2007. p. 155 -172.
- SALMON, Jean-Marc. **Le désir de société**. Des restos du coeur au mouvement des chômeurs. Paris : Éditions La Découverte, 1998. p. 233.
- SAMANES, Cecília. ¿Qué lugar ocupan los trabajadores desocupados en la estructura social? In: RUBINICH, Lucas. (Org.) **La Sociología Ahora**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007. p. 253-270.

- SÁNCHEZ, Pilar. **El Cultralcazo**. La pueblada de Cutral Co y Plaza Huincul. Buenos Aires: Editorial Agora, 1997.
- SANJINÉS, Javier. Movimientos sociales y cambio político en Bolivia. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, año/vol.10, n. 001, p. 203 – 218, 2004.
- SARTELLI, Eduardo. El futuro de la lucha de clases en Argentina. In: SARTELLI, Eduardo. **La plaza es nuestra: el argentinazo a la luz de la lucha de la clase obrera en la Argentina del siglo XX**. Buenos Aires: RyR, 2007. p. 223 – 261.
- SCALA, Lorena. Plan Manos a la Obra: ¿En busca de la inclusión social? **Otra Economía**, vol. II, n.2, p. 118 – 134, 2008.
- SCHMITT, Bertrand ; SPADONI, Patrice. **Les sentiers de la colère**. Paris : L'Esprit Frappeur, 2000. p. 157.
- SCHORR, Martín. Privatizaciones y régimen de acumulación en la Argentina de los años noventa. In: CEHO. **Las privatizaciones en cuestión: el caso de la energía eléctrica en la provincia de Santa Fe**. Rosario: Propuesta Gráfica, 2002. p. 15 – 38.
- SIGAUD, Lygia. Apresentação. In : QUIRÓS, Julieta. **Cruzando la Sarmiento**. Una etnografía sobre piqueteros del Gran Buenos Aires: Antropofagia, 2006.
- SILVA, Marineide Maria. **O mosaico do desemprego**. Tese de doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998. p.139.
- SINGER, Paul. Economía solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000. p. 11 – 28.
- SOMMIER, Isabelle. **Le renouveau des mouvements contestataires : à l'heure de la mondialisation**. Paris : Flammarion, 2003. p. 342.
- SOUZA, Davisson. Tradições de luta sindical e emergência do movimento de desempregados na Argentina. **Lutas Sociais**. São Paulo, n. 23, p. 43 - 53, 2009.
- SUED, Gabriel. Los piqueteros apuestan a dar un respiro al nuevo gobierno. **La Nación**, Buenos Aires, 19 maio 2003.
- SUPPO, Veronica. Los piqueteros se dividen al calor de los subsidios de Kirchner. **La Nación**, Buenos Aires, 5 out. 2003.
- SVAMPA, Maristella. **La sociedad excluyente**. La Argentina bajo el signo del neoliberalismo. Buenos Aires: Taurus, 2005. p.346.

- SVAMPA, Maristella. La experiencia de la UTD. In: KOROL, Claudia (Org.). **Cortando las rutas del petróleo**. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2006. p. 151-158.
- SVAMPA, Maristella. Les frontières du gouvernement Kirchner. Entre aspiration au renouveau et consolidation de l'ancien. **Revue Tiers Monde**, n.8, p. 113 – 134, 2007.
- SVAMPA, Maristella. Argentina: una cartografía de las resistencias (2003-2008). Entre las luchas por la inclusión y las discusiones sobre el modelo de desarrollo. **Osal**. Buenos Aires, ano IX, n. 24, octubre, p. 17-49, 2008.
- SVAMPA, Maristella; Pereyra, Sebastián. **Entre la ruta y el barrio**. La experiencia de las organizaciones piqueteras. Buenos Aires: Biblos, 2003. p.230.
- SVAMPA, Maristella; PANDOLFI, Claudio. Las vías de la criminalización de la protesta en Argentina. **Osal**, Buenos Aires, ano V, n. 14, maio-ago, p. 285-296, 2004.
- TEIXEIRA, Francisco José S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo A. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 195 – 252.
- THIEBERGER, Mariano. Pese a las prohibiciones, hubo 124 cortes de rutas piqueteros. **Clarín**, Buenos Aires, 13 maio 2004.
- TISCHLER, Sérgio. A forma classe e os movimentos sociais na América Latina. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. (Org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 116- 125.
- TORRE, Juan Carlo. El peronismo como solución y como problema. In: TORRE, Juan Carlo; NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente; CHERESKY, Isidoro. **Entre el abismo y la ilusión: peronismo, democracia y mercado**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 1999. p. 43 – 50.
- TORRE, Juan Carlos. A crise da representação partidária na Argentina. In: SALLUM JUNIOR, Brasília. **Brasil e Argentina hoje: política e economia**. Bauru/SP: Edusc, 2004. p. 153 – 186.
- TOURAINÉ, Alain. **A sociedade post-industrial**. Lisboa: Moraes Editores, 1970. p. 251.
- TOURAINÉ, Alain. **Le retour de l'acteur**. Essai de sociologie. Paris: Fayard, 1984. p. 350.
- TOURAINÉ, Alain. “Os novos conflitos sociais – para evitar mal-entendidos”. **Lua Nova**, São Paulo, CEDEC, n.17, p.5-18, 1989.
- TOURAINÉ, Alain. **Como sair do liberalismo?** Bauru: EDUSC, 1999. p. 160.
- TUCHSZIRER, Carole. Pénaliser le chômeurs pour responsabiliser l'entreprise : l'étrange réforme 2002 de l'Unedic. **L'Année Sociale 2003 – 2004**. Paris : Syllepse, 2004. p. 311 – 324.

- VAKALOULIS, Michel. Antagonisme social et action collective. In : VAKALOULIS, Michel. (Org.). **Travail salarié et conflit social**. Paris : Presses Universitaires de France, 1999. p. 221 – 246.
- VAKALOULIS, Michel. Les mouvements sociaux à l'épreuve du politique. In : COURSSALIES, Pierre ; VAKALOULIS, Michel. (Org.). **Les mobilisations collectives**. Une controverse sociologique. Paris : Presses Universitaires de France, 2003. p. 81 – 107.
- VAKALOULIS, Michel. Antagonismo social e ação coletiva. In: In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. (Org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 126- 140.
- VAKALOULIS, Michel. Les possibilités de l'action collective. In : LOJKINE ; COURSSALIES, Pierre ; VAKALOULIS, Michel (Org.) **Nouvelles luttes de classes**. Paris : Presses Universitaires de France, 2007. p. 77 – 88.
- VAKALOULIS, Michel ; VINCENT, Jean-Marie ; ZARKA, Pierre. **Vers un nouvel anticapitalisme**. Pour une politique d'émancipation. Paris : Éditions du Félin, 2003. p. 184.
- VALES, Laura. Los proyectos políticos piqueteros. **Página 12**, Buenos Aires, 23 jun. 2002.
- VALES, Laura. Una polémica ruta del piquete a la gobernación. **Página 12**, Buenos Aires, 12 mar. 2003.
- VALES, Laura. Escracharon a Shell y bloquearon dos estaciones. **Página 12**, Buenos Aires, 11 mar. 2005.
- VELÁSQUES, Mário. **Seguros de desempleo y reformas recientes en America Latina**. Santiago de Chile: CEPAL, 2010. p.57.
- VILLIERS, Claire. Mouvement social et projeto de sociedade. In : VAKALOULIS, Michel. **Travail salarié et conflit social**. Paris : Presses Universitaires de France, 1999. p. 135 – 140.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O que significa ser um movimento anti-sistêmico? In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. (Org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 263 -276.
- YEBRA, Martín Rodríguez. Crearán 110 mil empleos dentro del Plan Trabajar. **La Nación**, Buenos Aires, 14 ago. 2000.
- ZARPELON, Sandra Regina. ONGs, movimento sindical e o novo sindicalismo utópico. **Idéias**, ano 9, Campinas, IFCH/Unicamp, p. 203 – 244, 2003.
- ZIBECHI, Raúl. **Genealogía de la revuelta**. Argentina: la sociedad en movimiento. La Plata: Letra Libre, 2003. p. 248.

ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. (Org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 198-208.

- **Documentos, informativos e outros materiais consultados**

AC! **Appel d'AC! Agir ensemble contre le chômage** : Mobilization pour « l'Abolition du Chômage ». Paris, 1993. 4p.

AC ! **Données & Arguments**. Paris : Editions Syllepse, 1994. 155p.

AC ! **Données & Arguments**. Paris : Editions Syllepse, 1995. 155p.

AC! **Charte d'AC ! 2002**. França, 2002. 9 p.

AC!. Principes de fonctionnement d'AC! In : AC ! **Charte d'AC ! 2002**. França, 2002a. p. 3 – 6. (Documento elaborado em outubro de 1998 e reproduzido em 2002).

AC ! **Les droits des chômeuses et de chômeurs**. Montreuil : Rotographie, 2008. 60p.

CGT. Chômage et Indemnisation, tous vos droits, **Journal Vie Ouvrière**, n.6, automne, p. 1 – 49, 2006.

MTR. **Libro Celeste**: qué somos, qué queremos, cómo pensamos lograrlo. Buenos Aires, 2010. p. 28.

MTR. **Noticias del Movimiento Teresa Rodríguez**, Informativo on-line, números 2-15; 17-19; 21-22; 24-29; 34-36; 38; 40-43; 45; 46; 49; 52 (publicados entre 30/07/02 a 27/02/04). Disponíveis no site: <http://www.lafogata.org> (Último acesso em: 29/06/10).

## I - Entrevistas citadas no texto

- **ARGENTINA**

- **Movimiento Teresa Rodríguez (MTR)**

1. Sarmiento, 56 anos, membro da Mesa Executiva Nacional do MTR, 19/09/07.
2. Débora, 31 anos, membro da Mesa Executiva Nacional do MTR, 27/09/07.

- **Frente Popular Darío Santillán (FPDS)**

1. Beatriz, 29 anos, referente da Frente Popular Darío Santillán, 12/09/07.

- **Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV)**

1. José, 48 anos, Secretário Nacional de Formação e Capacitação da FTV e Deputado Estadual, 03/09/2007.
2. Pedro, dirigente do núcleo da FTV de Florencio Varela e membro da Mesa Provincial de Buenos Aires, 18/09/07.
3. Lucas, 50 anos, membro da Cooperativa do núcleo da FTV de Florencio Varela, 18/09/07.
4. Miguel, 61 anos, membro da Cooperativa do núcleo da FTV de Florencio Varela, 18/09/07.

- **FRANÇA**

- **Agir Ensemble Contre le Chômage! (AC!)**

1. Michel Rousseau, membro da Secretaria Técnica da AC! e coordenador das Marchas Europeias, 30/06/09.
2. Evelyne Perrin, liderança da AC!, 04/06/09.

## II - Sites

**AC!** : [www.ac.eu.org](http://www.ac.eu.org)

**Actu Chômage** (site independente com informações sobre desemprego/desempregados):

<http://actuchoimage.org>

**APEIS**: [www.apeis.org](http://www.apeis.org)

**Blog de Michel Husson** (economista, ex-militante da AC !, membro atual da ATTAC ; blog com artigos e livros disponíveis para download): <http://hussonet.free.fr/>

**Blog de Michel Vakaloulis** (especialista em movimentos sociais e sindicalismo; blog com entrevistas realizadas com intelectuais e membros de movimentos sociais): <http://vakaloulis.wordpress.com>

**CGT- chômeurs:** [www.cgt-chomeurs.fr](http://www.cgt-chomeurs.fr)

**Clarín:** [www.clarin.com.ar](http://www.clarin.com.ar)

**CTA:** [www.cta.org.ar](http://www.cta.org.ar)

**Démosphère** (site independente com agenda das mobilizações diárias na região parisiense):

[www.demosphere.eu](http://www.demosphere.eu)

**FPDS:** [www.frentedariosantillan.org](http://www.frentedariosantillan.org)

**L'Humanité:** [www.humanite.fr](http://www.humanite.fr)

**La Nación:** [www.lanacion.com.ar](http://www.lanacion.com.ar)

**Le Monde Diplomatique:** [www.lemondediplomatique.fr](http://www.lemondediplomatique.fr)

**Libération:** [www.liberation.fr](http://www.liberation.fr)

**Página 12:** [www.pagina12.com.ar](http://www.pagina12.com.ar)

**Prensa de Frente** (site independente de informações sobre movimentos sociais argentinos):

[www.prensadefrente.org](http://www.prensadefrente.org)

**Radio Modes d'emploi** (programa semanal mantido por núcleo parisiense da AC! que discute diferentes temáticas da atualidade, em especial as mobilizações nesta região):

[www.modes-d-emploi.net](http://www.modes-d-emploi.net)

**TV Barricada** (site independente de informações da Argentina) [www.barricadatv.org](http://www.barricadatv.org)

# APÊNDICE A

## APÊNDICE A:

### **A formação da AC! e a flexibilização dos direitos dos desempregados na França: uma breve análise**

Após as discussões realizadas ao longo deste trabalho sobre os movimentos de desempregados na Argentina, o objetivo geral deste apêndice é discutir a formação e as lutas realizadas pela AC! (*Agir ensemble contre le chômage!* [Agir juntos contra o desemprego !]), uma das organizações que teve um papel importante nas mobilizações sociais desenvolvidas na França, a partir de 1993, contra o desemprego e a flexibilização das proteções trabalhistas. Esta análise fundamenta-se na pesquisa de campo realizada em Paris (por meio da bolsa de estudos do Programa de Desenvolvimento de Estágio no Exterior – PDEE – concedida pela CAPES entre agosto de 2008 a julho de 2009), durante a qual fizemos um levantamento da bibliografia especializada, participamos das atividades dos movimentos de desempregados da região parisiense (assembléias, reuniões, manifestações e visitas aos comitês locais) e entrevistamos lideranças dos dois movimentos estudados: a AC! (2) e a APEIS (*Association pour l'emploi, l'information et la solidarité des chômeurs et travailleurs précaires* [Associação pelo emprego, a informação e a solidariedade dos desempregados e trabalhadores precários]) (3).

A escolha da AC! como objeto de análise deste apêndice deve-se a dois motivos: primeiro porque a sua formação, o seu protagonismo ao longo da década de 1990 nas lutas contra o desemprego, como também a sua influência nas mobilizações realizadas em outros países da Europa e na formação das Marchas Europeias (*Marches Européennes*) a diferenciam dos demais movimentos franceses, que não tiveram a mesma projeção nacional e tampouco desenvolveram ações mais incisivas exigindo a criação de postos de trabalho; o segundo motivo refere-se à dificuldade de transcrever, sistematizar e analisar todo o material

coletado em tempo hábil para a redação final deste trabalho. Por isso, a necessidade de um recorte se impôs, sobretudo frente ao tempo demandado pelas transcrições e tradução<sup>105</sup> das entrevistas (com duração média de 1h30), levando-nos a contemplar somente a AC!.

Não é nossa intenção desenvolver aqui uma análise comparativa entre os casos argentinos e francês, pois isto demandaria uma discussão mais aprofundada das particularidades da formação social francesa, especialmente no que diz respeito à conformação do Estado de Bem Estar Social no pós-guerra, à implementação do neoliberalismo e à dinâmica das lutas sindicais frente à mais recente reestruturação do capital.

De todo modo, se o nosso objetivo geral é analisar a constituição da AC! e suas mobilizações, temos como objetivo secundário discutir, com base neste movimento, as especificidades da luta dos desempregados na França em relação ao processo de flexibilização do sistema de proteção social destinado aos trabalhadores em situação de desemprego.

Não trataremos, neste caso, da reforma trabalhista no seu conjunto, o que implicaria discutirmos, por exemplo, a introdução de novas formas de contratação que vieram geralmente acompanhadas pela ausência de determinados direitos presentes nos contratos por tempo indeterminado; ao contrário disso, vamos nos deter nas modificações produzidas no sistema de indenizações formulado no pós-guerra para os desempregados, porque estas alterações nos permitem compreender especificidades não apenas dos movimentos constituídos neste país, mas também o alto nível de proteção social conquistado pelos trabalhadores e como se buscou desestruturá-lo. A posição diferenciada dos países no centro e na periferia do capitalismo influenciou na forma pela qual as políticas neoliberais foram implantadas em cada um deles e como repercutiram sobre a classe trabalhadora e suas formas de resistência, por isso, com o olhar focado nas mobilizações da AC!, procuraremos esboçar alguns traços dessa influência.

---

<sup>105</sup> As transcrições de todas as entrevistas realizadas na Argentina e na França foram feitas por nós.

### A.1 – A formação da AC! (Agir juntos contra o desemprego<sup>106</sup>)

A partir de 1974 os níveis de desemprego<sup>107</sup> na França seguiram uma curva ascendente, colocando fim a uma situação que se poderia chamar de quase “pleno emprego”. No período denominado “Trinta Anos Gloriosos” (1949-1974) a taxa de desemprego variava entre 2 e 3%, sendo que em 1949 correspondia a 1,2% e em 1974 a 2,5% (HUSSON, 2009; 1996)<sup>108</sup>. A recessão dos anos de 1970 provocou o início de uma crise do emprego cujos índices distanciaram-se progressivamente dos verificados naquele período.

Entre as explicações formuladas sobre esse aumento destacaram-se as interpretações liberais que atribuíam as causas do desemprego a uma “rigidez estrutural” presente, por exemplo, na regulação dos salários, nas proteções sociais e nos direitos trabalhistas (COUTROT; HUSSON; RAMAUX, 2000). Pouco a pouco se forjou um discurso favorável ao fim dessa “rigidez” e à aplicação de um conjunto de medidas destinadas a flexibilizar o mercado de trabalho e a reestruturar a economia. Embora a aplicação dessas medidas na França não tenha ocorrido com a mesma rapidez e intensidade verificadas em outros países capitalistas centrais é interessante observar que os debates realizados no país no final da

---

<sup>106</sup> Demazière e Pignoni (1998) mencionam que originalmente AC! designava “*Actifs, chômeurs!*” (Ativos, desempregados!), no entanto, não encontramos nenhuma referência a essa denominação na literatura e nem mesmo nos primeiros materiais produzidos pela própria organização.

<sup>107</sup> As estatísticas sobre desemprego na França são alvo de muitas críticas e polêmicas devido às disparidades entre as fontes. Os dados do BIT referentes à França baseiam-se em enquetes feitas uma vez por ano pelo Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE), que utiliza os seguintes critérios para definir a população sem emprego: estar sem trabalho e não ter exercido uma atividade com duração acima de uma hora na semana tomada como referência; estar disponível para começar a trabalhar nos próximos 15 dias (ou 30 dias para os casos em que a pessoa esteja doente); e estar ativamente à procura de um trabalho. A segunda fonte de levantamento de desemprego na França é a Agência Nacional para o Emprego (ANPE), cujos dados são mensurados todos os meses com base no número de pessoas que estão à procura de emprego e inscritas na sua lista. Estas pessoas são classificadas de acordo com 8 categorias diferentes, pois a inscrição pode ser feita mesmo por quem exerça uma atividade ou seja contratada por tempo determinado (CDD). A categoria 1, tomada como parâmetro oficial, refere-se exclusivamente aos indivíduos definidos como desempregados, isto é, aqueles que mesmo tendo realizado uma atividade de até 78 horas mensais, esteja em busca de um emprego. Os dois indicadores – ANPE E INSEE – conduzem a resultados diferentes devido aos métodos e critérios utilizados, seja porque os trabalhadores com maiores possibilidades de se reinserir no mercado de trabalho tendem a se inscrever menos na ANPE, seja pelo fato de inúmeros desempregados serem excluídos das estatísticas do INSEE por realizarem atividades ocasionais mesmo estando à procura de um emprego (POURCEL, 2002). Por ser um órgão internacional o BIT tem a vantagem de possibilitar a comparação dos dados coletados em diferentes países com base nos mesmos critérios.

<sup>108</sup> Os dados mencionados baseiam-se nas estatísticas produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE).

década de 1970 em torno das políticas de emprego e das proteções sociais dos desempregados sinalizavam as orientações neoliberais que se concretizariam nos anos seguintes na política econômica.

Nesse contexto, no final da década de 1970 algumas experiências de organização e mobilização dos desempregados foram postas em prática com o aumento das taxas de desemprego<sup>109</sup>. Dentre as experiências sindicais, a principal e existente ainda hoje é a da CGT (Confederação Geral do Trabalho), que em 1978 criou pela primeira vez o “Comitê Nacional CGT de luta e de defesa dos desempregados”. Outras iniciativas colocadas em prática pela CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), pela CFTC (Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos) e pelo Sindicato dos Desempregados (que, apesar do nome, não teve uma estrutura e atuação semelhantes a de um sindicato), não perduraram, mas influenciaram os militantes envolvidos na criação posterior dos movimentos de desempregados.

A partir de meados de 1980 surgiram os principais movimentos de desempregados franceses existentes atualmente: o **MNCP** (*Mouvement National des Chômeurs et Précaires* [Movimento Nacional de Desempregados e Precários]), em 1986, apoiado por Maurice Pagat fundador do Sindicato dos Desempregados<sup>110</sup> e a **APEIS** (*Association pour l'emploi, l'information et la solidarité des chômeurs et travailleurs précaires* [Associação pelo emprego, a informação e a solidariedade dos desempregados e trabalhadores precários]), respaldada financeiramente pelo Partido Comunista Francês (PCF) e a **AC!**, em 1993.

---

<sup>109</sup> Para maiores detalhes sobre as experiências sindicais ver: Mora (1987), Fillieule (1993), Bertrand (2001).

<sup>110</sup> Criado em 1982 com o objetivo de ser uma instância representativa dos desempregados, com capacidade para intermediá-los junto às esferas governamentais, o Sindicato dos desempregados mostrou-se forte inicialmente, reunindo centenas de participantes em sucessivas manifestações e atraindo por um curto período o interesse da mídia (FILLIEULE, 1993). Mas, se inicialmente esse sindicato procurou tratar politicamente a questão do desemprego, paulatinamente abandonou tal tratamento ao obter o apoio financeiro da Igreja Católica, com a criação, em 1984, do CCSC – Comitê Cristão de Solidariedade aos Desempregados –, que assegurou a sua existência de modo independente das concessões estatais ou de sua capacidade de mobilização. Ao aceitar o sustento católico, conseqüentemente toda ambição política e ação reivindicativa foram abandonadas para dar lugar ao assistencialismo.

A origem e o desenvolvimento de organizações destinadas a representar os desempregados na França estão relacionados não somente com o aumento do desemprego no país, mas com as dificuldades de acesso aos direitos garantidos pela legislação para essa parcela da população. Ao longo da década de 1980 e, sobretudo posteriormente, a luta pela preservação e pelo cumprimento desses direitos, como também pela aplicação de políticas favoráveis à geração de emprego e renda para grupos com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho (jovens, mulheres, desempregados de longa duração) tornou-se cada vez mais emergencial. Cabe aqui, então, discutirmos como se deu a formação da AC! nesse contexto e a reorientação da sua luta contra o desemprego para a preservação das indenizações sociais destinadas aos desempregados.

A análise da formação da AC! deve se remeter não só às experiências prévias de organização dos desempregados e ao contexto de diminuição do emprego e flexibilização dos direitos de proteção social, mas também aos debates promovidos por militantes políticos e sindicais no interior da revista intersindical *Collectif*<sup>111</sup> (“Coletivo”), que se constituía como um espaço de discussão e reflexão crítica sobre o sindicalismo.

Pode-se dizer que o principal antecedente d’AC! encontra-se nos debates promovidos por sindicalistas de classe média, provenientes do funcionalismo público, do “Grupo dos dez” (agrupamento de sindicatos e federações autônomas criado em 1981), das correntes de oposição interna da CGT e, especialmente, da CFDT, vinculadas à Liga Comunista Revolucionária (LCR); dentre as quais se encontravam militantes expulsos por esta confederação e que viriam a formar o sindicato SUD (Solidários, Unitários, Democráticos).

Embora oriundos de diferentes espaços sindicais, os militantes reunidos na revista *Collectif* compartilhavam uma análise crítica do sindicalismo francês. Em um contexto de

---

<sup>111</sup> A *Collectif*, criada em 1986, resultou da fusão de duas revistas sindicais, a *Alternative syndicale* (Alternativa Sindical, revista interna da CFDT) e a *Résister* (Resistir), visando ampliar o debate realizado por cada uma delas para outros grupos sindicais.

crise sindical expressa pela dessindicalização, pela queda das atividades grevistas, pela reorientação das ações sindicais para o interior das empresas e pelo aumento do desemprego, esses sindicalistas buscavam formas de reorganizar o sindicalismo. Dentre estes, um grupo de militantes da CFDT, tendo à frente Claire Villiers, proporia em 1992, em um ateliê denominado “meios de ação contra o desemprego e a exclusão”, a formação de uma rede de luta contra o desemprego. Se neste ano a proposta não ressoou entre os membros da revista mais preocupados com uma reunificação sindical, Claire Villiers apresentaria novamente a sua proposta, em 1993, tendo dessa vez o apoio de Christophe Aguiton, sindicalista expulso da CFDT e fundador do Sindicato SUD (COHEN, 2008).

O projeto original consistia em formar uma ampla rede de luta contra o desemprego e em defesa dos trabalhadores sem representação sindical, mas que estivesse articulada e retomasse um tipo de mobilização sindical combativo que havia prevalecido ao longo dos anos de 1970, possibilitando uma unidade entre os diferentes segmentos do assalariado (COHEN, 2003). Conforme a explicação de Sommier:

A preocupação de participar de uma renovação da forma sindical se inscreve em uma reflexão de conjunto segundo a qual o desemprego não seria somente um problema de emprego, mas também a expressão de uma mudança profunda da sociedade, necessitando da mobilização de todos, de outras práticas militantes (unidade de ação, participação democrática) e de modos de intervenção que fizessem a junção entre medidas de urgência para os desempregados e debates de fundo, como o da redução do tempo de trabalho (SOMMIER, 2003, p. 87).

Se o desemprego tornou-se o ponto de partida para se discutir outras mudanças no seio da sociedade e para reorganizar as práticas sindicais, para alguns militantes a formação de uma associação específica buscava responder também as dificuldades do próprio sindicalismo frente a um fenômeno inédito: o desemprego de longa duração. Segundo o depoimento de Michel Rousseau, um dos secretários da AC!, os sindicatos não sabiam como proceder frente às novas características do desemprego, isto é, a sua magnitude e extensa permanência.

Nesse momento nós estamos em um período onde havia não só o desemprego, mas o que chamamos desemprego de massa e de longa duração. Ao mesmo tempo, no nível dos sindicalistas não se sabia como eles iriam combater esse fenômeno, quer dizer, a maior parte dos sindicatos não sabia como lutar contra o desemprego. Quando o desemprego começou a crescer na França e na maior parte dos países da União Européia da época, o desemprego era uma exceção, não era um fenômeno de massa; (...) daí que surgiu a idéia da AC! e de outras associações (Michel Rousseau, membro da Secretaria Técnica da AC! e coordenador das Marchas Européias, 30/06/09).

Mas não se tratava simplesmente de uma situação inédita contra a qual se chocou o despreparo do movimento sindical. O ineditismo do aumento e da duração do desemprego utilizado como justificativa para práticas adotadas pelos sindicatos ou para a não organização dos trabalhadores demitidos obscurece reorientações ideológicas implícitas na adoção de novas formas de ação, no apego à representação exclusiva dos sindicalizados e na recusa de lidar com as transformações em curso.

A formação da AC! parece-nos, nesse sentido, um exemplo contrário a tais práticas e uma tentativa de construir uma unidade entre diferentes camadas da classe trabalhadora. Ela resultou de vários fatores relacionados à insatisfação de setores sindicais frente ao recuo político-ideológico do sindicalismo, à incapacidade deste mobilizar os trabalhadores fora do mercado de trabalho e à necessidade de impulsionar lutas sociais envolvendo diferentes setores sociais em torno de um projeto de crítica radical ao modelo “neo-liberal” (AC!, 1995). Diante disso, o tema do desemprego foi tomado como o eixo articulador de diferentes segmentos dos trabalhadores e como estratégia para a retomada de mobilizações combativas; o que era considerado como fator de fragmentação e enfraquecimento das lutas sindicais passou a ser concebido pelos militantes envolvidos na criação da AC! como uma possível alavanca para a retomada da combatividade social.

Por isso, além da AC! não ter se originado a partir da iniciativa de desempregados, mas sim de sindicalistas, o seu projeto original não era a “mobilização dos desempregados”,

isto é, tornar-se um movimento de desempregados, conforme afirma Valérie Cohen (2003, p. 83).

É destacável, nesse sentido, a ausência de desempregados entre os signatários da primeira carta de convocação, que oficializava o nascimento da AC!. Lançada em 1993 e intitulada “*AC! Agir Juntos Contra o Desemprego: Mobilização pela ‘Abolição do Desemprego’!*”, o texto foi assinado por cento e cinquenta pessoas, entre as quais, militantes de várias associações<sup>112</sup>, inclusive da APEIS e MNCP, sindicalistas da CFDT, CGT, Grupo dos Dez, da FSU (Federação Sindical Unitária), assim como por inúmeros intelectuais e pesquisadores (como Guy Aznar, Pierre Bourdieu, Robert Boyer, Thomas Coutrot, Helena Hirata, Michel Husson, Danièle Linhart, Alain Lipietz, Danièle Kergoat, Margaret Maruani, René Mouriaux, entre muitos outros).

No texto são explicitados os motivos do lançamento da AC!, da convocação de uma luta conjunta, como também os objetivos almejados. Reconhecendo as lutas já existentes contra as demissões e à precarização do trabalho, é ressaltado o caráter defensivo das mesmas e, por isso, a necessidade da articulação de mobilizações conjuntas, envolvendo diferentes setores sociais, a favor da “(...) *repartição do tempo de trabalho e das riquezas*” (AC!, 1993, p.1). Para tanto, é proposta uma instância que federalize as lutas de sindicatos e movimento sociais contra o desemprego e unifique desempregados e assalariados por meio de ações locais e nacionais (AC!, 1993; HUSSON, 1994). Aqui se encontra, para alguns autores (SOMMIER, 2003, COHEN, 2003), a originalidade da AC!, por tentar agrupar trabalhadores ocupados e desocupados, não se direcionando exclusivamente para estes, nem se constituindo como um sindicato ou como uma organização de desempregados.

---

<sup>112</sup> Associações signatárias: REAS (Rede por uma economia alternativa e solidária), LDH (Liga dos direitos do homem), MRAP (Movimento contra o racismo e pela amizade entre os pobres), FASTI (Federação de associação de solidariedade aos trabalhadores imigrantes), CAIF (Conselho de associações de imigrantes na França), CSF (Confederação sindical das famílias), DAL (Direito à Moradia).

De acordo com o economista Michel Husson, que foi membro da revista *Collectif* e da AC!, apesar da maturação relativamente lenta que precedeu o lançamento desta organização devido à elaboração “metódica e prudente” que exige a conformação de um movimento que pretende promover uma ampla mobilização social, deve ser destacado o que este apresenta de novo, ou seja:

(...) é a primeira iniciativa depois de muito tempo, que reúne em torno de um projeto comum, atores que têm sobre a questão do desemprego pontos de vista a priori diferentes senão divergentes: sindicalistas do setor público e privado, organizações de desempregados, redes associativas, pesquisadores de diferentes disciplinas (HUSSON, 1994, p. 7)

Embora a AC! tenha se constituído juridicamente como uma “associação” e se definido como uma espécie de “federação” (AC!, 2002a; COHEN, 2003), reagrupando diferentes organizações (sindicatos, associações), ao longo dos anos parece ter prevalecido a sua identificação como um movimento social de desempregados, baseado nas atividades dos comitês/coletivos locais implantados nas principais cidades da França, compostos por um número variável de membros<sup>113</sup> e coordenados por uma instância nacional localizada em Paris<sup>114</sup>.

Nos primeiros encontros nacionais, em janeiro de 1994, decidiu-se organizar uma Marcha Nacional contra o desemprego e a exclusão, que partisse de diferentes regiões e

---

<sup>113</sup> Em uma única cidade poderia existir vários comitês locais, como ocorreu em Paris, durante a década de 1990, momento de maior mobilização da AC!. Os dados sobre o número de membros de cada comitê apresentados por Cohen são contrastantes: em um primeiro texto (2003, p. 28) afirma que havia entre 60 a 120 pessoas e em um segundo (2008, p. 93) entre 1 a 50. Durante a pesquisa de campo percebi o esvaziamento dos comitês locais na região parisiense e em visita a um dos mais representativos em termos de participação e mobilização durante a década de 1990, o encontrei vazio, sem qualquer sinal de funcionamento. Na ocasião fui recebida por duas pessoas que se direcionaram até o local exclusivamente para isso (após o meu contato por correio eletrônico); uma delas era responsável pelo programa “*Modes d’emploi*”, veiculado pela rádio livre “*Fréquence Paris Plurielle*” (106.33 FM), no qual se discutem temas políticos e sociais, entre estes questões relativas ao desemprego, às mobilizações, às condições de trabalho, etc. (Ver programas disponíveis em: [www.modes-d-emploi.net](http://www.modes-d-emploi.net)).

<sup>114</sup> Além dos coletivos locais, compostos por um número variável de membros, outras instâncias compuseram a AC!: as coordenações locais (por cidades, regiões...), a coordenação nacional, as comissões nacionais, o secretariado nacional, os amigos da AC! (associação que gere os fundos), os porta-vozes (AC! 2002a, p.3).

convergissem em Paris (AC!, 1995). Se ao longo da trajetória da AC!, a referência desta forma de luta foram as Marchas da Fome praticada pelos desempregados em 1933 (DREYFUS, 2000; SCHMITT; SPADONI, 2000), inicialmente as Marchas dos “Beurs” corresponderam ao principal antecedente histórico resgatado na proposta da primeira marcha<sup>115</sup>. Em busca de um “evento” capaz de impactar e criar um imaginário, a proposta feita por Christophe Aguiton recuperava na Marcha dos “Beurs” os efeitos produzidos na população e na mídia. Em depoimento à Cohen (2003), Aguiton esclarece essa referência e menciona o que se observaria no início das marchas: a ausência de desempregados.

(...) eu queria absolutamente encontrar algo (...) que criasse uma saga. Era preciso encontrar alguma coisa que criasse o imaginário. O imaginário você o cria, bom, é preciso ideologia, mas é preciso imagens, identidades, logos, etc. Mas era preciso uma verdadeira história. E isso, era preciso criá-la. E eu não sabia o quê. (...) É Helène B. (...), que me diz (...) ‘você tem que fazer como as marchas dos “Beurs”’. (...) Não é de jeito nenhum as marchas de desempregados dos anos 30, as quais eu ignorava completamente. (...) Mas quando lançamos a marcha, nós não temos um desempregado (COHEN, 2003, p. 77).

Somente durante as marchas, que partiram de várias cidades (*Carmaux, La Seyne, Brest, Strasbourg e Lille*) e convergiram em Paris em 28 de maio (AC! 1995), os desempregados se integrariam aos manifestantes e passariam a compor posteriormente os comitês locais. É possível perceber, então, o caráter inicial da AC! como um movimento *contra* o desemprego (antes que um movimento *de* desempregados), mas que é lançado sem ter propriamente uma base social composta pelo conjunto dos membros que pretendia de alguma forma representar; enquanto os assalariados, em grande parte sindicalizados, estavam presentes e contribuíram com a formulação da carta de convocação, faltavam, em contrapartida, os principais atingidos pelo desemprego: os desempregados.

---

<sup>115</sup> Os “beurs” referem-se aos imigrantes que em 1983 e 1984 realizaram várias marchas por toda a França, tendo como lema “pela igualdade e contra o racismo”. Estas marchas tornaram-se a primeira referência da realizada pela AC! em 1994, porque obtiveram um forte eco midiático, suscitaram mobilizações e a criação de inúmeras associações contra o racismo.

Se, por um lado, nessa ocasião a AC! estava ainda se estruturando enquanto organização, por outro, o depoimento de Aguiton permite questionar a efetiva participação das associações de desempregados já existentes e signatárias da carta de convocação.

De todo modo, com as marchas de 1994 a luta por emprego ganhou pouco a pouco maior expressividade nacional e conseguiu expandir os comitês locais, que se desenvolveram com a participação não apenas de militantes políticos ou sindicais, mas também com o engajamento de desempregados, em grande parte acima dos 40 anos, alguns tendo percorrido trajetórias ocupacionais estáveis e outros com uma longa permanência na situação de desemprego (COHEN, 2008). Com a entrada desses novos membros, que vivenciavam as conseqüências do desemprego, as discussões no interior da AC! em relação às reivindicações ganharam paulatinamente novos conteúdos. Vejamos, então, como ocorreram essas alterações tomando como ponto de partida os objetivos iniciais da organização.

A própria designação da AC! já indicava um objetivo: Agir Juntos Contra o Desemprego. Mas esta denominação não expressava o teor dessa ação e a plataforma reivindicativa descrita na carta de convocação e na apresentação do segundo livro da associação (AC!, 1993; 1995). Considerando o desemprego a “principal forma de exclusão” e como causa do “progresso técnico”, da divisão do tempo de trabalho e das rendas, a carta de lançamento da AC! defendia a luta pela redução da jornada de trabalho e pela repartição das riquezas como forma de combatê-lo. Esta redução deveria se concretizar sem “agravar a situação dos assalariados” ou intensificar o ritmo de trabalho e envolver novas contratações. Em defesa das 35 horas semanais e com a perspectiva de luta pelas 30 horas, a mobilização conjunta entre assalariados e desempregados era apresentada como “*condição essencial para que o debate seja [fosse] o mais amplo possível*” (AC!, 1993, p. 3).

No que diz respeito à repartição das riquezas o texto enfatizava o fato da França ter uma das maiores desigualdades de renda e fortuna entre os países desenvolvidos: “(...) os

*10% de domicílios mais ricos têm 28% das rendas e 54% do patrimônio. Os 50% dos domicílios mais pobres têm somente 6% do patrimônio”* (AC!, 1993, p.3). Por isso, defendia-se a repartição das riquezas de tal modo que a redução do tempo de trabalho preservasse o “poder de compra” dos trabalhadores. Neste caso era proposto: *“repartição mais justa dos ganhos de produtividade”* e *“das riquezas produzidas entre a remuneração do trabalho e a do capital”*; *“a instauração de novas relações entre países ricos e países pobres”*; entre outras propostas (AC!, 1993, p.3).

Além disso, defendia-se que a criação de empregos exigia impor outra lógica, ou seja, *“(...) trata-se de escolher um outro modo de produção, uma outra organização do trabalho que não repouse mais sobre as divisões atuais”* (AC!, 1993, p. 3). Em nenhum momento é explicitado no texto o que se compreende por “outro modo de produção” e, mesmo sendo criticada a concentração das riquezas, nas propostas formuladas para uma melhor “repartição” das mesmas não está necessariamente em causa, ao menos nesta carta de convocação, a apropriação privada das riquezas, como evidencia a seguinte formulação: *“uma repartição mais justa das riquezas produzidas entre a remuneração do trabalho e a do capital”*.

A lacuna que percebemos nessas proposições não retira, todavia, o caráter ofensivo presente nas mesmas, pois, uma vez concretizadas atingiriam a extração de capital e seguiam na contramão da lógica de redefinição dos mecanismos de exploração e dominação imposta pela reestruturação produtiva e pelas políticas neoliberais. Estas, com efeito, eram consideradas como parte de um projeto oposto ao da AC!, conforme argumenta Michel Husson, no texto de apresentação ao segundo livro da associação (AC!, 1995). Nessa apresentação se explicita claramente a oposição das reivindicações da AC! em relação às políticas neoliberais: *“(...) Hoje, existe com efeito somente dois projetos realmente coerentes: o projeto dominante neo-liberal e um projeto radical visando à abolição do desemprego, que*

*é ambição da AC! fazer viver*”. Mais a frente o autor complementa: “(...) *O projeto da AC! constitui uma crítica radical deste modelo [neoliberal]*” (HUSSON, 1995, p. 6; 7).

No entanto, à medida que os desempregados passaram a compor a associação, a exigência de lutas voltadas para questões mais emergenciais se impôs. Enquanto os debates em torno da redução da jornada de trabalho contavam com o interesse e a participação dos sindicalistas, o mesmo não ocorreu por parte dos trabalhadores sem emprego, que desejavam debater questões mais imediatas e urgentes relacionadas às condições de sobrevivência. Nas discussões internas de alguns coletivos locais presenciadas por Cohen (2003, p. 192) as divergências entre sindicalistas e desempregados podem ser observadas nos seguintes trechos:

(...) O problema para os desempregados, é a redução do tempo da miséria. Os desempregados não podem se mobilizar pela RTT [Redução do Tempo de Trabalho], porque quando se está desempregado, se está na urgência (Desempregado).

É verdade que a RTT, não é uma reivindicação dos desempregados. Não podem nos dizer, que em cinco anos, com a RTT, os patrões contratarão. Portanto, é por isso que eu luto pela renda. É uma prioridade (Desempregado).

Eu recuso essa clivagem, nós estamos todos confrontados no mundo do trabalho, temos os mesmos objetivos. Nós os sindicalistas, estamos interessados pela RTT, e os desempregados pela renda. Eu penso que é preciso conduzir as duas frentes (Sindicalista).

Por isso, duas formas de ação concreta foram colocadas em prática, para atender a demanda por emprego imediato. As ocupações de prédios públicos e as requisições de emprego corresponderam aos principais métodos de luta praticados pela AC! durante os anos de 1990 e, especialmente, na região parisiense. As requisições consistiam em exigir das empresas novas contratações e eram ações preparadas durante vários meses em conjunto com sindicalistas que forneciam informações uteis sobre as empresas que seriam alvos das manifestações (por exemplo, número de empregados, aposentados, postos de trabalho vagos, balanço orçamentário, entre outras). Com base nessas informações eram selecionados os

currículos dos desempregados a ser entregues nas manifestações realizadas no próprio local da empresa escolhida. A importância dessa ação estava na articulação com os sindicatos, que sabiam quantos postos de trabalho necessitavam ser preenchidos por conta das horas-extras realizadas pelos trabalhadores, pela quantidade de licenças e aposentadorias. Ademais, a presença da mídia era um recurso utilizado com a finalidade de visibilizar as mobilizações.

As requisições de emprego, apesar do efeito midiático, em poucos casos repercutiram na contratação dos desempregados. Com isso, as reivindicações direcionaram-se para dois eixos principais: 1º) medidas emergenciais e destinadas a melhorar as condições de sobrevivência dos desempregados (gratuidade dos transportes públicos, fim dos cortes do fornecimento de energia, água e telefone, entre outros); 2º) os direitos de indenização dos desempregados (preservação e melhoria dos benefícios). A partir desses dois eixos o lema da AC! passaria a ser : *“Com ou sem emprego, uma renda é um direito”*, modificada posteriormente para *“Um emprego é um direito, uma renda é um dever”*.

O ano de 1996 foi o primeiro marco das lutas direcionadas contra a redução desses direitos em âmbito nacional, contando inclusive com a participação de outros movimentos de desempregados, sob a coordenação da AC!. A partir desse ano as organizações passariam a ser pouco a pouco reconhecidas e as mobilizações em defesa do regime de seguro-desemprego e dos direitos conhecidos como “mínimos sociais” seriam ainda mais reforçadas. Para compreendermos os fatores que levaram a AC! a direcionar-se para a defesa dessas reivindicações, é necessário retomarmos os princípios que estiveram presentes na origem dos mecanismos de proteção social aos desempregados e as suas alterações decorrentes das orientações neoliberais.

## A.2 – O sistema de proteção social dos desempregados

No pós-guerra a França desenvolveu um sólido sistema de proteção social e, em 1958, constituiu pela primeira vez um regime obrigatório de seguro-desemprego. A gestão do regime de seguro-desemprego coube à UNEDIC (União Nacional pelo Emprego na Indústria e no Comércio), órgão criado com esse objetivo e regido de modo paritário por representantes patronais (Movimento das Empresas da França – MEDEF) e pelas confederações sindicais consideradas representativas (CGT, CFDT, CFTC e FO – Força Operária). Uma vez que uma única confederação estivesse de acordo com a proposta dos representantes patronais e aceitasse assinar os acordos, tornava-se válida esta assinatura, independente da oposição das demais. Todas as regras relacionadas ao funcionamento, ao montante, à duração do seguro eram decididas por essas duas categorias no interior da UNEDIC, que estava vinculada a dois órgãos específicos: à ASSEDIC (Associação pelo Emprego na Indústria e no Comércio), responsável pela concessão do seguro e pelo acompanhamento dos desempregados na busca por emprego e à ANPE (Agência Nacional pelo Emprego) à qual cabia a recolocação destes no mercado de trabalho<sup>116</sup>.

Durante duas décadas este regime obteve melhorias contínuas na duração e no montante da indenização, e incorporou medidas complementares voltadas para os trabalhadores mais velhos, com maiores dificuldades de reinserção no mercado de trabalho. Tais medidas procuravam adaptar o funcionamento do seguro às mudanças conjunturais e respondiam também a pressões sociais. Contudo, em um curto período, entre 1979 e 1984, as reformas realizadas no seguro romperam com uma das suas principais perspectivas, isto é, ser um mecanismo ativo a serviço do emprego e favorecer por meio da indenização a mobilidade

---

<sup>116</sup> Em 2009 houve uma fusão dessas instituições (a ASSEDIC e a ANPE) sob uma mesma sigla “*Pôle Emploi*”. Vale lembrar que o financiamento do seguro-desemprego provém dos salários (35,5%) e das empresas (64,5%).

da força de trabalho nos períodos de transição entre a saída de um emprego e a entrada em outro<sup>117</sup> (DANIEL; TUCHSZIRER, 1999).

Com isso, a interpretação liberal da crise do emprego na década de 1970 estendeu-se à forma pela qual a situação de desemprego passou a ser tratada posteriormente: se até 1982 a duração do seguro-desemprego era igual para todos trabalhadores (exceto aqueles com mais de 50 anos cujo direito estendia-se por um tempo maior), a partir desse ano ela passou a depender do *tempo de contribuição* com a criação das modalidades de indenização. Além disso, sob a pressão do patronato, em 1984 separaram-se os dois tipos de indenização que formavam o regime: o *seguro-desemprego convencional* e a *prestação de solidariedade*.

Enquanto a primeira indenização era mantida pelas cotizações patronais e salariais a segunda mantinha-se por meio dos impostos arrecadados pelo Estado, por isso seu valor era prefixado, regressivo ao longo do tempo, dependente dos recursos disponíveis e destinado especialmente aos desempregados cujo seguro não alcançava uma renda satisfatória. A separação pôs fim à possibilidade de acúmulo das duas indenizações pelos trabalhadores cujo seguro era considerado insuficiente, enquanto a introdução da exigência do tempo de contribuição levou os desempregados de longa duração (cujo direito ao seguro já tinha sido usufruído) e aqueles cujos contratos anteriores de trabalho os impediam de obter o tempo necessário, a dependerem cada vez mais da prestação de solidariedade.

No quadro 2 expomos as principais características do funcionamento de cada uma das prestações.

---

<sup>117</sup> É interessante observar que 1984 representou também um marco na regulação das aposentadorias, pois a partir desse ano passariam a ser adotadas várias medidas relacionadas à duração do tempo de cotização, ao cálculo do valor do benefício, entre outras (BÉROUD; MOURIAUX, 2004).

**QUADRO 2:****Regimes de indenizações destinados aos desempregados a partir de 1984**

	<b>Seguro-desemprego convencional</b>	<b>Prestação de solidariedade</b>
<b>Condições para ter direito</b>	Atividade assalariada prévia por um período estipulado	Atividade assalariada prévia por um período estipulado e renda
<b>Valor da indenização</b>	Baseado no salário recebido	Prefixado
<b>Duração</b>	Variável a partir de 1982 de acordo com o tempo de contribuição	Limitada
<b>Financiamento</b>	Mantido pelas cotizações patronais e dos assalariados	Mantido pelos impostos arrecadados pelo Estado

Elaboração própria

A ruptura que essas medidas aplicadas em 1982 e 1984 representaram para o regime foi acompanhada mais tarde pela implantação em 1992 da Prestação Única Regressiva (AUD), que provocou o enrijecimento dos critérios de acesso ao seguro-desemprego, a redução da sua duração e a regressão do seu valor. Para se ter uma noção das alterações introduzidas em 1992, se até então 6 meses de cotização realizada nos 12 meses anteriores à demissão assegurava 15 ou 21 meses (variando de acordo com a idade) de recebimento do benefício, com a nova reforma esta duração reduziu-se para 7 meses, independente da idade. Se antes 14 meses de contribuição garantia 30 meses (2 anos e meio) de seguro, passaria a ter esse direito somente aqueles que tivessem cotizado durante 24 meses (JOIN-LAMBERT, 1998). Além disso, a redução gradativa do valor das prestações (antes fixas) consistiu em descontos aplicados a cada 4 meses de acordo com uma porcentagem que variava entre 8 a 25% (DANIEL; TUCHSZIRER, 1999, p. 303).

Uma das conseqüências do conjunto das restrições impostas foi justamente a queda da porcentagem do número de desempregados indenizados, que passou de 60% para 53%, entre os anos de 1985 e 1997 (TUCHSZIRER, 2004, p. 13). Com o objetivo de reduzir o número de

beneficiados e as prestações asseguradas tais medidas seguiam na contramão dos princípios que nortearam o funcionamento do regime até o final dos anos de 1970, qual seja, ampliar e garantir a proteção dos trabalhadores atingidos pelo desemprego.

Posteriormente as medidas implantadas seguiram orientações semelhantes, mas no sentido de coagir os desempregados protegidos a procurar e a aceitar qualquer tipo de emprego, a fim de que saíssem mais rápido do regime. A reforma aprovada em 2000 visava, segundo Carole Tuchszirer (2004), tornar o seguro-desemprego uma alavanca de política ativa de emprego conforme os interesses do MEDEF (Movimento das Empresas da França) e com as orientações fixadas pela Comissão Européia. Na prática, entretanto, a reforma correspondeu a uma contra-ofensiva do patronato frente à regulamentação da redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais (GALVÃO, 2006) e lhe permitiu impor trabalhos com condições precárias aos trabalhadores que passaram a ser coagidos a aceitar qualquer emprego.

Para isso, aprovou-se o PARE (Plano de ajuda de retorno ao emprego), pelo qual os desempregados passavam a receber o seguro<sup>118</sup> e “apoio” na sua busca por emprego ao assinar um documento denominado Projeto de Ação Personalizada (PAP). Elaborado com base em uma entrevista individual, com a qual se busca identificar as competências profissionais e as medidas necessárias para a reinserção no mercado de trabalho (como cursos de requalificação), esse projeto é revisto de modo aprofundado após 6 meses e, novamente, ao completar 1 ano, caso o desempregado não tenha conseguido encontrar um emprego. Sob o risco da perda da indenização, o trabalhador é obrigado a comprovar mensalmente a sua busca efetiva por trabalho e não pode recusar-se a comparecer nas entrevistas. Conseqüentemente aumentaram as sanções contra aqueles que não comprovavam estar efetivamente empenhados

---

<sup>118</sup> O PARE substituiu a Prestação Única Regressiva instituída em 1992 por meio da Prestação de Ajuda de Retorno ao Emprego (ARE), que eliminou a regressividade do valor do benefício.

nessa busca, por exemplo, suspensões temporárias ou definitivas do recebimento da prestação do seguro.

Isto significou uma certa inversão no acesso ao seguro-desemprego como um direito, pois se até então a condição de desempregado e o tempo mínimo de cotização asseguravam o recebimento das indenizações, a partir do PARE a garantia contínua desse direito passou a depender do cumprimento de vários deveres. O histórico de trabalho anterior à demissão já não era suficiente, pois caberia ao trabalhador dar mostras de ser merecedor do direito e da sua efetiva vontade de querer reencontrar um emprego, caso contrário seria penalizado – como se a própria situação de desemprego já não representasse uma penalidade. Além dos objetivos já apontados no que diz respeito à mudança de orientação na gestão do regime do seguro-desemprego, essas sanções explicitavam uma visão do desempregado como responsável e culpado pela sua situação (DETHYRE, 1999) como se o desemprego fosse um problema do indivíduo que, ademais, onera o Estado ao recorrer aos mecanismos de proteção social.

Sob a justificativa de contornar um déficit previsto de 15 bilhões de euros no regime indenizatório, a reforma de 2002 alterou profundamente todos os parâmetros para a concessão do seguro: enrijeceu as condições de acesso; reduziu a duração das indenizações; aumentou o valor das cotizações pagas pelos empregadores e assalariados. Os mais atingidos foram os trabalhadores entre 50 e 55 anos (que passaram a receber a mesma indenização), e os expostos a contratos temporários que deveriam comprovar 6 meses de cotização (e não mais 4) para ter acesso ao seguro. Com esta redefinição 300.000 mil pessoas perderam o direito à indenização (TUCHSZIRER, 2004, p. 19).

Para se ter uma idéia das alterações realizadas no regime do seguro-desemprego entre 2002 e 2006, o quadro 3 apresenta as mudanças relativas à duração do tempo de contribuição e de indenização.

**QUADRO 3:**  
**As modalidades do seguro-desemprego**

	<b>Pessoas em qualquer idade</b>	<b>Pessoas em qualquer idade</b>	<b>Pessoas em qualquer idade</b>	<b>Pessoas com 50 anos ou mais</b>	<b>Pessoas com 57 anos ou mais</b>
Regras válidas antes de 18 de janeiro de 2006					
<b>Duração do tempo de contribuição (cotização)</b>	6 meses durante os últimos 22 meses	14 meses durante os últimos 24 meses	—	27 meses durante os últimos 36 meses	27 meses durante os últimos 36 meses e 100 trimestres de seguro aposentadoria
<b>Duração da indenização recebida</b>	7 meses	23 meses	—	36 meses	42 meses
Regras válidas a partir de 18 de janeiro de 2006					
<b>Duração do tempo de contribuição (cotização)</b>	6 meses durante os últimos 22 meses	12 meses durante os últimos 20 meses	16 meses durante os últimos 26 meses	27 meses durante os últimos 36 meses	—
<b>Duração da indenização recebida</b>	7 meses	12 meses	23 meses	36 meses	—

Fonte: CGT. Chômage et Indemnisation, tous vos droits, *Journal Vie Ouvrière*, n.6, automne 2006, p.49. [Adaptada].

Percebe-se de um modo geral a diminuição da duração do benefício que atingiu todas as modalidades, com exceção apenas dos filiados ao sistema com uma cotização mínima de 6 meses. Enquanto no regulamento anterior (2002) era necessário contribuir 14 meses ao longo de 2 anos para obter uma indenização durante quase dois anos (23 meses), no novo esta obtenção requer que os trabalhadores tenham contribuído durante 16 meses no decorrer de 26 meses. Em contrapartida com a criação de uma nova faixa de contribuição, aqueles que

tenham cotizado por 12 meses nos últimos 20 meses que antecedem o fim do contrato de trabalho têm direito ao seguro por um 1 ano. Se a lógica explícita é, quanto maior o tempo de contribuição, maior o de indenização, está implícito a redução do direito que se evidencia com a extinção da especificidade destinada às pessoas com 57 anos ou mais, cujas indenizações poderiam durar até 3 anos e meio.

Observando as alterações realizadas ao longo dos anos é possível observar que o caráter protecionista do regime reduziu-se e dificultou justamente o acesso dos trabalhadores mais expostos aos riscos do mercado de trabalho, como é o caso daqueles submetidos aos contratos com duração determinada (CDD), que têm maiores dificuldades para completar o período de cotização exigido e não gozam dos mesmos direitos existentes nos contratos com duração indeterminada (CDI). Essa e outras formas de trabalho difundiram-se a partir dos anos de 1980 com a introdução na legislação trabalhista das novas formas de contratação e corresponderam ao tipo de “emprego” criado nas últimas três décadas. Entre esses trabalhos destacam-se os temporários (CDD, interinos, contratos “subvencionados”) e em tempo parcial, designados como “atípicos” ou “precários” – termo que se inscreveu no debate político e na denominação de movimentos sociais.

Uma vez recebendo a indenização a legislação garante ao desempregado os seguintes direitos (AC!, 2008):

**35 dias de férias indenizadas:** isto significa que o segurado não precisa comparecer às convocações ou comprovar os procedimentos tomados em busca de emprego, mas deve informar aos órgãos responsáveis o período em que permanecerá ausente;

**Licença maternidade:** no momento do nascimento o seguro-desemprego é suspenso e restabelecido ao final do benefício garantido pela Seguridade Social durante a licença;

**Despesas médicas e farmacêuticas:** reembolso garantido pela Seguridade Social;

**Bônus viagem:** no caso de entrevista de emprego longe da residência é garantido 1 ou 2 bilhetes por ano (trem ou avião) com custo parcial (benefício que se estende aos desempregados que não recebem indenização).

Com o enrijecimento do acesso ao seguro e a maior dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, a demanda pela prestação de solidariedade assegurada pelo Estado aumentou, pelo fato dela se estender aos trabalhadores que já receberam todo o seguro-desemprego e pelos seus critérios de acesso: ter trabalhado 5 anos ao longo dos últimos 10 anos precedentes ao término do contrato e apresentar uma renda baixa (que, em 2008, correspondia em euros ao teto máximo de \$1.031,80 para uma pessoa sozinha e \$1.621,40 para um casal) (AC!, 2008, p. 23). Mas as reformas introduzidas ao longo dessas décadas estenderam-se igualmente a esse regime, já que das duas indenizações que o integraram entre 1984 e 1992 – a Prestação de Solidariedade Específica (ASS) e a Prestação de Inserção (AI) voltada aos jovens em busca do primeiro emprego – apenas a ASS foi mantida com a reforma realizada neste último ano (1992).

A Prestação de Solidariedade Específica (ASS) tem uma duração de 6 meses e pode ser renovada 3 meses até atingir 2 anos de recebimento; para as pessoas acima de 55 anos sua duração mínima é de 1 ano, podendo ser renovada até completar o tempo necessário para se aposentar (AC!, 2008). Cabe ressaltar aqui a maior exigência em relação à comprovação da busca por emprego por parte dos beneficiários com menos de 55 anos (os demais estão dispensados), a partir de 2004; procedimento que seguia as orientações introduzidas no seguro-desemprego no sentido de coagir os desempregados a saírem mais rápido do regime.

Porém, a qual indenização recorrerá o desempregado que não preenchesse as exigências de cada uma dessas prestações? A renda mínima de inserção (RMI), criada em 1988, com o objetivo de ser um benefício destinado às famílias com baixa renda tornou-se, então, uma espécie de terceira indenização para os trabalhadores expostos a contratos com

duração determinada e aos empregos temporários, ou seja, trabalhadores expostos a contratos cuja natureza os impediam de completar o tempo necessário para se ter acesso a qualquer tipo de indenização pautada em uma atividade assalariada prévia.

As motivações implícitas originalmente na formulação da RMI eram, conforme observam Daniel e Tuchsirer (1999), restringir as manifestações de uma “pobreza estrutural” e não tomavam como referência o funcionamento do mercado de trabalho como ocorria com as decisões referentes às indenizações destinadas aos desempregados. Porém, em um prazo de 10 anos, a RMI passou a se caracterizar para muitos trabalhadores muito mais como a “última modalidade de seguridade do regime de indenização do desemprego” (DANIEL; TURCHSZIRER, 1998, p. 328), à medida que o número de desempregados não indenizados aumentou devido ao enrijecimento das condições de acesso ao regime, entre outras medidas mencionadas, que restringiram o seu caráter protetor.

A recorrência por parte dos desempregados à RMI não indica somente a redução da cobertura do regime indenizatório, mas também a erosão dos mecanismos de proteção social, já que ele se tornou para uma parcela dos trabalhadores o substituto de um direito individual (e não familiar), muito mais valorizado em termos monetário e social. Ao receber a RMI, que integra os denominados “mínimos sociais”<sup>119</sup>, o desempregado francês passa a estar diante de um direito que traz embutido vários estigmas por inserir-se no âmbito da assistência e ter como instituições administrativas de referência organismos sem relação com o universo do emprego, por exemplo, os serviços sociais disponibilizados pelas prefeituras.

É possível perceber, com isso, como os efeitos da precarização do emprego e da instabilidade decorrente da situação de desemprego tornaram-se cada vez menos atenuadas

---

<sup>119</sup> Os “mínimos sociais” como o nome indica referem-se a alguns benefícios considerados direitos mínimos que o indivíduo deve ter assegurado pelo Estado e são concedidos com base nas condições de renda das famílias ou das pessoas que vivem sozinhas, além de outros critérios específicos relacionados às características do benefício requerido. A RMI correspondia a um dos 6 “mínimos sociais” existentes em 2008 e destinava-se às pessoas com mais de 25 anos ou com filhos e com renda inferior ao seu valor, que de acordo com os valores de 2006 equivalia a \$433,00 euros. Em 2009 a RMI foi substituída pela Renda de Solidariedade Ativa (RSA).

pelos órgãos responsáveis pela gestão do seguro e pelo próprio Estado. A constatação de Daniel e Tuchzirel (1998, p. 29) permanece válida ao menos até 2007, período contemplado por esta pesquisa:

Hoje, a UNEDIC longe de combater os efeitos da precarização do emprego parece, ao contrário, sustentar esse processo participando por sua vez do esfacelamento do assalariado. À diversificação das formas de emprego corresponde uma diversificação crescente das formas de indenização dos desempregados, onde os mais expostos ao risco do desemprego são igualmente aqueles que se vêem os piores indenizados... quando o são ainda. Do lado do Estado, o regime de solidariedade se inscreveu também nessa tendência de redução dos direitos e de reforço das condições de atividade requeridas para se beneficiar de uma indenização.

O conjunto dessas mudanças ocorreu em uma conjuntura marcada pelo refluxo político-ideológico da CFDT que, a despeito da oposição das demais confederações, assinou no interior da UNEDIC vários acordos propostos pelos representantes patronais em relação às regras do seguro-desemprego. Posicionamentos políticos deste tipo não só acirraram a divisão no interior do movimento sindical como distanciou ainda mais as organizações sindicais dos desempregados.

Esse recuo foi acompanhado pela crise da esquerda provocada pelos rumos tomados durante os governos de François Mitterrand e pela experiência da “*Gauche Plurielle*” (“Esquerda Plural”), composta pelo Partido Socialista (PS), Partido Comunista Francês (PCF) e pelos Verdes, repercutindo sobre os movimentos e, em especial, para aqueles com laços estreitos com o PCF.

Porém, se as políticas de caráter neoliberal começaram a ser introduzidas no país já nos anos de 1980 com Mitterrand, pode-se afirmar que na década de 2000 elas se intensificaram e se generalizaram. Segundo o depoimento de Michel Rousseau:

A concretização do neoliberalismo no que concerne à questão do emprego e do desemprego foi o famoso “*Sommet de Lisbonne*” (Cúpula de Lisboa) em 2000, quando lançaram o que nós chamamos de Processo de Lisboa (...); [que] é um programa europeu sobre a questão do emprego, referente a todas as classes da população (jovens, idosos, mulheres, etc.) (...) com o objetivo de até 2010 ter uma economia competitiva e de conhecimento para toda a União Européia. É um grande projeto. A única questão é que quando você vê as medidas, trata-se do projeto neoliberal para a União Européia no que concerne ao mundo do trabalho. Nós fazemos um jogo de palavras: eles prometeram a economia do conhecimento e o que nós conhecemos é a generalização da precarização (Michel Rousseau, AC!, 30/06/09).

Daí a importância cada vez maior à luta pela preservação das indenizações destinadas aos desempregados, encampada, sobretudo, pelas organizações formadas com o objetivo de representá-los. É importante destacar que, enquanto em 1974 a CGT e a CFDT defendiam que os desempregados deveriam receber como seguro 90% do seu antigo salário e nunca menos que o salário mínimo (SMIC), posteriormente reivindicações desse tipo perderam o seu peso frente a outras propostas. Conforme esclarece Claire Villiers, fundadora da AC!: “*O fato de que, depois, o movimento operário não tenha mais considerado que a indenização do desemprego deveria estar nas plataformas dos assalariados, parte integrante da proteção social, é uma fragilidade*” (MEZZI, 1998, p.39).

Por isso, uma das particularidades da trajetória dos movimentos de desempregados franceses refere-se às lutas travadas contra os principais órgãos responsáveis pela gestão e concessão do seguro-desemprego: a UNEDIC e a ASSEDIC. A constatação de uma “violência socialmente objetivada e legitimada” (BOURNEAU; MARTIN, 1993) exercida pelos funcionários da ASSEDIC e expressa no mau atendimento, na indisposição de fornecer informações e na arbitrariedade da distribuição dos benefícios, foi uma das razões que originou a APEIS (DETHYRE, 1999) e a reivindicação pelo direito dos desempregados serem acompanhados junto a esses órgãos por outra pessoa ou algum representante.

Nesse contexto a defesa pela melhoria e preservação das indenizações dos desempregados tornou-se uma das principais reivindicações da AC!. Embora em 1999 a

jornada de trabalho tenha sido reduzida para 35 horas semanais, o redirecionamento das demandas da AC! resultou principalmente da flexibilização do regime indenizatório e das mudanças na sua própria base social. Podemos dizer que, pouco a pouco, o perfil dos desempregados engajados modificou-se: estes eram inicialmente segurados do regime indenizatório, enquanto posteriormente passaram a ser dependentes da Renda Mínima de Inserção. Conforme o depoimento de Michel Rousseau:

(...) Na AC!, após o primeiro período, não havia mais pessoas que recebiam o seguro-desemprego, [mas] havia pessoas que já tinham perdido o seguro, que estavam nos “mínimos sociais” e que tinham poucas chances de encontrar um trabalho... é o que nós chamamos na França de RMI. (...) Por isso, a base social da AC! e não só da AC!, mas da maior parte das organizações de desempregados mudou, porque não se trata mais de desempregados indenizados pelo seguro, mas se trata de precarizados, pagos pela solidariedade social. (...) Não somos mais um trabalhador que perdeu o seu emprego, nós somos um pobre que depende da caridade, (...) nós caímos na miséria (Michel Rousseau, AC!).

A alteração da composição social constituiu-se, então, como um dos fatores que contribuiu com a reorientação das demandas da AC! e está relacionada com as transformações no tratamento social do desemprego. A renda passou a ser considerada um direito independente de se ter ou não um emprego, neste caso, ao aposentado cabe o direito à aposentadoria, ao assalariado o salário e ao desempregado uma renda mínima, equiparável ao valor do salário mínimo (SMIC), conforme a organização defendia em 1998<sup>120</sup>. Ao propor esta equivalência a AC! tinha como objetivo tornar o desemprego mais caro, impedindo a precarização das condições de vida dos desempregados, mas também colocar o salário no centro do debate e em função das necessidades que os trabalhadores têm para viver (MEZZI, 1998).

---

<sup>120</sup> Em 1998 o salário mínimo bruto correspondia a \$8.500,00 francos. Os debates relacionados à reivindicação de uma renda ocorreram no final dos anos de 1990 no interior das outras organizações de desempregados, que defendiam como mínimo os seguintes valores: \$4.000 francos (APEIS), 75% do SMIC (MNCP), 80% do SMIC (Comitê de Desempregados CGT).

A proposta da renda como uma bandeira de luta foi introduzida na AC! pelo CARGO (Coletivo de Agitação Pela Renda Garantida Excelente) um grupo de militantes influenciados pelo anarquismo e correntes de extrema esquerda, atuante no interior da associação e muito próximo dos desempregados. Para esse grupo, dissolvido em dezembro de 2002, não se tratava de defender uma renda cidadã, mas sim um “salário social” desconectado do exercício de uma atividade assalariada, que respondesse às transformações desencadeadas no padrão produtivo (COHEN, 2008). Foram intensos os embates internos a respeito do que se compreendia como uma renda e mesmo sobre a sua preponderância frente à luta contra o desemprego defendida pelos sindicalistas. Como esclarece Evelyne Perrin:

Houve conflitos muito violentos entre os sindicalistas e esse grupo que se chama CARGO. Depois se encontrou um equilíbrio entre duas reivindicações centrais: direito a um emprego, direito a uma renda. Com esse slogan “um emprego é um direito, uma renda é um dever”, se alcançou a unidade, [enquanto] a redução do tempo de trabalho passou um pouco para o segundo plano (Evelyne Perrin, liderança da AC!, 04/06/09)

O momento de maior expressão dessas lutas foi no inverno de 1997-1998, quando a AC!, APEIS, MNCP e os comitês de desempregados da CGT mobilizaram-se conjuntamente, atraindo a opinião pública para as suas reivindicações, entre as quais se destacavam: a fusão entre o seguro convencional e as prestações de solidariedade, separados em 1984; o aumento do valor dos “mínimos sociais” (especialmente da RMI); e, sobretudo, a reativação do Fundo Especial que havia sido suprimido e era destinado aos desempregados em situações emergenciais por meio de um subsídio em caráter de urgência concedido pela ASSEDIC.

As mobilizações iniciadas na primeira semana de dezembro de 1997 consistiram na ocupação dos escritórios da ASSEDIC, órgão responsável pela concessão do seguro-desemprego, e prolongaram-se até meados de janeiro. Nesse período mais de trinta e quatro

escritórios foram ocupados em toda a França e envolveu inúmeras manifestações em diversas cidades, reunindo no dia 13 de janeiro mais de 50 mil manifestantes.

O governo, ao cabo de várias semanas de manifestações e ocupações de prédios públicos, recebeu pela primeira vez os representantes das organizações e criou um novo fundo de urgência social, destinando um bilhão de francos para o mesmo (aproximadamente 150 milhões de euros), porém manteve a separação entre o seguro-desemprego e as prestações sociais, como recusou aumentar o valor dos “mínimos sociais”, o que teve um impacto negativo sobre os movimentos na avaliação de Evelyne Perrin:

O grande fracasso do movimento de 1997-1998 foi que ele reivindicou uma indenização melhor, um reconhecimento mais completo na gestão dos desempregados e o governo Jospin recusou tudo isso, dizendo: “não vou favorecer a assistência”. Foi muito ruim como resposta. Depois o movimento de desempregados começou a diminuir (Evelyne Perrin, AC!).

De certo modo, os movimentos envolvidos nos conflitos do inverno de 1997-1998 obtiveram alguns resultados, como o reconhecimento do governo enquanto representantes dos desempregados, contudo, em seguida perderam sua visibilidade pública (MAURER; PIERRU, 2001) e sofreram um forte recuo no decorrer dos anos 2000.

Em alguns casos, como os comitês locais da AC! de Paris, houve um significativo esvaziamento. Na última década os movimentos de desempregados sofreram impactos negativos devido às reformas consecutivas no sistema de proteção social e enfrentaram, ao mesmo tempo, outras dificuldades: o envelhecimento dos seus membros e a incapacidade de atrair para a sua base os jovens, tidos como os mais atingidos pelo desemprego e pelas formas de trabalho consideradas precárias.

Frente à dificuldade de mobilização, a AC! intensificou suas ações conjuntas com outros movimentos sociais. Tal estratégia busca agregar forças políticas, mas representa também uma forma de contato com outros trabalhadores em situações de trabalho precárias,

com jovens e, no limite, com desempregados engajados em outras causas, pois um dos grandes problemas enfrentados pelos movimentos e que se acentuou mais recentemente é o acesso com aqueles que deveriam compor sua base social. A reativação da capacidade organizativa parece se esbarrar às formas de ação e aproximação circunscritas muitas vezes ao atendimento daqueles que procuram individualmente os comitês locais das associações mencionadas.

Os plantões que oferecem assessoria e tira dúvidas dos desempregados quanto aos seus direitos são a principal forma de aproximação e interlocução. Segundo os entrevistados, os trabalhadores procuram a associação quando já não têm a quem mais recorrer e alguns a vêem como um órgão prestador de serviços e a procuram exclusivamente para resolver um “problema individual” (Michel Rousseau, AC!), sem a perspectiva de uma mobilização coletiva.

Explicitada também por estudos recentes sobre a AC! (COHEN, 2008), a identificação das associações como “agências de serviços” evidencia os limites dos plantões e do modo em que as associações estão organizadas, bem como as implicações dessa organização para o engajamento dos desempregados, já que estes dificilmente irão se engajar em algo que não vêem como um movimento social<sup>121</sup>.

Disto resulta o caráter estratégico da realização de ações conjuntas entre a AC! e outros movimentos sociais. Mas se estas tendem a ocorrer com diversas organizações, algumas inclusive engajadas em causas específicas, o mesmo não ocorre com a maior parte das organizações sindicais. Aqui se explicita a dificuldade da construção de uma unidade política entre esses movimentos como contra-ofensiva ao neoliberalismo e aos seus efeitos sobre a classe trabalhadora.

---

<sup>121</sup> De certo modo, parece que as associações de desempregado estão à espera dos desempregados, ou seja, que estes se aproximem. Essa foi a minha sensação quando vi no site da APEIS a seguinte chamada: “monte o seu comitê local” ou quando visitei um dos comitês da AC!.

Portanto, apesar do esvaziamento desses movimentos, percebemos tentativas de articulação com outras organizações (algumas inclusive engajadas em causas específicas) com o objetivo de acumular forças e se contrapor ao processo que se verificou ao longo dos anos 2000 no país: a intensificação do processo de flexibilização dos direitos trabalhistas. Como procuramos mostrar ao longo dessa discussão, enquanto houve uma flexibilização de direitos, como o do seguro-desemprego e a prestação de solidariedade, no sentido de reduzi-los ainda mais em relação às reformas anteriores, houve também a regulamentação de novos direitos, como é o caso da RMI. No entanto, enquanto dispositivo criado com o objetivo de amenizar os efeitos da pobreza e com a perspectiva de ter curta duração, a RMI tornou-se cada vez mais o “substituto” dos mecanismos de proteção social para os desempregados não contemplados pelos mesmos. Um “substituto” que não engloba os direitos assegurados no regime de seguro-desemprego e, por isso, não desempenha o papel protetor aos riscos aos quais estão expostos esses desempregados, cujas trajetórias ocupacionais marcadas pela forte recorrência ou longa permanência na situação de desemprego os levam a ser os que mais necessitam de direitos que revertam a instabilidade e a precarização das suas condições de vida, mas também os que evidenciam a urgência, no plano imediato, de lutas contra o que, nas últimas décadas, se constituiu como a ofensiva das classes dominantes: o neoliberalismo.

# **ANEXOS**

## ANEXO I

- **Resoluções da Primeira e Segunda Assembléia Nacional de Organizações Populares Territoriais e de Desocupados**<sup>122</sup>

### PRIMERA ASAMBLEA NACIONAL DE ORGANIZACIONES

El 24 de julio de 2001 se realiza la Primera Asamblea Nacional de Organizaciones Populares, Territoriales y de Desocupados en el galpón de la parroquia del Sagrado Corazón, perteneciente a una congregación salesiana, en el partido de La Matanza, Pcia. de Buenos Aires. Este encuentro, que tuvo lugar a casi dos semanas del anuncio gubernamental del paquete de medidas bautizado “Déficit Cero”, constituyó, por primera vez, un espacio de coordinación a nivel nacional, de las organizaciones y colectivos de trabajadores desocupados que en el pasado habían protagonizado intensas protestas, pero de carácter local.

Impulsada por la Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat, de la Central de Trabajadores Argentinos (FTV-CTA), el Movimiento de Desocupados de la Corriente Clasista y Combativa (CCC), el Polo Obrero, entre otras organizaciones, la asamblea convocó la participación de representantes de grupos de trabajadores desocupados de casi todo el país, así como también de desalojados del Bajo Flores, encargados de comedores escolares, jubilados, docentes bonaerenses, de la Universidad de Buenos Aires y vecinos autoconvocados.

A continuación presentamos el plan de lucha surgido de la misma.

### RESOLUCIONES DE LA PRIMERA ASAMBLEA NACIONAL DE ORGANIZACIONES POPULARES, TERRITORIALES Y DE DESOCUPADOS

- Realizar cortes progresivos en las principales 50 rutas del país a partir del martes próximo, 31 de agosto y de 48 y 72 horas para los martes siguientes.
- Reclamar la liberación de los presos sociales.
- Rechazar el plan de ajuste del gobierno nacional, adoptado para lograr el déficit cero.
- La conservación de todos los planes “Trabajar”, y la adjudicación de nuevos planes para los jefes y jefas de familia desocupados.

*La Matanza (Pcia. de Buenos Aires)  
24 de julio de 2001*

<sup>122</sup> Documentos disponíveis na seção “Documentos del Conflicto”, Revista OSAL, p. 37 – 39, 2001.

## **SEGUNDA ASAMBLEA NACIONAL DE ORGANIZACIONES POPULARES, TERRITORIALES Y DE DESOCUPADOS**

El martes 4 de septiembre se realiza la Segunda Asamblea Nacional de Organizaciones Populares, Territoriales y de Desocupados convocada por las principales organizaciones de desocupados, nuevamente en las instalaciones de la parroquia del Sagrado Corazón, en el Partido de La Matanza, Pcia. de Buenos Aires.

En la misma estuvieron presentes más de 2000 personas integrantes de la Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV-CTA), del Movimiento de Desocupados (CCC), del Polo Obrero, del Movimiento Territorial Liberación (MTL), del Movimiento “Teresa vive”, del Movimiento Teresa Rodríguez, organizaciones de General Mosconi (Pcia. de Salta), de La Quiaca (Pcia. de Jujuy), de Río Cuarto y Cruz del Eje (Pcia. de Córdoba), de Catamarca, de Chaco -entre otras-, así como representantes de distintos movimientos de desocupados de diferentes regiones y localidades del país.

A continuación presentamos las resoluciones adoptadas en esta asamblea.

### **RESOLUCIONES DE LA SEGUNDA ASAMBLEA NACIONAL DE ORGANIZACIONES POPULARES, TERRITORIALES Y DE DESOCUPADOS**

Los trabajadores aquí reunidos planteamos como objetivos inmediatos de nuestra lucha:

- Los reclamos de nuestro plan de lucha, que están hoy más vigentes que nunca: la derogación del ajuste expuesto en la ley del déficit cero y la libertad y el desprocesamiento de los luchadores.
- El retiro del proyecto de presupuesto que consagra la profundización de la masacre social de nuestras familias y nuestros hijos.
- La defensa y la extensión de los planes de empleo y comida a cada trabajador desocupado mayor de 16 años, estableciendo el reempadronamiento masivo bajo el control de las organizaciones de esta Asamblea nacional, rechazando la disminución de las asignaciones y el pago en bonos.
- Cien pesos por hectárea para los pequeños y medianos chacareros para poder sembrar.
- Prohibición de despidos y suspensiones.
- Retiro inmediato de la Gendarmería de General Mosconi.

Convocamos, como continuidad de nuestro plan de lucha, a:

1) Cortes de ruta a lo largo y ancho de todo el país por 24 horas, desde las 12 hs. del jueves 6 de septiembre hasta las 12 hs. del día siguiente, con cortes de acceso a las plantas industriales, por puestos genuinos de trabajo, confluyendo el viernes 7 con el paro nacional y movilización de los trabajadores estatales.

2) Asambleas piqueteras en cada provincia, municipio o distrito para unirnos con todo el movimiento obrero y popular en lucha o enfrentado al régimen, y deliberar juntos para actuar por nuestras reivindicaciones y plantear una salida nuestra frente a la crisis, desde ahora mismo.

3) Corte de ruta por 36 hs., desde las 12 hs. del jueves 20 hasta el día siguiente, para confluir en la Plaza de Mayo y en las plazas de cada provincia y localidad, en una gran tribuna de lucha por la derogación del ajuste, del presupuesto del hambre y por la libertad y desprocesamiento de los luchadores.

4) Convocar a una tercera Asamblea Nacional abierta a todas las organizaciones de trabajadores en el mes de octubre, con el método planteado aquí de un representante cada 20 compañeros organizados, ocupados o no, para resolver la continuidad de nuestro plan de lucha y un programa de salida a la crisis. Para este programa, esta Asamblea enarbola cinco ideas fundamentales:

- No al pago de la deuda externa ilegítima y fraudulenta.
- Reestatización de las AFJP<sup>123</sup>.
- Renacionalización de los bancos y empresas estratégicas.
- Condonación de la deuda usuraria a los chacareros pequeños y precio sostén en origen para ellos.
- Fuera el régimen hambreador; no al gobierno de salvación nacional, que es sólo un recambio en las propias filas de los ajustadores.

5) Reclamar y organizar un paro activo nacional de 36 horas y la huelga general.

6) Constituir en esta misma Asamblea una Mesa de coordinación nacional. De su seno surgirá una Mesa de Enlace con las centrales de trabajadores. La primera tarea de esta Mesa será, con la mejor disposición posible, buscar puntos de coordinación con las iniciativas elaboradas y puestas en marcha por la Central de Trabajadores Argentinos.

*La Matanza (Pcia. de Buenos Aires)  
4 de septiembre de 2001*

---

<sup>123</sup> Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones.

## ANEXO II

### • Documentos do *Movimiento Teresa Rodríguez (MTR)*

#### DOCUMENTOS FUNDAMENTALES<sup>124</sup>

##### Llamamiento

Muchos de nosotros hemos luchado en algún que otro partido político.

Muchos de nosotros hemos luchado en alguna que otra Sociedad de Fomento u otra institución por el estilo.

Muchos de nosotros hemos caminado los barrios visitando gente, organizando desde abajo para que se cumplan nuestros reclamos, y siempre fueron incumplidos, violados con toda bestialidad.

También a muchos de nosotros estas luchas nos han demostrado que ningún partido político está realmente con los trabajadores, y que esta "democracia" sólo sirve para que una minoría se enriquezca más y los parásitos políticos que están a su servicio nos vivan prometiendo y robando, robando y prometiendo.

Por todo lo que pasa, no alcanza sólo con pelearla desde abajo, sino que debemos ir construyendo nuestras propias leyes, nuestra propia cuota de poder, hasta arrancarles totalmente el poder a los que mandan.

La experiencia nos ha demostrado duramente que si no somos partícipes a fondo, sólo cambiará algo para que nada cambie. Por esto, los que nos hemos dado cuenta de ello, llamamos a todos los hombres y mujeres honrados del pueblo a constituir un *MOVIMIENTO DE TRABAJADORES POR EL CAMBIO SOCIAL*, que se arremangue no solamente por esto o aquello para algunos, sino por todo para todos; no ya para cambiar algo: hay que dar vuelta la tortilla para un cambio total. Esta lucha será dura, como es duro sobrevivir ahora, pero es el único camino para conseguir la dignidad y la felicidad de nuestro pueblo.

Al igual que la gesta revolucionaria de los patriotas de Mayo, en ésta a la que nos convoca nuevamente la Historia, para romper las cadenas debemos usar todas las formas y métodos de lucha que hagan posible que vayamos construyendo una *NUEVA VIDA*, que valga la pena ser vivida plenamente. Somos mujeres y hombres de trabajo que sufrimos y queremos solidariamente reconocernos en la lucha por la felicidad de nuestro pueblo, que será por las buenas, pero, si se nos cierran los caminos será por las malas... o por las peores también.

Por esto, consideramos imprescindibles las siguientes medidas:

eliminación de la desocupación mediante: a) la reducción de la jornada laboral a 30 horas semanales sin afectar los salarios (como ya se ha hecho en varios países de

<sup>124</sup> Retirado do site: <http://brisop.noblogs.org/post/2007/09/09/il-libro-celeste-del-movimiento-teresa-rodriguez>  
Disponível em: 29/06/2010. Os "Documentos Fundamentais" escritos entre 1999 e 2000 compõem o Livro Celeste, no qual consta uma apresentação do histórico e das concepções do MTR. Em 2009 este livro foi revisto e uma nova versão impressa em 2010. Devido à dificuldade de reproduzir as 30 páginas da nova versão do livro, reproduzimos neste anexo somente os documentos que não foram alterados nessa revisão.

Europa por la propia lucha de los trabajadores); b) reapertura bajo cogestión obreroestatal de todas las empresas cerradas; c) declaración de la emergencia laboral (ampliación de los cupos de los planes Barrios Bonaerenses y Trabajar mientras dure la emergencia laboral); d) plan de obras públicas (viviendas populares y toda otra necesidad en cada barrio o municipio); e) derogación de la Ley de Flexibilidad Laboral; f) eliminación del sistema de contratación por agencias de trabajo;

Salud y educación: gratuitas e igualitarias (eliminación de la salud privada, eliminación de los subsidios a las escuelas privadas);

Rompimiento con todos los organismos económicos internacionales (FMI, Banco Mundial, etc.) que son los que nos han llevado hasta esta situación;

control vecinal de los impuestos y dineros municipales;

confiscación de tierras y planes de colectivización del campo;

eliminación de fondos destinados a los Servicios de Inteligencia;

eliminación de impuestos y cargos fijos en los servicios públicos;

no pago de los impuestos municipales mientras el municipio no esté bajo el control efectivo de los vecinos;

jubilación mínima de \$450 (a los 55 años y a los 60);

reestatización de las empresas privatizadas con control de los trabajadores.

Mayo de 1999.

### **DECLARACIÓN DE PRINCIPIOS**

Declaramos que:

Las masas trabajadoras nos encontramos oprimidas y explotadas por los capitalistas tanto de fuera como de adentro;

La situación de miseria y de marginalidad es consecuencia directa de lo anterior;

Así como nosotros hoy estamos sometidos al poder del capital, así también nuestra nación yace postrada a los pies del imperialismo;

Sólo nuestra clase, organizada de forma independiente y acaudillando a otras capas sociales en una lucha revolucionaria, es capaz de liberar real y definitivamente a la nación de las garras del imperialismo y liberarse ella misma. Por lo tanto, la lucha por nuestra libertad, por acabar con la esclavitud asalariada, está indisolublemente unida al combate por la independencia de nuestra nación.

Para que esta lucha no naufrague o quede inconclusa (que es lo mismo) es necesario sacar provecho de las experiencias revolucionarias en el mundo. En este sentido, reafirmamos nuestra identificación con el pensamiento y la acción del Comandante Che Guevara.

Nuestra lucha sólo acabará cuando del mundo entero hayamos borrado al capitalismo; cuando en el mundo no haya más un hombre explotando u oprimiendo a otro. Esa es la mejor –y única manera de ser consecuentes con el ideal guevarista.

En este sentido, nuestra lucha es por una sociedad nueva, sin clases sociales, de hombres libres e iguales, donde no exista el Estado, o sea, donde no haya cárceles, ni policía ni fuerzas de represión, donde la persecución, la esclavitud del hombre por el hombre, sean cosas del pasado. Una sociedad donde una moral nueva, una conciencia nueva den lugar a un hombre nuevo, capaz de realizarse entregando lo máximo de sí a la sociedad y recibiendo de esta todo lo necesario para su desarrollo físico y espiritual.

Para alcanzar dicha sociedad es imprescindible eliminar el poder del capital mediante una revolución obrera que instaure la dictadura de nuestra clase sobre la burguesía, que es a su vez la más amplia y profunda democracia jamás conocida hasta hoy. Este paso previo es necesario para preparar las condiciones materiales para el tránsito a esa sociedad de hombres libres e iguales.

Reivindicamos la lucha de todos los hombres que enfrentaron la opresión y la explotación en todos los continentes. Reivindicamos y somos continuadores de la lucha de hombres como Mariano Moreno, Artigas, San Martín, Bolívar, el "Chacho", Felipe Varela, los luchadores de la "Patagonia Trágica", de la Forestal.

El camino para alcanzar estos propósitos requiere de varias actividades, entre las principales las siguientes: consolidar y desarrollar el *M.T.R.* Para alcanzar nuestro objetivo es necesario lograr conocer y desarrollar lo más profundamente nuestra doctrina, avanzar en el estudio de la teoría revolucionaria y fundamentalmente tener disposición revolucionaria. A nuestro pueblo lo ganaremos para la causa con nuestra razón –que es la suya pero esencialmente con nuestro EJEMPLO. Por ello, es necesario el estudio, la humildad, el respeto y la entrega. El trato, las relaciones entre compañeros, debe ser el espejo donde se mire nuestra clase y en particular la juventud.

Febrero de 2000

### **Estatutos**

El *Movimiento* se compone de miembros plenos y adherentes.

Los miembros plenos son los que participan de la reunión barrial y el funcionamiento de alguna Comisión, llevando adelante el pensamiento y la acción del *Movimiento*. Además, cumplen con el sostenimiento monetario del *Movimiento* y son lectores regulares de la prensa.

Para ejercer alguna tarea de responsabilidad debe antes pasar un período de prueba de dos meses, como mínimo. En aquellos lugares donde se abra un nuevo Cabildo, éste debe estar a cargo de la Mesa Zonal. Las Comisiones están abiertas a la participación de todos los miembros plenos.

Tanto los miembros plenos como los adherentes están obligados a sostener económicamente al *Movimiento* (aportes) y participar de sus tareas. Quienes no cumplan con alguna de esas responsabilidades pierden el derecho a reclamar los beneficios obtenidos a través de la lucha.

Las Comisiones pueden componerse de miembros plenos y adherentes, quedando siempre las responsabilidades a cargo de miembros plenos o de quienes la Mesa Zonal decida.

Debemos velar permanentemente por la unidad y fortalecimiento del *Movimiento*. Las críticas a un compañero o Comisión deben hacerse en el lugar o ámbito correspondiente.

Se establece que todas las actividades del *Movimiento* (reuniones barriales, de Comisiones, etc.) deben ser asentadas en actas, nombrándose al efecto un Secretario de Actas.

Febrero de 2000

#### NOS VEMOS EN LA LUCHA

Este ideario lo elaboró la lucha.

Los piquetes en las rutas, las movilizaciones en las calles, el trabajo comunitario cotidiano, los diversos plenarios para debatir y aprobar propuestas, los diferentes encuentros para la formación colectiva al rescate de la historia y el conocimiento, las fiestas, las desgracias, los aciertos, los errores y hasta, por qué no, la reflexión individual que se desvela por encontrarle la vuelta al cambio social, en suma, un destino de lucha compartido fue escribiendo este ideario.

Nadie es su autor y todos lo somos.

Se podrá estar de acuerdo o no con él. Se acordará o no sumarse a nuestro proyecto. De lo que no hay dudas en nuestro *Movimiento* es de que mientras haya injusticias nuestra razón será la lucha. Nos vemos allí.

### ANEXO III

- Documento da *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV)*<sup>125</sup>

*Documento elaborado por el Instituto de Estudios y Formación de la Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat, debatido, corregido y ampliado por el plenario realizado el martes 10 de diciembre en el que participaron compañeros del Conurbano, Capital Federal y La Plata.*

**La crisis.** Padecemos una crisis sin precedentes en nuestra historia, de carácter global e integral: abarca a toda la sociedad argentina y recorre todas las esferas de la vida nacional. Resquebrajadas las bases económicas del modelo, se pusieron al desnudo las catastróficas consecuencias sociales provocadas por la hiperconcentración de riqueza en pocas manos y la exclusión de las mayorías populares, derrumbándose a la vez el ideario neoliberal que pretendía darle racionalidad al saqueo y la explotación. El 19 y 20 de diciembre de 2001 se cayeron, junto con el gobierno, las representaciones políticas funcionales al esquema de dominación. Esta situación –por primera vez en los últimos 25 años- dejó sin “libreto” a los sectores dominantes, que atravesados por fuertes contradicciones entre las diversas fracciones que lo componen, intentan reconducir una situación explosiva, sobre la que no pueden avizorar su desenlace. En medio de un fuerte vacío de poder, sienten que trastabilla su hegemonía y pelagra la defensa de sus privilegios. Hoy más que nunca, evocando la sabiduría oriental, cabe definir la crisis como una mezcla de peligro con oportunidad. El peligro lo aportan los sectores del poder, que resueltos a no ceder terreno y proteger lo acumulado, están dispuestos a sacrificar la democracia para reconstruir su hegemonía a fuerza de autoritarismo y represión a las organizaciones populares, manipulando el miedo y la demanda de seguridad de una parte importante de las capas medias. Pero el peligro convive con la oportunidad que a su vez se le presenta al pueblo, de impulsar una alternativa a la medida de sus necesidades, basada en la profundización de la democracia, reparto de la riqueza y defensa de la soberanía nacional. Estas dos tendencias están en curso y su desarrollo simultáneo en el tiempo – independientemente de cual sea el desenlace- supone necesariamente confrontación. Cuando afirmamos son ellos o nosotros, no parece probable que ninguno de los sectores sociales en pugna pueda avanzar en su cometido pidiendo permiso. Desde el campo popular, apoyados en el número abrumador de sus integrantes, aspiramos a una resolución democrática y pacífica de la crisis, pero estamos atentos y convencidos que el pueblo, como tantas veces en la historia, terminará por pasar a pesar de los obstáculos que le interpongan en su camino.

**La etapa.** Venimos de una larga etapa de defensiva estratégica iniciada en 1975, durante la cual el campo popular ha intentado una y otra vez recomponer fuerzas. Ese proceso, sembrado de marchas y contramarchas, aciertos y frustraciones, ha estado caracterizado por una actitud de resistencia. Pero en los últimos dos años, aún sin superar la situación defensiva, podríamos decir que además de resistir, se ingresó en una fase de avance popular. Avance popular que se caracteriza por una aceleración en el proceso de acumulación de fuerzas del campo popular, puesta de manifiesto en un auténtico estado de movilización, crecimiento de la organización, surgimiento de nuevos dirigentes, voluntad mayoritaria de cambio y fuerte descreimiento

<sup>125</sup> Retirados do site: [www.ftv.org.ar](http://www.ftv.org.ar)

hacia el ideario dominante. Podríamos ubicar esta fase de avance popular (dentro de la etapa defensiva) en la antesala de una situación de equilibrio estratégico, a partir del cual se podría desencadenar una verdadera ofensiva popular. Es difícil ubicar el momento a partir del cual se salta de una etapa a otra, por cuanto los tiempos de maduración para que ello ocurra tienden a acortarse y no guardan relación con lo prolongado de la resistencia. De hecho, los acontecimientos vividos en el transcurso del último año no fueron espontáneos aunque hayan ocurrido de manera repentina y son el resultado de todas las condiciones acumuladas durante un período muy largo, que resultaron potenciadas por los resultados de la confrontación. La propia consulta popular que protagonizamos en el marco del Frente Nacional contra la Pobreza (FreNaPo) fue otra demostración del proceso social que se estaba dando en la Argentina. Por eso, si bien no es serio afirmar que estamos en medio de una revolución como pregonan algunas fracciones de izquierda, tampoco es recomendable imaginar la posibilidad de cambios profundos como resultado de un proceso lineal y prolongado que no da cuenta de los inevitables saltos de calidad que se suceden en la lucha popular.

**La situación mundial y latinoamericana.** La actitud guerrerista del gobierno de Bush encubre una debilidad. Y no es exagerado afirmar que los EEUU como superpotencia mundial, a pesar de su abrumadora superioridad bélica, ha entrado en un proceso de declinación. Esto piensan quienes siguen de cerca la evolución del sistema capitalista mundial, de cuya fortaleza depende la del propio país imperial. Sucede que el sistema capitalista está en crisis y se enfrenta a dos dilemas que no parecen tener resolución a la vista a través de los mecanismos conocidos para alcanzar un nuevo equilibrio. Uno es la crisis de acumulación, que lo enfrenta desde los años setenta a una caída en la tasa de ganancia. Para compensarlo viene echando mano de formas crecientes de explotación y saqueo de los pueblos de la periferia o Tercer Mundo (sin contar los nichos de pobreza que crecen en el mundo desarrollado), que engendran el segundo dilema: el de la legitimación de las instituciones políticas, que bien podría ser un problema aún mayor para el sistema. Por eso, la apelación a la fuerza militar como recurso principal para sostener la hegemonía, el “dibujo” de las contabilidades de las grandes corporaciones para simular ganancias inexistentes y los fuertes movimientos antiglobalización surgidos en las entrañas del Primer Mundo, así como el Foro Social de Porto Alegre como contracara del Foro de Davos, hablan de una franca declinación cultural del sistema que completa el cuadro de la crisis.

La reforma estructural basada en la apertura comercial y financiera externa, con su correlato de desregulación interna, definió una nueva inserción internacional de nuestra región que avanza sobre la supresión de los espacios territoriales nacionales. Los procesos de integración regionales (Mercosur, Andina, Centroamérica y Caribe) corren el riesgo de ser absorbidos y desarrollados bajo la lógica de los grandes negocios de la red mundial de los grupos empresariales económicos financieros. El peligro mayor de avance hacia este objetivo es la iniciativa de los Estados Unidos denominada Asociación de Libre Comercio de América (ALCA), a través del que se pretende el ingreso de las regiones absolutamente subordinadas. Para nosotros la libertad de comercio y la libertad económica aun no existen. El capitalismo funciona sobre la base de la desigualdad económica. Es un gran oligopolio de corporaciones a nivel mundial. cuando se impone el libre mercado en términos legales sobre desigualdades económicas el resultado es mayor desigualdad. Revertir este proceso, implica una confrontación cultural. Recuperar el proyecto de la patria grande latinoamericana, solo será posible si reconstruimos identidades nacionales y populares, y desde allí construir la integración de nuestros pueblos. Es en ese contexto que adquiere tanta importancia la coincidencia histórica en el desarrollo de los procesos populares de varios de los países de nuestro continente. Pareciera gestarse una

nueva Hora de los Pueblos en Latinoamérica, que nos obliga a repensar nuestra liberación nacional y social como un objetivo colectivo en el marco de la integración regional y continental. Venezuela, Colombia, Ecuador, Perú, Bolivia, Brasil, Uruguay, Paraguay y Argentina, constituyen escenarios con denominadores comunes: crece el protagonismo de las fuerzas populares, surgen nuevas formas de representación, se articulan nuevas formas de lucha y emergen nuevos liderazgos, en la búsqueda de una sociedad más justa y afirmación de la propia identidad.

La experiencia del PT brasileño, con Lula en la presidencia del país más importante de América Latina, constituye el punto más alto de quiebre del modelo de concentración de riqueza, construido a costa de hambre, pobreza y exclusión. Y es también una inmensa esperanza para millones de almas en esta región del mundo. Por primera vez desde los 70, pero en un contexto mundial y continental favorable, se avizora la posibilidad de romper con las distintas formas de dominación que nos aquejan: la del imperio, la del poder económico local que nos explota y la de los cipayos que nos gobiernan.

**El sujeto social del cambio.** No cabe duda que el avance popular al que hacíamos referencia, no hubiese sido posible ni podríamos explicarlo sin la irrupción en escena de un nuevo protagonista. Son las masas de desocupados, pobres y empobrecidos arrojados del mercado laboral y excluidos de la palabra y de la visión de los demás, los que a fines del 2000 emergen del subsuelo social al que los habían condenado, para protagonizar una nueva forma de lucha que constituye una verdadera cruzada patriótica por la dignidad de millones de argentinos. Desde ahí en adelante, las organizaciones piqueteras asumieron la forma más alta de confrontación con el modelo a través de los cortes de ruta y movilizaciones que por su masividad le inyectó savia nueva a la lucha histórica de los trabajadores sindicalizados, cuyas estructuras se vieron afectadas por la desindustrialización y estancamiento del proceso productivo.

Es cierto que ningún cambio profundo en nuestra sociedad resulta pensable sin el papel insustituible de los trabajadores. También es cierto que no se puede crear riqueza sin trabajo. Pero ocurre que para revertir este estado de injusticia, necesitamos distribuir mejor la riqueza acumulada y la que se produce actualmente. Y no podemos depender para eso de ningún incremento de la producción porque hace rato que dejamos de creer en la teoría del derrame. Por lo tanto, aunque en lo inmediato ningún desocupado se incorporara al mercado laboral ni creciera un solo peso el PBI, estaríamos igualmente obligados a forzar la relación de fuerzas para instalar una mejor distribución. Es para lograr este cometido que resulta crucial identificar la fuerza organizada de los desocupados como un factor de presión que resulta clave para lograrlo, más si se tiene en cuenta un aspecto estratégico: su organización e inserción territorial. Para ello es indispensable reconocerlos como un sujeto de cambio con características propias, evitando su mera inclusión en un concepto genérico de clase trabajadora, que los desdibuja y retacea su papel. De ninguna manera este reconocimiento pone en tela de juicio el objetivo de reconstruir con los actuales desocupados una clase trabajadora que consolide su papel de reaseguro y dirección indiscutida del proceso de cambio social. Pero sería erróneo no dar cuenta del estadio actual por el que atraviesa nuestra formación social, que seguramente tomará tiempo para volver a modificarse. Tan importante como esto último, es el objetivo de articular la lucha de los trabajadores ocupados y los desocupados con las nuevas y viejas formas de reclamo y resistencia de amplios sectores medios, que son integrantes indiscutidos del campo popular. No resultaría viable un proyecto de transformación de nuestra sociedad sin sumar fuerzas con estos sectores, ni podríamos apelar a consenso alguno sin su pleno protagonismo. Las posiciones clasistas que reniegan de la necesidad de confluir con esta franja de la sociedad en la

construcción política, le ponen un techo insalvable al proceso de acumulación de fuerzas, que convierte en una quimera la disputa del poder.

**La contradicción principal.** Los teóricos del sistema nos exhortaron primero a reconocer el fin de la historia; luego nos quisieron convencer que se había terminado el imperialismo y últimamente nos quieren explicar que no es necesario disputar el poder del estado para cambiar la sociedad. Pero a su pesar, la historia continúa por caminos impensados y la realidad actual los desmiente, porque nunca como ahora se ha sentido el rigor norteamericano como potencia imperialista ni es posible ocultar que los padecimientos de nuestros pueblos – sin exculpar a los cipayos de turno- están atados a su condición de país dominado. Resulta difícil deslizar el papel de los principales países capitalistas desarrollados (Grupo de los Siete), la hegemonía norteamericana, la función del FMI, el papel de la deuda externa y la relación funcional con toda esta estructura de dominio por parte de la elite económica y social, el 10% de nuestra población (los grandes bancos privados, las A.F.J.P., Pérez Companc, Techint, YPF de Argentina S.A., Acindar, IBM Argentina, Edenor, Edesur, etc.), que concentra más del 40% de la riqueza que producen los argentinos. Somos un país dominado y un pueblo explotado hasta el hambre y la marginación. Nuestro enemigo principal como nación dependiente es el imperialismo norteamericano y como pueblo – fronteras adentro- nos enfrentamos una vez más a los herederos de la vieja oligarquía, reconvertida y extranjerizada para seguir cumpliendo su función. Sin sacudirnos ambos yugos no será posible construir una sociedad más justa y por lo tanto tampoco podremos vivir en paz.

Por eso la contradicción principal a la que nos enfrentamos es, como hace 25 años, imperialismo vs. nación, aunque en un escenario distinto tanto mundial como continental. Esto reinstala la consigna liberación o dependencia como la alternativa insoslayable para el destino de nuestro pueblo. De aquí se desprende que el objetivo estratégico de nuestra lucha no puede ser otro que la liberación nacional y social de nuestra patria. Esta visión se inscribe en una concepción nacional y popular, que abreva en nuestras raíces y recoge las experiencias de masas más fructíferas que registra la historia de nuestro país.

**El movimiento político y social.** El derrumbe de las representaciones político partidarias se vino cocinando a fuego lento con el fraude a las expectativas populares producido por sucesivos gobiernos desde 1983 a la fecha. Pero el quiebre del Frepaso constituyó un punto de inflexión a partir del cual ese proceso se aceleró, marcando la última oportunidad que tendría la política de redimirse desde sus estructuras tradicionales: los partidos políticos. Este fracaso de la corporación política –como la aprecia la gente- no afectó a todos los dirigentes políticos por igual, pero no exceptuó a ninguno, incluidos los que aparentemente sobrevivieron al naufragio. Las estructuras partidarias se fueron distanciando paulatinamente de las demandas de una nueva sociedad parida por un cuarto de siglo de aplicación del modelo neoliberal, hasta convertirse en meros aparatos políticos justificadores del pensamiento único y cómplices de los grupos de poder económico nacionales y extranjeros. El repudio cosechado en la sociedad, que en su hartazgo frente a tanta claudicación clama que se vayan todos, se lo ganaron con creces, justicialistas, radicales y más de una oposición funcional a los intereses dominantes.

Mientras esto ocurría, un proceso inverso pero ascendente, iba marcando el protagonismo creciente que adquirirían los movimientos sociales a la hora de ejercer oposición real a las políticas oficiales, poniendo en evidencia el divorcio que cultivaron los partidos con esta otra realidad, que es explicable a la luz de su divorcio con la sociedad. El protagonismo político se trasladó desde los partidos y las instituciones del estado –cada vez más cuestionados- a las rutas y movilizaciones, mientras el grueso de la dirigencia partidaria miraba sin comprender la irrupción de miles de desposeídos a los que siguen considerando con recelo.

La irrupción masiva de los piqueteros en las rutas y calles del país, saca a la luz el resultado social de años de desindustrialización, apertura de la economía y exclusión, con niveles crecientes de explotación. El llamado costo social del modelo, sobre el que tan solo se teorizaba sin asumirlo, salió a la calle para reclamar y afirmar sus derechos más elementales. Este doble fenómeno, de descomposición y vaciamiento irremediable de las estructuras partidarias tradicionales vs. el intento de construir nuevas formas de representación de los intereses de las mayorías populares desde el movimiento social, no fue comprendido por la mayoría de los dirigentes políticos, incluidos aquellos que desde el progresismo pujan aún hoy por reproducir respuestas políticas basadas en esquemas fracasados. O el intento aún más vano de pretender sumar las nuevas expresiones del movimiento social al carro desvencijado de algún partido en decadencia. En cualquier caso resulta impensable que desde uno de esos partidos políticos o alguna de las variantes para reciclarlos, se pueda dar respuesta a la crisis del país.

La propuesta de la CTA de lanzar un movimiento político social, se hace cargo de este proceso en marcha, partiendo de las organizaciones sociales forjadas al calor de la resistencia al modelo, para construir una nueva representación política del campo popular. Esto supone que los integrantes de las organizaciones sociales –empezando por los trabajadores y las organizaciones de desocupados- son el principal componente de ese movimiento y por lo tanto deberán afirmarse como su dirección. Sin embargo, el hecho de elegir un movimiento como instrumento político a construir, no es solamente una respuesta al fracaso e insuficiencia de los partidos, sino la necesidad de expresar en ese instrumento la naturaleza de la contradicción principal a la que hacíamos referencia. Porque alcanzar la liberación nacional y social es tarea de mucho más que una clase social y requiere el concurso de diversos sectores con intereses comunes enfrentados al imperialismo y al poder económico concentrado local, que se adueñaron del destino de la mayoría del pueblo argentino. Entendemos al movimiento político social como la herramienta para la acumulación de fuerzas sociales y políticas mediante la disputa de poder en todos los terrenos, capaz de erigirse en conducción estratégica y punto aglutinante de la imprescindible unidad del campo popular y por lo tanto en la máxima expresión del contrapoder que necesitamos para transformar la sociedad.

**La construcción territorial.** Los movimientos sociales –a excepción de los sindicatos- son esencialmente de naturaleza territorial. Se asientan, crecen y se organizan en un territorio determinado. Esta construcción, de características diversas y múltiples ejes reivindicativos, es la que se vino desarrollando al calor de la resistencia al modelo, hasta alcanzar su expresión más alta en las organizaciones de desocupados. Y en la actualidad, las organizaciones piqueteras configuran de hecho, la principal forma de construcción territorial. Algunas de ellas, como la FTV, han alcanzado un importante desarrollo en gran parte de la geografía nacional, con epicentro en las grandes ciudades y una fuerte presencia rural. Apoyados en esta realidad, cabe afirmar que hoy la FTV es la “pata” territorial de la CTA y como tal le cabe la tarea de contener y coordinar las diversas prácticas territoriales que se reconozcan en la política de la Central. Para eso la FTV deberá reconvertirse a sí misma a fin de expresar en sus estructuras orgánicas a través de mecanismos democráticos, las construcciones organizativas territoriales surgidas en torno a reivindicaciones distintas a las sostenidas por la población desocupada y originadas en otros sectores sociales. La CTA podrá promover y contener una diversidad de organizaciones territoriales, pero tendrá que unificar su política en este frente, tal como lo hace en el ámbito sindical. No parece acertado, desde el punto de vista de la acumulación de fuerzas, renunciar a esta diferenciación de funciones a través de una suerte de territorialización de los sindicatos. Reclamarle a los gremios que hagan política territorial y “licuar” el protagonismo de los piqueteros bajo la

denominación genérica de clase trabajadora, conspira contra el desarrollo de ambos frentes y menoscaba la potencialidad de la lucha que cada uno es capaz de desplegar según su forma de organización, reivindicaciones, método de lucha., etc.

**El poder.** Rechazamos por igual dos ideas acerca del poder, que suelen sostenerse desde el ámbito de la política. Una, más tradicional, que ubica el poder al final del atajo más corto para llegar al gobierno, a veces sin importar los medios y a cualquier costo. Esta falsa idea del poder, en tanto lo confunde con la mera administración del estado, lo único que se propone construir es un candidato concebido como un producto mediático para ganar una elección. Esta variante la hemos experimentado desde 1983 y la última vez, con el Frepaso, se reveló como catastrófica en cuanto al cometido de construir otro país más justo. Otra idea, un poco más sofisticada y novedosa pero igualmente incorrecta, es pregonada por alguno de los teóricos del sistema y asevera que no es necesario el control del estado para cambiar la sociedad.

Nosotros entendemos el poder como una mezcla de construcción y conquista de nuevos espacios para impulsar con la máxima fuerza posible la concreción de los intereses nacionales y populares. Desde esta perspectiva, el poder para el pueblo supone organización de masas en todos los frentes, control territorial, estructuras políticas democráticas y representativas, capacitación y formación de cuadros y de militancia, propuesta programática y también espacios institucionales. Por lo tanto, mientras no se le bloquee al pueblo su derecho a expresarse democráticamente, incluimos en la idea de poder las contiendas electorales para disputar todos los espacios posibles, en un proceso dialéctico de acumulación y conquista que nos pueda llevar al control del estado nacional. Creemos que cualquiera sea el camino que las circunstancias impongan, el control del estado nacional resultará clave para alcanzar una mejor calidad de vida para nuestro pueblo. Lo importante es haber construido el soporte organizativo social y político para respaldar y hacer cumplir las decisiones tomadas por un futuro gobierno popular.

**La unidad del campo popular.** El Che decía: “qué distinto sería el futuro si fuéramos capaces de unirnos”. Y seguramente no debe ser el enemigo tan poderoso, sino nosotros –el campo popular- incapaces de juntar las fuerzas dispersas para enfrentarlo con éxito. Por eso, en esta coyuntura histórica en la que han madurado tantas condiciones y se combinan a favor muchas variables, sería imperdonable que no pusiéramos nuestras mejores energías para construir la unidad del campo popular. Todos sabemos que es una tarea ardua. Que requiere visión estratégica, saber privilegiar lo principal sobre lo secundario, hacer triunfar las políticas por sobre las ambiciones personales, deponer mezquindades y muchas cosas más. Pero el punto de partida, dando por sentada la voluntad de unirnos, es poner el acento en lo que coincidimos y no en lo que nos diferencia. Sobre esta base, reconocer que la principal forma de construir unidad es en la lucha compartida, sin desmedro del valor del debate franco y abierto de las ideas que cada sector podamos sustentar.

En este proceso, que reclama urgencia y paciencia, deberemos imponernos la meta de unir lo unificable. Aglutinar en torno a una misma estrategia de poder, una mayoría indiscutida del campo popular, sin pretender abarcar expresiones irremisiblemente sectarias, cuyo dogmatismo y permanente desencuentro con la historia las convierte en obstáculo para cualquier propuesta de unidad. La unidad de la que hablamos supone encastrar lo social con lo político; y en términos sociales, amalgamar a “los de abajo” con “los del medio”. Esta confluencia de clases resulta crucial para cambiar la relación de fuerzas a favor del pueblo e instalar un gobierno que asegure sus intereses.

**El programa.** Consideramos que el programa a sostener por el Movimiento político social para la transformación de nuestra sociedad, deberá ser consensuado por todas las organizaciones integrantes de la CTA. Por lo tanto, asumimos los materiales elaborados hasta el presente por el Idep, como borradores de trabajo para avanzar en esa dirección, sin adjudicarles el carácter de propuesta oficial de la Central y menos aún del Movimiento que todavía no llegamos a constituir. Cualquiera sea la versión final de ese programa, la FTV entiende que deberá incluir definiciones claras en relación a cuestiones estratégicas para asegurar la distribución de la riqueza, una democracia participativa y soberanía nacional. Entre las mismas nos parece necesario destacar:

Lineamientos de política económica:

Revisar a fondo los contratos de privatizaciones con la finalidad de llegar a retomar el control público de los recursos y empresas estratégicas, incluyendo las áreas de energía, telecomunicaciones y transporte.

Promover la industrialización del país.

Crear empleo y recomponer el salario real

Fuerte inversión estatal en políticas sociales: seguro para todos los jefes y jefas de hogar desocupados cuyo significado en términos de política no debe asociarse simplemente con la idea de proveer de ingresos a los que están excluidos, sino que remite a la necesidad de producir por vía de este instrumento una intervención en el mercado laboral dirigida a fijar condiciones que hagan factible una nivelación hacia arriba del salario mínimo. Propuesta de Sistema Seguridad Social Unico que incluya salud, vivienda y educación.

Estatización de las AFJP

Reforma del sistema tributario a favor de un perfil progresivo

Intervención del estado en el control del comercio exterior, que incluya aranceles y retenciones.

Fortalecimiento de la moneda nacional, asignándole al Banco Central el papel de agente financiero de la Nación.

Suspensión del pago de la deuda externa hasta tanto se audite la legalidad y legitimidad de cada uno de los contratos. No se pagará la deuda ilegítima.

Rechazo al proyecto ALCA

Todo en el marco de una opción estratégica por el MERCOSUR, que deberá abarcar la integración de los pueblos en torno a aspectos económicos, políticos y culturales.

**Reivindicaciones sectoriales – FTV Propuestas:**

Básicamente nos proponemos continuar creciendo y mejorando los cuatro aspectos en los que estructuramos nuestro desarrollo de los últimos dos años:

apoyo en conflictos: cobertura y asesoramiento jurídico, frente a las luchas y conquistas que las distintas organizaciones afiliadas llevan adelante, sumada al contacto con medios de comunicación, apoyo institucional y formación de delegados.

Gestión de planes y proyectos, tanto de política sociales que promuevan la vivienda popular como actividades de desarrollo comunitario, consolidando la autonomía y autogestión de las organizaciones que conforman la FTV.

Fortalecer el desarrollo territorial, a través de una estructura legitimada a partir de elecciones democráticas en todo el país, de las organizaciones locales y su creciente integración a nivel regional y nacional.

Implementar espacios de capacitación y formación para dirigentes y compañeros, tanto en aspectos técnicos y políticos, socializando las herramientas que permitan un debate crítico acerca de la realidad.

Específicamente, según las diversas problemáticas que enfrentamos, nos proponemos, en un contexto marcado por:

La crisis de las economías regionales (existencia de grandes latifundios improductivos, concentración de la tierra y la depredación de recursos naturales por parte de grupos económicos locales y extranjeros, por los cuales los pequeños productores rurales ven agudizar su situación crítica, dada por la reducida extensión de sus explotaciones, la falta de capital y el carácter de no propietarios de la tierra. Proponemos:

Apoyar técnica y organizativamente a los emprendimientos de autoabastecimiento, a la vez que denunciar la falta de acceso a tierra productiva, reclamar por créditos blandos para la producción e innovación tecnológica adecuada.

Apoyar y fomentar las cooperativas de trabajo, la conformación de redes de comercialización y los procesos organizativos de estas comunidades, para que estos sectores no sean obligados a abandonar el campo y su forma de vida.

En los barrios y asentamientos de las grandes ciudades los principales problemas están en relación al hábitat (acceso a la tierra urbana y a los servicios básicos -luz, agua, cloacas-) y el empleo urbano. Proponemos:

Continuar la gestión de programas temporarios de empleo (Planes Jefes de Hogar, etc.) sin perder de vista que constituyen un paliativo frente al desempleo y la posibilidad para el desarrollo de infraestructura barrial y comunitaria. Enfatizar el reclamo en relación a nuestros jóvenes, sector de la población sobre el que el poder dominante ejerce presiones adicionales que en muchos casos los impulsa a callejones sin salida.

A partir de la convicción que tenemos en cuanto al derecho a los servicios públicos esenciales (agua, cloacas, electricidad, gas, transporte) continuar impulsando la aplicación de una tarifa social para garantizar el acceso universal a esos servicios, ampliando las conquistas conseguidas al ámbito nacional y a todos los servicios promoviendo la conformación de comisiones de usuarios como instancia organizativa.

La desarticulación del Sistema Nacional de Vivienda: el traslado al mercado financiero de la responsabilidad en la construcción de viviendas que anteriormente llevaban adelante el Banco Hipotecario Nacional y el Fondo Nacional de la Vivienda, sumada a la falta de una política pública de vivienda de interés social, evidenciada en la falta de asignación de partidas presupuestarias, plantea una clara omisión por parte del Estado, que agrava aún más la grave situación de pobreza y desempleo.

Apoyar y fomentar las organizaciones de vecinos, técnicos y empleados estatales y entidades no gubernamentales que desarrollan experiencias de participación comunitaria y autogestión para la provisión de servicios, construcción y mejoramiento de viviendas.

Exigir la aplicación de fondos públicos específicos, para definir una política de vivienda de interés social integral a nivel nacional, que acompañe a la propuesta de shock distributivo que sostiene la CTA.

Propiedad de la tierra a los Pueblos originarios: muchos compañeros de etnias aborígenes reclaman el reconocimiento de la propiedad de las tierras que ancestralmente les pertenecen.

Impulsar y desarrollar a nivel legislativo las herramientas necesarias para garantizar el cumplimiento y reglamentación del Art. 75 de la Constitución Nacional, en relación a los pueblos originarios, por ser un derecho histórico.

Desarrollo de estrategias productivas consensuadas en cada comunidad en sintonía con las estrategias de desarrollo local y regional.